

*Diálogos sobre memória,  
gestão e desenvolvimento  
social: um encontro possível*

SÉRIE MEMÓRIA  
E GESTÃO  
CULTURAL

3



UNIVERSIDADE  
**LaSalle**★

2009 2024

PPG - UNILASALLE  
Memória Social  
e Bens Culturais

15  
ANOS

*Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves  
Cristiane Feldmann Dutra  
Marco Antônio Andrade Ribeiro  
Moisés Waismann  
Organizadores*

**Série Memória e Gestão Cultural**

**N. 3**

**Diálogos sobre memória, gestão e desenvolvimento social: um encontro possível**

**Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves  
Cristiane Feldmann Dutra  
Marco Antônio Andrade Ribeiro  
Moisés Waismann  
(Organizadores)**

**Arte e foto da capa:  
Paulo Fernando Pires da Silveira**

**Formatação, revisão ortográfica e gramatical:  
Isadora Machado da Silva**

**Revisão final:  
Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D536      Diálogos sobre memória, gestão e desenvolvimento social : um encontro possível / organizadores: Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves, Cristiane Feldmann Dutra, Marco Antônio Andrade Ribeiro, Moisés Waismann – Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2024.

238 p. ; il. – (Série Memória e Gestão Cultural ; n. 3)

ISBN 978-65-5441-117-2

1. Memória. 2. Gestão. 3. Desenvolvimento social. I. Título.

CDU: 316.7

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins – CRB 10/1380

## **Diálogos sobre memória, gestão e desenvolvimento social: um encontro possível**

*Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves*

*Cristiane Feldmann Dutra*

*Marco Antônio Andrade Ribeiro*

*Moisés Waismann*

*(Organizadores)*



Canoas, 2024

## SUMÁRIO

|                          |          |
|--------------------------|----------|
| <b>Prefácio.....</b>     | <b>6</b> |
| <b>Apresentação.....</b> | <b>8</b> |

### **1. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIAS DO TRABALHO E DE TRABALHADORES**

|                                                                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Memória do trabalho e dos trabalhadores na constituição de acervos de história oral: potencialidades e desafios.....</b> | <b>14</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Ana Paula Santos de Almeida, Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves, Eliana Rela*

### **2. ESTUDOS SOBRE ECONOMIA DA CULTURA E IMAGINÁRIO**

|                                                                                                     |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Condições de Cultura no RS: as leis de incentivo à cultura frente ao isolamento social .....</b> | <b>29</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Luciana Sperb, Ana Lígia Trindade, Patrícia Kayser Vargas Mangan*

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Imaginário turístico açoriano e a renda de bilro: uma discussão teórica.....</b> | <b>44</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Denise Christo de Souza, Moisés Waismann*

### **3. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA E MOBILIDADE URBANA**

|                                                                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>O desenvolvimento de Canoas e sua relação com a Região Metropolitana de Porto Alegre: mobilidade urbana em foco.....</b> | <b>54</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Caroline Guterres de Souza, Ingridi Vargas Bortolaso, Patrícia Kayser Vargas Mangan*

### **4. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

|                                                                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Memórias da economia social e desenvolvimento local: um estudo comparativo entre Moçambique e Brasil.....</b> | <b>72</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Agostinho Valente Macane, Maria de Lourdes Borges*

|                                                                         |           |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>As mulheres e o consumo no sistema penitenciário brasileiro.....</b> | <b>85</b> |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Dani Rudnicki, Tatiane Lemos Nascente*

## **5. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA DE PROFESSORAS**

**Associação Esporte+ e a pessoa com deficiência: auto narrativas memoriais de uma professora de Educação Física..... 99**

*Ana Paula Vieira Malanovicz, Maria de Lourdes Borges*

## **6. ESTUDOS SOBRE MULHERES E MERCADO DE TRABALHO**

**A Inserção da mulher no mercado de trabalho: desafios e perspectivas no contexto econômico de Parobé/RS.....114**

*Camila Paviani, Marcos Paulo Dhein Griebeler*

## **7. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA, IMIGRANTES E TRABALHO**

**Imigrantes e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: o portal da imigração como fonte de pesquisa..... 131**

*Dilani Silveira Bassan, Marcos Paulo Dhein Griebeler, Daniel Luciano Gevehr*

**Além das fronteiras e das governanças: a vulnerabilidade dos migrantes e refugiados em relação ao trabalho em condições análogas à de escravo..... 149**

*José Alberto Antunes de Miranda, Cristiane Feldmann Dutra, Cláudio Sullivan da Silva Ferreira*

**O reconhecimento dos imigrantes atendidos pela prefeitura municipal de Canoas: os saberes do trabalho e atuação nas corporações onde estão trabalhando..... 166**

*Priscila Kieling Pontin, Moisés Waismann*

## **8. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA ORGANIZACIONAL**

**A escola como instituição organizadora de memórias e os imperativos da memória organizacional..... 183**

*Luzia Crepaldi, Maria de Lourdes Borges*

**Herbário do Irmão Alberto Knob: um espaço de memória.....199**

*Éverton Fabiano Tartas, Moisés Waismann*

## **9. ESTUDOS SOBRE MEMÓRIAS SINDICAIS**

|                                                                                                                                           |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A criação do Centro de Documentação e Memória e as reflexões sobre o aniversário de 70 anos da Assufrgs Sindicato (2018-2021).....</b> | <b>210</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Sibila Francine Tengaten Binotto, Frederico Duarte Bartz*

## **Prefácio**

É com grande alegria que faço o prefácio desta publicação que apresenta à comunidade de leitores a produção vinculada ao nosso Programa de Pós-Graduação, são os nossos estudantes, nossos professores e nossos colegas pesquisadores que nos frequentam em bancas, em seminários, em encontros físicos e virtuais. Uma teia de concessões cujo compromisso é estudar, divulgar, compartilhar, construir conhecimento sobre o campo da Memória Social.

A Memória Social, compreendida como um campo dinâmico e interconectado com diversas dimensões da vida coletiva, é um tema fundamental para a compreensão dos processos culturais e das práticas de gestão no mundo contemporâneo. Este livro, vinculado à Linha 3: Memória, Cultura e Gestão, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, insere-se nesse debate ao reunir pesquisas interdisciplinares que exploram a relação entre memória, cultura e a gestão de diferentes formas de organização social.

A proposta aqui apresentada não se limita a uma abordagem teórica, mas também busca dialogar com experiências concretas de pesquisas e estudos sobre memórias do trabalho e de trabalhadores, sobre economia da cultura, sobre memória e mobilidade urbana e memória e economia social, sobre memória de professoras, sobre mulheres e mercado de trabalho, sobre memória, imigrantes e trabalho, sobre memória organizacional e sobre memórias sindicais.

Esses temas indicam uma obra onde a intersecção entre memória e as diversas áreas da vida dialogam para produzir conhecimento acadêmico tão necessário nestes dias de hoje, no sentido de produzir e ampliar o bem-estar da nossa comunidade. Também se espera que estes temas ampliem o campo da memória social, visto que este, na contemporaneidade, revela-se uma ferramenta essencial na formulação de estratégias, processos e práticas de trabalho em organizações, instituições e fundações, assim como no fortalecimento delas.

Esta publicação reflete o compromisso dos estudantes, professores e profissionais da Universidade La Salle com a produção e disseminação do conhecimento interdisciplinar, contribuindo para a compreensão das relações entre memória, cultura e gestão em diferentes contextos. Assim, esperamos que este livro

inspire novas reflexões e debates, ampliando as possibilidades de atuação e intervenção nos diversos campos abordados.

Oxalá que as reflexões aqui apresentadas encontrem leitoras e leitores ávidos e comprometidos na construção de um mundo onde o bem-estar da vida esteja no centro das nossas atenções.

Boa leitura!

Prof. Dr. Moisés Waismann

*Coordenador da Linha de Pesquisa “Memória, Cultura e Gestão” do  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais  
da Universidade La Salle*

## **Apresentação**

O Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle (Unilasalle) tem como propósito incentivar a pesquisa, fomentar a produção de conhecimento e disseminá-lo de maneira acessível. Seu compromisso está na formação de profissionais capacitados para atuar no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão de projetos, sempre com foco na inovação e na valorização da memória social e da cultura. Com isso, busca-se contribuir para o desenvolvimento humano e atender às demandas acadêmicas e sociais em diferentes escalas, do contexto local ao nacional.

A série Memória e Gestão Cultural surge com a finalidade de estimular discussões interdisciplinares sobre a construção, preservação e administração da memória social e dos bens culturais. Enquadrada no contexto do PPGMSBC, esta coletânea destaca-se pelo incentivo ao pensamento crítico e à produção intelectual voltada para a compreensão das interseções entre cultura, identidade e gestão. A proposta é proporcionar um espaço de debate qualificado que aproxime diferentes perspectivas teóricas e práticas, incentivando uma atuação socialmente engajada e inovadora.

O PPGMSBC estrutura-se em uma única área de concentração – Estudos em Memória Social – dentro da qual se organizam três linhas de pesquisa: Memória, Cultura e Identidade; Memória e Linguagens Culturais; e Memória, Cultura e Gestão. A terceira linha, em particular, direciona-se ao estudo das dinâmicas de gestão cultural, abrangendo temáticas como inovação, políticas públicas, economia criativa e economia solidária, além de estratégias de desenvolvimento sustentável aplicadas à preservação da memória e dos bens culturais.

Os textos reunidos nesta obra refletem a pluralidade de enfoques presentes nos estudos sobre memória e gestão cultural, explorando os diferentes processos de planejamento, organização e valorização do patrimônio cultural em variados cenários. O diálogo entre memória e gestão revela-se essencial para a formulação de estratégias que fortaleçam as práticas culturais e ampliem o acesso aos bens culturais na sociedade.

Nos capítulos que seguem, os leitores terão acesso a análises e estudos de caso que demonstram como as práticas de gestão podem contribuir para a

preservação da memória coletiva e para a promoção das expressões culturais. Serão abordados temas como indústrias criativas, modelos de gestão cultural, políticas públicas e educação ambiental, sempre a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, que busca compreender os desafios contemporâneos da área.

Com a integração de teoria e prática, este livro pretende ampliar o debate acadêmico e fornecer subsídios para a formação de profissionais comprometidos com a valorização e preservação da cultura e da memória social. Dessa maneira, reafirma-se a importância do PPGMSBC enquanto referência na área, com impacto para além do universo acadêmico, contribuindo para a promoção da identidade e do patrimônio cultural em suas diversas expressões.

Serão apresentados estes títulos nesta obra coletânea: “Memória do trabalho e dos trabalhadores na constituição de acervos de história oral: potencialidades e desafios” escrito por Ana Paula Santos de Almeida, Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves e Eliana Rela; “Condições de Cultura no RS: as leis de incentivo à cultura frente ao isolamento social” escrito por Luciana Sperb, Ana Lígia Trindade e Patrícia Kayser Vargas Mangan; “Imaginário turístico açoriano e a renda de bilro: uma discussão teórica” escrito por Denise Christo de Souza e Moisés Waismann; “O desenvolvimento de Canoas e sua relação com a Região Metropolitana de Porto Alegre: mobilidade urbana em foco” escrito por Caroline Guterres de Souza, Ingridi Vargas Bortolaso e Patrícia Kayser Vargas Mangan; “Memórias da economia social e desenvolvimento local: um estudo comparativo entre Moçambique e Brasil” escrito por Agostinho Valente Macane e Maria de Lourdes Borges; “As mulheres e o consumo no sistema penitenciário brasileiro” escrito por Dani Rudnicki e Tatiane Lemos Nascente; “Associação Esporte+ e a pessoa com deficiência: auto narrativas memoriais de uma professora de Educação Física” escrito por Ana Paula Vieira Malanovicz e Maria de Lourdes Borges; “A Inserção da mulher no mercado de trabalho: desafios e perspectivas no contexto econômico de Parobé/RS” escrito por Camila Paviani e Marcos Paulo Dhein Griebeler; “Imigrantes e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: o portal da imigração como fonte de pesquisa” escrito por Dilani Silveira Bassan, Marcos Paulo Dhein Griebeler e Daniel Luciano Gevehr; “Além das fronteiras e das governanças: a vulnerabilidade dos migrantes e refugiados em relação ao trabalho em condições análogas à de escravo” escrito por José Alberto Antunes de Miranda,

Cristiane Feldmann Dutra e Cláudio Sullivan da Silva Ferreira; “O reconhecimento dos imigrantes atendidos pela prefeitura municipal de Canoas: os saberes do trabalho e atuação nas corporações onde estão trabalhando” escrito por Priscila Kieling Pontin e Moisés Waismann; “A escola como instituição organizadora de memórias e os imperativos da memória organizacional” escrito por Luzia Crepaldi, Maria de Lourdes Borges; “Herbário do Irmão Alberto Knob: um espaço de memória” escrito por Éverton Fabiano Tartas e Moisés Waismann; e “A criação do Centro de Documentação e Memória e as reflexões sobre o aniversário de 70 anos da Assufrgs Sindicato (2018-2021)” escrito por Sibila Francine Tengaten Binotto e Frederico Duarte Bartz.

Tivemos a grande felicidade do Professor Dr. Moisés Waismann, além de ser um dos Organizadores deste livro, escrever o Prefácio, uma vez que ele é referência em nossas vidas como alunos, colegas e para o PPGMSBC.

Esta coletânea 1 dedicada aos bens e memórias culturais assume um papel essencial na preservação e disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural de uma sociedade. Ao reunir distintas perspectivas e vivências, os textos possibilitam uma compreensão mais ampla sobre os processos de construção, ressignificação e transmissão da memória ao longo do tempo. Esse intercâmbio de ideias promove um debate interdisciplinar que amplia a reflexão sobre identidade e cultura.

A memória cultural vai além dos registros históricos, abrangendo práticas sociais, manifestações artísticas, tradições e símbolos que integram a identidade coletiva. Sua preservação consiste em garantir a continuidade das narrativas que ajudam a compreender o passado e a moldar o presente. Uma obra coletiva que permite a convergência de diferentes estudos, abordando a memória em suas diversas facetas, desde sua relação com as políticas públicas até sua influência na sociedade contemporânea.

A administração dos bens culturais requer uma visão estratégica e integrada que leve em consideração não apenas a conservação material, mas também o significado atribuído a esses bens por distintos grupos sociais. A participação de especialistas de diversas áreas enriquece a análise das dificuldades e oportunidades que envolvem a proteção e valorização do patrimônio. O compartilhamento de conhecimento em uma coletânea fortalece práticas que asseguram o acesso

democrático à cultura, incentivando ações que respeitem a diversidade e estimulem o envolvimento comunitário na construção da memória coletiva.

Além de sua relevância no meio acadêmico, uma obra com essa temática desempenha um papel social crucial ao documentar e refletir sobre as experiências de diferentes comunidades e contextos culturais. Ao promover múltiplas narrativas, evita-se a padronização da história e reforça-se a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural. O debate sobre bens e memórias culturais não se restringe ao resgate do passado, mas também sugere caminhos para sua preservação futura, impulsionando práticas sustentáveis e políticas que assegurem sua continuidade ao longo do tempo.

Os(As) Organizadores(as) Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves, Cristiane Feldmann Dutra, Marco Antônio Andrade Ribeiro e Moisés Waismann acreditam que esta obra representa uma significativa contribuição para os campos da memória social e da gestão cultural, oferecendo bases para a formulação de políticas públicas, o fortalecimento da economia criativa e a otimização das estratégias de preservação patrimonial. Espera-se, ainda, que o conteúdo aqui apresentado possa inspirar novas pesquisas e iniciativas voltadas à valorização da diversidade cultural e ao desenvolvimento de práticas sustentáveis na gestão dos bens culturais. Nesse sentido, reforçamos a relevância do diálogo contínuo entre teoria e prática, incentivando reflexões que ampliem o alcance da pesquisa acadêmica e fortaleçam os laços entre conhecimento e sociedade.

Desejamos a você uma excelente leitura!

Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves

Cristiane Feldmann Dutra

Marco Antônio Andrade Ribeiro

*Organizadores*

## **Memória do trabalho e dos trabalhadores na constituição de acervos de história oral: potencialidades e desafios**

*Ana Paula Santos de Almeida  
Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves  
Eliana Rela*

### **Introdução**

Visando elucidar, discutir e refletir sobre a na esfera fabril, entende-se que este texto vai ao encontro do entendimento e da função das entrevistas orais para a constituição de acervos de memória, no intuito de fomentar o conceito de patrimônio, em particular, o industrial imaterial, que prevê reconhecer e preservar o elemento intangível, proveniente das narrativas e testemunhos dos trabalhadores e dos seus independentes saberes e técnicas do trabalho. Reforça-se que nem sempre esse tipo de patrimônio é compreendido, tampouco preservado, o que torna esta discussão necessária para fortalecer a necessidade de proteger os testemunhos orais de uma época industrial.

Sobretudo, mencionam-se as entrevistas como um aporte da história oral que alimenta este tipo de patrimônio, pois tratam de representar as experiências e as memórias dos trabalhadores. Neste sentido, a partir das entrevistas, são extraídas informações que passam pelo processo de degravação das escutas, seleção e categorização do material, para posterior análise das temáticas. Por meio dessas análises, procura-se compreender as memórias e técnicas provenientes das atividades produtivas, uma vez que, através das memórias do trabalho e do trabalhador, é possível encontrar diálogos sobre os lugares e objetos passados no presente, ou seja, a reprodução dessas memórias na atualidade, oportuniza entendê-las hoje e futuramente, a fim de construir e preservar a memória do coletivo.

Por conseguinte, para alocar o material resultante do tratamento das entrevistas, surgem os centros de memória, ao qual atuam como um local, físico ou virtual, que permite a consolidação dos testemunhos gerados, podendo estes serem consultados e transmitidos para as próximas gerações de trabalhadores, assim como fortalecer a identidade e o senso de pertencimento dos indivíduos na organização. Neste sentido, um centro de memória tem a responsabilidade de preservar e divulgar

arquivos, incluindo os orais, com o intuito de transformar a história e a memória de indivíduos que retratam as técnicas produtivas de uma época, além das relações sociais criadas num cenário industrial.

Como potencialidades, um centro de memória almeja a visibilidade para o seu público interno, proporcionando ações futuras de engajamento e responsabilidade sustentável, envolvendo seus trabalhadores, independentemente de sua posição hierárquica. Além disso, por meio das narrativas remodeladas em arquivos e dispostas em um centro de memórias, as questões industriais também poderão ser acessadas pela comunidade externa, como fornecedores, clientes e os próprios moradores do seu entorno, objetivando o vínculo da instituição com todos os seus agentes e parceiros.

Desta forma, a presente reflexão visa trazer, de forma sucinta, os conceitos relacionados à história oral e os centros de memória, assim como o entendimento sobre o patrimônio industrial imaterial e sua relação com as narrativas do trabalho e por longo tempo, do trabalhador, avançando-se desta forma para a metodologia, resultados e discussões, e finalizando-se com as referências bibliográficas utilizadas para construir este texto.

### **A história oral e os centros de memória**

É possível compreender a história oral no Brasil a partir do contexto internacional, não necessariamente nas mesmas temporalidades, mas as trocas interculturais foram frequentes, possibilitando uma história oral brasileira com características próprias, mas que foram sendo construídas a partir dessas trocas interculturais e de peculiaridades do nosso país. De acordo com Corrêa (2013), a fundação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, tornou-se símbolo do “boom da história oral” no Brasil, mas suas práticas se integram a um cenário internacional que iniciou em 1948 quando o historiador e jornalista Allan Nevins, conduziu sua primeira entrevista.

Tendo como ponto inicial o recolhimento de entrevistas, a história oral é uma fonte de pesquisa que nos permite, a partir de sua metodologia, refletir, analisar e compreender contextos históricos sobre diferentes temáticas. Para tanto, alguns procedimentos específicos são necessários, pois “ao contrário da maioria dos

documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador” (Portelli, 2016, p. 10).

Nas entrevistas de história oral encontramos diálogos ativos sobre o significado, sobre o lugar da história no presente, sobre o que realmente importa na compreensão e no aproveitamento do passado. Esse processo de construção e interpretação é compartilhado, cada participante é, em parte, coautor da entrevista. Há um encontro entre ideias e formas interpretativas.

Assim, as fontes orais são produzidas a partir de um diálogo entre o historiador e o entrevistado. Cabe ao historiador saber ouvir, pois a escuta atenta possibilita compreender além do evento questionado pelo historiador. Permite perceber as relações construídas ao redor deste evento, como o lugar e o significado do evento na vida da pessoa que está sendo entrevistada, visto que nenhuma entrevista acontece no vazio do tempo e do espaço, elas têm sentido, os fatos têm significados.

[...] o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro linguagem. É por isso que eu, pessoalmente, tendo a evitar o uso de termos como “testemunho” (testimony) e “testemunha” (witness) e prefiro falar em “narrativas” (narratives) e “narradores” (narrators), “histórias” (stories) e “contadores de histórias” (story-tellers), ou, na verdade, “contadores da história” (history tellers) (Portelli, 2001; 2010c).

De acordo com Meihy (2020), a história oral é composta por quatro gêneros narrativos: história oral de vida, história oral temática, história oral testemunhal e a tradição oral. Cada gênero implica em procedimentos distintos, o que não impede o cruzamento entre os gêneros narrativos, até porque alguns procedimentos acabam sendo comuns entre os gêneros.

A história oral de vida demanda tempo e empatia, o narrador é o protagonista da narrativa, por isso sugere-se uma entrevista mais aberta, ampla, sem maiores interferências do entrevistador, inclusive evitando perguntas diretas e confrontos, para que a narrativa ocorra no fluxo do entrevistado. Já a história oral temática tem sempre um assunto central e trabalha com versões interpretativas, permite o confronto de opiniões ou pontos de vista diferentes. O uso de roteiro de entrevista é fundamental para aquisição de detalhes, mas perguntas surpresas também podem ocorrer.

Na narrativa da história oral testemunhal, temos uma combinação da história oral de vida e temática, onde um trauma é o enfoque central da entrevista, por ser de teor dramático e consequências graves, exige do entrevistador uma abordagem mais humanizada e ética. Prevaecem na narrativa as questões amplas para deixar o narrador mais à vontade. O quarto gênero mencionado por Meihy (2020) refere-se à tradição oral, pouco utilizado para os estudos historiográficos, esta narrativa admite a presença de crenças e valores de explicações não racionais. Exige conhecimentos profundos do entrevistador tanto da situação investigada quanto do conjunto mitológico no qual a comunidade organiza sua visão de mundo.

O que se observa nas colocações tanto de Meihy (2020) quanto de Portelli (2016) são sugestões de técnicas que favoreçam um diálogo mais fluido para chegar-se ao objetivo central da entrevista de história oral. Os autores nos apresentam que não existe uma fórmula para a realização da entrevista, pois trata-se de um diálogo, uma reflexão do eu com o outro conforme vão aparecendo as questões.

Ao longo dos anos as tecnologias têm trazido para o campo da história oral alguns benefícios, desde a introdução dos gravadores assim como a possibilidade de gravar áudio e vídeo da entrevista. Com a introdução de softwares de pesquisa, as gravações podem ser consultadas nos arquivos por pesquisadores e usuários, estes passam a ter acesso a fonte primária e não somente a transcrição.

Esse processo permite constituir e preservar arquivos orais para serem consultados e utilizados sob novas abordagens, transformando uma história em várias histórias de acordo com os interesses e interpretações. “É geralmente uma ordem singular, linear, e um caminho por uma massa de material – uma história, mas somente uma história dentre inumeráveis histórias que podem ser encontradas e contadas por outros” (Frisch, 2016, p. 65), portanto mais acessível e compartilhável.

Profissionais e “usuários” podem, juntos “fazer bagunça na cozinha”, citando uma velha canção de blues. Podemos encontrar coisas nos armários e nas cristaleiras da história oral e fazer bagunça com os significados que encontramos nelas, vendo o que é que podemos cozinhar, juntos, para qualquer pessoa que pudesse estar sentada esperando na sala de jantar” (Frisch, 2016, p. 65).

Dessa forma, as entrevistas de história oral não são afirmações absolutas, pois podem ser interpretadas por diferentes profissionais, pela comunidade que irá

construir seu próprio significado, por isso que a história oral não é só sobre a percepção do passado, mas é sobre o presente, pois além do entrevistado, do entrevistador, quem ouve ou lê a entrevista também é um coautor, também troca ideias, constrói novas interpretações, cria suas próprias trilhas.

Para possibilitar acesso às narrativas de história oral, citam-se os centros de memória com o intuito de analisar, selecionar, tratar e divulgar os rastros memoriais, não se limitando apenas às fontes orais documentadas, mas aos vestígios materiais encontrados em objetos, ferramentas de trabalho, equipamentos produtivos, roupagem, entre outros itens tangíveis aos quais possibilitam a visita ao passado, revivendo experiências e costumes fabris de uma época. Como aborda Hobsbawm (1998, p. 270), “todos os seres humanos, todas as coletividades e todas as instituições necessitam de um passado (...)”, portanto, um centro de memória, uma vez entendidos o seu papel, função e atividade, poderá ser um local de representação memorial.

Quando os objetos de uma instituição, ou mesmo suas narrativas transcritas, são organizadas em um acervo, como um centro de memória, o objetivo principal deve ser a rememoração do passado representado, possibilitando que no presente novas narrativas se construam a partir das lembranças e conexões ora criadas no coletivo produtivo. Neste sentido, o processo dos quadros sociais trazidos por Halbwachs (2023) é importante, pois incita o entendimento de que estes são formados por lembranças a partir da linguagem num sistema de convenções sociais que permite a reconstrução do passado a todo momento. Ou seja, a memória de cada indivíduo está intrinsecamente ligada à memória coletiva e é estruturada pelas lembranças de cada um, ao mesmo tempo que sofre influências da sociedade que o constitui. Sobretudo, o arranjo memorial aqui disposto, é fortalecido pelo sentimento de identidade, bem-conceituada por Candau (2021), quando diz que esta é uma construção social, redefinida na relação dialógica com o outro, manifestando-se como um discurso conectado à memória, onde a mudança de uma, influencia na repaginação da outra. O autor também destaca que a história é feita e constituída a partir de memória, ou seja, como a memória, a história pode recompor o passado a partir de partes escolhidas e passar a ser um objeto memorial, assim como a memória pode-se tornar um objeto histórico (Candau, 2021).

Logo, quando nos referimos a um centro de memória, o foco não é se limita apenas ao tratamento do acervo no seu aspecto físico ou mesmo administrativo, como o planejamento estratégico, sua formação, infraestrutura, tecnologia, conservação e preservação. Embora todas essas etapas sejam necessárias e sem elas o acervo não funcionaria, mas, sobretudo, no aspecto de responsabilidade patrimonial, onde a possibilidade da construção memorial e do fortalecimento da identidade e senso de pertencimento do coletivo estariam presentes.

A viabilidade de rememorar as escolhas e trajetórias institucionais, consolida elementos necessários para aproximar aqueles que fizeram parte deste caminho, os narradores de histórias e as lembranças ao qual se identificam com a construção da organização ao longo do tempo, que fizeram parte do seu percurso e que estão representados nos muitos documentos / monumentos, como argumenta Le Goff (1996), quando diz que um documento representa uma fonte/prova histórica que independente da revolução tecnológica e não se restringe apenas ao documento escrito, mas pode avançar para outras vertentes de documentação, como aquelas geradas a partir de sons e imagens, produto das entrevistas orais.

Desta forma, um centro de memória, neste contexto, voltado para as questões industriais, pode ser visto como um agente estratégico para o público interno da organização, mas também objetiva alcançar a comunidade externa, uma vez que almeja garantir a visibilidade das ações ocorridas, atendendo a responsabilidade sustentável de envolvimento com o seu entorno e criando conexões para além dos seus muros. Ou seja, para além da produção de bens e serviços, há a responsabilidade histórica e sustentável, resultando na ressignificação sociocultural (Camargo; Goulart 2015).

A partir dessa análise, podemos considerar que as instituições que preservam a história a partir de entrevistas de história oral, não podem pensá-las como algo estagnado ou simplesmente como local de guarda dessas entrevistas, mas são a partir dessas fontes orais que se promove a construção de novos conhecimentos, por isso a utilização de softwares de gestão e catalogação desses acervos orais vêm ganhando um importante papel na democratização da história.

Acervos digitais de história oral são propagados com múltiplas interfaces – aliando pesquisa, ensino, extensão, divulgação e engajamento sócio políticos na produção de websites, blogs, podcasts, games, aplicativos para celular,

circuitos de visitação (turismo histórico) a partir de mapas interativos; para além de filmes, série e documentários disponíveis nessas plataformas digitais. Dessa maneira, são ampliados os públicos da história a partir das formas de acesso e compromisso com a democratização do conhecimento” (Almeida, 2018, p. 109).

Desenvolver projetos de história oral vai além da técnica, do equipamento, é estar constantemente refletindo sobre o método, pois envolve uma escuta sensível, uma observação discreta, um olhar atento, envolve pessoas, memórias, narrativas, diálogo e colaboração. É pensar o antes, o durante e o depois. É compreender, comparar, relacionar e refletir. É se sensibilizar e, ao mesmo tempo provocar, argumentar e se ressignificar.

[...] na tentativa de se fazer ouvir quem tem tanto a dizer e é ignorado pela indiferença social, ganha papel especial em demonstrar que toda a história merece ser contada, compartilhada, pensada (Rovai, 2021, p.190).

### **O patrimônio presente nas narrativas**

As considerações traçadas até o momento aproximam-se do entendimento do patrimônio no segmento industrial a partir das possíveis potencialidades que os centros de memórias, bem como as narrativas do trabalho fabril, podem trazer. Como aborda Meneguello (2021, p. 92 e 93), “a memória edificada ou não, pode se transformar em patrimônio industrial” e “pensar sobre os espaços de trabalho implica em entender todas as suas dimensões materiais e imateriais”, rememorando o trabalho e o trabalhador, expandindo a compreensão para além da arquitetura das fábricas, mas incluindo a documentação de empresas, os produtos industriais e a história oral. Além disso, os “modos de fazer”, ou seja, os bens imateriais do patrimônio industrial, também são considerados, uma vez que este se constitui como tal quando é transformado em conhecimento adquirido e transmitido para as novas gerações operárias.

Quando tratamos do patrimônio industrial, Kühl diz que “é necessário fazer um estudo histórico-documental e iconográfico, estudo analítico-descritivo e comparativo, para entender as tipologias e a transformação dos vários setores industriais” e que “preservar a memória do trabalho é essencial” (Kühl, 2018, p. 46). Neste sentido, considerar a análise dos testemunhos orais oriundos da produção do trabalho, fortalece o contexto socioeconômico em prol da preservação da identidade e memória

coletiva. Para intensificar a compreensão sobre este tipo de patrimônio, a Carta de Nizhny Tagil, constituída na Rússia em 2003, explica que tratando-se de:

[...] edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (Carta de Nizhny Tagil, 2003, p. 2).

Este documento comporta as orientações para a definição dos vestígios que transformam os processos industriais, assim como os objetos da vida cotidiana do trabalhador e seus testemunhos, mas é em “Os Princípios de Dublin”, adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011, que podemos aglutinar história oral, centros de memória e patrimônio industrial, pois os princípios evidenciam a importância dos registros de história oral para documentar e entender estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais e seus valores, ressaltando a importância da participação das comunidades e outras partes interessadas, assim como a pesquisa em registros de arquivos empresariais e/ou privados.

Dessa forma, quando dentro dos objetivos dos centros de memória tem-se a proposta de criar um repositório de memória oral para registrar entrevistas com funcionários, para que estes possam contar suas trajetórias dentro da indústria em diferentes áreas de atuação, é uma forma de contribuir para documentar, proteger e preservar o patrimônio industrial.

Outro elemento a considerar, tendo em vista novos métodos e formatos de tratamento e arquivamento das fontes orais, é o desenvolvimento de novas pesquisas com base nas narrativas do trabalho fabril, possibilitando novas interpretações acerca do patrimônio industrial, pois o grande propósito da constituição desses repositórios de entrevistas é tornar acessível não só a história das indústrias que os constituem, mas também os temas que permeiam a sua história: relações econômicas, história do trabalho e dos trabalhadores, processos técnicos e de produção, transporte, relações sociais e culturais, urbanização entre outros, dependendo do olhar e da curiosidade de quem acessar essas entrevistas.

## **Metodologia para construção de entrevistas orais e o futuro repositório**

Até aqui, as autoras apresentaram algumas escolhas teóricas para o processo de entendimento conceitual para entrevista oral, entre outros. Dois autores renomados, no campo em tela, foram anunciados - Portelli e Meihy. É com base nas recomendações de ambos que recorreremos à construção de bancos de entrevistas com trabalhadores. Acumulamos como experiência mais de 20 anos na formação de tais repositórios.

Meihy nos oferece a bússola quanto ao gênero narrativo e recorte para a entrevista. Assim, se opta por história oral temática, uma vez que o narrador ou narradora será convidado/a para falar sobre um tema central, contar histórias sobre o cotidiano vivido na fábrica, narrativa essa que será construída a partir de um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. No contexto desta escolha reside também a definição do escopo do banco de história oral. É importante refletir sobre a finalidade que terão as narrativas registradas, como, por exemplo, o conjunto das narrativas versará sobre histórias dos processos de produção; poderá significar o contexto socioeconômico dos trabalhadores; revelará experiências e costumes fabris de diferentes períodos; propiciará a construção de uma identidade e memória coletiva; ou compreenderá os saberes dos trabalhadores de fábricas como patrimônio imaterial? Vejamos quantos temas de pesquisa são possíveis, por isso a importância de ter o escopo bem definido.

A partir da definição do escopo, temos a identificação dos indivíduos que possuem experiências relacionadas aos objetivos propostos, considerando a diversidade de perspectivas. Na listagem de nomes identificados, devemos lembrar de incluir trabalhadores aposentados que vivenciaram diferentes etapas tecnológicas da produção. Em um de nossos trabalhos, utilizamos como critério inicial o tempo de atuação, que neste caso específico definimos acima de 25 anos. Com apoio da equipe de recursos humanos, foi obtida uma listagem com os nomes que atendiam o critério. À medida que as entrevistas aconteciam, foi incluída a dinâmica de indicações a partir das narrativas. Com as indicações, foi possível o contato com o trabalhador n.º 1 da empresa. Outra indicação nos levou a um trabalhador aposentado que atuou por 45 anos. O entrevistado que o indicou lembrou que o colega tinha uma máquina fotográfica e com frequência fazia registros dos produtos, dos colegas no trabalho e

das atividades esportivas realizadas nos finais de semana. E o detalhe: frisou que as fotografias eram em preto e branco, e ótimas!

A preparação para as entrevistas constitui um dos desafios. Portelli enfatiza a importância de conhecer o contexto histórico e social dos entrevistados. Tal processo pode ser identificado como preparação ou pesquisa preliminar, isto é, antes de realizar uma entrevista, é fundamental compreender qual setor o/a entrevistado/a trabalhou ou trabalha, programas em que esteve engajado, tempo de atuação. Com algumas informações, é possível a criação de um roteiro flexível que possibilite explorar temas emergentes.

Ao longo de nossa experiência, foi comum ouvirmos a seguinte frase: “não sei se vou saber contar alguma coisa”. De algum modo, e por longo tempo, a história enquanto ciência não produziu narrativas na perspectiva proposta aqui, como campo do patrimônio industrial. Aqui fazemos um alerta sobre a construção de confiança. Estabelecer uma relação de confiança, explicar claramente os objetivos da entrevista, a forma como as informações serão utilizadas. Voltamos ao nosso entrevistado aposentado que gostava de fazer registros fotográficos. Para ele, o processo de aposentadoria após 45 anos de atuação profissional, não foi fácil. E a aproximação da entrevistadora e do entrevistado foi um processo de longo tempo, balizado por insegurança, receio e emoções.

Embora a entrevistadora reconhecesse a relevância das experiências do entrevistado, foi necessário respeitar o tempo dele. Foram quatro visitas para ir “quebrando o gelo”. Quando a relação de confiança estava construída, até o cofre ele abriu. Lembram da máquina fotográfica? Pois então, o entrevistado guardava uma rica coleção de negativos no cofre. Ele abriu o cofre e removeu vários álbuns com negativos flexíveis, minuciosamente organizados. As dores foram ficando no passado à medida que as páginas dos álbuns eram folheadas e cada conjunto de negativos revelava narrativas dos desafios tecnológicos dos primeiros anos, das disputas entre os times dos diferentes setores da empresa, das melhorias de condições com as ampliações dos espaços. A construção de confiança abre cofres, que pode ser uma figura de linguagem, mas que pode ser literal, como no caso aqui apresentado.

Estabelecida a relação de confiança! Chegou a hora do “play”? O entrevistador precisa assegurar um ambiente favorável para o/a entrevistado/a. Atualmente, a

tecnologia possibilita a gravação de som (voz) e imagem. Essa possibilidade de registro da imagem durante a entrevista amplia os dados para a análise e interpretação da narrativa. As expressões faciais ou mesmo corporais no momento de dada informação, ou o olhar direcionado para algum ponto quando ocorre um silêncio prolongado.

Faz parte da rotina de gravações de entrevistas orais realizar o *check list* dos equipamentos, baterias com cargas, ou até mesmo levar um segundo equipamento para eventuais necessidades. Ao dar “play”, é importante que o entrevistador registre a data e o local onde está acontecendo. Na sequência, solicite gentilmente que seu/sua entrevistado/a apresente seu nome, idade, tempo de atuação.

Você, leitor, pode estar se perguntando: e se o/a entrevistado/a tiver dificuldade para lembrar ou organizar a fala das experiências? Lembre-se da primeira sugestão registrada nesta parte do texto, a de conhecer previamente o contexto de seu/a entrevistado/a. Tenha junto fotografias representativas de determinados eventos, registros em que apareça a imagem de seu/sua entrevistado/a, ou matérias de informativos que façam referência.

Por fim, a entrevista não se encerra quando desligamos o recurso tecnológico que registra a narrativa. Degravar, ou seja, gravar a entrevista em formato de áudio ou vídeo gerar o texto escrito e ser respeitoso, devolvendo esse texto para o entrevistado, juntamente com o documento de Consentimento Informado, é agir com ética para complementar a relação de confiança.

## **Resultados e Discussões**

A partir do exposto, reforça-se que é possível a construção do saber fazer a partir das narrativas e testemunhos orais quando estes são transmitidos entre as gerações dos trabalhadores, pois fortalece as técnicas industriais, gerando conhecimento e, portanto, um patrimônio imaterial intrínseco do trabalho. Salienta-se que isto é possível, quando há a representação coletiva da memória no presente, reproduzindo atividades industriais e formas de fazer.

Podemos elencar alguns desafios que perpassam a tríade, história oral, centros de memória e patrimônio industrial: o conjunto de técnicas e procedimentos para a

realização da entrevista; a gestão do acervo gerado a partir dessas entrevistas e o acesso por pesquisadores a estes acervos.

A realização das entrevistas exige, com o passar do tempo, instrumentos operacionais que o entrevistador saiba utilizar, assim como sua escuta atenta e sensível, cada vez mais rara com a dinâmica de uma comunicação rápida e instantânea do nosso tempo presente.

Quanto a gestão do acervo, este também está intrinsecamente ligado aos processos e equipamentos operacionais utilizados para o registro das entrevistas, que constantemente precisam ser migrados para mídias acessíveis, por exemplo, as primeiras entrevistas registradas em fitas K7, hoje precisam estar em um formato que não exija a necessidade de um leitor de fitas K7 e assim as diferentes mídias utilizadas ao longo do tempo para o registro das entrevistas.

Por fim, e certamente ligado aos desafios anteriores, é a disponibilização desse acervo de história oral, acessível aos pesquisadores, a partir de um registro ordenado, por temática, com palavras-chaves, que facilitem a localização dos assuntos a serem pesquisados. É importante também pensar que o pesquisador poderá se interessar pela entrevista no formato original ou na sua transcrição, dependendo do seu foco de atuação.

É nessa etapa que entra o patrimônio industrial, pois os centros de memória tornam-se grandes aliados da preservação do patrimônio industrial ao criar, registrar, gerenciar e preservar fontes de história oral, possibilitando não só aos pesquisadores do tema, mas para públicos diversos, o acesso às narrativas da história do trabalho e do trabalhador nas indústrias.

Ainda compete ressaltar que ao pesquisador, que busca dados a partir da colaboração de depoentes, cabe um estudo mais aprofundado da atividade profissional do entrevistado, explicitar o objetivo e a dinâmica da entrevista, bem como a forma e permissões para uso do conteúdo. Tais aspectos se somam aos demais desafios anteriormente registrados, o que pode ser uma bússola que norteia, de modo ordenado, mas também flexível, o processo de construção de um banco de histórias de trabalhadores e do trabalho.

Presente as potencialidades e os desafios, fica o convite para o registro do patrimônio industrial imaterial a partir de narrativas de mulheres e homens, sujeitos

históricos que experienciaram diferentes processos tecnológicos, sociais, econômicos e políticos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (org.). **História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 61-87.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

**Carta de Sevilla de Patrimônio Industrial** 2018. Los retos del siglo XXI. Disponível em:

<<https://ticcih.org/wp-content/uploads/2019/03/Carta-de-Sevilla-de-Patrimonio-Industrial-febrero-2019.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

FRISCH, Michael. **A história pública não é uma via de mão única**. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra & Voz, 2016.p. 57-70.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. Tradução de Antonio Fontoura. Curitiba: antoniofontoura, 2023.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ICOMOS-TICCIH. **Princípios de Dublin**. 28 de novembro de 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo. OKSMAN, Silvio. **Patrimônio industrial na atualidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/529531550/eBook-Patrimonio-Industrial-Na-Atualidadef>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

PORTELLI, Alessandro. **História oral, uma relação dialógica**. In: **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9-25.

CORRÊA, Ricardo Santhiago. **Método, metodologia, campo: A trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil**. 2013. 584 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2013.

SARAIVA, Daniel Lopes. **Produzindo história oral para meios digitais**: a memória da música brasileira na internet. In: Rovai, Marta Gouveia de Oliveira; Santhiago, Ricardo (org.). História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa. Teresina: Cancioneiro, 2021.p. 233-247.

## Condições de Cultura no RS: as leis de incentivo à cultura frente ao isolamento social

*Luciana Sperb  
Ana Lígia Trindade  
Patrícia Kayser Vargas Mangan*

### Introdução

Em 2020 foi realizada por um grupo de trabalho<sup>1</sup> que reuniu 19 entidades representativas do setor da dança no Rio Grande do Sul, uma pesquisa com a finalidade de realizar um levantamento de dados para análise da cadeia produtiva da dança no estado. Os dados levantados nesta pesquisa deveriam servir para traçar um perfil do setor e orientar ações e políticas públicas para esse campo no Rio Grande do Sul. Este levantamento teve uma primeira análise, gerando um relatório organizado por Falkembach e publicado em 2024<sup>2</sup>.

É oportuno lembrar o contexto social no país neste recorte temporal em que foi realizado este levantamento. Com a pandemia devida ao Coronavírus 19 (COVID19), houve a necessidade das medidas de isolamento social, aplicadas no Brasil desde março de 2020, trazendo grande impacto aos trabalhadores da dança neste período. De acordo com Nunez (2024, p. 85):

A partir de março de 2020 a pandemia da covid-19 coloca desafios ainda mais profundos para os trabalhadores da cultura e os profissionais da dança. Ao desmonte das políticas públicas se soma a precarização profissional e existencial dos artistas e dos trabalhadores na cultura, na medida em que o fechamento das atividades públicas atingiu de maneira muito intensa o setor cultural.

---

<sup>1</sup> Articula Dança RS/ ASGADAN/ Associação de Circo RS/ ATAC/ Centro Municipal de Dança-SMC-PMPA/ Colegiado Setorial de Circo RS/ Colegiado Setorial de Dança RS/ Conselho Estadual de Cultura RS/ FAMURS/ Fórum de Ação Permanente pela Cultura/ Fórum Permanente de Cultura de Pelotas/ SATED RS/ SEDAC RS/ SEPLAG RS/UCS/ UERGS/ UFPEL/ UFRGS/ UFSM

<sup>2</sup> FALKEMBACH, Maria Fonseca (org.). **Caderno Agimos observa** [recurso eletrônico]: mapeamento da dança no Rio Grande do Sul – a pesquisa e reflexões. Pelotas: Ed. UFPel, 2024.

Frente a este contexto, houve necessidade, dentro do mapeamento realizado, de compreender como os/as profissionais da dança estavam sendo atingidos.

Levantamentos como o realizado neste estudo são historicamente importantes na área da dança no RS. Trata-se de uma demanda antiga do setor, segundo Paludo e Mac (2024). As informações coletadas tornam possível o delineamento do panorama artístico, socioeconômico e geográfico da dança no Estado, possibilitando a orientação de políticas públicas.

Como no mapeamento da dança no estado do Rio Grande do Sul, várias pesquisas sobre o impacto da pandemia da Covid-19 foram realizadas no país. Muitas delas com o objetivo de analisar o setor cultural, como, por exemplo, a “Pesquisa de Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Culturais e Criativos do Brasil”, organizado por Amaral (da Universidade de São Paulo/Ubá Cultura), Franco (Consultor Internacional para as Artes, Cultura e Economia Criativa/ANCTAD) e Lira (Cultive Soluções) <sup>3</sup> e a “Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa”, realizada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia<sup>4</sup>.

Estes levantamentos tratam das primeiras impressões e desafios que produtores culturais se depararam ao passar por um isolamento social devido à pandemia de Covid-19 e à necessidade de acessar os programas de incentivo à cultura oferecidos pelos municípios.

Diante desta situação de muita dificuldade na manutenção dos grupos e espaços de cultura, as cidades disponibilizaram vários editais de incentivo à cultura. A Prefeitura Municipal de Canoas/RS publicou vários editais de incentivo à cultura, entretanto verificou-se um baixo número de inscrições dos profissionais da cultura do município.

Este estudo, no campo da memória social, trata das primeiras impressões e desafios que produtores culturais de pequeno porte se deparam ao acessar os

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://datastudio.google.com/reporting/88bf6daa-3f58-4f5a-bb3f-9d4f5c3dc73b/page/4c7WB?s=gUJpgJdXnvQ> Acesso em: 10 jan. 2025.

<sup>4</sup>Disponível em: [https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa\\_covid19/RELAT%C3%93RIO\\_FINAL\\_Impactos\\_da\\_Covid-19\\_na\\_Economia\\_Criativa\\_-\\_OBEC\\_BA.pdf](https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa_covid19/RELAT%C3%93RIO_FINAL_Impactos_da_Covid-19_na_Economia_Criativa_-_OBEC_BA.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

programas de incentivo à cultura, oferecidos na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul. Abordaremos principalmente o período de 2021 a 2024, período bem delicado para o campo da cultura, que foi severamente prejudicada pela Pandemia do Coronavírus 2020 e 2021 e que ainda hoje sente os reflexos deste momento.

A questão que norteia esse estudo é: Quais seriam as principais dúvidas que produtores culturais de grupos artísticos de pequeno porte têm ao ler os editais das leis de incentivo à cultura disponíveis na cidade de Canoas?

Este tema justifica-se pela relevância que os editais tiveram neste momento, pois com o isolamento social, todas as pessoas que trabalham com cultura precisaram parar suas atividades. O objetivo principal é registrar as principais dúvidas e desafios no acesso aos recursos advindos de leis disponibilizadas durante e depois da Pandemia do Coronavírus (2020 a 2024) e identificar lacunas e propor caminhos para tornar esses mecanismos mais acessíveis, promovendo maior inclusão e fortalecimento do setor cultural no município.

Foram coletadas respostas de três produtores culturais de pequeno porte de Canoas que aceitaram participar de um questionário que busca coletar e discutir os dados de como os editais de fomento a cultura tem chegado até eles e quais os desafios e as facilidades na participação deles, inscrevendo seus trabalhos artísticos e obtendo êxito.

### **Impactos do isolamento social na cultura brasileira**

Devido ao fato de o levantamento do Mapeamento da Dança no RS (2020/2021) ter sido realizado durante o isolamento social em função da pandemia da Covid-19, “houve necessidade de compreender como os/as profissionais da dança estavam sendo atingidos por esse contexto” (Falkembach, 2024, p. 59). A partir disso, foram elaboradas questões relacionadas diretamente com as regras de isolamento social daquele momento, que trouxeram resultados que possibilitaram concluir que a pandemia impactou duramente o setor da dança.

Observa-se que a pandemia levou mais de 80% dos entrevistados a suspender ou diminuir suas atividades no período de isolamento social. Afirmado este impacto, o mapeamento procurou investigar sobre as perdas de renda durante a pandemia, apresentando dados como aproximadamente 80% dos participantes do

mapeamento tiveram perdas de renda relacionadas às atividades de dança em razão da pandemia, sendo que mais da metade teve perdas de 50% a 100% da sua renda. Como resultado, o levantamento identificou que a maioria das pessoas teve necessidade de exercer atividades remuneradas fora do campo da dança no contexto das regras de isolamento social impostas pela pandemia.

Entretanto, o mais impressionante foi um dado levantado sobre inscrições em editais públicos: a maioria (aproximadamente 60%) nunca concorreu a edital público como proponente. Desta forma, a grande questão é: por que profissionais da dança não se inscrevem em editais públicos de cultura? Quais as dificuldades encontradas por estes profissionais?

No mapeamento de 2020/2021, foi reconhecido que “os dados coletados permitiram embasar demandas do setor por políticas públicas” e “tangenciar parâmetros para a elaboração de fundos e editais no futuro” (Camargo, 2021, s.p.).

O ano de 2021 foi o momento mais crítico do afastamento social e, em concordância com a situação demonstrada pelo mapeamento de 2020/2021, Silva e Pereira discorrem:

O afastamento social imposto pela pandemia de COVID-19 trouxe sérias implicações para os grupos culturais de pequeno porte, afetando diretamente suas dinâmicas de interação, produção artística e sustentabilidade financeira. Esses grupos, muitas vezes dependentes de apresentações presenciais e da proximidade com o público, enfrentaram desafios significativos para se adaptar a novas plataformas digitais e manter suas atividades (Silva; Pereira, 2021).

Conforme Constante, Arruda e Waismann (2021, p. 3):

[...] o cenário estabelecido pela crise sanitária provocada pela pandemia e, conseqüentemente, a decretação de estado de calamidade pública no país pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, agravaram ainda mais o quadro para o setor cultural. Em efeito dominó, estados e municípios passaram a emitir decretos que estabeleceram restrições para a circulação de pessoas, especialmente em locais públicos, de forma a paralisar ou impor regras de funcionamento para a quase totalidade das atividades ligadas à cultura.

De acordo com Constante, Arruda e Waismann (2021), durante a pandemia, os estados e municípios implementaram decretos que restringiram a circulação de

peças, impactando diretamente os espaços culturais, como teatros, museus e bibliotecas. Esses locais tiveram que migrar suas atividades para o ambiente virtual, o que exigiu infraestrutura tecnológica, conhecimento em multimídia e competências administrativas para evitar prejuízos significativos ao setor cultural. Muitos artistas, sem dominar a tecnologia, se viram impossibilitados de trabalhar em um primeiro momento e precisaram redescobrir como fazer sua arte.

Na pesquisa realizada por Amaral, Franco e Lira (2020) foi demonstrado que mais de 40% das organizações ligadas aos setores da economia criativa e da cultura registrariam perdas entre 50% e 100% de suas receitas, já no primeiro trimestre da pandemia. Também foi identificado que o impacto foi maior nos trabalhadores autônomos e informais (56%); com renda mensal de até dois salários mínimos (23%); que desempenham a função de artistas (39%) e se posicionam na etapa da criação na cadeia produtiva (38%); e dentre as organizações, as que mais sofreram foram os microempreendedores individuais (42,5%). Segundo Constante, Arruda e Waismann (2021), esta pesquisa encontrou [...]

Outro fator alarmante evidenciado por esse estudo é o fato de que praticamente a metade das organizações culturais teria reduzido seu quadro de colaboradores no primeiro trimestre da pandemia, podendo chegar a 100% de redução para o segundo semestre de 2020 (2021, p. 5).

Já a pesquisa realizada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, coordenado por Canedo e Paiva Neto (2020), aponta dados semelhantes ao estudo citado anteriormente, pois, segundo Constante, Arruda e Waismann (2021, p. 5),

[...] a maioria dos respondentes era formada por trabalhadores da cultura sem vínculo empregatício formal, com renda média de até três salários mínimos e alta carga horária de trabalho (mais de 45 horas semanais). A grande maioria dos indivíduos e organizações respondentes (mais de 70%) informou que suas reservas financeiras poderiam garantir sua subsistência por, no máximo, um trimestre, período que já teria se findado ao término da pesquisa.

Neste levantamento, foi comprovado que mais de 70% dos respondentes sofreram cancelamentos entre 50% e 100% de suas atividades no primeiro trimestre da pandemia e mais de 80% dos respondentes indicou maior dificuldade na captação de recursos para a área. Também foi constatado que mais de 65% das organizações

tiveram redução de contratos e mais de 50% demitiram colaboradores neste período. A pesquisa também apontou uma grande necessidade de treinamento e capacitação, serviços e infraestrutura para adaptar suas atividades ao ambiente virtual.

### **Leis de incentivo à cultura: Realidade após a pandemia**

Diante desta situação de muita dificuldade na manutenção dos grupos e espaços de cultura, as cidades disponibilizaram vários editais de incentivo à cultura. Segundo Constante, Arruda e Waismann (2021, p. 3),

[...] iniciou-se um forte movimento de articulação social para a sanção de uma lei de emergência cultural, a qual pudesse auxiliar diretamente os trabalhadores da cultura e espaços culturais independentes durante a suspensão temporária das atividades do setor.

A Prefeitura Municipal de Canoas/RS publicou vários editais de incentivo à cultura que se destinam ao público-alvo da pesquisa que são: grupos artísticos de pequeno porte. Foi possível encontrar no site da Prefeitura 2 editais disponíveis a grupos em 2024, 5 editais em 2023, 3 editais em 2022 e 2 editais em 2024.

Detalhando um pouco mais estes editais temos, em 2024, Canoas disponibilizou editais de fomento à cultura que incluem iniciativas como o Edital n.º 172/2024 da Lei Aldir Blanc com contrapartida de apresentações gratuitas e democratização do acesso aos produtos culturais, voltados principalmente a comunidades em situação de vulnerabilidade. O edital priorizou projetos que tivessem impacto social significativo e o Edital n.º 188/2024 para o desenvolvimento da Rede Municipal de Pontos de Cultura, com contrapartidas relacionadas a ações que promovam inclusão cultural, como oficinas, eventos públicos ou formações gratuitas.

Em 2023, a Prefeitura de Canoas/RS, disponibilizou diversos, editais de fomento à cultura por meio da Secretaria Municipal da Cultura. Entre os principais, destacam-se:

- a) Edital n.º 385/2023 (Programa de Incentivo à Cultura - PIC): Focado na seleção de projetos culturais diversos, com contrapartidas relacionadas à democratização do acesso e realização de atividades gratuitas para a comunidade, como oficinas ou apresentações em escolas públicas, ou

espaços comunitários;

- b) Edital n.º 262/2023: Voltado à seleção de propostas artísticas culturais com apoio da Lei Paulo Gustavo, promovendo a inclusão e diversidade. As contrapartidas incluíram ações voltadas para sociedade e a ampliação do acesso à cultura;
- c) Edital n.º 76/2023 (Microcrédito Cultural): Focado no financiamento de pequenos projetos culturais, exigindo contrapartidas como a devolução cultural para a sociedade, geralmente em formatos como exposições, apresentações ou produções de pequeno porte abertas ao público;
- d) Edital n.º 301/2023 (Audiovisual): Destinado à produção audiovisual, com contrapartidas ligadas à exibição gratuita das obras produzidas em espaços públicos ou eventos comunitários, este não favorecendo os grupos estudados neste artigo, mas presente na pesquisa para compor os editais que investem em cultura;
- e) Edital n.º 253/2023 - Mérito Cultural Canoense, cujo objetivo foi reconhecer agentes culturais, pessoas físicas, que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento artístico ou cultural da cidade, este também não destinado a grupos e sim para os agentes culturais.

Em 2022, Canoas publicou dois Editais que se relacionavam a produções artísticas e um de auxílio Emergencial devido à Pandemia do Coronavírus. Os editais e suas contrapartidas são:

- a) Edital n.º 328/2022 (Programa de Incentivo à Cultura - PIC): Destinado a pessoas físicas e jurídicas, artistas independentes, produtores culturais e organizações, com o objetivo de fomentar projetos culturais em diversas áreas, como artes cênicas, música, artes visuais, literatura, patrimônio cultural, entre outras, neste edital é possível perceber um maior apoio a iniciativas de pequeno porte e ações voltadas para públicos vulneráveis ou com acesso reduzido a bens culturais, pois a prioridade deste edital eram propostas que promovessem o acesso democrático à cultura, a diversidade artística e o fortalecimento das manifestações culturais locais;

- b) Edital n.º 67/2022 (Microcrédito Cultural), destinado a pequenas iniciativas culturais independentes e microempreendedores locais, tendo como contrapartida atividades culturais em acesso público ou apresentações integradas com a Secretaria de Cultura;
- c) Edital n.º 207/2022 destinado à cadeia produtiva da cultura de Canoas por meio de Auxílio Emergencial da Cultura.

No ano de 2021, foi o momento mais crítico do afastamento social, segundo Silva e Pereira (2021), e diante desta situação de muita dificuldade na manutenção dos grupos e espaços de cultura, a cidade de Canoas disponibilizou em 2021 os seguintes Editais:

- a) Edital n.º 253/2021 (Chamamento Público): Destinado a empresas ou profissionais com capacidade técnica para prestação de serviços de consultoria na elaboração, formatação e acompanhamento de projetos culturais voltados às leis de incentivo estadual e federal (no quadro 1 mencionado como verba federal, mas com complemento do estado) e a contrapartida consistia na entrega de serviços qualificados, visando estruturar melhor a execução dos projetos culturais locais e potencializar o uso de recursos públicos para a cultura;
- b) Edital n.º 296/2021(Programa de Incentivo à Cultura - PIC): Voltado para projetos culturais de pessoas físicas e jurídicas com atuação comprovada na área cultural e sediados no município, e a contrapartida incluía a execução de atividades culturais que promovessem o acesso e a visibilidade das manifestações artísticas locais.
- c) Edital n.º 27/2021 (do Programa Microcrédito Cultural de Canoas de 2021): Ele visava fomentar projetos culturais de artistas e produtores residentes no município, tinha pontuação especial para Protagonismo Social: realizadores negros, idosos, pessoa com deficiência (PcD), indígenas, quilombolas, ciganos ou LGBTQIA+. E como contrapartida, que os projetos aprovados realizassem ações culturais gratuitas ou de acesso público no município, promovendo a democratização da cultura. Entre as contrapartidas mencionadas, estavam a necessidade de desenvolver atividades que

beneficiassem a comunidade local, como oficinas, apresentações artísticas ou eventos culturais inclusivos, com o intuito de ampliar o alcance e o impacto das iniciativas apoiadas.

Além destes e mais voltados para o Auxílio Emergencial e completamente voltados para as pessoas que trabalham com cultura em Canoas, tiveram os Editais:

- a) Edital n.º 313/2021 (Microcrédito Cultural) direcionado para apoiar empreendedores culturais e artistas do município de Canoas afetados pela pandemia;
- b) Edital n.º 297/2021 (Programa Bolsa Canoas Cultural): Destinava-se a artistas e produtores culturais da cidade sem renda formal nos 12 meses anteriores e cuja atividade artística fosse a única fonte de renda.

Com base nos editais e bibliografias pesquisadas, foi elaborado um estudo, no campo da memória social, tratando das primeiras impressões e desafios que produtores culturais de pequeno porte se deparam ao acessar os programas de incentivo à Cultura, oferecidos na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul. Ao ler os editais disponibilizados, os grupos que acessam muitas vezes se deparam com dificuldades e muitas dúvidas para compreender como submeter seu trabalho artístico de forma correta, visando acessar o financiamento para a obra.

### **Acesso às leis de incentivo à cultura: Desafios dos grupos artísticos de pequeno porte de Canoas/RS**

No desenvolvimento do estudo sobre os desafios dos grupos artísticos de Canoas/RS frente ao acesso às leis de incentivo à cultura publicados pela Prefeitura Municipal de Canoas, optou-se por uma abordagem qualitativa, com base na análise documental e questionário, para compreender o cenário de fomento à cultura em Canoas/RS, entre os anos de 2021 e 2024.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. O enfoque qualitativo foi escolhido por possibilitar uma análise profunda das percepções e contextos relacionados aos editais de fomento cultural, bem como das experiências

dos produtores culturais entrevistados. A abordagem exploratória buscou identificar características e tendências no apoio a grupos culturais de pequeno porte, enquanto a descritiva visou detalhar as práticas e desafios enfrentados no período analisado.

### **Instrumento de coleta de dados**

A primeira etapa de coleta de dados, consistiu na análise dos editais de fomento à cultura disponibilizados pela Prefeitura de Canoas entre 2021 e 2024. Essa análise documental teve como objetivo:

- Identificar as oportunidades oferecidas para grupos culturais de pequeno porte;
- Mapear os critérios de seleção, recursos disponibilizados e origem dos recursos;
- Compreender as políticas públicas de incentivo à cultura no município.

Os documentos foram acessados por meio de fontes oficiais, através do site da Prefeitura Municipal de Canoas.

A segunda etapa envolveu a realização de coleta de dados por meio de questionário com três produtores culturais atuantes na cidade de Canoas. A escolha dos participantes seguiu os critérios de:

- Experiência comprovada na produção cultural local;
- Participação direta ou indireta nos editais analisados;
- Atuação na área das artes cênicas.

O questionário foi criado a partir dos objetivos especificamente para este trabalho e foi escolhido pelo pouco tempo para coleta de dados, e por meio dele é possível coletar informações sobre a importância dos editais para os produtores, suas facilidades e dificuldades na adesão. Ele também possibilita fácil acesso dos participantes, visto que foi feito de forma online pelo Formulários Google.

As perguntas abordaram temas como:

- Experiência no processo de inscrição;
- Impacto dos editais em seus trabalhos e na cena cultural local;
- Percepções sobre os desafios enfrentados na adesão a estes editais, por grupos culturais de pequeno porte de Canoas.

Apoiada nessa metodologia e nos dados coletados, foi realizada a discussão dos resultados.

## **Discussões acerca dos dados levantados**

A análise das respostas dos questionários respondidos pelas produtoras culturais de pequeno porte de Canoas/RS, que participaram dos Editais de Incentivo à Cultura no período de 2021 a 2024, teve como objetivo, interpretar os dados obtidos dos desafios, oportunidades e impactos observados no setor cultural da cidade

A discussão dos resultados busca explorar como os produtores culturais de pequeno porte entendem o impacto dos editais no desenvolvimento de suas atividades, os desafios enfrentados no processo de participação e as oportunidades geradas para o setor cultural local.

Nesta pequena amostra, composta por três participantes, que vamos tratar nesta seção, como Produtora 1, com 36 anos de experiência na área, Produtora 2, com 27 anos de experiência e a Produtora 3, com 8 anos de experiência. Analisando as respostas temos: que todas as três foram contempladas neste período pelos editais, e que consideram os editais de suma importância para o desenvolvimento de seus trabalhos, como podemos perceber na resposta da Produtora 2: “Penso que são uma ferramenta de apoio e fomento para o setor cultural, engajando diversos profissionais do setor e fazendo a economia girar”. Neste destaque é possível ver que não apenas para os grupos, os editais são importantes, mas para a população em geral, pois todas as contrapartidas dão destaque a disseminação dos trabalhos nas comunidades, escolas e eventos da Secretaria Municipal de Cultura. Como vemos nas palavras de Botelho, 2001 “pesquisas demonstram claramente que o sistema escolar, embora não sendo o único determinante, é a ferramenta mais acessível de construção de um capital cultural, abrindo também a porta de alimentação desse capital.” Então, os editais cuja contrapartida envolva oficinas e apresentações em escolas podem ser um grande mecanismo de cultivar o público para o futuro.

Além deste ponto o fator econômico também é importante, principalmente neste período, como podemos ver nos resultados preliminares da pesquisa feita na época nas palavras de Luz, Waismann e Arruda (2021, p. 9): No que se refere à

dependência econômica com o setor cultural, 59,7% informou ser profissional da área e que seus rendimentos estão totalmente comprometidos, em comparação aos 33,9% que declara ser profissional da área, mas possui rendimentos de outras atividades que ajudam a complementar sua renda. Uma parcela importante da sociedade que, com esta queda na sua renda, afeta uma parcela importante da sociedade.

Quanto aos aspectos dificultadores, a “burocracia”, a dificuldade com o volume dos documentos exigidos e o tempo relativamente curto para organizar tudo foram os citados pelas Produtoras, porém é possível observar que quanto mais experiência a Produtora tem, mais facilidade observa no processo, como vemos na colocação da Produtora 1, a mais experiente do grupo: “Eu venho com o passar dos anos me aprimorando e conseguindo lidar com “*expertise*” com os editais e acredito que o que pode ser melhorado são as regras e a avaliação mais qualificada, mas entendo que é um processo, pois editais são praticamente novos no país e devem ser aprimorados com o tempo.”

Outro ponto salientado e que no levantamento de dados dos Editais também fica claro é que, aos poucos critérios como projetos culturais de artistas e produtores residentes no município, pontuação especial para Protagonismo Social: realizadores negros, idosos, pessoa com deficiência (PcD), indígenas, quilombolas, ciganos ou LGBTQIA+, começam a aparecer e oportunizar uma maior inclusão. Bem como formulários mais intuitivos no preenchimento, como salienta a fala da Produtora 2: “Mas eu acredito que de um tempo para cá o preenchimento do formulário do edital mais intuitivo, de forma a facilitar para o proponente. A experiência mais recente que tive foi com o edital da Lei Aldir Blanc e não encontrei dificuldades.”

## **Considerações finais**

Como considerações parciais, visto que o estudo tem poucos participantes até esta fase, fica a ideia de evolução e crescimento no processo, salientando que quanto mais a comunidade artística se envolve, participa e discute o processo, mais fica evidente a necessidade do processo das políticas culturais abrangentes e descentralizadas, para atender não apenas um público já conhecido que consome

cultura, mas abarcar outros públicos que se veem representados em outras atividades culturais que também precisa, ter oportunidade de fomento.

As análises indicaram que os maiores desafios se centram em compreender e coletar todo o material necessário para a inscrição no tempo estabelecido pelo edital. Compreender os critérios avaliativos também foi apontado pelos entrevistados.

Outra consideração importante é que a prática de escrever e inscrever os projetos culturais, vão trazendo uma maior apropriação da forma mais eficiente de elaborar as propostas e obter subsídio para o trabalho. Continuar avançando também em propostas que incluam mais linguagens e diversidade cultural também se faz necessária para a permanente evolução da política cultural. Por fim, aumentar a população de respondentes do questionário fará com que tenhamos a confirmação destas ideias e o acréscimo de outras demandas do setor, por isso é necessário continuar analisando para que as políticas culturais sejam cada vez mais plurais e abrangentes.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 73–83, abr. 2001.

AMARAL, Rodrigo Correia do; FRANCO, Pedro Affonso Ivo; LIRA, André Luis Gomes. **Pesquisa de percepção dos impactos da COVID-19 nos setores cultural e criativo do Brasil**. Paris/ Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, 2020. Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/reporting/88bf6daa-3f58-4f5a-bb3f-9d4f5c3dc73b/page/4c7WB?s=gUJpgJdXnvQ>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CAMARGO, Gilson. Pesquisa revela perfil socioeconômico da dança no Rio Grande do Sul. **Jornal Extra Classe**, Porto Alegre, 18 set. 2021.

CANEDO, Daniele Pereira.; NETO, Carlos Beyrodt Paiva. (coord.). **Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa**: relatório final de pesquisa. Observatório da Economia Criativa. Salvador: Santo Amaro: UFRB, 2020. Disponível em: [https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa\\_covid19/RELAT%C3%93RIO\\_FINAL\\_Impactos\\_da\\_Covid-19\\_na\\_Economia\\_Criativa\\_-\\_OBEC-BA.pdf](https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa_covid19/RELAT%C3%93RIO_FINAL_Impactos_da_Covid-19_na_Economia_Criativa_-_OBEC-BA.pdf). Acesso em: 10 jan. 2025.

FALKEMBACH, Maria Fonseca (org.). **Caderno Agimos observa** [recurso eletrônico]: mapeamento da dança no Rio Grande do Sul – a pesquisa e reflexões. Pelotas: Ed. UFPel, 2024.

CONSTANTE, Simone Luz Ferreira; ARRUDA, Cleberli Fabiano Costa de; WAISMANN, Moisés. Impactos da quarentena no setor cultural em Canoas/RS: resultados preliminares. **Desenvolve - Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 10, n. 2, p. 1-11, 2021. <https://doi.org/10.18316/desenv.v10i2.8809>

**MAPEAMENTO Dança RS. 2021**. Disponível em: <https://sites.google.com/view/mapeamentodancars>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NEVES, Juliana Cunha Lima. **Entre o ar e o chão: *metier* de bailarino** na cidade de São Paulo. 296 f., 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2010.

NÚÑEZ, Tarson. O mapeamento da dança e seu papel na construção da democracia. In: FALKEMBACH, Maria Fonseca (org.). **Caderno Agimos observa** [recurso eletrônico]: mapeamento da dança no Rio Grande do Sul – a pesquisa e reflexões. Pelotas: Ed. UFPel, 2024. p. 78-91.

PALUDO, Luciana; MAC, Diego. Sobre o mapeamento da dança do RS: perspectivas e reminiscências de uma trabalhadora e um trabalhador da dança. In: FALKEMBACH, Maria Fonseca (org.). **Caderno Agimos observa** [recurso eletrônico]: mapeamento

da dança no Rio Grande do Sul – a pesquisa e reflexões. Pelotas: Ed. UFPel, 2024. p. 92-99.

PREFEITURA, MUNICIPAL DE CANOAS. **Editais de incentivo à cultura (2021-2024)**. Disponível em: <http://www.canoas.rs.gov.br/cultura/editais>. Acesso em: 19 out. 2024.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE CULTURA. Portaria SEDAC nº. 29, de 1º de julho de 2014. **Diário Oficial**, 2014, p. 100. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191138/10093847-plano-setorialdanca-2014.pdf>. Acesso em 29 dez. 2024.

SILVA, J.; PEREIRA, M. Impactos da pandemia nos coletivos artísticos: desafios e adaptações no cenário cultural brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Culturais**, v. 8, n. 2, p. 45-59, 2021. DOI: 10.xxxx/rbec2021.

## **Imaginário turístico açoriano e a renda de bilro: uma discussão teórica**

*Denise Christo de Souza*

*Moisés Waismann*

### **Apresentação**

A colonização de Florianópolis está fortemente ligada à chegada dos açorianos entre 1747 e 1753, que trouxeram suas tradições culturais, como a culinária, arquitetura e o artesanato, em especial a renda de bilro. Esses imigrantes enfrentaram desafios no cultivo do trigo, alimento típico das suas ilhas de origem, adaptando-se à farinha de mandioca. A cidade mantém até hoje muitos traços da cultura açoriana, que, juntamente com influências de outros imigrantes, contribui para a diversidade cultural local. A renda de bilro, símbolo identitário e turístico de Florianópolis, é um exemplo da preservação cultural em um contexto de mercantilização. O turismo, ao promover a cultura açoriana como atrativo, contribui para a valorização e transformação das tradições em produtos de consumo, refletindo um processo de construção da memória social. A memória coletiva de Florianópolis é seletiva, destacando algumas influências culturais enquanto omite outras, como as de grupos indígenas e outros imigrantes. A cidade, ao fortalecer a cultura açoriana, constrói uma identidade homogênea que serve aos interesses do turismo e da economia. A lembrança social, portanto, é dinâmica e moldada por disputas, sendo constantemente ressignificada por interesses contemporâneos. Este texto se propõe a discutir, a partir da renda de bilro a relação do imaginário turístico com o campo da memória social. Ele está organizado em três partes, além desta apresentação. Na sequência apresenta-se a relação da renda de bilro, com o município de Florianópolis, objeto da pesquisa apresentada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, na sequência uma discussão teórica e por fim as considerações finais e as referências bibliográficas.

## **Introdução**

A colonização de Florianópolis está intrinsecamente ligada às Ilhas do Arquipélago dos Açores, cuja descoberta pelos portugueses remonta a 1427. Inicialmente habitadas por migrantes das províncias meridionais de Portugal, essas ilhas também receberam influência flamenga, ainda que sem registros formais, mas com indícios de que foram responsáveis por introduzir a renda de bilro na região (Wendhausen, 2015). A vinda dos colonizadores açorianos para a região de Florianópolis resultou na formação de comunidades insulares que, apesar de falarem a mesma língua, enfrentaram desafios na comunicação devido à distância geográfica e dificuldades estruturais, o que favoreceu a preservação de seus hábitos e costumes.

O contexto geográfico de Florianópolis, com solos arenosos e manguezais, não permitiu a continuidade do cultivo do trigo, alimento básico na dieta dos açorianos devido à fertilidade vulcânica das suas ilhas de origem. Assim, houve a necessidade de adaptação à nova realidade agrícola, levando à substituição do trigo pela farinha de mandioca como base alimentar. A cidade, cuja maior parte do território está situada na porção insular, conserva até os dias atuais expressivos traços da arquitetura colonial açoriana, evidenciando a influência cultural de seus primeiros habitantes.

O estado de Santa Catarina é reconhecido pela sua diversidade cultural, resultado da interação entre costumes indígenas e tradições trazidas por imigrantes alemães, italianos, poloneses e açorianos (Reche, 2017). A presença da cultura açoriana em Florianópolis se consolidou a partir da chegada dos primeiros casais enviados pela Coroa Portuguesa com a missão de povoar estratégicos territórios costeiros. O processo migratório ocorreu entre 1747 e 1753, com a chegada de aproximadamente seis mil pessoas, provenientes das ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Madeira (Cunha, 2016). Estes imigrantes trouxeram consigo elementos culturais significativos, como sua arquitetura, culinária, música, artesanato e tradições populares, que, mesmo após mais de dois séculos, ainda são perceptíveis na identidade local.

A manutenção e valorização dessa herança cultural é um dos focos do Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que adota a definição do historiador Vilson Farias sobre "cultura de base açoriana". Segundo Farias, essa cultura é caracterizada por forte religiosidade, refletida no folclore, literatura popular, artesanato, arquitetura, brincadeiras infantis e na gastronomia tradicional (Cletison, 2015). Dentre essas manifestações culturais, destaca-se a renda de bilro, um artesanato tradicional que representa não apenas um meio de subsistência, mas também um símbolo identitário e turístico da cidade.

O artesanato das rendeiras, além de preservar um saber ancestral transmitido de geração em geração, está profundamente enraizado no imaginário turístico de Florianópolis. A produção da renda de bilro, conforme Soares (1987), é uma das mais singelas tradições populares do Brasil, mas enfrenta desafios relacionados à sua continuidade e valorização. Essa prática artesanal, muitas vezes acompanhada pelo cantar da "ratoeira", remete às tradições lusitanas que marcaram a identidade cultural local. A relação entre as rendeiras e seus espaços de convivência revela um processo dinâmico de preservação e ressignificação de memórias, consolidando a renda de bilro como um elemento fundamental na construção do imaginário turístico da cidade.

Florianópolis, além de suas belezas naturais, investe na valorização do turismo cultural, que resgata a herança açoriana e a transforma em atrativo econômico. A cidade, reconhecida pela UNESCO como "Cidade Criativa na área de Gastronomia", também se destaca pelo incentivo à produção artesanal, inserindo a renda de bilro no mercado turístico. Segundo dados da Fecomércio SC, na temporada de verão de 2022, o setor de presentes e souvenirs representou 8,8% dos gastos dos turistas, incluindo produtos artesanais como a renda de bilro. A visibilidade dessa arte é reforçada por iniciativas como o Mapa da Renda, que georreferencia os principais pontos de produção e comercialização desse artesanato, incluindo bairros como Sambaqui, Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e o Mercado Público Municipal.

A construção do imaginário turístico de Florianópolis está intimamente ligada à mercantilização de suas tradições, convertendo patrimônio cultural em

atrativo econômico. Silva (2016) argumenta que, com o avanço do turismo, a urbanização e o interesse pela preservação arquitetônica, a cultura açoriana passou a ser cada vez mais incorporada ao imaginário da cidade. Elementos como festas populares, arquitetura colonial e culinária típica são apropriados pelo setor turístico, contribuindo para a formação de uma identidade cultural voltada ao mercado. O turismo criativo, que incentiva a interação do visitante com a cultura local, tem na renda de bilro um exemplo de experiência autêntica, permitindo que turistas conheçam e participem do processo artesanal.

Dessa forma, a análise da renda de bilro como elemento do imaginário turístico de Florianópolis permite compreender a forma na qual a cidade constrói sua identidade cultural, destacando-se como um destino que valoriza e resgata suas tradições para alavancar o turismo e fortalecer sua economia.

### **Memória social e identidade**

O estudo da memória apresenta uma dicotomia entre compreender sua essência e a motivação para estudá-la. Fentress e Wickham (1992) destacam que a memória permeia todos os aspectos da vida, moldando a subjetividade humana. Ellis e Hunt (1995) enfatizam sua centralidade no funcionamento intelectual, destacando sua interação com passado, presente e futuro, além de seus elementos simbólicos e imaginários.

Pierre Nora (1993) argumenta que a memória é um fenômeno dinâmico, em constante evolução, resultante da interação entre lembrança e esquecimento. Dodebei et al. (2016) complementam, apontando que a memória expressa crenças, normas e ritos que orientam as práticas sociais. Assim, ela não se limita à reprodução do passado, mas é constantemente resignificada pelos indivíduos e grupos sociais, garantindo a transmissão e atualização de culturas.

Halbwachs (1990) divide a memória em quadros sociais, que mantêm valores essenciais para a coesão de um grupo. Para ele, a afetividade dentro de comunidades reforça a identidade social e as recordações compartilhadas garantem a continuidade da memória coletiva. Tedesco (2014) reforça essa ideia ao afirmar que a memória coletiva resulta das representações sociais acumuladas ao longo do tempo, determinando formas de socialização e interação.

A Memória Social difere dos estudos tradicionais ao rejeitar identidades fixas, permitindo mobilidade conceitual. Gondar e Dodebei (2005) propõem quatro perspectivas conceituais sobre o tema. A primeira é a transdisciplinaridade, que favorece a construção de novos conceitos ao integrar diferentes áreas do conhecimento. A segunda aborda o caráter ético e político da memória, enfatizando sua utilização para moldar o futuro a partir do passado. Esse aspecto é exemplificado pelo imaginário turístico de Florianópolis, que valoriza a herança cultural açoriana, enquanto esquece outras influências históricas, como a presença de judeus portugueses.

A terceira perspectiva concebe a memória como uma construção processual, focando no método de significância das lembranças. Esse processo evidencia relações de poder e dinâmicas temporais entre memória e esquecimento. Makowiecky e Cherem (2019) ressaltam que o legado cultural da Ilha da Magia e a confecção da renda de bilro são elementos que reforçam essa identidade compartilhada. Porém, a memória não é homogênea: enquanto para alguns a cultura açoriana representa uma tradição viva, para outros há um distanciamento dessa identidade, revelando divergências dentro do grupo social.

A quarta perspectiva de Gondar e Dodebei (2005) rejeita a redução da memória social à representação, enfatizando sua construção por meio de disputas entre grupos de interesse. A Gondar (2019) adiciona uma quinta perspectiva, argumentando que a memória não se limita à identidade. Isso evidencia que, por trás das narrativas coletivas, há conflitos e exclusões de histórias suprimidas pelo discurso dominante.

Em Florianópolis, a promoção da cultura açoriana como marca turística demonstra a seleção estratégica da memória, em detrimento de outras heranças culturais. A renda de bilro exemplifica esse processo: sua prática coletiva fortalece a identidade local, enquanto o discurso turístico a transforma em produto de consumo, associando-a ao imaginário da cultura açoriana. Esse fenômeno reflete a teoria de Bernd e Duarte (2018), segundo a qual a memória coletiva se constitui por associações seletivas, oscilando entre lembrança e esquecimento.

Tedesco (2014) aponta que a memória patrimonial sempre foi atrelada a interesses dominantes, sendo utilizada para consolidar uma identidade

específica. Esse conceito se aplica ao imaginário turístico de Florianópolis, que enaltece aspectos culturais selecionados em prol do turismo e da economia. Para Brusadin (2014), o imaginário social é moldado pela tradição e pelo turismo, transformando patrimônios culturais em produtos de consumo.

A cultura de base açoriana, embora representativa, é uma escolha entre múltiplas influências que compõem a identidade de Florianópolis. Esse fenômeno evidencia o poder da memória na construção de discursos históricos e no delineamento do imaginário turístico, confirmando a tese de que a memória não é apenas um reflexo do passado, mas uma ferramenta dinâmica moldada por interesses presentes e futuros.

### **Considerações Finais**

A colonização de Florianópolis, com sua forte ligação às Ilhas dos Açores, é um marco histórico que reflete um processo de adaptação e preservação cultural único. A chegada dos colonizadores açorianos entre 1747 e 1753, em um contexto de estratégias de povoamento e desenvolvimento do território, consolidou-se como uma das principais influências que moldaram a identidade da cidade. Esses imigrantes, com suas tradições e modos de vida, enfrentaram desafios naturais e culturais ao se estabelecerem em Florianópolis, resultando em um processo dinâmico de troca e adaptação de costumes, especialmente no que se refere à alimentação e à organização social.

O contato entre os açorianos e o ambiente insular de Florianópolis não foi apenas uma simples adaptação geográfica, mas também cultural. A impossibilidade de cultivar o trigo, base da dieta açoriana, levou à substituição do alimento por farinha de mandioca, um símbolo de resistência e resiliência que, além de adaptar a culinária, também reflete um caráter de adaptação contínua diante das condições adversas. Essa transformação no uso dos recursos naturais e a preservação de elementos como a religião, o artesanato e a arquitetura evidenciam a singularidade da identidade local, profundamente influenciada pelos colonizadores, mas também enriquecida pela interação com outras culturas.

Um dos elementos mais representativos dessa herança cultural é a renda de bilro, que se torna um símbolo não apenas de subsistência, mas de identidade

e pertencimento. A prática da renda de bilro, transmitida de geração em geração, vai além de um simples ofício manual, sendo também um fator crucial para a constituição do imaginário turístico de Florianópolis. Como pontuado ao longo do texto, a renda de bilro se insere no mercado turístico de maneira estratégica, não apenas como um produto, mas como um ativo cultural que reforça a singularidade da cidade, ao mesmo tempo, em que enfrenta os desafios da mercantilização e da preservação de sua autenticidade.

O turismo em Florianópolis, ao se basear na valorização de sua herança açoriana, faz uso de práticas culturais como a renda de bilro para construir um discurso de autenticidade e identidade, mas ao mesmo tempo, impõe a seleção de memórias e a construção de uma narrativa que privilegia uma parte da história, em detrimento de outras influências culturais. Este fenômeno é um reflexo da teoria da memória social, que propõe a ideia de que a memória não é uma reprodução do passado, mas uma construção constante, dinâmica e, muitas vezes, seletiva, que serve a interesses contemporâneos.

Neste contexto, a memória social em Florianópolis reflete uma dinâmica de construção identitária que, ao valorizar elementos como a cultura açoriana, não apenas preserva, mas também transforma essa herança em um atrativo turístico e econômico. Isso pode ser observado na promoção da renda de bilro, que ao ser associada ao turismo, se torna um objeto de consumo, ao mesmo tempo que simboliza a luta pela preservação das tradições. Ao se tornar um produto turístico, a memória coletiva de Florianópolis, formada por diversos elementos culturais, é moldada por interesses econômicos, políticas de identidade e pela dinâmica do mercado, o que levanta questões sobre os processos de exclusão e silenciamento de outras narrativas culturais.

O estudo da memória social e sua relação com o turismo evidencia, assim, a natureza da construção da identidade cultural de Florianópolis. A cidade, ao promover um imaginário que prioriza a cultura açoriana, simultaneamente reforça uma visão homogênea de sua história, que não inclui outras influências significativas, como a presença de outros grupos imigrantes ou até as culturas indígenas que compõem o mosaico social da região. A valorização da renda de bilro, enquanto símbolo do passado açoriano, demonstra como a memória é

continuamente ressignificada e como a história é construída, muitas vezes, a partir de seleções e omissões que atendem aos interesses do presente.

No final, a análise do processo de memória e da construção da identidade cultural de Florianópolis através da renda de bilro permite uma reflexão sobre o papel do turismo na preservação e transformação das tradições culturais. A memória não é estática nem fixa, mas um processo em constante movimento, que reflete as dinâmicas de poder, interesses econômicos e políticas identitárias. Assim, ao entender como Florianópolis constrói sua identidade, a partir da valorização da herança açoriana e da mercantilização de suas tradições, é possível compreender a complexidade da memória social e o impacto das práticas turísticas no cenário cultural contemporâneo. O desafio está em equilibrar a preservação genuína das tradições e a adaptação às novas realidades econômicas, sem perder de vista a diversidade e a riqueza de todas as influências que formam a cidade.

## REFERÊNCIAS

BERND, Zilá; DUARTE, Kelley Baptista. **Da memória cultural à memória saturada**: revisão dos conceitos na perspectiva de Régine Robin. In: Zila Bernd; Cleusa Maria Gomes Graebin. (Org.). *Memória social: revisitando autores e conceitos*. 1. ed. Canoas RS: LaSalle editora, 2018, p. 39-54.

BRUSADIN, Leandro Benedini. A cultura e a tradição no imaginário social: ação simbólica no patrimônio e no turismo. *Revista Turismo y Desarrollo Local*, [s. l], v. 7, n. 17, p. 1-19, dez. 2014. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/17/patrimonio.html>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CLETISON, Joi. Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense: século XVIII a XXI. Século XVIII a XXI. 2011. *Revista Educação em Linha*. Disponível em: [https://nea.ufsc.br/files/2011/07/artigo\\_revista\\_EducacaoemLinha\\_2011.pdf](https://nea.ufsc.br/files/2011/07/artigo_revista_EducacaoemLinha_2011.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

CLETISON, Joi. **Núcleo de Estudos Açorianos** – 30 anos de história (1984 a 2014). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://nea.ufsc.br/artigos/artigos-joi-cletison-2/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

DODEBEI, Vera et al. (org.). Por que memória social? *Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 1-378, 2016. Edição Especial. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ELLIS, Henry Carlton.; HUNT, R. Reed. *Fundamentals of cognitive psychology*. Madison: Brown Benchmark, 1995.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. (T. Costa, Trad.). Lisboa: Teorema, 1992.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Ltda, 2005. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

MAKOWIECKY, Sandra; CHEREM, Rosângela Miranda (orgs.). **Passado-presente em quadros**: uma antologia da história da arte em Santa Catarina, Florianópolis: AAESC, 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Trad. Yara

SILVA, Fabíola Fernandes; BEZERRA, Leandro Tavares; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Imagem e Imaginário como componentes da construção da Experiência Turística do viajante. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 19, n. 2, p.

1-14, Disponível em:  
file:///C:/Users/denis/Desktop/Dropbox/My%20PC%20(DESKTOP0TMKC6P)/Downloads/1389-5480-1-PB%20(7).pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, Márcia Alves Soares da. **Cultura Açoriana no Contexto da Cidade Mercadoria**: da Invisibilidade à Mercantilização em Florianópolis – SC. Caminhos de Geografia. VL - 17 – 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/308042017\\_cultura\\_acoriana\\_no\\_contexto\\_da\\_cidade-mercadoria\\_da\\_invisibilidade\\_a\\_mercantilizacao\\_em\\_florianopolis\\_-\\_sc](https://www.researchgate.net/publication/308042017_cultura_acoriana_no_contexto_da_cidade-mercadoria_da_invisibilidade_a_mercantilizacao_em_florianopolis_-_sc). Acesso em: 8 jul. 2022.

SOARES, Doralécio. **Rendas e rendeiras da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis. F. C. C., 1987.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidades, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014. NEMEC - Núcleo de Estudos sobre Memória e Cultura. Disponível em: [http://editora.upf.br/images/ebook/nas\\_cercanias\\_da\\_memoria.pdf](http://editora.upf.br/images/ebook/nas_cercanias_da_memoria.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.

## **O desenvolvimento de Canoas e sua relação com a Região Metropolitana de Porto Alegre: mobilidade urbana em foco**

*Caroline Guterres de Souza*  
*Ingridi Vargas Bortolaso*  
*Patrícia Kayser Vargas Mangan*

### **Introdução<sup>5</sup>**

O ano de 2023 marcou o aniversário de 40 anos da legislação que institucionalizou a criação das primeiras Regiões Metropolitanas (RM) no Brasil. A Lei Complementar 14 de 8 de junho de 1973 oficializou o movimento urbano que já ocorria no país desde a década de 1940, quando a migração populacional para as cidades próximas às capitais aumentava devido ao cenário social, político e econômico da época. Esse movimento transformou a paisagem urbana de forma que seus reflexos reverberam até hoje no cotidiano citadino. Tanto que, após décadas de sua implementação, outras leis foram sancionadas para regular o espaço urbano, na tentativa de estruturar e direcionar ações de desenvolvimento nas áreas onde a expansão populacional ainda é presente. Entre elas, pode-se destacar o Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001), a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal 12.587/2012) e o Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015).

A expansão urbana, motivada pelo crescimento industrial e aumento populacional nas cidades do entorno de Porto Alegre, impulsionou o processo de metropolização, que segundo o IPEA (2010), pode ser definido como um movimento integrativo do território a partir de uma cidade núcleo, com as quais as demais compartilham um conjunto de funções de interesses comuns. Essa ocupação urbana contínua é um fenômeno, denominado de conurbação, que entre outros elementos, aponta para as regiões metropolitanas onde, frequentemente, há uma sequência de cidades em torno de um núcleo, sem, no entanto, confundirem-se com ele (NUNES, documento eletrônico).

---

<sup>5</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dados do IBGE de 2010 indicam que 85% da população brasileira reside em áreas urbanas, sendo que 50% dos habitantes estão em regiões metropolitanas, tornando o Brasil um país urbano e metropolitano. O fluxo migratório ocorrido em direção às RMs potencializou a criação de espaços conurbados, evidenciando as diferenças socioespaciais, o desequilíbrio na ocupação e adensamento das cidades e as fragilidades do sistema de planejamento territorial (Campos, 2016). Com isso, os moradores passam a ocupar áreas precárias e desprovidas de infraestrutura, o que afeta diretamente a qualidade de vida devido à falta de alternativas de moradia acessível, a meios de transportes seguros e oportunidades de empregos próximos à sua moradia.

Como consequência do aumento da interação entre os municípios conurbados, houve a necessidade de buscar soluções conjuntas para a resolução das questões urbanas como transportes, crescimento urbano, uso do solo entre outros. Essas problemáticas acabam por extrapolar a esfera municipal, sendo partilhadas pelas cidades das RMs e demandando soluções integradas (Melchior, 2016). Especificamente no caso em estudo, houve intervenção da esfera federal para a implementação do trem de superfície que conecta a capital às cidades que fazem parte da RMPA. Isto confirma o que diz Santos (1998), ou seja, que as RMs são, na verdade, regiões de planejamento, sendo que, na maioria das vezes, o que é feito não atende às demandas das cidades conurbadas.

Ainda para Santos (1998), as RMs têm como pontos comuns: (a) serem formadas por mais de um município, (b) terem um município núcleo que dá nome à região e (c) a possibilidade de participação em programas especiais para utilização de recursos, boa parte deles federais. Este último ponto propulsiona que a quantidade de Regiões Metropolitanas e o número de municípios em cada uma delas tenha crescido significativamente desde a promulgação da Lei Complementar 04 em 1973. Ugalde (2013) nos traz o exemplo da Região Metropolitana de Porto Alegre, onde a inclusão de novos municípios se deu, principalmente, na expectativa dos gestores municipais verem as suas cidades serem contempladas por programas ou linhas de financiamento e não pelo desenvolvimento de estudos técnicos para respaldar possíveis novas inclusões.

Uma vez que as RMs são compostas por mais de um município, com seus limites geográficos mal distinguidos, faz com que a população tenda a se deslocar entre as cidades de forma mais intensa para desenvolver suas atividades cotidianas de trabalho e estudo. Esses movimentos de migrações pendulares ocorrem já que grande parte dos moradores da região não tem condições de residir nas áreas centrais e mais valorizadas (Romanelli, 2011). Desta forma, a questão da mobilidade urbana se torna fundamental para a sustentabilidade das cidades. Não se pode ignorar que cada cidade tem suas próprias realidades em termos espaciais, culturais, sociais, políticos e administrativos.

Este trabalho tem por objetivo problematizar o processo de metropolização da cidade de Canoas/RS, município pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), sob o ponto de vista da mobilidade urbana e analisar como as ações tomadas pela gestão pública entre os anos de 1940 e 1970 impactaram e ainda impactam na rotina dos seus moradores. O olhar para este processo não poderá ter nuances evolutivas, tendo o planejamento urbano, as políticas públicas para as metrópoles como elementos de resolução de conflitos. Além disso, é preciso olhar para a historicidade da conurbação e para a sua condição de espaço discursivo.

Assim, o presente artigo, tem como espaço de estudo empírico, o município de Canoas, o qual integra a Região Metropolitana de Porto Alegre. Está organizado da seguinte forma: na seção 2 são discutidos os processos de metropolização, conurbação e mobilidade urbana; na seção 3 são abordados os aspectos referentes à criação e desenvolvimento da RMPA; e na última seção será realizada análise do avanço da urbanização na cidade de Canoas e o impacto deste na mobilidade urbana.

## **O processo de Metropolização, de Conurbação e a Questão da Mobilidade Urbana**

Complementado o conceito de metropolização já citado anteriormente, pode-se dizer que ele é caracterizado pelo modelo de crescimento urbano extensivo onde existe uma integração dos fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações (Dota, 2020) e no Brasil iniciou-se nos anos 1950 quando houve grande avanço da industrialização do país. As metrópoles brasileiras são definidas pela presença de funções urbanas diversificadas e especializadas, além é claro do seu porte

populacional (Davanzo, 2011). Nelas é possível verificar um agravamento das condições de moradia da população pobre e um consequente processo de periferização, provocado pelo alto preço dos imóveis nas regiões centrais<sup>6</sup>, provocando a criação de loteamentos e ocupações irregulares.

Com a continuidade da expansão urbana e da periferização, as cidades passaram pelo processo de conurbação, que consiste na unificação dos espaços de forma que os limites geográficos municipais não possam mais ser distinguidos (Romanelli, 2011). Como consequência desse processo, há a fusão de tecidos urbanos, independentemente de sua extensão, constituindo grandes aglomerados que ultrapassam seus limites políticos-administrativos. Desta forma, o território resultante dessa fusão é composto por várias urbanizações, com qualidades distintas de tempo, espaço e processos culturais, e contém inúmeras formas de ocupação urbana. (Ugalde, 2013).

Adicionalmente, Villaça (1998) analisa a conurbação a partir da expansão dos núcleos urbanos e a classifica em quatro tipos de formas pelas quais as cidades em crescimento incorporam ou geram núcleos urbanos em seu entorno. Neste trabalho, centra-se no primeiro tipo, já que este é o que se aplica à cidade em estudo, Canoas, localizada no Rio Grande do Sul. O autor explica que a primeira forma é caracterizada por núcleos urbanos que nasceram com aspectos de subúrbio sendo que, em muitos casos, estes núcleos cresceram rapidamente a partir de uma estação ferroviária. Junto a esta estrutura se desenvolveu uma área central a partir da qual a cidade se expande ao encontro da cidade central em função da intensa relação entre elas, produzindo assim um polo forte e organizador. Vale esclarecer aqui que por cidade central o autor entende que é aquela que desencadeia o processo de conurbação. No caso estudado, a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O deslocamento dos seres humanos através das cidades é o fator que determina a sua estrutura territorial. Esses movimentos quando realizados em condições problemáticas de transporte comprometem o desempenho das atividades econômicas. Soma-se a isso uma urbanização dispersa e tem-se um decréscimo na qualidade de vida dos habitantes das metrópoles. Diante disso, a infraestrutura de

---

<sup>6</sup> São consideradas áreas centrais os locais onde há um maior fluxo de pessoas e onde se concentra uma variedade de atividades e serviços que visam atender às demandas da população.

mobilidade urbana assume papel fundamental na dinâmica das cidades, pois é a partir dela que a população se distribui por meio de espaço citadino. Os deslocamentos regulares que os habitantes fazem em direção ao trabalho ou estudo em algum município que não o de sua residência é chamado de movimento pendular. Este tipo de viagem é fomentado pela oferta mais acessível no mercado imobiliário em áreas mais afastadas e desvalorizadas (Romanelli, 2011). Cabe salientar que essas áreas periféricas nem sempre são ocupadas pelas classes de baixa renda já que grandes condomínios de classes mais altas se proliferam nas zonas mais baratas das metrópoles (Ugalde, 2006). Desta forma pode-se afirmar que as questões de mobilidade urbana estão relacionadas não somente à infraestrutura utilizada para a realização dos deslocamentos, mas também com a forma de ocupação, estruturação e expansão das metrópoles e impactam diretamente nas questões de moradia e emprego. Sendo assim, a população que mais sofre com o sistema de transporte coletivo é a de baixa renda que precisa se deslocar por longos trajetos para desempenhar suas atividades de rotina (Balestro, 2020).

Os movimentos pendulares inicialmente demonstravam a supremacia dos municípios polos na captura de fluxos provenientes das cidades do seu entorno. Porém, estudos utilizando Sintaxe Espacial<sup>7</sup> mostram a modificação desses deslocamentos devido à descentralização e redistribuição das atividades econômicas e da dispersão da urbanização ao longo das aglomerações urbanas. Desta forma, as regiões metropolitanas passaram por mudanças nos processos de polarização, diversificando assim as dinâmicas e o sentido dos fluxos pendulares (Melchior, 2018).

Na próxima seção, será apresentada e debatida a região metropolitana de Porto Alegre.

---

<sup>7</sup> Sintaxe Espacial é uma análise quantitativa que busca entender aspectos importantes do sistema urbano, tais como acessibilidade e distribuição de usos do solo, permitindo verificar potenciais de movimento e probabilidades de fluxos.

## **A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)**

Antes de se abordar a Região Metropolitana de Porto Alegre, se faz necessária uma contextualização do processo de institucionalização das Regiões Metropolitanas no país. Com a promulgação da Lei Complementar 04 de 8 de junho de 1973 foram criadas 8 Regiões Metropolitanas<sup>8</sup> de modo a se pensar em soluções aos problemas urbanos provenientes dos processos de metropolização e conurbação que extrapolavam a esfera municipal, sendo partilhados pelas cidades integrantes das aglomerações urbanas (Melchior, 2016). A instituição das RMs foi reflexo de uma política nacional de desenvolvimento urbano relacionada à expansão das empresas nacionais e multinacionais. Nesse processo, os estados federados não tiveram nenhuma autonomia de intervenção nas decisões tomadas em âmbito federal com relação a programas e projetos previstos para o território metropolitano (Ugalde, 2013). Durante a ditadura militar as RMs receberam muita atenção do governo, período esse marcado pela centralização política e planejamento tecnocrata, onde as decisões foram tomadas baseadas apenas em critérios relacionados ao desenvolvimento econômico baseado na industrialização do país (Campos, 2016).

A Região Metropolitana de Porto Alegre foi oficialmente criada com a implementação da Lei Complementar 04 de 1973. Mas isso se deu após a realização de estudos técnicos realizados em 1968 que avaliaram os municípios vizinhos que enfrentavam problemas comuns à capital do Rio Grande do Sul e que deveriam ser abordados de forma conjunta. Houve então a proposição de uma Área Metropolitana contendo inicialmente 14 municípios<sup>9</sup> que tiveram sua delimitação definida a partir de critérios como a continuidade dos espaços urbanizados, as funções exercidas por cada centro urbano periférico ao espaço urbano de Porto Alegre e os fluxos de transportes, especialmente o de passageiros (Campos, 2016). Este último critério foi determinado em função do número de ônibus que se deslocavam de um município para os demais, estabelecendo assim a intensidade, a frequência e a direção dos movimentos de transporte de passageiros. Esse parâmetro foi utilizado para definir o

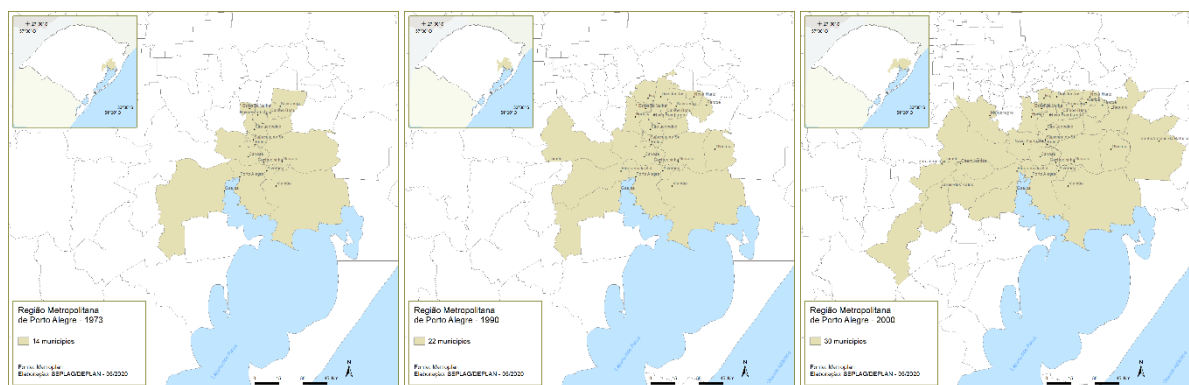
---

<sup>8</sup> São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

<sup>9</sup> Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.

grau de dependência de um núcleo urbano em relação a outro. Como resultado, verificou-se que os 14 municípios analisados formavam um grupo relativamente homogêneo e que formavam um polo generalizado de população, de capitais, fluxos comerciais, de serviços e indústrias. (Ugalde, 2013; Campos, 2016). Atualmente, a RMPA conta com 35 municípios integrados à região sem observar as dinâmicas metropolitanas do ponto de vista territorial. Destes, podemos agrupar 10 deles<sup>10</sup> em um núcleo que corresponde ao conjunto mais importante em termos populacionais e que apresenta as maiores demandas em termos de transporte público, saneamento e serviços de saúde, entre outros. Esse núcleo é denominado de Conurbação Sul. Os demais municípios estão relativamente afastados da conurbação (Ugalde, 2013).

**Figura 1 - Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1973, 1990 e 2000**



Fonte: ATLAS RS, 2024.

Ainda com base nos dados que apoiaram na delimitação da RMPA, foi possível observar que o centro urbano dominante concentrava os empregos, fazendo com que os demais municípios adquirissem o título de “cidades dormitório” devido ao alto número de movimentos pendulares realizados pela população que se deslocava diariamente entre a capital e suas residências. Desta forma, os demais municípios da RMPA eram altamente dependentes de Porto Alegre. Os sistemas viários e de transportes metropolitanos ainda hoje são o reflexo dessa época, já que sua estrutura radial conecta diretamente o centro da capital às cidades vizinhas. Vale ressaltar que

<sup>10</sup> Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul e Viamão.

as cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo também exercem forte influência nos municípios vizinhos, agindo como polo secundário na RMPA, concentrando também boa parte dos fluxos populacionais (Campos, 2016).

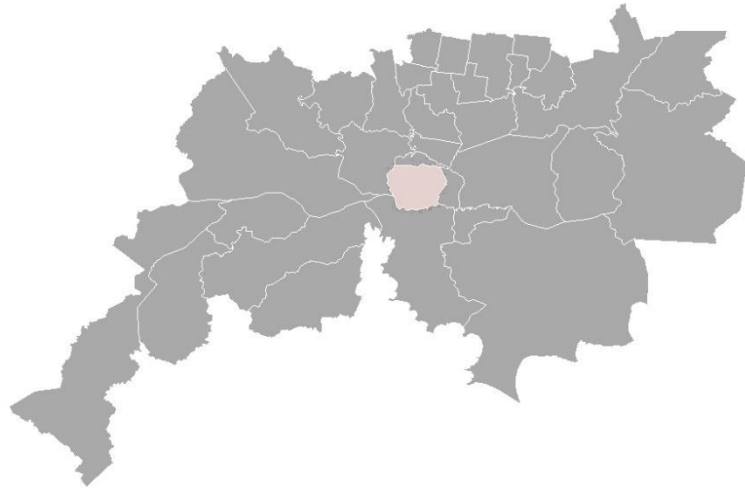
A questão da mobilidade urbana analisada nos estudos técnicos se mostrou tão relevante que uma das poucas ações executadas do planejamento realizado pelos órgãos responsáveis foi a modernização da ligação ferroviária entre os dois polos da RMPA, por meio da criação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB), conforme poderá ser visto na próxima seção. Outra importante ação relacionada à estrutura de transportes foi a abertura de novas rodovias que intensificaram as relações inter-regionais entre a RMPA e o restante do país, como a BR-386, por exemplo (Ugalde, 2006).

Cabe destacar também que a questão da mobilidade urbana na RMPA vem sendo abordada nos planos elaborados desde a sua criação, de forma a refletir os contextos político, social e econômico pelos quais o país foi submetido. Porém, esse enfoque foi realizado de forma insuficiente e insatisfatória, dando prioridade ao caráter funcional do sistema de transportes como um todo, não levando em consideração as necessidades dos diferentes grupos sociais contidos no território da região (Araújo; Campos, 2023).

### **A trajetória de urbanização do município de Canoas/RS**

O município de Canoas está localizado ao norte da capital do Rio Grande do Sul. De acordo com a estimativa do IBGE, a cidade conta com 347.657 habitantes em 2022, que estão distribuídos ao longo de seus 130,774 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

**Figura 2 - Localização do município de Canoas/RS na Região Metropolitana de Porto Alegre**



Fonte: Elaborada pela autora.

O desenvolvimento urbano de Canoas se deu principalmente no entorno da linha férrea construída em 1874 e, que à época, ligava a capital ao município de São Leopoldo (Viegas, 2018). Essa estrutura foi construída devido à necessidade de escoar a produção proveniente das áreas ocupadas pelos imigrantes que se estabeleceram e fundaram São Leopoldo, além da produção dos núcleos de Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga (Ugalde, 2006). Naquele momento, Canoas ainda pertencia ao município de Gravataí e era conhecida como “cidade de veraneio” já que era utilizada pela burguesia da capital como lugar de lazer e descanso (Viegas, 2011). A “Estação das Canoas” foi um marco que teve papel fundamental no desenvolvimento urbano local, assim como ocorreu em grande parte dos municípios por onde a ferrovia passava, já que elas se apresentavam como porta das cidades, onde ocorriam trocas culturais entre os viajantes (Filho 2019). A ferrovia influenciou diretamente na forma linear que a cidade passou a adquirir, além de incluir o município do corredor econômico formado pela estrada de ferro (Mayer, 2009; Valente, 2019).

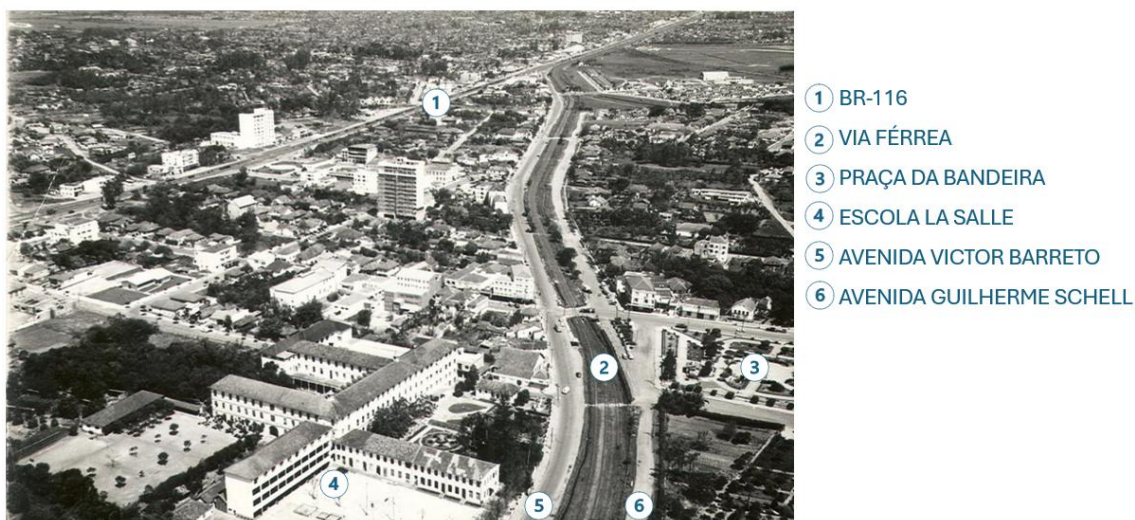
Em 1939 houve a emancipação da cidade e com o avanço da urbanização ocorrido entre as décadas de 1930 e 1950 promovido principalmente pela implementação de grandes loteamentos urbanos (Vila Fernandes e Vila Industrial), o

município foi intitulado como “cidade dormitório”<sup>11</sup>, uma vez que houve um incremento populacional na região devido aos baixos preços dos lotes. Nesse mesmo período, houve a inauguração da BR-116 (trecho Porto Alegre - São Leopoldo em 1945) como parte integrante do Plano Rodoviário Nacional, fato este que impactou significativamente na paisagem urbana. Essa via seguiu a trajetória realizada pela ferrovia em grande parte do município e seccionou ainda mais a cidade no sentido norte-sul, afetando a mobilidade de pedestres e veículos no sentido leste-oeste. O centro cívico foi dividido em três partes, conforme mostrado na Figura 3, mudando significativamente a paisagem local (Valente, 2019). Essa via expressa interferiu drasticamente no trânsito e fluxo de pedestres da cidade, pois sua transposição ou travessia era dificultada pela falta de passagens de nível e viadutos. A sua estrutura apresentava outros problemas como a falta de conservação dos acostamentos, precarização dos pontos de ônibus e falta de iluminação ocasionando aumento no número de acidentes com mortes (Mayer, 2009). Além da BR-116, as rodovias RS-030 e RS-020 se consolidaram na década de 1940, fazendo com que o parque industrial da região se expandisse e formasse o segundo polo contendo os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo (Uglade, 2006).

---

<sup>11</sup> “Cidade dormitório” pode ser caracterizada pela cidade onde há carência de serviços públicos básicos, de urbanização e de oferta de empregos. Desta forma, são necessários grandes deslocamentos diários entre o lugar de moradia e o de trabalho (DO LAGO, 2007).

**Figura 3 - Região Central de Canoas/RS**



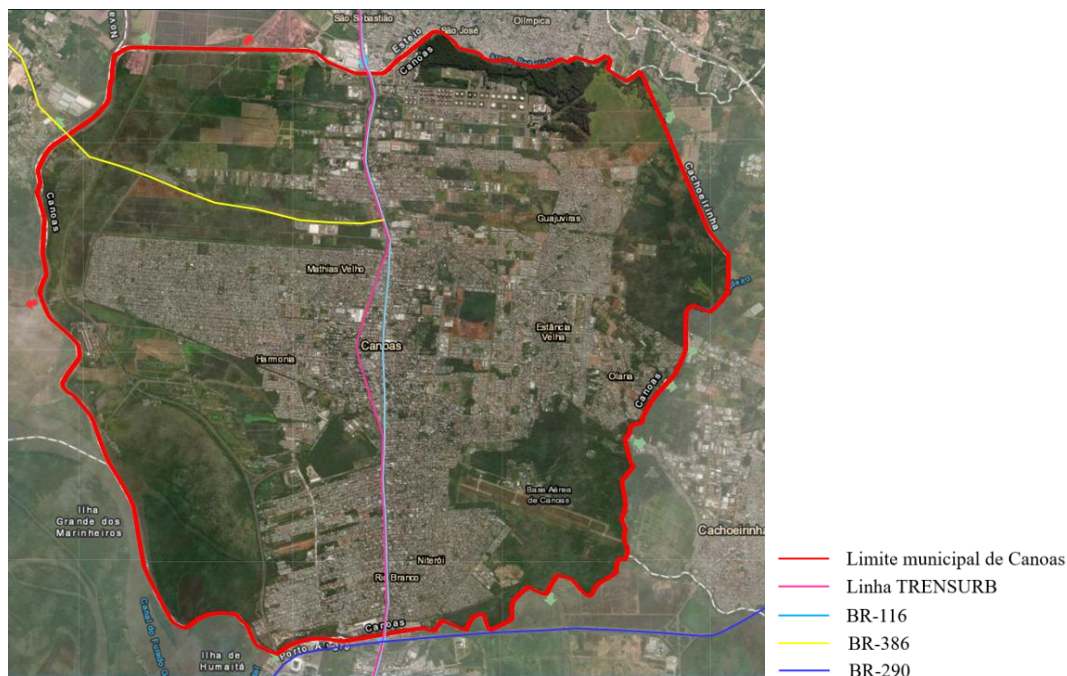
Fonte: Elaborado pela autora com base em GEOCANOAS, 2020.

Mais loteamentos foram lançados em 1950 (Vila Igara, Vila São José, Vila São Luís) e 1954 (Vila Mathias Velho), o que ocasionou um crescimento demográfico de 390% entre os anos de 1950 e 1960. A população saltou de 19.471 para 95.401 habitantes nesse período. O crescimento urbano resultante se deu de forma desordenada e espalhada pelos bairros e vilas ao longo do traçado da BR-116 (Mayer, 2009; Valente, 2019).

Além da expansão urbana impulsionada pela criação dos loteamentos, o governo municipal implementou leis de incentivo para instalação de indústrias na cidade nos anos de 1961-1962. Esse estímulo da gestão municipal, somado à localização estratégica junto à capital (dotada de um porto, próxima ao aeroporto internacional, conectada ao interior do estado via rede de estradas ferroviárias e rodoviárias), fez com que houvesse um surto industrializante na cidade. Essa ação ocasionou a instalação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), que teve sua inauguração realizada em 1968. Outro impacto deste direcionamento foi o recebimento de investimentos em valores superiores aos da capital em 1965: 1 bilhão e 174 milhões comparados aos 753 milhões captados por Porto Alegre (Mayer, 2009; Valente, 2019). O processo de industrialização reverberou até os anos de 1980 e 1990, quando Canoas foi denominada como “cidade industrial” devido à boa infraestrutura técnica e econômica (Viegas, 2011).

A partir dos anos 1970 novas rodovias foram implementadas, como a BR-386 (ligando a capital ao noroeste do estado), a BR-290 (ligando Porto Alegre ao litoral) e a RS-239 (interligando os municípios de Estância Velha, Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Nova Hartz e Parobé), consolidando de vez o espaço metropolitano (Ugalde, 2006). Ainda nessa década, a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) tem a intenção de construir um muro em torno dos trilhos que atravessam a cidade para evitar a travessia de pedestres. A possibilidade de rebaixamento da ferrovia foi aventada em 1979, época em que foram realizados estudos de viabilidade técnica e econômica. Infelizmente, a viabilidade econômica prevaleceu e a modernização da infraestrutura foi realizada sob o leito existente com o intuito de reduzir os custos de implementação (Mayer, 2009; Valente, 2019). Em 1980 foi criada a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB) objetivando implantar e operar uma linha de trens urbanos no Eixo Norte da RMPA, sendo a inauguração realizada em 1985. Essa estrutura fez com que o centro da cidade fosse dividido em três faixas (lado oeste da ferrovia, central entre a ferrovia e a BR-116 e lado leste da BR-116), causando uma ruptura em vínculos socioeconômicos internos, impactando no processo de construção do espaço urbano (Ugalde, 2013). A figura a seguir demonstra a localização das rodovias citadas, bem como a linha do TRENSURB.

**Figura 4 - Localização das principais vias federais e linha do TRENSURB em Canoas/RS**



Fonte: Elaborada pela autora.

Foi nesse cenário que a cidade de Canoas passou a integrar a Região Metropolitana de Porto Alegre, institucionalizada em 1973. Desta forma, o processo de metropolização foi consolidado por meio da ampliação das zonas urbanas e o processo de conurbação intensificado. Pode-se notar que a urbanização do município se deu no entorno da orla ferroviária. Segundo Filho (2019), a expansão urbana se mantém ao longo dos eixos de conexão de fluxo intenso e que as estruturas urbanas se organizaram a partir das estações e dos leitos ferroviários. No caso aqui estudado, fica clara a correlação entre os eixos estruturantes (BR-116 e linha férrea) e a definição da forma urbana. É necessário frisar que Canoas, entre os municípios da conurbação que define a RMPA, é o que recebe os maiores impactos do bloqueio à circulação urbana representado pela contiguidade de duas barreiras, a da linha férrea e a da rodovia BR-116, num contexto de ocupação intensiva em ambos os lados da cidade (Ugalde, 2013).

Essa segregação ocasionada pelo leito ferroviário se comporta como uma cicatriz na estrutura da cidade, dividindo-a em duas partes: “o lado de lá” e o “lado de cá” dos trilhos. Mas, ao mesmo tempo, em que esses espaços podem ser

considerados vazios, eles servem de ligação entre os espaços adensados da cidade, se tornando espaços de união/ligação (Filho, 2019). Essa contradição entre integração e segregação pode ser legitimada a partir da comparação entre os resultados dos estudos de sintaxe espacial (Ugalde, 2013; Balestro, 2020) e de percepção da paisagem (Penna, 1996; Mayer, 2009).

O trabalho desenvolvido por Penna (1996) traz as memórias de cidadãos que vivenciaram o desenvolvimento de Canoas desde a sua emancipação até o período da divulgação de seu livro. É possível verificar uma homogeneidade na percepção da população analisada com relação à divisão da cidade causada pela via- férrea e a BR-116. Há um consenso sobre a importância dessas estruturas para o desenvolvimento econômico e urbano, mas o impacto negativo percebido por eles é principalmente relacionado à dificuldade na mobilidade no sentido leste-oeste. Resultado semelhante foi obtido no estudo realizado por Mayer (2009), quando a população entrevistada reforçou a questão da divisão resultante dos trajetos da BR-116 e TRENSURB. Os entrevistados citam que a cidade se desenvolveu no entorno dessas vias, mas que o aumento significativo no fluxo de veículos e pessoas trouxe consequências significativas nos deslocamentos internos.

Em contrapartida, Ugalde (2013) traz em sua tese resultados obtidos a partir de análise quantitativa dos movimentos realizados na malha viária da cidade. Com base nisso, ele comprova que a BR-116 é responsável não somente pelos fluxos de movimento provenientes de outros municípios da RMPA, mas também por boa parte dos deslocamentos intramunicipais devido à sua alta conexão com a malha viária urbana. Balestro (2020) reforça essa tese ao comparar os movimentos internos realizados atualmente e a simulação após a implantação de um aeromóvel na cidade.

## **Considerações Finais**

Através desse capítulo, buscou-se traçar o processo de implementação da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) assim como o desenvolvimento do município de Canoas, principalmente sob o ponto de vista da expansão e mobilidade urbanas. O aporte teórico apresentado demonstra quais as estratégias utilizadas na definição das cidades que foram incorporadas ao longo do tempo na RMPA. Além

disso, traz a trajetória de urbanização de Canoas, de forma a demonstrar o impacto das ações governamentais na movimentação da população ao longo do território.

O processo de metropolização e conurbação de Canoas, município localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), é abordado através da análise do impacto da expansão urbana na mobilidade entre os anos de 1940 e 1970. Por sua vez, o estudo destaca os 40 anos da criação das Regiões Metropolitanas no Brasil, com ênfase no processo de metropolização iniciado na década de 1950 e nas consequências dessa urbanização, como a criação de cidades dormitório e os desafios de infraestrutura urbana. O trabalho explica a formação da RMPA, destacando a integração de Canoas, especialmente após a chegada de grandes loteamentos e a implementação de rodovias, como a BR-116.

O crescimento de Canoas foi impulsionado pela construção da ferrovia em 1874 e pela urbanização na década de 1930, tendo sido consolidado com o aumento populacional entre 1950 e 1960. Durante esse período, a cidade foi afetada pela divisão física provocada pela BR-116 e pela criação de indústrias. A análise foca também na mobilidade urbana, que foi influenciada pela infraestrutura de transporte e pelo deslocamento pendular entre os municípios da RMPA, destacando os problemas relacionados ao transporte coletivo e a dificuldade de integração entre os diferentes núcleos urbanos da região.

Finalmente, este estudo explora como o processo de conurbação e a expansão urbana desordenada afetaram a qualidade de vida e a dinâmica de transporte, sendo Canoas um dos municípios mais impactados pela crescente demanda por infraestrutura e serviços urbanos. A pesquisa tem como foco as implicações do crescimento urbano na mobilidade e na vida cotidiana dos moradores de Canoas, refletindo sobre a importância do planejamento urbano na gestão das regiões metropolitanas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Pedro Xavier; CAMPOS, Heleniza Ávila. **A desigualdade social e o planejamento da mobilidade: o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2015)**. In: VIEGAS, D. H; CAMPOS, H. A; SOARES, P. R. R. Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) – RMPA 50 anos: história, território e gestão. São Leopoldo. Oikos, 2023. 455 p.

ATLAS RS. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**, 2024. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>. Acesso em: 24 dez. 2024.

BALESTRO, Fernanda; ZAMPIERI, Fábio Lúcio Lopes. Avaliação da modificação na configuração espacial de Canoas/RS com o projeto de implantação de linhas de Aeromóvel. **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 5, n. 2, p. 53-66, 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília. Brasil.

CAMPOS, Heleniza Ávila; SOARES, Paulo Roberto R.; ARAÚJO, Pedro Xavier. **Governança Metropolitana frente aos desafios da implementação do Estatuto da Metrópole: Uma reflexão a partir da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)**. In: MARX, V.; COSTA, M. A. Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições ao Habitat III. Porto Alegre. Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. 314 p.

DAVANZO, Aurea Maria Queiroz; PIRES, Maria Conceição Silvério; NEGREIROS, Rovená; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Metropolização e Rede Urbana. **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, p. 97-107, 2011.

DO LAGO, Luciana Corrêa do. A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. **Cadernos IPPUR**, p. 9, 2007.

DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 893-912, set/dez 2020.

FILHO, A. B.; JÚNIOR, A. S. Cidade e Ferrovia: Desenvolvimento e Memória Urbana. In: MAGAGNIN, R. C.; CONSTANTINO, N. R. T.; BENINI, S. M. **Cidade, História e Patrimônio**. 1 ed. Tupã: ANAP, 2019. p. 179-188.

GEOCANOAS. Histórico de Imagens, 2020. Disponível em: <https://geo.canoas.rs.gov.br/portal/apps/sites/?fromEdit=true#/historicodeimagens>. Acesso em: 08 dez. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGECidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canoas/panorama>. Acesso em 11 fev. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Livro 6, Vol. 2. Brasília, 2010.

MAYER, Nestor José. **Memória Ambiental da Cidade de Canoas**: Os impactos do processo de globalização a partir dos anos 60. Canoas: Tecnicópias, 2009.

MELCHIORS, Lucia Camargos; BRAGA, Andrea da Costa; ZAMPIERI, Fábio Lúcio; CAMPOS, Heleniza Ávila. Reestruturação metropolitana e emergência de centralidade: novos fluxos pendulares e a configuração espacial da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Arquitetura revista**. São Leopoldo. Vol. 14, n. 2 (jul./dez. 2018), p. 187-203, 2018.

MELCHIORS, Lucia Camargos; CAMPOS, Heleniza Ávila. As regiões metropolitanas brasileiras no contexto do Estatuto da Metrópole: Desafios a serem superados em direção à governança colaborativa. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/ dezembro 2016, p. 181 a 203.

PENNA, Rejane. **Canoas - Para lembrar quem somos**: Centro. Canoas: Gráfica La Salle, 1996.

SANTOS, C.; ABIKO, Alex Kenya. **Processo de Metropolização no Brasil**. São Paulo: EPUSP, 2011. 34 p. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/28).

NUNES, J. H. CONURBAÇÃO. Verbete. **Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=39>. Acesso em: 30 set. 2022.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

UGALDE, Cláudio Mainieri.; RIGATTI, Décio. **Configuração Espacial e Desenvolvimento Regional**. In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

UGALDE, Cláudio Mainieri. **Movimento e hierarquia espacial na conurbação: o caso da Região Metropolitana de Porto Alegre**. 473 págs. Tese de Doutorado (Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbanos e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

VALENTE, Isabel Cristina; MARCOS, Manoel Eduardo de Miranda; HOFMAN, Gabriel. S. **Do “Capão das Canoas” à cidade metropolitana**: evolução e

transformações do município de Canoas a partir de uma perspectiva urbanística. In: VIEGAS, D. H.; HOFMAN, G. S.; WAISMANN, M. Canoas - múltiplos olhares: sociedade, memória e meio ambiente. Canoas. Unilasalle. 2019. p. 9-23.

VIEGAS, Danielle Heberle. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade:** um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). 186 págs. Dissertação de Mestrado (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2011.

VIEGAS, Danielle Heberle. **Os arquitetos e a cidade:** História e memória da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: GRAEBIN, C. M. G.; BERND, Z.; SILVA, M. L. B. Memória social e cidade: práticas, representações e imaginários. Canoas. Unilasalle. 2018. p.173-190.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

## **Memórias da Economia Social e Desenvolvimento Local: um estudo comparativo entre Moçambique e Brasil**

*Agostinho Valente Macane  
Maria de Lourdes Borges*

### **Introdução**

Nos últimos anos, Moçambique tem enfrentado uma crise de dimensões até há pouco tempo inimagináveis, traduzindo-se em problemas financeiros, económicos e sociais que afetam os cidadãos (desemprego alto/perda de poder de compra), as empresas, as organizações. Tais dificuldades têm obrigado a projetar outro quadro que se pretende de renovação, de reestruturação, de afirmação, mas, sobretudo, de sustentabilidade e esperança e, neste contexto a Economia Social (ES) pode ser tida como um veículo de empoderamento dos cidadãos, empresas e melhorias dos indicadores sociais (desenvolvimento local). Ou seja, apesar do país ser rico em recursos naturais, diversidade cultural extensas terras para a prática de agricultura e condições para o turismo, debate-se com níveis de pobreza, de desemprego e desigualdade social muito altos. A ES pode auxiliar no enfrentamento desses desafios, promovendo a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade social das camadas mais empobrecidas (vulneráveis) da sociedade.

A conjuntura atual, motivada por dívida pública (dívidas ocultas), desastres naturais, terrorismo em Cabo Delgado e afins, veio agravar as fragilidades do país ao nível financeiro, económico e social, bem como ao nível político. Perante esta situação, a sociedade moçambicana vive um período conturbado evidenciado pelo aumento da pobreza, do desemprego e os reflexos nos ritmos de crescimento económico no modelo tradicional, criando incapacidade de resposta do Estado aos problemas que chegam dos vários sectores da sociedade. Neste sentido, deve-se buscar modelos alternativos de desenvolvimento local aos modelos tradicionais. É neste contexto que se olha a ES como alternativa, pois promove a inclusão social, sustentabilidade e autonomia económica em comunidades vulneráveis e, consequentemente, o Desenvolvimento Local (DL).

Moçambique e Brasil apresentam trajetórias históricas e socioeconómicas diferentes, mas compartilham elementos como desigualdade social, histórias coloniais

e um papel crescente da economia social na redução da pobreza e na geração de oportunidades. Esta comparação oferece uma análise crítica sobre o papel da economia social como motor do desenvolvimento local.

O entendimento do contributo da ES no DL envolve impreterivelmente a análise das organizações (empreendimentos) econômicas solidárias/sociais por meio das quais os atores locais buscam enfrentar os problemas da pobreza e desemprego, bem como, incrementar a sua a renda familiar ou obter maiores ganhos com o associativismo laboral. Geiger e Laville (2009) argumentam que compreender ações solidárias no prisma da cooperação e solidariedade é perceber o mecanismo social minimizador do desemprego e capaz de prover renda a uma parcela significativa da sociedade sem, contudo, seguir a lógica do crescimento econômico.

Observa-se que a ES é baseada em valores como solidariedade, cooperação e inclusão e tem sido uma força motriz no fortalecimento das comunidades locais. Nestes termos, o presente artigo busca compreender como Moçambique e Brasil aplicam práticas de Economia Social (ES) para alcançar objetivos de Desenvolvimento Local (DL), analisando semelhanças e diferenças em suas abordagens.

Em termos metodológicos, o estudo segue uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisados artigos científicos e livros relacionados à economia social e sua relação com o desenvolvimento local em Moçambique e no Brasil.

A escolha da abordagem qualitativa e exploratória justifica-se pelo fato de o estudo buscar explorar e compreender, em profundidade, um fenômeno ou contexto específico (relação entre a ES e DL em Moçambique e no Brasil). Além disso, a revisão bibliográfica e a análise documental fornecem a base teórica e empírica necessária para embasar as interpretações e discussões (Minayo, 2012; Gil, 2008; Bardin, 2016; Lakatos; Marconi, 2003).

Para além desta breve contextualização, o presente estudo incorpora também a revisão da literatura de natureza narrativa, discutindo o conceito da ES, o DL e sua relação. Depois da revisão da literatura são apresentados os resultados sobre a ES e o DL, olhando-se as experiências de Moçambique e do Brasil e, por fim, as considerações finais.

## **Revisão da Literatura**

### **Economia Social**

A Economia Social remonta ao século XIX, quando apareceram as primeiras experiências como tentativas de respostas às mudanças econômicas criadas pela revolução industrial. Houve movimentos sociais, oriundos da sociedade, desenvolvendo-se em torno do indivíduo, focados nos interesses comuns, visando responder às questões sociais, resultantes da transformação profunda da sociedade na época (Quinhão, 2004, Oliveira, 2005 e Silva, 2011).

afirma que a ES é uma forma diferente de realizar atividades econômicas, alicerçada em valores e princípios tais como: cooperação, a autogestão e a busca pela emancipação.

Na mesma linha de pensamento, Gaiger (2001) conceitua como várias formas de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, podem configurar-se como associações, cooperativas, empresas recuperadas, centros de reciclagem de resíduos sólidos, agências que prestam vários serviços (manutenção de equipamentos, construção civil e limpeza), etc., com principal objetivo de realizar atividades econômicas, a partir dos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão.

França Filho e Laville (2004) defendem que a autogestão é condição fundamental e imprescindível para que um empreendimento componha a ES. Para estes autores, as relações existentes nos empreendimentos precisam pautar-se pela prática democrática. Entretanto, esta prática requer que todos tenham pleno conhecimento do empreendimento em sua totalidade, pois cada membro do grupo é responsável pelo empreendimento, participando plenamente dos resultados gerados, sejam eles lucros ou prejuízos. Por não existirem níveis hierárquicos, a união entre os trabalhadores se torna imprescindível para o bom funcionamento da organização, visto que não há supervisão e vigilância para discipliná-los. Observa-se que esses princípios não são sempre observados na prática dos coletivos. Na mesma linha de pensamento, Costa e Silva (2019) argumentam que a ES organiza-se por meio de iniciativas coletivas e compreende um conjunto de ações comunitárias que visam a atender às necessidades humanas.

Amaro (2016) assevera que a ES tem na sua origem três segmentos distintos: econômico como meio (através das atividades de produção, distribuição, consumo e acumulação); social como fim (prossegue a minimização dos problemas sociais, luta contra a pobreza, desemprego etc.); e político como organização (promove uma gestão interna democrática). Alinhando com o posicionamento de Amaro (2016), Museum (s.a) arrola os seguintes princípios da ES: primado do interesse comum e do interesse geral; a não prossecução do lucro como fim; primado das pessoas sobre o capital; princípio da gestão democrática; autonomia face ao Estado e adesão voluntária.

Nestes termos, pode-se entender que a ES assenta na propriedade coletiva do capital, a liberdade individual e autogestão.

## **Desenvolvimento Local**

O Desenvolvimento Local (DL) constitui um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo o protagonismo principal nesse processo e uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2003). O conceito de DL teve a sua afirmação a partir dos finais dos anos 1970 e o seu reconhecimento político-institucional a partir dos anos 1990.

Ainda de acordo com Amaro (2003), o DL corresponde a diversas iniciativas locais nas quais os atores envolvidos tentam encontrar respostas para os problemas que enfrentam, sejam de âmbito económicos, sociais, culturais e/ou ambientais. Ou seja, é uma perspectiva centrada na comunidade local e o seu território.

O DL está assente em três ideias (Amaro, 2009, p. 109): o diagnóstico das necessidades das comunidades locais deve realizar-se com a participação destas; a resposta a essas necessidades deve basear-se na utilização dos recursos e capacidades da própria comunidade, e os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, conjugando as suas várias componentes e áreas de intervenção (alimentação, educação, saúde, emprego, rendimento, cultura etc.).

Nesta senda, entende-se que o DL, assenta no paradigma “territorialista”, que reconhece que os impulsos necessários para o processo de desenvolvimento ocorrem

“da base para o topo, de dentro para fora”, ou seja, é valorizado o papel das comunidades locais na mobilização dos recursos para a solução dos problemas locais.

Conforme refere Amaro (2009, p. 112), no paradigma “territorialista” define-se DL a partir de 10 características/atributos: a) “um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população; b) centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino; c) que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer; d) a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais; e) o que implica a adopção de metodologias participativas e de empoderamento da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo); f) contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir); g) numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas; h) o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local; i) com impacto tendencial em toda a comunidade e j) e segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.”

Paralelamente, Buarque (1999) afirma que o DL surgiu como uma alternativa ao processo de desenvolvimento económico baseado em fatores de produtividade, rentabilidade e índices externos de ampliação da capacidade produtiva, apontando para a configuração de processos de descentralização administrativa, que colocaram o poder local assumindo responsabilidades e passando a atuar como agente do desenvolvimento económico.

O DL deve englobar outras variáveis e outros fatores de desenvolvimento, configurados por um “conjunto de atividades culturais, económicas, políticas e sociais vistas sob óptica intersectorial e transescalar que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” (Milani, 2005, p. 1).

O desenvolvimento não é uma consequência irrestrita e ampla do crescimento económico, sendo necessária a ampliação das atividades livremente escolhidas por cada sujeito no processo de desenvolvimento. Em outras palavras, é na escala local

que se realizam as possibilidades de surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios e novas utopias, diante das tentativas de uniformização e padronização engendradas pelo processo de globalização/mundialização do capital (Sen, 2000).

Como se pode perceber, o que determina o DL não é unicamente a dinâmica econômica de um território, mas a dinâmica social: os vários atores sociais trabalham para um objetivo comum, como também defende a economia social, trabalho em equipe para o alcance de um objetivo comum.

O DL refere-se ao processo de melhoria das condições de vida de uma determinada comunidade ou região, com base em seus recursos, características e potencialidades. Esse processo busca promover o crescimento econômico, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da governança local.

Observa-se que o DL e a ES estão estreitamente relacionados, pois, a ES, a qual inclui organizações como cooperativas, associações, fundações e empresas sociais, tem como principal finalidade gerar impacto social e não apenas lucro financeiro, contribuindo assim no DL porque: i. promove a inclusão social e a redução das desigualdades. ii. Gera empregos em comunidades vulneráveis. iii. Incentiva o uso sustentável de recursos naturais e a preservação cultural e, iv. Fortalece o senso de pertença e a solidariedade entre os membros da comunidade.

## **Evidências da Economia Solidária e Desenvolvimento Local em Moçambique**

Em Moçambique, a ES emerge em resposta a desafios estruturais como o desemprego, a pobreza e a exclusão social. Práticas comunitárias, como associações agrárias e cooperativas de produção, desempenham um papel central no fortalecimento das comunidades rurais.

A ES em Moçambique é uma estratégia promissora para promover o desenvolvimento local sustentável, inclusivo e justo. No entanto, em termos empíricos, existem poucos estudos (divulgados) sobre a temática, destacando-se o estudo de Fonseca (2017) que procurou compreender a contribuição da economia solidária no DL, caso dos pequenos produtores do distrito de Boane. Para a concretização do estudo, o autor baseou-se na abordagem qualitativa de caráter exploratório e como

instrumentos de coleta de dados, usou entrevista semiestruturada e a observação participante. Os resultados mostraram que a economia solidária é um mecanismo que propicia o DL no distrito de Boane, concretamente para os pequenos agricultores, no entanto, precisa ser ainda potencializada para que atinja melhores níveis.

Já Jaientilal e Mungoi (2010) estudaram o microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique, os autores pesquisaram as dinâmicas das associações e das microempresas, na óptica da Economia Solidária, com intuito de compreender o papel dos atores e instituições locais, formais e informais, olhando o processo do funcionamento dos empreendimentos em âmbito local, analisando os aspectos estruturais. Analisaram também a construção social do DL, defendendo que este pode ser dinamizado por associações que criam para além de emprego e rendimento para os associados a oferta de serviços e produtos úteis também para as grandes empresas, permitindo haja distribuição do benefício econômico com equidade entre a população local.

Similarmente, Mujovo (2016) estudou a importância do associativismo e solidariedade dos pequenos agricultores na localidade de Moine, Magde. O autor fundamenta que a migração da população jovem naquela comunidade para os países vizinhos em busca de melhores condições de vida tem criado à população idosa e mulheres a responsabilidade de tomar conta das famílias. E, por ser uma camada vulnerável/debilitada devido à idade, encontram uma forma de organização social (associativismo) do trabalho local, com destaque para a prática da agricultura, e, assim, há partilha dos meios de produção, geração de empregos e rendimentos para os associados.

Chissancho e Ussene (2015) abordaram o cooperativismo como fator do desenvolvimento econômico e social: potencialidades, oportunidades e desafios - estudo de caso (Metuge, Moçambique). Para se alcançar o objetivo, os autores seguiram uma pesquisa qualitativa, com enfoque no estudo de caso. Os resultados apontaram que no período estudado (2010-2012) houve melhorias na qualidade de vida dos associados e aumento da produção, no entanto, dado o estágio embrionário do cooperativismo, este não contribui em pleno para o desenvolvimento econômico e social, contrastando assim com os resultados de Mujovo (2016), Jaientilal e Mungoi (2010) e Fonseca (2017).

Ferreira (2013) pesquisou a relação entre concessão do Microcrédito e o DL, caso de uma Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula. Seguiu uma abordagem metodológica qualitativa, recorrendo a técnicas de entrevista semiestruturada, à pesquisa documental e à observação assistemática. Concluiu que a orientação estratégica da cooperativa a direciona ao atendimento do segmento específico das mulheres de baixa renda, ajustando a sua atuação às características e necessidades deste segmento, adotando um modelo de crédito individual, de quantias pequenas, com juros baixos e simplificando todos os procedimentos e garantias exigidas. Como também se concluiu que crédito da cooperativa impacta positivamente o desenvolvimento local, pela criação de microempresas, aumento da renda das associadas, alcance do sustento, da autoestima e da liberdade.

A economia social desempenha um papel fundamental no desenvolvimento local em Moçambique, promovendo a inclusão social e a criação de empregos. Este modelo econômico, enfatiza valores como a autonomia, democracia participativa, igualdade e solidariedade, é particularmente relevante em contextos de exclusão social e pobreza, como o que se verifica no país.

### **Evidências da Economia Social e Desenvolvimento Local no Brasil**

No Brasil, a ES, surgiu no século XX, consequência dos níveis altos de desemprego, pobreza e exclusão social, num movimento em que os assolados por esses problemas buscavam meios alternativos de sobrevivência. Assim, surgiram várias iniciativas de cooperativismo rural e urbano, como também a recuperação das empresas falidas pelos trabalhadores (Gaiger, 1996; Singer, 2002, *apud* Neves, 2019). Essas iniciativas visavam promover a solidariedade entre os membros e foram suportadas pelas instituições como igrejas, ONGs e sindicatos. Focaram-se em assuntos como igualdade de direitos e qualidade de vida.

Magno, Vasconcelos, Barros e Arroyo (2022) pesquisaram sobre a economia solidária como estratégia para o DL, com o objetivo de analisarem de que forma a ES contribui para o DL. Como metodologia, adotaram uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. Concluíram que a ES promove o emprego, geração de renda para os associados, melhora a qualidade de vida e a autogestão e articulação entre os atores.

Milani (2020) estudou ES, DL e a crise da Covid-19: a experiência das mulheres artesãs em Alagoas–Brasil. Buscou especificar como a ES construiu novos espaços para a reprodução social dos trabalhadores em Alagoas, mostrando-se como possibilidade a superação de uma lógica puramente utilitária que pode gerar um processo de desenvolvimento local. Procurou estudar os elementos produzidos nos empreendimentos econômicos solidários da cadeia produtiva do artesanato em Alagoas e contribuir para o desenvolvimento local. Para isto, recorreu à metodologia de pesquisa ação. As organizações sociais utilizaram instrumentos pedagógicos de gestão, de estratégias e de materiais que indicam elementos de um novo espaço que se contrapõe e põe em causa o espaço do capital como forma de produção destas populações.

Borges, Scholz e Mello (2015) analisaram a manifestação da dinâmica dos processos organizacionais na “estratégia-como-prática” a partir dos resultados e das ações dos sujeitos na Cooperativa de Trabalho Amigas e Amigos Solidários (COOARLAS), do município de Canoas/RS. Como abordagem, recorreram ao Estudo de Caso. O estudo revelou o percurso de uma mudança estratégica construída pelos participantes, resultando em efeitos positivos. A pesquisa também destacou que a análise da estratégia-como-prática no contexto da economia solidária pode esclarecer lacunas que geralmente surgem em estudos realizados de forma isolada, sem considerar as dinâmicas organizacionais. Isso foi possível por meio das práticas baseadas na reciprocidade e solidariedade. O trabalho evidenciou o papel ativo dos cooperados, que atuam como verdadeiros protagonistas no desenvolvimento estratégico, fortalecendo práticas coletivas e colaborativas.

Por sua vez, Jorge, Borges e Bortolaso (2024) pesquisaram o processo de pré-incubação na economia solidária no caso de um grupo de mulheres inseridas na indústria da construção civil. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e utilizou a técnica de observação participante, além da realização de entrevistas semiestruturadas com os participantes. De maneira geral, os processos sociais identificados revelaram padrões irregulares de motivação e desmotivação no grupo. As análises apontaram que essas oscilações estavam relacionadas a um conflito de liderança entre duas integrantes, embora outros fatores sociais, econômicos e psicológicos também tenham influenciado. Esse conflito, inicialmente velado, tornou-

se evidente durante o 15º encontro, quando memórias revisitaram, permitindo que as participantes dialogassem e se reorganizassem. Esse processo culminou na decisão de formalizar o empreendimento como uma cooperativa, fundamentada nos princípios da ES.

O Quadro 1 apresenta elementos comparativos sobre as condições da ES e o DL em Moçambique e Brasil.

**Quadro 1 - Resumo de comparação entre Moçambique e Brasil (ES e DL)**

| <b>Aspecto</b>                              | <b>Moçambique</b>                                                         | <b>Brasil</b>                                                               |
|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| <b>Recursos Naturais</b>                    | Pesca e agricultura familiar voltadas para a subsistência                 | Agroindústria, extrativismo sustentável e forte produção <i>commodities</i> |
| <b>Infraestruturas</b>                      | Estradas, transportes e acesso à energia limitadas                        | Relativamente avançada, no entanto desigual entre as regiões                |
| <b>Políticas Públicas de incentivo a ES</b> | Ainda incipientes para fortalecer a ES                                    | Consolidadas em programas federais tais como: PRONAF e a Lei da ES          |
| <b>Capacitação</b>                          | Foco em capacitação inicial                                               | Maior acesso à formação técnica e académica                                 |
| <b>Cultura local</b>                        | Foco em tradições locais, como dança, música e artesanato.                | Diversidade cultural promove economia criativa e turismo comunitário.       |
| <b>Papel das ONGs</b>                       | Forte presença de ONGs internacionais no fortalecimento de iniciativas    | Parcerias locais e regionais mais consolidadas                              |
| <b>Mercado de Trabalho</b>                  | Elevada informalidade e desemprego estrutural                             | Maior formalização, mas desemprego elevado em algumas regiões               |
| <b>Uso de Tecnologias</b>                   | Adopção limitada em iniciativas da ES                                     | Crescente uso de plataformas digitais para promoção da ES                   |
| <b>Desafios estruturais</b>                 | Baixa conectividade, instabilidade climáticas e limitado acesso à crédito | Desigualdades entre as regiões                                              |

Fonte: Os autores, 2024.

Como se pode notar, o Brasil tem mais robustez e experiência sobre a ES e o seu impacto no DL, o que sugere que Moçambique poderia através destas experiências, explorar mais este campo e promover mais iniciativas sobre a temática.

## **Considerações finais**

A ES pode ser usada como estratégia para o DL, na medida que permite ações de fomento e geração de emprego e renda, qualidade de vida, valorização das oportunidades locais, articulação entre os atores envolvidos de forma democrática e socialmente justa.

Para o caso de Moçambique, as associações e cooperativas agrícolas têm sido cruciais para o desenvolvimento local, enfrentando desafios como a desigualdade socioeconômica e o acesso limitado a recursos sobretudo os financeiros. Por outro lado, no Brasil, a economia social se manifesta em empreendimentos autogestionários, como cooperativas e associações comunitárias, integrando políticas públicas e promovendo redes colaborativas para o fortalecimento econômico local.

O crescente envolvimento por parte da comunidade nas iniciativas de DL, à semelhança do conceito de ES, resulta do reconhecimento, da ausência, insuficiência ou desadequação das respostas dos governos aos problemas sociais contemporâneos tanto em Moçambique como no Brasil.

Ambos os países enfrentam desafios similares, incluindo a necessidade de maior apoio institucional, formação técnica e mecanismos financeiros inclusivos. O estudo sugere que o intercâmbio de boas práticas e estratégias entre os dois países pode fomentar o fortalecimento das iniciativas de ES, contribuindo para um DL mais equitativo e sustentável.

Em Moçambique, entende-se ser necessário investir-se em infraestruturas, capacitação, acesso a crédito e fortalecimento de políticas públicas que promovem a ES. No Brasil, as políticas devem focar-se na redução das desigualdades regionais e no fortalecimento da autossustentabilidade das iniciativas.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. **Cadeira de Seminário I: Economia Social e Solidária e Debates Conceptuais**. Lisboa: ICTE, 2016.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento Local**. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009, p. 108-113.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BORGES, Maria de Lourdes; SCHOLZ, Robinson Henrique; CARGNIN, Tiago Daniel de Mello. Estratégia-como-prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 108-142, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75239796005>. Acesso em: 24 dez. 2024.

BUARQUE, Sérgio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CHISSANCHO, Celeste; USSENE, Valério. O cooperativismo como fator do desenvolvimento econômico e social: potencialidades, oportunidades e desafios – estudo de caso (Metuge, Moçambique). **Revista Eletrônica de Investigação e Desenvolvimento**, v. 4, p. 112, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ucm.ac.mz/handle/123456789/105>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FONSECA, Olívia Plenío. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento local**: um estudo de caso de pequenos produtores do distrito de Boane. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos solidários**: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n. 13, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAIENTILAL, Dipac; MUNGOI, Cláudio. Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique. **Outra Economia**, v. 4, n. 7, 2º semestre, 2010.

JORGE, Andréa da Fonseca; BORGES, Maria de Lourdes; BORTOLASO, Ingridi. O processo de pré-incubação na economia solidária: o caso de um grupo de mulheres inseridas na indústria da construção civil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 22, n.

60, p. e14120, 2024. DOI: 10.21527/2237-6453.2024.60.14120. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14120>. Acesso em: 24 dez. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Salvador: UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MUJOVO, Firmino. **Transformações sociais determinadas pela migração de jovens na localidade de Moíne** – distrito de Magude. 2016. Tese (Mestrado) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

PEREIRA, Ana Amélia. **A gestão do processo de concessão do microcrédito no contexto do desenvolvimento local**: um estudo de caso: a Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Educação e Comunicação, Nampula. Disponível em: <http://repositorio.ucm.ac.mz/handle/123456789/105>. Acesso em: 24 dez. 2024.

QUINHÃO, Carlota. **Terceiro setor**: elementos para a referenciação teórica e conceptual. 2004. Disponível em: [http://isociologia.pt/App\\_Files/Documents/working5\\_101019094100.pdf](http://isociologia.pt/App_Files/Documents/working5_101019094100.pdf). Acesso em: 3 dez. 2024.

ROCHDALE PIONEERS MUSEUM. **The Rochdale Principles**. Disponível em: <http://www.rochdalepioneersmuseum.coop/about-us/the-rochdale-principles/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, D.; JAVIER, A. Movimentos sociais, cooperativismo e educação: outra forma de entender a racionalidade econômica. **Revista Cooperativismo y Desarrollo**. v. 19, n. 99, p. 92-102, 2011.

## **As mulheres e o consumo no sistema penitenciário brasileiro**

*Dani Rudnicki  
Tatiane Lemos Nascente*

### **Introdução**

O sistema prisional brasileiro não é o pior do mundo, nem o melhor. Para dizer correto, deveríamos nos referir a sistemas prisionais brasileiros. Ele está longe de ser uno; cada estado da federação determina suas regras a partir do comando geral da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Execução Penal de 1984. Assim, existem prisões enormes, grandes, médias e pequenas; com diferentes padrões de segurança e oferecendo algumas mais e melhores, outras menos e piores, tipos de assistência. (Quase) Todas elas, entretanto, estão superlotadas.

E, nelas todas, surge um estigma: “Essa marca atinge todos que nela ingressam, como detentos, funcionários, pesquisadores ou visitantes” (Rudnicki; Schafer e Silva, 2017, 612). Mas essas situações impactam, em especial, a dignidade e os direitos dos detentos. Neste sistema organizado pelo Estado, vigem muitas regras e se reproduzem algumas que organizam a sociedade fora dos muros. Existe uma sociedade de consumo presente nos presídios pátrios (Nascente, 2023), na qual presos, visitantes, comerciantes e prestadores de serviço, servidores da vigilância e administração se percebem envolvidos. Também, na prisão, se movimenta a economia.

O direito ao consumo está diretamente relacionado às condições de dignidade dos detentos. A impossibilidade de acesso a produtos básicos impacta a saúde física e mental da população carcerária, reforçando o caráter punitivo da prisão para além da privação de liberdade. Esse cenário transfere o peso da assistência aos familiares, especialmente às mulheres que desempenham esse papel com sacrifício pessoal e financeiro. Esse esforço, muitas vezes invisibilizado, evidencia como o cárcere não afeta somente os prisioneiros, mas também suas famílias, que se tornam vítimas coadjuvantes de um sistema punitivo ineficiente e excludente.

Assim, o consumo dentro das prisões acaba se impondo como um fator relevante na vida carcerária. No ambiente prisional, ele não se limita à aquisição de bens

(essenciais), mas se torna um elemento de identidade, status e sobrevivência. Para as mulheres visitantes, a dinâmica do consumo assume contornos específicos, moldados por desigualdades de gênero e condições socioeconômicas.

As mulheres que visitam seus familiares encarcerados desempenham um papel crucial na vida dos presos. Elas são o contato com a família que permanece no lado de fora e é a garantia da manutenção das condições básicas dos presos, que termina não sendo oferecida pelo Estado. Moraes (2005, 251) aponta serem quatro os elementos essenciais para “segurar” (manter a ordem de) uma prisão: i) assistência jurídica e ii) de saúde, iii) alimentação e iv) visita.

As visitas não representam uma realidade simples; como tudo dentro da prisão, há complexidade, e a compreensão de seu papel demanda refletir sobre muitos aspectos.

O Estado, ao falhar em suprir necessidades fundamentais dentro das unidades prisionais, transfere essa responsabilidade para as famílias, intensificando as desigualdades sociais e econômicas. Esse fato por vezes nem significa uma realidade diferente de sua vida, pois muitas delas provêm de contextos de vulnerabilidade social, no qual a prisão de um marido ou de um companheiro apenas acentua dificuldades financeiras e emocionais preexistentes.

Essa realidade evidencia a precarização do sistema penitenciário e o impacto desproporcional sobre as mulheres, que frequentemente arcam com os custos materiais e emocionais da detenção de seus entes queridos. Além disso, essas mulheres enfrentam desafios logísticos e burocráticos para garantir que itens permitidos sejam entregues aos presos, muitas vezes sofrendo restrições arbitrárias que dificultam ainda mais sua atuação.

Para tanto, nesse artigo, utiliza-se da dialética, compreendida a partir das lições de Lakatos e Marconi (2003), como uma proposta diversa do método causal, na qual se procuram elementos conflitantes entre os fatos para explicar uma nova situação decorrente de um conflito. No caso, do choque entre as regras jurídicas, os desejos dos presos e visitantes, as suas necessidades e da segurança e administração, bem como da realidade do sistema, surgem percepções e ideias que materializam, ou não, um novo sistema. Para tanto, realiza-se revisão bibliográfica com fundamento, na prática de observação dos autores ao sistema prisional.

## **Direito ao Consumo e à Dignidade no Cárcere**

Na América e na Europa, vivemos em uma sociedade de consumo, no Oriente provavelmente também seja assim, vide Japão e China. Isso é resultado do surgimento de novas tecnologias, da velocidade da vida na sociedade contemporânea e da necessidade de praticidade que tomam conta da realidade. Ganhar tempo deixa de ser apenas uma obrigação e torna-se estratégia para realizar outras atividades ou aproveitar melhor outros momentos. A sociedade de consumo se vincula muito com a perspectiva da imagem e do simbólico: somos o que aparentamos ser.

A necessidade de consumir passa a dominar a população em geral. Mas os adolescentes, por estarem em fase de afirmação, são afetados de forma mais imediata. Os jovens, conhecidos por sempre estarem insatisfeitos com o que possuem e são, foram fortemente atingidos pela evolução tecnológica.

O avanço tecnológico e a facilidade nos pagamentos motivaram o consumo. Por vezes, o indivíduo que está completamente “satisfeito”, de forma inconsciente, busca novas experiências por meio da aquisição de produtos “inovadores”; o ato da compra passa a ser o prazer em si, ignorando-se o objeto adquirido:

[...] o comprador, por certo, dá importância do valor funcional dos produtos, mas ao mesmo tempo, mostra-se cada vez mais em busca de prazeres renovados, de experiências sensitivas ou estéticas, comunicacionais ou lúdicas. Excitação e sensações é que são vendidas, e é experiência vivida que se compra, assemelhando-se todo consumidor, mais ou menos, a um “coleccionador de experiências”, desejoso de que se passe alguma coisa aqui e agora. É como um processo de intensificação hedonista do presente pela renovação perpétua das “coisas” que é preciso pensar o consumo na fase III. Uma estética do movimento incessante das sensações fugazes comanda as práticas do hiperconsumidor (Lipovetsky, 2007, 68).

A força sedutora do mercado cria um jogo que, de certa forma, serve para dividir os jogadores dos aspirantes e dos aspirantes incapacitados. Esse fascinante mercado faz com que sejam utilizados todos os recursos que se possui, sejam eles legais ou ilegais. Aqueles que não conseguirem se manter no “jogo” são excluídos e passam a ser mantidos de fora.

Esses indivíduos passam a pertencer à “classe perigosa”: uma expressão que aparece em 1840 com Frégier. Ele tratou sobre ladrões, pequenos golpistas e

prostitutas que habitavam a antiga Paris. Todavia, para Sidney Chalhoub (1996), Frégier não soube separar a população meliante da população pobre.

Logo, não estranha que o direito ao consumo também seja reivindicado nas prisões. E, como o Estado se mostra omissos em garantir bens (por vezes) essenciais, ele está diretamente ligado à ideia de dignidade da pessoa humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras normativas internacionais apontam que indivíduos privados de liberdade devem ter acesso a condições mínimas de sobrevivência e bem-estar. No Brasil, a legislação penitenciária prevê garantias básicas aos detentos, mas, na prática, há uma lacuna significativa entre os direitos assegurados e a realidade carcerária.

A existência da crise no sistema prisional não é nenhuma novidade, diversos temas são exaustivamente analisados pelos pesquisadores, que já identificaram problemas com a alimentação dos presos (Rudnicki, 2011), violação de direitos humanos (Varella, 2017), maternidade na prisão (Queiroz 2016; Oliveira, 2020), bem como o abandono por parte dos familiares, além de diversas outras dificuldades (Machado, 2020; Baratta, 1999).

Nesse contexto, Coyle (2004, 116) informa que: “[...] nunca se deve esquecer que as visitas, principalmente de familiares próximos, não devem ser consideradas privilégios, mas um direito humano básico. [...]”. Logo, familiares, em especial representadas pelas mulheres visitantes, autodenominadas “cunhadas”, assumem um papel crucial na garantia desse direito ao fornecer itens essenciais aos detentos.

A escassez de produtos básicos dentro das penitenciárias leva à dependência do auxílio externo, geralmente realizado por familiares. Produtos, como alimentos, roupas e itens de higiene, não são distribuídos adequadamente pelo Estado, tornando-se itens de necessidade extrema e, muitas vezes, de comércio interno entre os próprios presos. Na maioria das prisões pátrias, há cantinas nas quais eles podem ser adquiridos (por preço superior ao lado de fora dos muros).

Essa realidade cria um ciclo de exploração, no qual as mulheres precisam levar dinheiro ou produtos (sacolas, ou jumbos, na gíria prisional) para dentro das prisões. Além disso, devem se submeter a altos custos para viabilizar a visita (transporte porque as penitenciárias localizam-se distantes dos centros urbanos, alimentação, mimos). Isso se agrava pelo fato de a visita exigir a dedicação de um dia inteiro, ou

seja, a impossibilidade de trabalho – logo, a maioria irá se colocar como diarista. Quando tanto, pois Rudnicki e Proença (2020, 72) citam mulher que relata somente conseguir trabalhar se não contar ao empregador que o marido é presidiário.

O custo emocional também é elevado, pois além da privação do convívio diário, essas mulheres precisam lidar com a frustração de ver o Estado negligenciar as necessidades básicas dos detentos e se mostrar ditando regras por vezes incompreensíveis.

De acordo com Herculado (2021, p.1), “a situação de falência do sistema prisional brasileiro está diretamente ligada ao surgimento e recrudescimento das maiores facções criminosas do país”. A ausência do Estado contribui para que as organizações criminosas assumam cada vez mais o controle, o que consequentemente contribui para o crescimento destas. Conforme o autor, apesar da ausência de dados oficiais, a estimativa é que, em 2018, existiam 70 facções criminosas espalhadas pelo Brasil. Elas criaram a chamada “caixa comum”. Trata-se de fundo alimentado pelo dinheiro arrecadado nas operações criminosas daqueles que estão em liberdade para financiar tentativas de fuga e amenizar as condições de vida dos presos. Ela serviu igualmente para reforçar a autoridade e o respeito pela facção no meio da população carcerária. (Herculado, 2021, p. 122).

Neste contexto, é importante abordar os conceitos de socialização primária e secundária. Segundo Raymond Aron (1999), a socialização primária refere-se ao laço que a criança forma com seus parentes nos primeiros anos de vida, envolvendo carinhos, afeições e valores familiares; essa etapa de socialização se apresenta de forma incompleta quando chega à escola. Por outro lado, a socialização secundária, conforme explicam Berger e Luckmann (2006), abrange todos os processos que ocorrem após a primeira. Isso significa a integração do indivíduo em novas e diversas realidades sociais, além da assimilação inconsciente de normas que acontecem quando a pessoa é inserida em "submundos" (como instituições). No contexto deste trabalho, isso se refere à inserção do indivíduo em uma organização criminosa (facção).

## Expressão Social no Cárcere

O consumo dentro do sistema prisional, como em outras instituições, transcende a necessidade material e assume um caráter simbólico. A prisão representa o lar para muitos e a separação para outros tantos que percebem os muros de uma penitenciária como uma barreira à vida conjugal cotidiana. Souza (1978, p. 52), referindo-se à cidade-presídio (CARANDIRU), escreve:

Para poder entrar às sete horas, muitas famílias de presos chegam aqui antes de uma hora da madrugada. Alguns com criança no colo, enfrentando frio ou chuva, brigando por um lugar na fila. Há uma tensão grande, provocada pelo nervosismo consequente dos problemas que causa a prisão de um chefe de família ou o desespero pela situação do filho preso uso de drogas.

Chegam levando esperança e sacolas. Itens como roupas (de marcas), produtos de higiene e alimentação são ofertados aos companheiros e tornam-se formas de estabelecer "status" e pertencimento dentro da hierarquia carcerária. O consumo funciona como um mecanismo de distinção e, também, como uma estratégia de sobrevivência, influenciando as relações entre os presos.

As cunhadas, como preferem ser chamadas, trazem a ideia de que são "mulheres de fé" e vinculam isso ao fato de não terem "abandonado" seus companheiros depois que eles ingressaram no sistema prisional. Atualmente, nas redes sociais (TikTok e Instagram) existem algumas contas que divulgam a rotina dessas mulheres, ali elas compartilham suas rotinas e dificuldades do ingresso no sistema como "mulher de preso", mas ao mesmo tempo, se orgulham pelo título de "mulher guerreira".

Um dos perfis comuns no Instagram é o @soltapresors\_oficial, atualmente com 2.902 seguidores(as). Este perfil traz informações importantes para as visitantes, tais como: alterações de dias de visita, divulgação de lista de itens permitidos, caronas para as penitenciárias e até permuta de presos, além disso, também compartilham mensagens motivacionais, como essa, publicada no dia da mulher (08 de março de 2025):

08 de março  
Feliz dia da mulher  
somos guerreiras, corremos atrás, temos objetivos, desejos e muitas vezes carregamos o mundo nas costas, enfrentamos dificuldades, mas não desistimos. Merecemos respeito, reconhecimento e admiração todos os dias,

não importa a luta, o tempo, a fase, que batemos de frente, porque somos fortes, somos de fé! Noite acordada, comida pronta, sacola pesada, viaja km, fila enorme, entra 5, entra 10, sol e chuva, permanecemos assim mais um ano com fé. Liberdade pras guerreira da cadeia e da fila.

Este perfil tenta trazer a ideia da realidade do cárcere, criticando outros que trazem apenas a “parte bonita”:

hoje em dia as mina estão romantizando a cadeia, postando só a parte dos preparativos da visita, fazendo videozinho com comidinha e sacola pronta, mas que fecha fechando sabe que vai muito além disso. Hoje em dia tá muito fácil atracar no sistema e pagar de blogueirinha na internet, onde não sofre 1% daquele lugar sombrio.

Por outro lado, existem perfis que utilizam da rede social para vender produtos que se enquadram nas exigências dos presídios, por exemplo, o perfil @bahmodacdp (Báh Moda/CDP e Penitenciária) que atualmente conta com 950 seguidores (as). Ele divulga e comercializa roupa nas cores e modelos permitidos pelas portarias, além disso, vende também sacolas transparentes personalizadas (nas características autorizadas para ingresso). Este mesmo perfil fez uma promoção “Dia das cunhadas” onde sortearam uma “sacola premiada” contendo itens para auxiliar as mulheres nos dias de visita.

E por último, o perfil @soltaopresoseujuizoficial, atualmente com 207 mil seguidores(as), fazem as mais diversas divulgações consideradas uteis, incluindo também consultas com advogados, explicações sobre leis e enquadramento de crimes e modelo de cartas, pois em algumas penitenciarias a correspondência é lida pela segurança, para que se evite quaisquer tentativas de mensagens criminosas:

Saudades Moção:

Oie quanto tempo né? Talvez não tenha sido tanto tempo assim mais pra falar a verdade pra mim é uma eternidade, passa cada minuto longe de você dói muito meu coração só de pensar como vc esta aí sem visitas, sem ter meus abraço pra te conforta mais não se preocupe tudo isso logo vai passar e não pense que não to fazendo nada por nois pois todos os dias eu dobro meus joelhos e oro por você.

E em minhas orações todas as noites peço pra que deus envie anjos ao seu redor e meu anjo hoje eu sei como vc é forte e guerreiro pois em meio a tantos problemas vc esta aí firme e forte. E mais importante de tudo é a paz que vc me transmite ao chegar uma carta sua com tuas palavras de amor e consolo eu não poderia ter encontrado alguém melhor que você pois somente em vc eu encontrei meu porto seguro obgd minha vida.

Obgd por você ser quem é, por ter os melhores concelhos por ser marido e amigo tão dedicado a nós. Obgd por permitir dividir a tua história ao meu lado obgd por fazer eu me apaixonar por você todos os dias.

E pode ter certeza que estarei com você em todos os momentos pois quando eu falo que te amo não é da boca pra fora eu falo com a alma.

E pra falar a verdade essa folha não seria capaz de demonstrar nem a metade do meu amor por você é algo tão bonito que não tem como não ser permissão de Deus.

Você sabe que passamos por muitas coisas, por vários problemas, mais permanecemos unidos porque é assim que tem que ser eu por você e você por mim.

Minha vida em poucas palavras me reflete por aqui com o coração cheio de saudades mais com a alma tranquila sabendo que mesmo de longe você está cuidando de mim, fica com Deus e que ele possa cuidar de você por mim, um beijo e um abraço bem carinhoso pois você merece isso e muito mais até breve.

(De sua esposa que quanto te ama e torce por você)

Este tipo de comércio através das redes sociais tornou-se comum. Em agosto de 2023 o perfil @bazardabez, atualmente com 36,2 mil seguidores (as), ganhou visibilidade na mídia, o site uol<sup>12</sup> (além de outros) trouxeram reportagens vinculadas a empreendedora, Camila Bez:

A vida de Camilla Bez, de 31 anos, mudou drasticamente há 11 meses, quando o marido foi preso. Ela estava na "rua da amargura", como diz, quando viu nas visitas ao cadeia de Sorocaba, no interior de São Paulo, uma oportunidade de negócio: investir na "moda penitenciária". Virou "cunhada", com se chamam as mulheres de detentos, e empresária.

A grande sacada da paulistana foi surfar nas inúmeras regras de vestimenta impostas pela administração das penitenciárias, que proíbem decotes, acessórios e cores neutras.

Encontrar alternativas em um sistema restritivo faz do ato de se vestir uma forma de resistência, reafirmando o vínculo entre visitante e preso, bem como a dignidade e identidade das mulheres que enfrentam um ambiente hostil e desafiador.

O ato de visitar um detento envolve uma série de preparativos, e a vestimenta utilizada pelas mulheres durante essas visitas carrega significados profundos. A escolha da roupa pode ser vista como um ato de resistência, um meio de afirmar a identidade e a dignidade das visitantes. Apesar das regras impostas pela direção do sistema prisional, as mulheres selecionam suas vestimentas buscando expressar sua

---

<sup>12</sup> [https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/08/16/moda-penitenciaria-transformei-roupa-de-visita-em-objeto-de-desejo.amp.htm?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaZXDnNcWqeSiWZ7IUHGFebzQJWaeKHCb2RuGw7qTUnGzfdBAkE5UW7azc\\_aem\\_Q0r4vWYzE8TxIzFAnbhy8Q](https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/08/16/moda-penitenciaria-transformei-roupa-de-visita-em-objeto-de-desejo.amp.htm?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaZXDnNcWqeSiWZ7IUHGFebzQJWaeKHCb2RuGw7qTUnGzfdBAkE5UW7azc_aem_Q0r4vWYzE8TxIzFAnbhy8Q)

individualidade e valorizar sua beleza. Para a mulher, estar com seu companheiro é o auge e sentir-se poderosa torna-se fundamental. Desta forma, a escolha das vestimentas está associada a um desejo de demonstrar afeto, lealdade e respeito ao familiar encarcerado.

As exigências do *dresscode* imposta pelos administradores não oferecem muitas alternativas e a roupa “padrão” mais verificada geralmente revela-se legging, camiseta e chinelo de dedo, sem maquiagem.

O meio pelo qual os detentos conseguem adquirir determinados produtos reflete sua posição dentro da dinâmica carcerária. A posse de determinados itens pode conferir poder e influência dentro do sistema prisional, fazendo com que bens materiais se tornem símbolos de prestígio ou vulnerabilidade. Além disso, a dependência dos presos em relação a seus familiares para o acesso a esses produtos reforça laços de dependência e subordinação, perpetuando dinâmicas de controle social dentro do cárcere. As mulheres visitantes, ao fornecerem esses bens, acabam sendo parte de um sistema informal de consumo que sustenta a organização interna do cárcere e supre as falhas do Estado.

A própria presença da parceira na visita já expressa o grau de conexão entre o casal e o esforço realizado para perpetuar a relação. Evidente que existem distinções entre as visitantes dos sistemas federal e estadual, bem como entre a de um preso primário e um líder de facção, mas em todos os casos, há prova de amor envolvida. A visitante necessita enfrentar e superar as restrições impostas pelo sistema, que pode limitar o tipo de roupa permitido, estabelecendo códigos de vestimenta rigorosos e, muitas vezes, humilhantes.

## **Consumo no Cárcere**

As restrições impostas pelo ambiente prisional fazem com que os detentos desenvolvam estratégias para acessar produtos que não são fornecidos pelo Estado. O comércio informal dentro das prisões é uma realidade consolidada. Na ausência de dinheiro, o escambo ressurge; drogas, armas, cigarros, alimentos, itens de higiene e serviços se transformam em moedas de troca.

Além disso, a criatividade dos detentos na personalização de bens disponíveis revela a resiliência diante das limitações impostas pelo cárcere.

Nesse contexto, as mulheres visitantes, ao ingressarem com bens, tornam-se fundamentais na engrenagem comercial. Elas precisam encontrar maneiras de lidar com a burocracia e as limitações impostas pelos presídios para fornecer os itens necessários.

Para as mulheres visitantes, garantir que os itens cheguem até os presos pode ser um desafio, pois há produtos com especificações que podem ou não ingressar. Há proibição de frutas cítricas para evitar a sua transformação em bebidas alcoólicas, ou pasta de dente branca que serve para imitar cimento e tapar buracos, ou fotos de homens, pois, pode ser informação sobre encomenda de homicídio. Há tendência de limitar o ingresso de bens no sistema prisional.

O tráfico interno de mercadorias é outra prática comum de comércio, no qual alimentos diferenciados, produtos de higiene e até mesmo roupas podem ser obtidos por via de negociações entre os presos. Essas trocas refletem a falha do sistema prisional em fornecer condições básicas e mostram como a organização social interna das prisões busca suprir essas lacunas. Também a hierarquia social se relaciona com a moda e para os detentos o primado é das roupas esportivas, em especial, camisas de futebol, de times brasileiros e estrangeiros.

### **Vulnerabilidade no Sistema Prisional**

As mulheres, enquanto mães, esposas, irmãs e amigas de detentos, assumem um papel fundamental na manutenção das condições de vida dos presos. A responsabilidade pela aquisição e entrega de alimentos, vestuário e produtos de higiene recai desproporcionalmente sobre elas, reforçando um padrão de desigualdade social e de gênero. O custo financeiro e emocional dessa obrigação é significativo, exigindo das mulheres esforços diários para garantir que seus familiares privados de liberdade tenham acesso a condições minimamente dignas.

A imposição de barreiras burocráticas e os desafios financeiros enfrentados por essas mulheres ampliam sua vulnerabilidade social. Muitas vezes, são obrigadas a percorrer longas distâncias, enfrentar revistas vexatórias e lidar com o alto custo de vida para garantir que seus entes queridos tenham acesso ao mínimo necessário. A presença dessas mulheres nos presídios não se limita a visitas emocionais, mas também a um suporte material essencial à sobrevivência dos detentos.

Isso tornou-se ainda mais complicado no Rio Grande do Sul, quando o Estado criou, através da SUSEPE (Superintendência dos Serviços Penitenciários), em 26 de maio de 2023, a Instrução Normativa n.º 009/2023 Gab/Sup, tornando as regras para ingresso de materiais mais rigorosas. E, no que tange às visitantes, determinou um tipo de “uniforme”. O disposto no artigo 118 reza:

Art. 118. O ingresso de visitantes só será permitido se estiverem utilizando as seguintes vestimentas:

I - camiseta;

II - blusa, moletom e/ou casaco;

III - calça de moletom, tãctel ou legging;

IV - saia longa e lisa, até os tornozelos;

V - roupas íntimas sem forro;

VI - meias;

VII - sandálias de borracha com solado único, baixo e flexível, nas cores indicadas no § 1º; e

VIII - tênis com solado baixo, de até 02 centímetros

§ 1º As peças descritas nos incisos I a IV devem ser da cor azul, vermelha, rosa ou amarela, em tom claro.

§ 2º As peças descritas nos incisos I a V não podem possuir bolso, zíper, botão, bordado, forro, capuz ou cordão.

§ 3º Blusas e camisetas devem ser largas e compridas, cobrindo a região da cintura.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos visitantes com idade inferior a 05 anos.

A padronização obriga à criação de novas estratégias de resistência que possibilitem expressar a identidade de cada mulher. Em decorrência, surgem lojas especializadas em atender esse público.

Cunha (2025) cita uma dessas lojistas, que começou vendo roupa na fila do presídio, quando ia visitar o marido:

Atendo todos os familiares que visitam os presos, mas a maioria são as esposas que querem ver os maridos lindas. É o *date* da nossa semana, o único dia que podemos estar com a pessoa que amamos, independente do lugar, a gente quer se sentir bonita e confiante.

Os gastos com deslocamento, compras para auxiliar o preso, roupa específica para visitaçãõ tornam o ato de ir até uma prisão algo caro, em especial quando o ritual

se repete toda semana, por vezes, duas vezes na semana. Os presos e seus familiares, em decorrência de um sistema penal seletivo, são em maioria pobres e a prisão é também uma instituição integrada ao sistema capitalista.

### **Considerações finais**

O consumo no sistema prisional brasileiro reflete não apenas as carências materiais enfrentadas pelos detentos, mas também as dinâmicas sociais e econômicas que envolvem suas famílias, especialmente as mulheres visitantes. A imposição do fornecimento de bens essenciais às famílias revela falhas do Estado em garantir direitos fundamentais aos presos. Além disso, as estratégias de consumo dentro das prisões evidenciam como os detentos e seus familiares enfrentam e ressignificam a privação de liberdade.

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BARATTA, Alessandro, STRECK, Lênio Luiz, ANDRADE, Vera Regina Pereira de; **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1999.
- BERGER, Peter. L; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 26 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COYLE, Andrew. **Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos**. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.
- CUNHA, Raphaela. 04/10/2023. **Empresária cria ‘moda penitenciária’ e inaugura loja voltada para mulheres de presos**. <https://revistamarieclaire.globo.com/retratos/noticia/2023/10/empresaria-cria-moda-penitenciaria-e-inaugura-loja-voltada-para-mulheres-de-presos.ghtml>.
- HERCULADO, Vanessa Galvão. **A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro**, v. 4. 2020. Disponível em: <https://ojs.cnmp.mp.br/index.php/revistacsp/article/view/211>.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- MACHADO, Maira Rocha. Quando o estado de coisas é inconstitucional: sobre o lugar do Poder Judiciário no problema carcerário. **Revista de Investigações Constitucionais**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v7i2.60692>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- NASCENTE, Tatiane Lemos. **Sociedade de Consumo no Sistema Prisional**. Dissertação aprovada pela banca examinadora do Programa de Pós- Graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle — Unilasalle, como exigência parcial à obtenção do grau de Mestra em Direito. 2023.
- OLIVEIRA, Madyane Trindade; LIMA, Mariana da Silva. Sistema Carcerário: uma realidade esquecida, inclusive pelos familiares. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 1, n. 2, p. 09–19, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2013v1n2p09-19>.

RUDNICKI, Dani. Comida e Direitos Humanos no Presídio Central de Porto Alegre. **Revista Direito GV**, 7(2), 515–538. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200007>.

RUDNICKI, Dani; SANTOS, Carla Cristiane Dias dos. Percepções sobre o direito de visita no Presídio Central de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 115, ano 23, p. 311-333. São Paulo: Ed. RT, jul-ago. 2015.

RUDNICKI, Dani; SCHÄFER, Gilberto; SILVA, Joana Coelho da. As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 608-627, jul. 2017. ISSN 2317-6172. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201724> . Acesso em 28 de fev. de 2020.

RUDNICKI, Dani; PROENÇA, Ana Carolina da Luz. “A sexualidade no sistema prisional: visita íntima no Presídio Central de Porto Alegre”. **Rev. de Direito Penal, Processo Penal e Constituição**. v. 6, n. 1, p. 62-78, jan.jun. 2020.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

## **Associação Esporte+ e a pessoa com deficiência: auto narrativas memoriais de uma professora de Educação Física**

*Ana Paula Vieira Malanovicz  
Maria de Lourdes Borges*

### **Introdução**

Os benefícios que a prática de esporte oferece aos adeptos são bem conhecidos, o bem-estar físico e mental, além do crescimento e desenvolvimento integral do indivíduo (León Santana, 2024). Para além dos avanços físicos, os benefícios sociais e afetivos advindos da prática esportiva são bem conhecidos (Sanches e Rubio, 2011). Entretanto, as pessoas com deficiência deparam-se com dificuldades e preconceitos que dificultam a sua aceitação e inclusão social. Diante desta realidade, duas professoras de Educação Física de uma escola especial do município de Porto Alegre/RS abraçaram a ideia de apresentar o esporte para pessoas com deficiência como meio de inclusão social e iniciaram com um simples projeto escolar. Um projeto escolar de atletismo com treinos de corridas curtas foi iniciado a fim de que os alunos pudessem participar de uma competição de Jogos Escolares. Em seguida, o início do Projeto de Natação com apenas três alunos em um clube parceiro. Mal sabiam elas que este projeto inicial originaria a Associação Esporte+, entidade que atualmente atende mais de 120 pessoas com deficiência, em duas modalidades paradesportivas.

Justificado pela relevância social da Associação Esporte+, surge este artigo que tem por objetivo narrar as memórias de uma das idealizadoras e fundadoras dessa associação (primeira autora deste artigo). Para isso, utilizou-se a perspectiva metodológica da autonarrativa. Para esta pesquisa, concorda-se com Pellanda e Pinto (2015), para as quais a autonarrativa é entendida como instrumento metodológico pelo qual a narrativa apresentada converteu-se em uma atividade metacognitiva, pois deriva de reflexões sobre o próprio processo de participação desde o projeto inicial até a concretização da Associação Esporte+, resultando em um relato de experiência. Além disso, a autonarrativa também serve como um modo de aproximação da

subjetividade (Campos; Lima, 2024). Apoiadas por Sarlo (2007), a ‘força do vivido’ justifica a apresentação de testemunho pessoal em diferentes contextos históricos, bem como “o tempo certo da lembrança é o presente” (p. 7). Nesse sentido, a narrativa é entendida “como expressão de uma realidade vivida pelo narrador em momento precedente à narração [...] e permite ao pesquisador falar de um acontecimento, de uma experiência, e, sendo assim, a narrativa diz da lembrança de algo já vivido” (Moutinho; Conti, 2016, p. 2). É com esta perspectiva que o presente estudo apresenta inicialmente um referencial teórico sobre memória social, seguida à discussão analítica na qual a autonarrativa é apresentada e discutida, finalizando-se com as considerações finais.

## **Referencial Teórico**

Para o entendimento de memória social, Lins de Barros (2011) recupera Halbwachs, para o qual o ser humano consegue ter memória sobre seu passado enquanto um ser social, pois ela vai depender do lugar que a pessoa ocupa nas relações sociais a partir dos quadros sociais da memória que ela pertenceu. Tais quadros sociais oferecem-lhe estas referências, conferindo-lhe um caráter relativo, uma vez que a memória nada mais é do que uma reconstrução do passado. E mais, essa reconstrução da memória ocorre porque há um centramento na vida em sociedade, por meio da “memória vivida, construída nas experiências de indivíduos inseridos em grupos sociais.” (Lins de Barros, 2011, p.11). Porém, como cada pessoa é membro de diversos e diferentes grupos sociais ao mesmo tempo, mas para que a memória dos outros possa reforçar ou completar a própria memória, tais lembranças precisam necessariamente ter alguma interseção com eventos do passado da pessoa e de um ou mais dos grupos sociais a que ela pertenceu ou pertence (Halbwachs, 1990).

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva deve ser vista como uma corrente de pensamento caracterizada por uma continuidade, uma vez que o que ela retém do passado é aquilo que está vivo (ou é capaz de viver) na consciência do grupo (ou dos grupos) a que a pessoa pertence. Por isso mesmo, a memória coletiva apresenta-se parcial, caracterizada por lembranças e esquecimentos, apresentando implicações éticas e políticas (Nogueira, 2021). No extremo, a memória coletiva pode ser parcial a

ponto de se tornar uma imposição, seria uma forma de dominação ou violência simbólica, escondendo, muitas vezes, as vozes silenciadas (Pollak, 1989).

Sendo assim, a autonarrativa ora apresentada encontra-se ancorada em uma memória pessoal impregnada de uma busca por transformar a vivência e a experiência em linguagem. Nesse sentido, segue-se para a apresentação na autonarrativa da trajetória da Esporte+ sob as memórias de uma das professoras fundadoras.

### **Discussão analítica**

A Associação Esporte+ foi constituída enquanto organização não governamental no ano de 2015. Iniciou como um projeto desportivo escolar, denominado de Projeto Esporte+, pois a pretensão era de que, a partir da prática esportiva, os alunos percebessem as suas habilidades, identificassem as possibilidades nas adversidades, fossem incluídos socialmente e que interagissem entre si.

A partir de um curso de arbitragem em Goalball, no ano de 2013, duas professoras de Educação Física de uma escola especial, do município de Porto Alegre/RS, identificaram possibilidades esportivas para seus alunos em competições. Para a participação dos estudantes, um projeto escolar de caminhada orientada que já existia passou a incluir também corridas curtas, de modo a garantir a participação de todos aqueles alunos que quisessem participar nas atividades esportivas de atletismo, não necessariamente atividades competitivas. Inicialmente, com três estudantes, a modalidade natação também foi iniciada em um clube parceiro, que "comprou a ideia" de natação para estudantes com deficiência intelectual.

Desde 2007 trabalhando na Escola Estadual Especial Recanto da Alegria, instituição que atende alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e psíquicos, eu, Ana Paula, professora de Educação Física, junto à minha colega de área, buscamos fomentar atividades físicas, recreativas e esportivas que estimulassem os indivíduos a desenvolver sua capacidade motora, intelectual e social de modo a se autoconhecer, aumentar sua autoestima, estimular o aspecto cognitivo, além da inclusão social. A escola não tinha o costume de participar com seus alunos de eventos esportivos, apenas do JOMEEX (Jogos Municipais dos Estudantes

Excepcionais), evento participativo com caráter mais social do que esportivo, mas que exige que os participantes realizem atividades motoras e competitivas. Esse evento foi iniciado por um ex-professor de Educação Física da escola Recanto da Alegria. Os alunos e suas famílias têm uma memória afetiva do antigo docente e do evento em si.

A escola tinha um projeto de caminhada orientada que era realizado por uma professora de Educação Física mais antiga na instituição. O grupo de alunos e professoras deslocava-se da escola até um parque municipal próximo, o Parque Alim Pedro, o qual apresenta uma grande área verde, pista de atletismo em tamanho oficial e quadras esportivas. Nesse local, há profissionais de Educação Física que organizam atividades lúdicas e esportivas, além de acompanhamento de pressão arterial dos frequentadores do parque. Esse projeto já tinha seus horários pré-estabelecidos semanalmente, combinados com a escola e com a gerência do parque municipal, e contava com grande participação dos alunos. Nas idas ao parque, alguns alunos optaram por apenas caminhar na pista, outros por praticarem algum outro esporte e outros por realizarem atividades lúdicas. As professoras sempre acompanharam e incentivaram os estudantes a participarem de todas as atividades de maneira a se incluírem socialmente junto à comunidade residente nas imediações e frequentadora do parque. Aliás, é importante ressaltar o quanto a comunidade sempre acolheu e respeitou os estudantes, professoras e a comunidade escolar em todas as atividades das quais participaram. A partir daí surgiu o Projeto Esporte+.

Oportunamente, eu e minha colega procuramos participar de cursos e formações que visavam à participação da pessoa com deficiência em atividades recreativas e esportivas, a fim de que pudéssemos proporcionar aos alunos novas experiências e vivências, não só esportivas, mas sociais também. Assim, em 2013, numa formação em arbitragem para Goalball, ficamos sabendo do Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul, o PARACERGS, e dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul, o PARAJIRGS. E nossa escola foi convidada a levar os estudantes para participar desses dois eventos, até então desconhecidos para nós. Fomos atrás de informações para uma possível participação. A colaboração dos profissionais da FADERS (Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul) e da antiga FUNDERGS (Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul), hoje extinta, foram de grande valia para nós. Nas duas fundações, a preocupação de

fomentar a participação da pessoa com deficiência em atividades esportivas, sociais, lúdicas e participativas sempre foi uma constante. E o incentivo à formação e conhecimento dos profissionais de escolas especiais é até hoje uma prática. Com isso, descobrimos que, conforme o Comitê Paralímpico Internacional (IPC), órgão máximo que orienta e organiza as modalidades esportivas dos Jogos Paralímpicos, existiam apenas três modalidades para pessoas com deficiência intelectual: atletismo, natação e tênis de mesa paralímpicos.

Para a participação nesses eventos, durante as aulas de Educação Física, eu e minha colega fizemos experiências de práticas esportivas dessas modalidades com alguns alunos e contatamos suas famílias, de modo a identificar quais teriam condições de participar efetivamente das competições e se esses estudantes teriam condições de participar em viagem para passar o dia inteiro fora de casa e do ambiente escolar, ou ainda tendo que dormir fora de casa. No ano de 2013, as duas competições aconteceram juntas, o PARACERGS e o PARAJIRGS, em Caxias do Sul/RS. Assim, partimos para Caxias do Sul, eu, minha colega e dez estudantes com deficiência intelectual.

Foi uma vivência muito importante, não só para aqueles estudantes, mas para nós, enquanto professoras, também. Todos conhecemos pessoas novas, os estudantes identificaram outros tipos de deficiência, nós, professoras, conhecemos outros profissionais e nos depararam com outras possibilidades de trabalho, soubemos de outras competições e eventos para pessoa com deficiência intelectual, os estudantes perceberam que eram capazes de estar um dia e uma noite longe da sua família com autonomia e certa independência. Foi muito legal! Abriram-se horizontes para todos nós!

Inicialmente, a modalidade Natação parecia improvável para participarmos dessas competições, mas com o conhecimento de que três estudantes, uma menina e dois meninos, tinham algum domínio de natação, eu e minha colega nos animamos e, mesmo que sem grandes possibilidades iniciais, fomos em busca de uma parceria para que os treinos da modalidade pudessem acontecer. Foi então que um clube social esportivo de Porto Alegre entrou no projeto. Oferecendo inicialmente uma hora semanal para treinos em uma piscina térmica. A piscina do clube tinha apenas 20m, comprimento inferior às piscinas das competições que têm, 25 ou 50 metros, mas foi

onde o projeto de natação paralímpica iniciou e se manteve durante alguns anos. A partir do primeiro treino, o clube já ofereceu mais uma hora de treinos semanais, acontecendo assim, duas vezes por semana. Posteriormente, o clube estendeu aqueles treinos de uma hora para uma hora e meia na piscina em cada horário.

Após essa participação, a escola, enquanto instituição da capital do estado, recebeu o convite para que uma das professoras de Educação Física fizesse parte da delegação gaúcha paralímpica escolar de 2013 nas Paralimpíadas Escolares, em São Paulo/SP, a fim de conhecer a competição, identificar possibilidades de participação, acompanhar índices possíveis e as modalidades paradesportivas que aconteciam nesse evento. A direção da escola optou que eu participasse dessa experiência. Então, como técnica da delegação gaúcha paralímpica escolar, foi possível observar os estudantes que participaram do evento em relação à autoestima, ao autoconhecimento, como lidavam com suas frustrações e como usufruíram das suas habilidades. Também, como festejavam com todas as suas conquistas, e conquistas nesse contexto, não se entende apenas a conquista de medalhas, mas completar a prova, superar as suas dificuldades, a melhora de índice, perceber que conseguiu chegar à frente de outro colega. Além da autonomia, ao terem que se virar sozinhos, mesmo que com o apoio dos técnicos e staffs, mas longe da sua realidade.

Também identifiquei como aqueles que necessitavam de auxílio constantemente, lidavam com isso em uma competição, e como se percebiam dentro desse contexto competitivo, mesmo com as suas limitações tão específicas. Conheci muitos profissionais que há alguns anos vivenciam e trabalham com o paradesporto, além de alunos-atletas gaúchos e de outros estados, e me surpreendi com sua dedicação e habilidades dentro da sua deficiência.

Nessas competições, participam pessoas com deficiência intelectuais, visuais e físicas e é importante ressaltar que as deficiências não são iguais entre si, existem diferentes tipos de deficiências físicas, por exemplo. Dessa maneira, se faz necessário acontecer a Classificação Funcional dentro do esporte, com avaliações oftalmológicas, psicológicas ou de funcionalidades, de modo que as competições sejam tão justas quanto forem possíveis.

Essa minha experiência enquanto técnica da delegação gaúcha nas Paralimpíadas Escolares de 2013 fez com que, eu e minha colega, junto à direção da

escola, nos organizássemos para participar com mais estudantes das competições de âmbito municipal e estadual, de maneira a mais estudantes experienciar essas vivências. De igual modo, havia a tentativa de classificar algum estudante para a etapa nacional escolar.

Eu e minha colega organizamos treinos, participamos de competições em diferentes municípios próximos, fizemos rifas, contamos com o apoio da escola, da secretaria de educação, das famílias e da comunidade escolar num aspecto geral. Tudo isso foi feito para proporcionar cada vez mais oportunidades de inclusão social a partir do esporte paralímpico.

No ano seguinte, uma aluna da natação classificou-se na etapa estadual escolar para a etapa nacional. Isso para nós, enquanto professoras, foi uma grande conquista.

Concomitantemente com a busca por uma classificação para essa competição nacional, o projeto seguia acontecendo com caráter participativo, para que todos os estudantes que quisessem participar, participassem.

Quando ficávamos sabendo, tanto nós professoras como a própria escola, de alguma atividade a qual pudéssemos levar os alunos, lá estávamos. As famílias auxiliavam, a escola dava apoio, buscando parceria para transporte, os demais professores se empenhavam e nossos estudantes se desenvolviam cada vez mais. E inspiravam outros alunos a quererem participar, a estarem nas aulas e nos treinos, a engajar suas famílias, a participarem do Projeto Esporte+.

Nas participações em competições esportivas, os resultados nas etapas estaduais, tanto a escolar como a adulta, vinham sendo significativos e a necessidade de uma formação mais específica das professoras nas modalidades atletismo e natação se fazia necessária.

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) vem há alguns anos proporcionando habilitação técnica em diferentes modalidades paralímpicas a fim de fomentar o esporte entre as pessoas com deficiência, além de formar cada vez mais profissionais para o trabalho direto com as modalidades paralímpicas. Dessa maneira, mais pessoas conhecem as modalidades paralímpicas, levam para as suas realidades de trabalho, formando a base de modo a incluir socialmente essas pessoas através do esporte.

Assim, também novos atletas podem ser descobertos e, conseqüentemente, podem futuramente representar o nosso país em eventos internacionais. A partir dessa iniciativa do CPB, a participação brasileira em eventos competitivos internacionais e em Jogos Paralímpicos tem crescido significativamente em resultados.

Para realizar a formação de habilitação técnica, eu e minha colega nos dividimos entre as modalidades Atletismo e Natação. Ao longo dos treinos, sempre trabalhamos juntas, uma auxiliando a outra. Eu fui realizar a formação em Atletismo e a minha colega em Natação. O curso que fizemos, em habilitação técnica de nível I, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, durante a semana anterior à etapa Rio-Sul do Circuito Loterias Caixa de 2015. Lá, conhecemos outros colegas professores-treinadores, muitos iniciantes, outros com bastante experiência e história dentro do movimento paralímpico, mas como o CPB iniciara um processo na busca pela formação dos técnicos do país inteiro, todos buscaram realizar as formações a fim de viabilizar, e não impedir, a participação de seus atletas nos eventos, passo que logo seria exigido nas competições. Essa foi a habilitação técnica de nível I para a participação em competições estaduais.

Com a habilitação técnica, o planejamento dos treinos mudou, os alunos precisaram se dedicar mais aos treinos, pois passaram a ser mais cobrados.

Vale o ditado “quando se quer resultados, a dedicação e o empenho são maiores” justificando até mesmo algumas abdicções. O que sempre motivou muito os alunos foi a possibilidade de viajar de avião para outra cidade, conhecer um lugar novo, novas pessoas, mas principalmente se hospedar em um hotel e poder desfrutar do café da manhã e das refeições proporcionadas nas competições. Tudo isso sem ter qualquer custo ao estudante, sendo custeado pelo Comitê.

As atividades do atletismo no parque municipal chamavam a atenção de outros jovens que participavam das atividades do parque. Vários desses jovens observavam as atividades que eram propostas nos treinos na pista, paravam o que estavam fazendo para assistir e se impressionaram com a velocidade de alguns alunos e os resultados que vinham apresentando. Somado a isso, o olhar preconceituoso que a sociedade apresenta para com a pessoa com deficiência, deixava esses jovens e a comunidade frequentadora do parque, ainda mais impressionados.

Alguns desses jovens eram irmãos ou conhecidos dos nossos alunos. Outros eram alunos da minha colega na outra escola em que ela trabalhava. Assim, a partir de um projeto de uma escola especial, com estudantes com deficiência, alguns desses jovens pediram para participar também das corridas, tentando ‘ganhar’ do irmão ou do amigo. Mas sempre convidamos a todos que demonstravam interesse a participarem do treino todo, do início ao final, a fim de que o trabalho fosse completo, que ninguém se lesionasse e de maneira que a integração acontecesse por completo. Eu e minha colega chamamos isso de ‘Inclusão Inversa’, onde os jovens sem deficiência foram incluídos no nosso meio juntos aos jovens com deficiência.

Essa Inclusão Inversa deu super certo, pois tanto os nossos alunos se motivaram mais ao ter mais colegas para treinar juntos, para competir, para se ajudar, quanto os estudantes sem deficiência se motivaram da mesma maneira. Tanto que passaram a treinar nos mesmos horários do projeto no Parque e logo iniciaram a sua participação no JERGS (Jogos Escolares do Rio Grande do Sul), alcançando bons resultados, a ponto de classificarem-se da etapa municipal para a regional e posteriormente para a etapa estadual.

Com o projeto escolar crescendo, em maio de 2015, eu, minha colega, alguns pais e mães de estudantes, outras professoras e membros da comunidade do parque Alim Pedro reuniram-se e foi criada a Associação Esporte+. A criação de uma entidade constituída com CNPJ próprio com a intenção de permitir o prosseguimento das atividades do projeto, aliado à possibilidade de buscar aporte financeiro a partir de programas do governo. Isso permitiria o não envolvimento de verbas da escola, pois nem todos os alunos da escola seriam beneficiados. Dessa maneira, a criação de uma associação, enquanto entidade sem fins lucrativos, foi a solução encontrada. Tanto eu, quanto a minha colega seguíamos trabalhando na escola, com os projetos da escola e trabalhávamos em outras instituições também.

A participação em eventos de caráter estadual, seja representando a nossa escola, ou representando o município, era um fator motivacional muito grande, pois envolvia não só a viagem de ônibus com a nossa delegação da escola, por vezes junto a outras instituições que representariam o município, como também a estadia em alojamento ou hotel, levando à convivência direta com outras pessoas.

Além disso, o fator estadia sempre foi muito comemorado pelos estudantes, pois uma triste realidade era que nem todos dormiam em uma cama exclusiva em suas casas. E o fator alimentação era o mais cobiçado, pois como todos os estudantes eram advindos de realidades econômicas de muito baixa renda, sendo pobres ou paupérrimos, a alimentação era escassa em suas residências, e nesses eventos era tudo muito farto, diversificado, equilibrado e muito saboroso, café da manhã, lanches e demais refeições, sempre fartas e bem servidas. Algumas memórias desses momentos são marcantes.

Na nossa primeira experiência de viagem para outra cidade, o nosso principal atleta de corrida, encantado com a fartura da alimentação, comeu demais e isso ocasionou a ele um mal-estar durante a noite, que acabou comprometendo, na manhã seguinte, a sua participação na sua principal prova.

Tínhamos um aluno de 12 anos que era apaixonado por piscina e queria muito aprender a nadar, mas nem dava pé na piscina do clube parceiro. Quando iniciamos o Projeto de Natação, esse menino estava em internação assistida, e a possibilidade de poder participar desse projeto foi o grande motivador para que ele superasse essa fase. Ele mesmo nos relatou que já tinha sido internado algumas outras vezes e que não via motivos para sair de lá, e dessa vez, se o deixássemos participar do projeto de natação, ele ia se comportar e ia aprender a nadar, que era o sonho da vida dele.

Durante alguns meses, no início dos treinamentos, eu o levava ao lado do meu corpo enquanto ele aprendia as pernadas e braçadas do estilo *crawl*. Esse menino era tão fissurado por estar na piscina, acreditava tanto na possibilidade de “ser alguém” a partir do esporte, que não faltava a nenhum treino, nem mesmo quando não tinha passagem de ônibus. Andava a pé da escola até o clube, ia de casa até o clube a pé, mas não perdia os treinos. A realidade dele era bem difícil, com dificuldades financeiras muito significativas, em situação de vulnerabilidade social. Essa dedicação que ele demonstrou nos treinos lá no início o acompanhou durante todo o tempo em que treinou conosco. Os resultados começaram a aparecer e na etapa nacional escolar do ano de 2015, aos 14 anos, com uma estatura bem inferior aos outros estudantes da mesma idade, tornou-se campeão gaúcho escolar, classificando-se para a etapa nacional escolar. Para essa competição, minha colega foi convocada como técnica de natação da delegação gaúcha paralímpica escolar. E

nessa competição, nosso aluno sagrou-se campeão brasileiro da classe S14, classe da natação para pessoas com deficiência intelectual.

Tanto a mãe desse menino, como outras pessoas da comunidade escolar, não via grandes possibilidades para ele no esporte, por sua estatura mais baixa e grande dificuldade de comprometimento com as atividades escolares. Essa conquista foi muito importante para que algumas pessoas percebessem que o interesse, a abordagem que é utilizada e a dedicação empenhada no trabalho com o jovem com deficiência intelectual tende a trazer resultados positivos.

A experiência da nossa aluna em 2014 e desse menino em 2015, com viagens de avião para as cidades das competições, e a possibilidade de participarmos de eventos em outros estados brasileiros nas etapas Rio-Sul do Circuito Loterias Caixa, motivou cada vez mais nossos alunos-atletas. Na primeira vez que participamos dessa competição, nos organizamos com rifas e doações, além do parcelamento de passagens aéreas, e conseguimos participar desse evento que aconteceu em Curitiba/PR com 5 atletas, três na natação e dois no atletismo. Fomos as duas professoras e os cinco atletas, e foi uma experiência única e especial!

Em 2016, na cidade de São Paulo/SP, eu e a minha colega realizamos a habilitação técnica de nível II, na semana que antecedeu a etapa nacional do Circuito Loterias Caixa. Essa segunda formação habilita os técnicos para participar com seus atletas de etapas nacionais do Circuito. Com essas habilitações, foi possível compreender e conhecer possibilidades de cada modalidade e prova. As trocas que acontecem entre profissionais são muito importantes, pois nessas competições às diferentes deficiências estão presentes, e um treinador acaba auxiliando outro, mesmo que concorrentes, na identificação de possibilidades para cada caso. É algo de grande valia! Além disso, pudemos assistir as competições dessa etapa nacional.

Com as formações do Comitê, o trabalho junto aos alunos-atletas melhorou significativamente. Os treinos passaram a ser mais específicos para cada caso e os alunos começaram a apresentar melhores resultados, bem como uma maior inclusão social. Seguimos trabalhando nas duas modalidades, até determinada época do ano, pois ambas saímos do quadro de funcionários da Escola Especial, devido ao fim do período do contrato emergencial. A partir do mês de setembro do ano de 2016, meu trabalho junto à Associação passou a ser realizado de modo voluntário e não-

remunerado, pois eu não tinha mais aqueles horários da escola para me dedicar aos treinamentos e precisei reorganizar meus horários para me dedicar aos treinamentos junto aos atletas, de modo que seguíssemos com os treinos e nenhum atleta saísse prejudicado.

Nesse ano de 2016, fui convocada para ser técnica de atletismo da delegação gaúcha paralímpica escolar. E essa convocação seguiu acontecendo anualmente até o ano de 2019, quando precisei me afastar da Associação e dos treinamentos para me dedicar a mais horas de trabalho assalariado, pois se fazia necessário. Afastada fisicamente, pois até hoje vários dos alunos-atletas me veem como referência em relação aos treinamentos, e até mesmo como referência para decisões das suas vidas, conselhos e orientações para a vida pessoal.

Nas etapas Rio-Sul de 2016 e 2018, a Associação ganhou o troféu de “Melhor clube Deficiência Intelectual” no atletismo devido ao somatório dos resultados obtidos pelos atletas em suas provas. Nessa época os atletas não eram apenas pessoas com deficiência intelectual, mas também com deficiência visual e física. Em 2018, a etapa Rio-Sul aconteceu em Porto Alegre, e eu fui agraciada com o troféu de uma das melhores técnicas da etapa, visto os resultados apresentados pelos atletas que por mim eram treinados na competição.

Em 2016, uma conquista ainda maior do nosso aluno-atleta, que fora campeão brasileiro. Ele foi convocado para compor a delegação brasileira paralímpica de jovens em um evento internacional, o ParaPan de Jovens. Nesse evento, ele conquistou medalha de bronze em uma das suas provas na sua classe S14. Para essa competição, ele viajou para São Paulo sozinho para juntar-se à seleção brasileira de jovens e embarcar para o ParaPan. Foi uma experiência muito marcante para todos da Associação, tanto pela preparação técnica para a competição, como também para a autonomia desse menino, agora com 15 anos. De longe, eu e minha colega acompanhamos tudo, sempre em contato com os responsáveis pela natação e com nosso aluno. Foi uma experiência muito especial! Uma conquista de todos da Associação que acreditaram que tudo isso era possível.

Na etapa regional Rio-Sul de 2017, um dos atletas do atletismo alcançou o índice mínimo necessário para a classificação para a etapa nacional, que aconteceria quatro meses depois, em São Paulo. Porém, a necessidade de se dedicar ao mercado

de trabalho não permitiu que ele seguisse os treinamentos com a mesma dedicação com que se dedicava até a etapa regional. Dessa maneira, na etapa nacional, apresentou um índice mais alto que aquele que o classificara para essa competição, resultado esse que não o levou ao pódio da sua prova. E esse resultado para ele foi muito frustrante, pois o índice que ele apresentara na etapa anterior levaria ele ao pódio, o que o beneficiaria com “Bolsa Atleta”, programa do governo federal que visa garantir que os atletas sem patrocínio de alto rendimento possam se manter em seus treinamentos e alimentação.

Essa realidade era a de alguns outros alunos-atletas, que os levou a encarar a necessidade de entrar para o mercado de trabalho de modo a auxiliar na renda da casa. Assim, vários deles precisaram se afastar dos treinamentos do atletismo.

Vários estagiários, profissionais e atletas com diferentes deficiências participaram da Associação Esporte+ desde a sua criação. A Esporte+ também foi tema de pesquisas, apresentações orais e trabalhos para eventos, e palestras. Eu e minha colega procuramos levar a nossa experiência a diferentes espaços e eventos a fim de conscientizar outras pessoas sobre a importância que o trabalho esportivo tem para a pessoa com deficiência.

Atualmente a Associação Esporte+ segue suas atividades no esporte paralímpico, atendendo a mais de 120 crianças, jovens e adultos, nas modalidades de Natação e Parabadminton. Conta hoje com uma equipe de profissionais que busca atualização e formação constante para o trabalho junto às pessoas com deficiência. É reconhecida nacionalmente como uma entidade formadora de atletas de base, principalmente na Natação Paralímpica. Também está à frente do Centro de Referência Paralímpico Canoas/RS junto à Fundação LaSalle.

## **Considerações Finais**

O presente estudo teve por objetivo narrar as memórias de uma das idealizadoras e fundadoras da Associação Esporte+. A auto narrativa apresentada expôs as memórias pessoais de uma professora de Educação Física ao longo do trabalho realizado com pessoas com deficiência intelectual, oportunizando o esporte como meio de inclusão social a partir de um singelo projeto escolar, que mais tarde tornou-se uma Associação. O projeto iniciou com treinos de corridas curtas no

Atletismo para que os alunos pudessem participar de uma competição de Jogos Escolares. A modalidade Natação foi iniciada com apenas três alunos em um clube parceiro. Atualmente a Associação Esporte+, enquanto entidade sem fins lucrativos, atende mais de 120 pessoas com deficiência, em duas modalidades paradesportivas.

Registrar essas memórias pessoais, a partir de uma autonarrativa, é uma oportunidade de comunicar experiências coletivas de modo espontâneo, a fim de registrar os desdobramentos do surgimento de uma entidade como a Associação Esporte+. É também um processo metacognitivo, pois deriva de reflexões sobre o próprio processo de participação, desde o projeto inicial até a concretização da Associação Esporte+. Além disso, não seria demais imaginar que esta autonarrativa pode compor um registro, de modo que não se perca a memória social da trajetória histórica da Associação Esporte+.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, LIMA, 2024 Autismo e autonarrativas: cognição e subjetividade numa abordagem complexa. **Revista Interterritórios**. v. 10 n. 19, 2024.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

LEÓN SANTANA, Yordamia et al. Beneficios psicológicos de la práctica de la esgrima en edades tempranas, en la provincia de Artemisa. **Podium. Revista de Ciencia y Tecnología en la Cultura Física**, v. 19, n. 1, 2024.

MOUTINHO, K.; CONTI, L. D. Análise Narrativa, Construção de Sentidos e Identidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. e322213, 2016.

NOGUEIRA, C. G. **A memória coletiva sob perspectiva do turismo de memória**. In: BEZERRA et al. (Orgs.) *Memória coletiva: entre lugares, conflitos e virtualidade*. Porto Alegre: Casalettras; Pelotas: PPGMP/UFPEL, 2021.

PELLANDA, N. M. C.; PINTO, M. M. Autonarrativas no fluxo da pesquisa: operando com operações dos observadores. **Educar em Revista**, n. 57, p. 261–274, jul. 2015.

SANCHES, Simone Meyer; RUBIO, Kátia. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e pesquisa**, v. 37, p. 825-841, 2011.

## **A Inserção da mulher no mercado de trabalho: desafios e perspectivas no contexto econômico de Parobé/RS**

*Camila Paviani  
Marcos Paulo Dhein Griebeler*

### **Introdução**

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido uma temática amplamente discutida nos últimos anos, refletindo não apenas a busca por maior igualdade de gênero, mas também os impactos econômicos e sociais dessa participação no desenvolvimento das economias locais. O município de Parobé/RS, que possui uma economia diversificada, com destaque para os setores de serviços, comércio e indústria, constitui um contexto relevante para a análise das dinâmicas de trabalho feminino. Este estudo tem como objetivo principal avaliar a participação da mulher no mercado de trabalho de Parobé, considerando aspectos econômicos, sociais e de representatividade, com ênfase nas mudanças geradas por essa inserção e seus impactos na economia local.

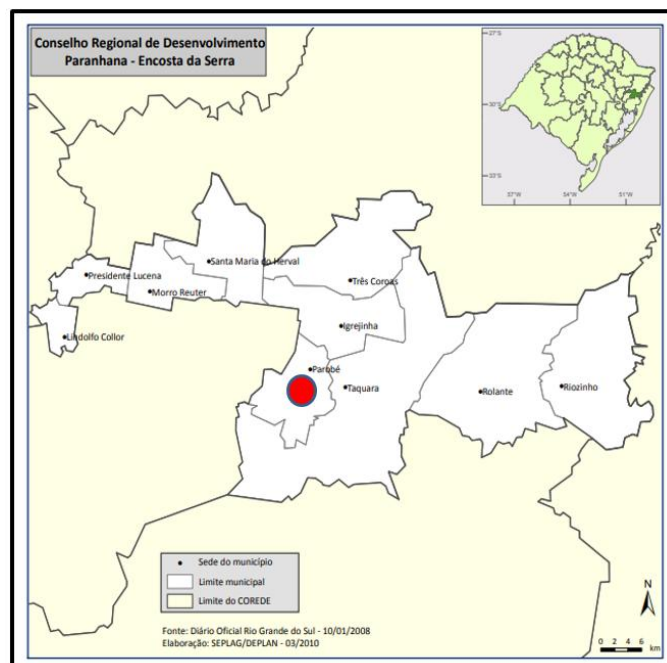
A pesquisa foi estruturada em três objetivos específicos: (a) identificar a presença do gênero feminino no mercado de trabalho de Parobé; (b) analisar os indicadores econômicos e sociais que refletem essa participação, e (c) propor ações que possam ampliar a representatividade feminina no município. Esses objetivos visam compreender a realidade do trabalho feminino no contexto local, avaliando os avanços e os desafios enfrentados pelas mulheres, além de identificar estratégias para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

A metodologia adotada para a realização deste estudo foi qualitativa, com base em dados secundários obtidos por meio da análise dos indicadores do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), relacionados às admissões e desligamentos no mercado de trabalho de Parobé entre os meses de janeiro a dezembro de 2023. Além disso, a pesquisa contou com uma revisão bibliográfica sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, que serviu como base para a análise dos dados locais. A abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada da realidade socioeconômica das mulheres no município, levando em consideração

as diversas variáveis que influenciam a sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

Este estudo visa, portanto, não apenas compreender a realidade da mulher no mercado de trabalho local, mas também oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que possam promover maior inclusão e equidade no mercado de trabalho, criando condições para que a participação feminina seja mais robusta e sustentável ao longo do tempo.

**Figura 1 - Mapa Parobé e Paranhana**



Fonte: Diário Oficial Rio Grande do Sul, 2008.

Portanto, este estudo também busca contribuir para o aumento da bibliografia sobre a temática da inserção feminina no mercado de trabalho. Os dados apresentados podem servir como base para futuras pesquisas sobre o impacto da pandemia de Covid-19 em diferentes contextos econômicos e sociais, especialmente em regiões como Parobé/RS.

## **Referencial Teórico**

O referencial teórico é uma etapa essencial desta pesquisa, pois fornece uma base conceitual e metodológica necessária para a compreensão da temática investigada. Por meio de um embasamento teórico consistente, são exploradas as principais teorias e conceitos relacionados à participação feminina no mercado de trabalho, ressaltando sua relevância econômica e social. Além disso, este capítulo discute as transformações históricas associadas à inserção da mulher no ambiente profissional, bem como os desafios enfrentados ao longo desse processo, com apoio em estudos acadêmicos e dados empíricos. Ao oferecer uma visão ampla e integrada sobre o tema, o referencial teórico não apenas orienta a análise dos resultados, mas também contribui para a formulação de propostas que promovam a equidade de gênero e a inclusão.

## **A Representatividade da Mulher**

A presença da mulher no mercado de trabalho tem se expandido ao longo das décadas, fruto de lutas históricas por igualdade de direitos. Contudo, ainda persiste uma lacuna significativa na ocupação de cargos de liderança e na representação em setores tradicionalmente dominados por homens. Essa disparidade reflete não apenas questões culturais e estruturais, mas também desafios específicos relacionados ao acesso a oportunidades iguais e à valorização do trabalho feminino.

Estudos indicam que, apesar dos avanços em políticas de inclusão, a presença feminina em altos postos corporativos permanece limitada, muitas vezes restringida por barreiras invisíveis conhecidas como "teto de vidro". Essas barreiras, embora não explícitas, perpetuam desigualdades ao restringir a progressão das mulheres a cargos mais altos, impactando diretamente a diversidade organizacional e a inovação (Castells, 2013).

Além disso, a dupla jornada enfrentada por muitas mulheres, que equilibram responsabilidades profissionais e domésticas, contribui para que elas sejam sub-representadas em cargos que exigem maior disponibilidade de tempo. Essa realidade, apontada por Scott (1990), revela como a divisão desigual das tarefas domésticas

influencia a capacidade feminina de competir em condições iguais no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante é a sub-representação das mulheres em setores de alta tecnologia e ciências exatas, áreas que tendem a oferecer salários mais altos e maiores oportunidades de crescimento. Estudos de Oliveira (2018) demonstram que essa desigualdade está vinculada a fatores educacionais e culturais, que desestimulam meninas e jovens a seguirem carreiras em tais áreas desde cedo.

Ademais, a falta de representatividade afeta não só a ascensão individual das mulheres, mas também a forma como a sociedade vê seu papel em diferentes esferas. A visibilidade feminina é essencial para transformar padrões sociais e encorajar a próxima geração a buscar posições de maior destaque. Assim, como aponta Beauvoir (1967), a conquista da igualdade passa, necessariamente, por uma reconfiguração das dinâmicas de poder e pela promoção de políticas públicas que incentivem a equidade de gênero.

## **A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho**

A inserção da mulher no mercado de trabalho é um dos marcos mais significativos das transformações sociais dos últimos séculos. No entanto, embora tenha havido progressos notáveis, os desafios que limitam a plena integração feminina permanecem substanciais. A literatura aponta que a evolução da participação da mulher está intimamente ligada às mudanças socioculturais, à legislação trabalhista e às políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero.

Historicamente, a entrada das mulheres no mercado foi impulsionada por períodos de necessidade econômica, como as guerras mundiais, que abriram espaços em setores produtivos anteriormente restritos aos homens. No entanto, mesmo após a ampliação desse espaço, elas continuaram a enfrentar discriminações salariais e a segregação em funções vistas como tradicionalmente femininas (Kergoat, 2009).

Dados recentes mostram que a participação das mulheres no mercado de trabalho, embora crescente, ainda é marcada por desigualdades. Elas constituem uma proporção significativa da força de trabalho global, mas frequentemente ocupam posições de menor prestígio e recebem remuneração inferior em comparação com os homens, mesmo desempenhando funções similares. Segundo pesquisas de Hirata

(2002), essa discrepância é reflexo de estruturas patriarcais que ainda permeiam o mundo corporativo e dificultam a ascensão das mulheres a postos de maior relevância.

Outro fator que influencia diretamente a participação feminina é a falta de suporte institucional para a conciliação entre vida profissional e pessoal. A ausência de políticas públicas eficazes, como acesso universal a creches e licenças parentais compartilhadas, continua a sobrecarregar as mulheres com responsabilidades domésticas, restringindo suas possibilidades de progredir na carreira (Bruschini, 2007).

Além disso, a participação feminina no mercado de trabalho tem um impacto positivo comprovado para as economias. Diversas análises sugerem que equipes diversificadas em termos de gênero têm maior capacidade de inovação e tomada de decisão estratégica. Contudo, alcançar essa diversidade depende de mudanças estruturais que envolvem desde a educação até o ambiente corporativo (Folbre, 1991).

Portanto, para que a participação da mulher no mercado de trabalho seja ampliada e igualitária, é essencial a implementação de políticas integradas que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e a progressão de carreira das mulheres. Isso inclui ações afirmativas, campanhas de conscientização e o combate a preconceitos que ainda restringem seu pleno potencial.

## **A Importância da Mulher na Economia**

A inserção e participação feminina na economia têm se consolidado como um dos fatores cruciais para o desenvolvimento sustentável das nações. Estudos apontam que a presença de mulheres no mercado de trabalho e em posições de liderança contribui significativamente para o aumento da produtividade, para a diversidade de ideias e para a inovação. Nesse sentido, a mulher desempenha um papel vital, não apenas como força de trabalho, mas também como consumidora e empreendedora, moldando os rumos da economia global.

Segundo análise do Fórum Econômico Mundial (2022), reduzir as lacunas de gênero no mercado de trabalho poderia aumentar significativamente o Produto Interno Bruto (PIB) global. Ainda que os avanços sejam notáveis em diversas regiões,

persistem desigualdades estruturais que limitam a plena realização do potencial econômico das mulheres. No Brasil, por exemplo, a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) destaca que as mulheres são responsáveis por uma crescente parcela da criação de micro e pequenas empresas, sendo protagonistas no empreendedorismo por necessidade ou oportunidade.

Adicionalmente, as mulheres representam uma força econômica estratégica, particularmente em setores como educação, saúde, moda e tecnologia, onde seu protagonismo influencia diretamente o comportamento de consumo e as decisões de mercado. Assim, sua inclusão e valorização não apenas ampliam a justiça social, mas também fortalecem as bases da economia, proporcionando crescimento mais robusto e equitativo.

Outro ponto a ser destacado é o papel da mulher na economia familiar. Elas frequentemente assumem a gestão financeira das famílias, contribuindo para a alocação eficiente de recursos e o planejamento de médio e longo prazo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 40% das famílias brasileiras têm as mulheres como chefes de família, o que evidencia sua importância na estrutura econômica e social do país.

É fundamental destacar que o empoderamento econômico feminino vai além de sua contribuição direta ao mercado. Ele também gera impactos positivos em indicadores como educação, saúde e redução da pobreza, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Portanto, investir na inclusão e valorização da mulher na economia é uma estratégia indispensável para o crescimento sustentável e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

### **Análise a Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho**

Os dados do Novo CAGED referentes ao município de Parobé, no ano de 2023, trazem informações relevantes sobre a dinâmica do mercado de trabalho local, oferecendo um panorama detalhado das admissões, desligamentos e características demográficas e educacionais dos trabalhadores.

O saldo geral de empregos no município apresenta um resultado positivo, com 1.034 novas vagas de trabalho criadas. Esse saldo resulta de 8.455 admissões e

7.421 desligamentos no período analisado, o que indica uma leve expansão econômica e uma maior absorção de mão de obra no mercado local.

No que diz respeito à distribuição por gênero, as mulheres tiveram um destaque significativo, superando os homens em termos de saldo de empregos. Enquanto o saldo para as mulheres foi de 580 postos, para os homens foi de 454. Essa diferença reflete uma tendência de maior participação feminina no mercado de trabalho, especialmente em setores como serviços e comércio, que tradicionalmente empregam mais mulheres.

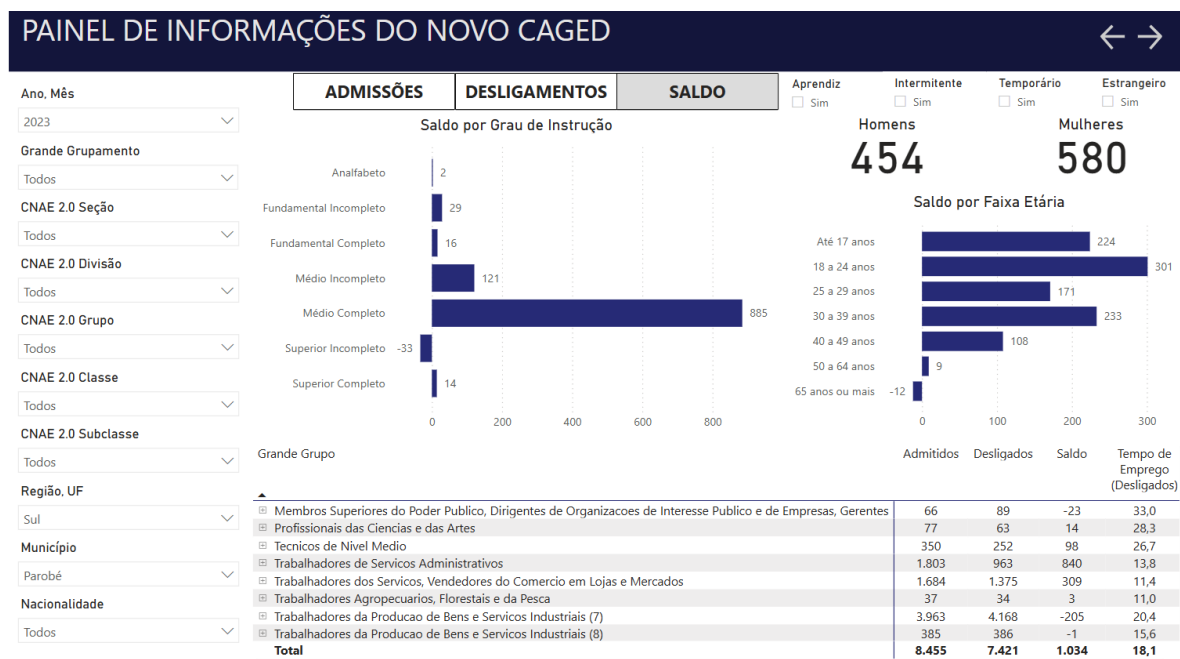
Quando analisada a faixa etária, o maior saldo positivo concentrou-se entre os jovens de 18 a 24 anos, com 301 vagas, seguido pelo grupo de 30 a 39 anos, com 233 vagas. Em contrapartida, os trabalhadores com 65 anos ou mais enfrentaram um saldo negativo de -12, evidenciando desafios na empregabilidade de pessoas mais velhas no mercado de trabalho local.

A análise por escolaridade mostra que o maior saldo positivo ocorreu entre trabalhadores com ensino médio completo, totalizando 885 empregos. Em contrapartida, houve saldo negativo para aqueles com ensino superior incompleto (-33), o que sugere que o mercado local valoriza mais a conclusão de ciclos educacionais ou apresenta dificuldades em absorver trabalhadores em transição acadêmica.

Em relação aos grupos ocupacionais, os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais se destacaram, com um saldo positivo de 840 vagas. Outros grupos importantes foram os trabalhadores de serviços administrativos e os vendedores do comércio, ambos com saldo de 309 empregos. Por outro lado, ocupações ligadas a membros superiores do poder público e dirigentes apresentaram saldo negativo (-23), indicando menor movimentação ou desafios específicos nesse setor.

A duração média do tempo de emprego entre os desligados foi de 18,1 meses, o que aponta para uma certa estabilidade no mercado local. Entretanto, alguns setores, como o de serviços administrativos, apresentam menor duração média de vínculo, com 11,4 meses, sugerindo maior rotatividade.

**Figura 2 – Painel de saldo por grau de Instrução**



Fonte: Novo Caged, 2024.

Os dados evidenciam a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão de grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho, como pessoas mais velhas e trabalhadores com qualificações intermediárias. Além disso, o protagonismo feminino no saldo de empregos e a concentração de admissões em faixas etárias mais jovens destacam tanto oportunidades quanto desafios para o desenvolvimento de estratégias voltadas à equidade de gênero e à capacitação profissional.

A análise de indicadores econômicos e sociais é essencial para compreender a participação feminina no mercado de trabalho, especialmente em contextos específicos como o município de Parobé/RS. A partir de uma visão integrada, tais indicadores permitem identificar as condições de acesso, permanência e evolução das mulheres nos diferentes setores econômicos, bem como o impacto de sua atuação para o desenvolvimento local. Conforme Oliveira et al. (2021), os indicadores econômicos e sociais são ferramentas indispensáveis para subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias voltadas à equidade de gênero.

O contexto econômico de Parobé está diretamente ligado à indústria calçadista, ao comércio e a serviços diversos, sendo essas atividades responsáveis por grande parte da geração de emprego e renda na região (IBGE, 2020). A análise do painel do

Novo Caged (2023) mostra que, mesmo com os desafios impostos pela pandemia de Covid-19, as mulheres continuam ocupando um papel relevante nos setores de comércio e serviços. Entre 2020 e 2021, houve uma redução de 35% nas admissões no setor de comércio, mas também uma diminuição de 48% nos desligamentos, evidenciando a resiliência das trabalhadoras em um período de incertezas.

Os dados revelam que, enquanto o saldo geral de empregos foi positivo, com um total de 1.034 vagas no período analisado, a participação feminina é mais expressiva em setores como o de serviços, que registrou um saldo positivo de 1.066 admissões (Novo Caged, 2023). Por outro lado, setores como a construção civil e a indústria apresentaram saldos negativos, refletindo o impacto das desigualdades de gênero em áreas tradicionalmente masculinas.

Socialmente, a atuação das mulheres está diretamente ligada à sua qualificação profissional e ao acesso a oportunidades. Dados do IBGE (2020) indicam que as mulheres em Parobé possuem níveis de escolaridade superiores aos dos homens em diversas faixas etárias, o que deveria refletir em maior participação nos setores mais qualificados. Contudo, persistem desigualdades salariais e limitações no acesso a cargos de liderança, reforçando a necessidade de ações afirmativas que ampliem a representatividade feminina em posições estratégicas.

A disparidade entre os gêneros no mercado de trabalho também se relaciona a fatores como a divisão desigual das responsabilidades domésticas e familiares, o que limita o tempo e a energia disponíveis para a dedicação profissional (Silva e Rocha, 2020). Apesar disso, a crescente presença feminina em setores como comércio e serviços evidencia sua capacidade de adaptação e superação, mesmo diante de crises econômicas e sociais.

A análise desses indicadores reforça a relevância da participação feminina no desenvolvimento econômico e social de Parobé. As mulheres não apenas contribuem para o aumento da renda familiar, mas também desempenham um papel crucial na dinamização de setores estratégicos. Nesse sentido, promover a equidade de gênero no mercado de trabalho local é fundamental para potencializar o capital humano e garantir um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

**Figura 3 – Painel saldo de grupamento**



Fonte: Novo Caged, 2024.

A análise setorial do mercado de trabalho em Parobé, referente ao ano de 2023, revela aspectos importantes sobre a dinâmica do emprego no município, abordando tanto o desempenho geral quanto a distribuição por setores econômicos.

O saldo total de empregos apresenta um resultado positivo, com 1.034 novas vagas, geradas a partir de 8.455 admissões e 7.421 desligamentos. Este crescimento sugere uma expansão moderada do mercado de trabalho local, com uma leve absorção de mão de obra.

Em relação ao desempenho por setor econômico, o setor de serviços se destaca como o mais dinâmico, com o maior saldo positivo de +1.066 vagas. Esse desempenho reflete a importância crescente do setor terciário na economia local, englobando áreas como educação, saúde, serviços administrativos e outros serviços pessoais. Em contraste, o comércio, embora ainda positivo, apresenta um saldo de apenas 70 vagas, sugerindo uma recuperação ou expansão mais moderada nesse segmento, possivelmente devido a desafios econômicos ou à competição no mercado.

O setor industrial, por outro lado, teve um desempenho negativo, com um saldo de -37 vagas. Essa queda pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a redução na demanda por produtos ou ajustes econômicos internos das empresas. O setor de construção, com um saldo negativo de -62, apresentou o pior desempenho, sinalizando uma retração, que pode estar relacionada à diminuição de investimentos

em obras públicas e privadas ou à desaceleração da economia em geral. Já o setor de agropecuária, embora com um pequeno saldo negativo de -3, reforça sua menor participação na economia de Parobé.

Quanto ao tempo médio de emprego, o estudo indica que os desligados tiveram, em média, 18,1 meses de vínculo empregatício. A indústria se destacou com um tempo médio de emprego de 20,9 meses, sugerindo uma maior estabilidade no setor, enquanto a construção apresentou o menor tempo de emprego médio, com 10,1 meses, o que indica maior rotatividade e possível instabilidade nesse segmento.

Em termos de estoque de empregos, o município conta com um total de 14.551 postos de trabalho, sendo o setor de serviços o principal responsável por essa quantidade, com 3.670 empregos. O valor relativo do crescimento ou redução também indica um desempenho bastante expressivo no setor de serviços, com um crescimento de 40,94%, ao passo que a construção apresentou a maior queda, com uma redução de 13,69%.

O setor de serviços desempenha um papel crucial na economia local, tanto em termos de geração de vagas quanto de estabilidade do mercado de trabalho. Entretanto, os desempenhos negativos da indústria e da construção são motivos de preocupação, apontando a necessidade urgente de políticas públicas que estimulem a recuperação e o fortalecimento desses setores. Além disso, a qualificação de trabalhadores, especialmente para o setor de serviços, é essencial para aproveitar as oportunidades de crescimento neste segmento em expansão.

### **Propostas de Ações para Ampliar a Representatividade Feminina no Mercado em Parobé/RS**

Este capítulo propõe algumas ações fundamentais para garantir a permanência e a igualdade de oportunidades para as mulheres no mercado local. Programas de qualificação específicos para mulheres, com foco em habilidades demandadas nos setores em crescimento, podem proporcionar mais oportunidades de emprego e liderança.

Incentivar a entrada de mulheres em setores como indústria e construção, mediante políticas públicas que eliminem barreiras estruturais e promovam a

diversidade, pode equilibrar as oportunidades de trabalho. A criação de políticas que promovam a flexibilidade de horário e ofereçam suporte a cuidados infantis nas empresas ajudaria a manter as mulheres no mercado de trabalho, sem que as responsabilidades familiares sejam um obstáculo.

Implementar políticas que promovam a transparência salarial e combatam a discriminação de gênero é essencial para garantir igualdade de oportunidades e salários. Incentivar o empreendedorismo feminino, com apoio financeiro, jurídico e de redes de apoio, pode fortalecer a autonomia financeira das mulheres e gerar novos negócios.

A criação de sistemas de monitoramento para avaliar a eficácia das políticas públicas é essencial para garantir que as ações de inclusão sejam contínuas e ajustadas conforme necessário.

Essas ações são essenciais para fortalecer a representatividade feminina e contribuir para o desenvolvimento econômico e social de Parobé, promovendo um mercado de trabalho mais inclusivo e equitativo.

## **Considerações finais**

Este estudo visou avaliar a inserção da mulher no mercado de trabalho de Parobé/RS, com ênfase na análise dos indicadores econômicos e sociais, e propondo ações que possam ampliar a representatividade feminina. O alcance dos objetivos estipulados na introdução foi satisfatório, evidenciando o papel crescente das mulheres no mercado local, especialmente nos setores de serviços e comércio, que registraram saldo positivo de empregos. Além disso, a pesquisa destacou que as mulheres superaram os homens em número de empregos no município, o que é um reflexo da maior participação feminina nas áreas mais dinâmicas da economia local.

Os dados analisados também permitiram identificar os desafios enfrentados pelas mulheres, como a sub-representação em setores como a indústria e a construção civil, que ainda apresentam baixos índices de participação feminina. A partir dessa constatação, foram propostas ações para a implementação de políticas públicas inclusivas que possam garantir maior equidade de gênero, promovendo a inserção das mulheres nesses setores, ao mesmo tempo, em que se reforça a presença feminina nas áreas mais consolidadas.

Outro objetivo importante foi analisar os indicadores sociais e econômicos que afetam a participação das mulheres em Parobé. A pesquisa revelou que, apesar do aumento da representatividade feminina, ainda existem obstáculos relacionados à falta de qualificação profissional, o que pode ser um fator limitante para o avanço das mulheres em alguns setores. A criação de programas de capacitação voltados para o público feminino, principalmente em áreas estratégicas como a tecnologia e gestão, pode contribuir para a formação de uma mão de obra mais qualificada e preparada para os desafios do mercado.

Além disso, a análise também demonstrou que a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo e adaptável às necessidades das mulheres, como a implementação de políticas de flexibilidade de horários e apoio à maternidade, seria um passo fundamental para garantir que a participação feminina não apenas aumente, mas se mantenha estável e crescente ao longo do tempo. Esse aspecto é crucial para assegurar a permanência das mulheres no mercado de trabalho, oferecendo melhores condições de desenvolvimento profissional e pessoal.

Por fim, o estudo reforça a importância de continuar monitorando os dados e os impactos das políticas públicas voltadas para a inclusão e promoção das mulheres no mercado de trabalho. A análise de indicadores, a qualificação profissional e o apoio institucional são fundamentais para que Parobé alcance uma verdadeira equidade de gênero, promovendo um desenvolvimento econômico sustentável e socialmente justo, onde as mulheres desempenhem um papel fundamental no crescimento e na transformação da economia local.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

BOLETIM DE TRABALHO FICHA CATALOGRÁFICA. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202005/08125539-28100812-boletim-de-trabalho-ficha-catalografica-retificada-24-04.pdf>> Acesso: 01 ago. 2024

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da desigualdade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 263-276, 2007. CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARANHANA. Encosta da Serra. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/25155740-mapa-corede-paranhana-2010.pdf>> Acesso: 08 ago. 2024.

DIÁRIO OFICIAL RIO GRANDE DO SUL. MAPA PAROBÉ E PARANHANA. [10 já. 2008]. 2008. [Elaborado por SEPLAG/DEPLAN, 2010]. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/25155740-mapa-corede-paranhana-2010.pdf> Acessado em: 09 ago. 2024.

FOLBRE, N. *Who pays for the kids? Gender and the structures of constraint*. London: Routledge, 1991.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Gender Gap Report 2022**. Genebra, 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mulheres e o Empreendedorismo no Brasil: desafios e oportunidades**. São Paulo: FGV, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Alcione. **Liderança feminina nas empresas: importância e desafios**. 09 dez. 2020. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/lideranca-feminina-nas-empresas/> Acesso 09 ago. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/> Acesso em 11 ago. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/pandemia-aumenta-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-no-rs> Acesso em: 08 ago. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/apresentacao-ods-genero.pdf> Acesso em: 01 ago. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//caderno-ods-5-genero-mar-2021.pdf> Acesso em: 09 set. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/apos-ano-em-queda-mercado-de-trabalho-do-rs-mostra-recuperacao-parcial-no-quarto-trimestre-de-2020>. Acesso em: 12 ago. 2024.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. Cidades e Estados - Parobé/RS. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

\_\_\_\_\_. Contagem da população. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default\\_tab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default_tab.shtm) >. Acesso em: 09 ago. 2024.

Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres e Meninas: ODS 5 no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//apresentacao-ods-genero.pdf> Acesso: 10 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Recife: SOS Corpo, 2009.

KOBER, Claudia Mattos. **Qualificação profissional**: Uma tarefa de Sisifo. Campinas SP: Autores Associados. 2004. (Coleção Contemporânea).

MOGGI, Jair. **Assuma a direção de sua carreira**: os ciclos que definem o seu futuro profissional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.- 15ª reimpressão.

MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL. Nota Especial DEE 08 mar. 2019, 2019. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/03181534-nt-mulheres.pdf> > Acesso: 10 ago. 2024.

NOVO CAGED. Painel de informações Novo Caged. 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2liwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTetNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>>Acesso em: 09 set. 2024.

\_\_\_\_\_. Painel de Informações do Novo Caged – 2023. Disponível em: [www.gov.br/trabalho](http://www.gov.br/trabalho).

OLIVEIRA, A. L. **Gênero e mercado de trabalho: desafios e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

OLIVEIRA, M. A.; SILVA, P. R.; SANTOS, A. L. Indicadores de gênero no mercado de trabalho: um estudo sobre desafios e avanços. **Revista de Estudos Econômicos e Sociais**, v. 12, n. 3, p. 45-62, 2021.

ONU MULHERES. **O empoderamento econômico das mulheres e os ODS**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org>. Acesso em: 6 dez. 2024.

PAINEL DE INFORMAÇÕES DO NOVO CAGED. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2liwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>> Acesso: 06 set. 2024

PATI, Camila. **A diferença no salário de homens e mulheres em 7 cargos e níveis no Brasil**. [publicado em VC S/A em 06 mar. 2020]. 2020. Disponível em: <<https://vocesa.abril.com.br/carreira/a-diferenca-no-salario-de-homens-e-mulheres-em-7-cargos-e-niveis/>> Acesso: 12 ago. 2024.

POCHMANN, Marcio; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Economia e Estatística Boletim de mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. **Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão**, v.1, n.1, 2019. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202005/08125539-28100812-boletim-de-trabalho-ficha-catalografica-retificada-24-04.pdf> Acessado em: 09 set. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DEE/SEPLAG. **Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas: ods 5 no rio grande do sul**. S.I: S.N. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Festado.rs.gov.br%2Fupload%2Farquivos%2F%2Fapresentacao-ods-genero.pdf&clen=1513208&chunk=true>. Acesso em: 08 ago. 2024.

**Revista Exame**. A diferença no salário de homens e mulheres em 7 cargos e níveis no Brasil. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/a-diferenca-no-salario-de-homens-e-mulheres-em-7-cargos-e-niveis/> Acesso: 10 ago. 2024.

ROSA, Jorge de La (Org.). **Psicologia e Educação: o significado do aprender**. 7 Ed – Porto Alegre Edipuc-RS 2003.

SCOTT, Joana Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Recife: UFPE, 1990.

SILVA, R. F.; ROCHA, T. P. A divisão sexual do trabalho e suas implicações econômicas e sociais. **Caderno de Estudos de Gênero e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 33-50, 2020.

## **Imigrantes e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: o portal da imigração como fonte de pesquisa**

*Dilani Silveira Bassan  
Marcos Paulo Dhein Griebeler  
Daniel Luciano Gevehr*

### **Introdução**

Os processos migratórios no contexto do mundo contemporâneo têm diversos motivos, que se mostram cada vez mais complexos e difíceis de serem identificados e analisados. Dentre os principais fatores que justificam esse processo de mobilidade estão razões de ordem econômica, política, social, cultural e também humanitária.

Não restam dúvidas de que os fluxos migratórios que caracterizam o processo de mobilidade nos diferentes territórios, como é o caso dos territórios transnacionais, se caracterizam na maioria das vezes pela busca de melhores condições de vida, uma vez que procuram superar dificuldades encontradas no território de emigração. Os desafios colocados na intenção de criar condições adequadas para a inclusão dos imigrantes estão, na maioria das vezes, relacionados ao idioma, a diversidade cultural, a conquista de moradia, de trabalho digno e à luta pela sua inserção efetiva nas comunidades locais e/ou regionais de destino.

É primordial pensar na situação de vulnerabilidade social na qual se encontra grande parte dos imigrantes, uma vez que esses grupos se caracterizam pelas precárias condições socioeconômicas, o que faz com que se coloque como urgente a criação de políticas públicas voltadas ao atendimento dos imigrantes, necessitando de ações humanitárias e de solidariedade efetivas e rápidas por parte do Estado e também das próprias comunidades nas quais esses grupos se instalam, formando comunidades desconectadas ou marginalizadas em relação aos grupos que já se faziam presentes no território de chegada dos imigrantes.

As questões relacionadas às migrações têm sido objeto de debate frequente e atual, dado o movimento que vem ocorrendo, principalmente nos países em que as guerras são motivo de expulsão de populações. Esse processo, que envolve a saída do local de origem e a busca por melhores condições de vida em um novo local de moradia.

Nesse contexto, percebe-se que os indivíduos constroem suas identidades a partir de características sociais e culturais distintas e em contato com um determinado território. Em função das aspirações individuais, de questões políticas ou econômicas, que imprimem certa plasticidade aos territórios, esses indivíduos não permanecem necessariamente fixos no local de origem e passam a movimentar-se por diferentes espaços de acordo com suas percepções e necessidades de trabalho e estudo, entre outros fatores. O movimento migratório pode envolver uma decisão individual ou de grupos, classes sociais e ser impulsionado por fatores de ordem econômica ou social.

A migração, de forma simplificada, é considerada uma mudança permanente ou temporária de local de residência. Mas, conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM), pode-se conceituar as migrações como sendo um movimento de pessoas “[...] para o território de outro Estado ou dentro do mesmo que abrange todo o movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, sua composição ou suas causas, inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desarraigadas, migrantes econômicos” (OIM, 2006, p.38).

As indagações sobre o processo de mobilidade espacial, tendo como eixo específico de análise as migrações, possibilitam, a partir de suas especificidades, compreender como o movimento de pessoas pode influenciar no processo de desenvolvimento de regiões e, conseqüentemente, melhor avaliar o processo de crescimento ou decréscimo da população regional. A mobilidade espacial relacionada ao movimento de pessoas provoca a alteração da estrutura demográfica de uma cidade, região ou país e evidencia a dinâmica socioespacial dos territórios.

Nesse ponto de vista o processo migratório pode ser apreendido a partir do enfoque quantitativo (econômico) relacionado, sobretudo, à procura do migrante por trabalho no local de destino e outro, de natureza qualitativa, menos objetivo que pode ser compreendido pela transferência de capital humano e social à sociedade acolhedora. Ambos os enfoques têm o potencial para compreensão das dinâmicas territoriais expressas nos territórios.

Dessa forma, o movimento de pessoas por meio das migrações pode representar um fator de transformação tanto para os territórios quanto para os indivíduos que nele habitam. O migrante carrega consigo uma história de vida, sendo esta levada para o local de destino, onde este encontra, por vezes, realidades

diferentes daquelas vivenciadas no local de origem. A constituição social atrelada a esta história de vida é responsável pela construção e criação de uma identidade no território pelos seus habitantes. Assim, o território vai assumindo seu caráter específico a partir dessa identificação com a sociedade que nele habita.

A porção do território em análise é aqui representada pelo estado do Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil que tem em seu processo histórico de formação a expressiva presença dos imigrantes, que em diferentes épocas e contextos, migraram e colonizaram as terras que constituem o Rio Grande do Sul contemporâneo. Nesse processo histórico que envolve a imigração, cabe destacar a presença dos imigrantes portugueses e açorianos nos séculos XVII e XVIII e a presença dos imigrantes alemães e italianos, que de forma preponderante migraram para o Rio Grande do Sul entre o século XIX e a primeira metade do século XX.

A prevalência dos imigrantes de origem europeia contribuiu para a construção da imagem de um estado “essencialmente branco e de origem europeia”, o que ajuda a compreender o complexo processo de incorporação dos imigrantes contemporâneos na sociedade sul-riograndense, que ainda se mostra pouco receptiva à chegada de novos imigrantes (Gevehr e Bortoli, 2021).

No que se refere às migrações no Rio Grande do Sul, a concentração de indústrias pode representar um forte atrativo da força de trabalho, evidenciando que essa região se tornou uma área de atração e retenção de migrantes. Contudo, para além dos fatores estruturais, há ainda que se considerar a seletividade do processo migratório, ao abordar o fenômeno a partir da sua multiplicidade de razões, priorizando um debate em torno dos fatores econômicos, mas sem desconsiderar os fatores microssociais e/ou individuais. Os estudos mais recentes sobre a economia regional destacam que a dinâmica socioeconômica do território estaria dependente da interação das firmas e dos agentes sociais de uma forma não apenas mercantil, mas de relações econômicas intangíveis (Brandão, 1999).

Outro aspecto dos estudos que buscam compreender as migrações está ancorado na teoria econômica – e que particularmente interessa na análise proposta – para a qual as migrações estão associadas ao processo de industrialização e modernização da economia. Esse processo de industrialização provoca um movimento da população que busca trabalho, consumo de bens e serviços e novas

atividades produtivas, causando um deslocamento significativo de pessoas em direção aos centros produtivos de um país ou região. Isso ocorre de forma irregular, promovendo, assim, as desigualdades no desenvolvimento regional (Singer, 1990).

As teorias migratórias, nas últimas décadas do século XX, também estiveram amparadas pelas análises que consideraram as dimensões micro e macroeconômicas. Nesse período, os estudos sobre as migrações deram maior destaque às determinações econômicas. Contudo, os modelos micro e macroeconômicos nem sempre conseguiram responder por que indivíduos com características similares, vivendo experiências semelhantes em um mesmo território, tinham respostas diferenciadas perante a possibilidade de efetuarem ou não uma migração. Por conseguinte, ao analisar a migração e sua relação com o território, é essencial considerar não somente as questões estruturais, mas também simbólicas que levam alguns grupos a se deslocarem.

Do ponto de vista metodológico este estudo se caracteriza como uma abordagem quali- quantitativa, exploratório-descritiva, que parte dos dados disponibilizados no sítio eletrônico do Portal de Imigração, a partir de três categorias selecionadas para análise, sendo elas: I) País de Origem; II) *Status* Migratório; III) Setor Econômico de Atividades a qual o declarante havia informado que atuaria, considerando-se a movimentação de pessoas que entraram e fixaram residência no território do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2022 e 2024.

Optou-se em desenvolver uma análise quali-quantitativa, com base em Minayo (2014), considerando-se como a que melhor responde às necessidades da pesquisa social. Nessa perspectiva, o estudo insere-se na vertente quantitativa e também qualitativa. Segundo a autora, a abordagem quantitativa permite o levantamento e a sistematização dos dados e a abordagem qualitativa busca problematizar e responder questões particulares, valorizando os significados, aspirações, motivos, valores, atitudes e crenças, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. Neste aspecto, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo investigativo, que busca compreender em profundidade o fenômeno estudado no cenário em que ocorre e do qual faz parte (Minayo, 2014).

## **Migrações contemporâneas**

As migrações são bastante antigas, no entanto, as discussões relativas ao processo migratório são atuais e frequentes, devido ao presente deslocamento que se tem observado a nível global. As migrações acontecem principalmente em países onde guerras, desastres ambientais, fome têm estado presentes e por conseguinte têm motivado a expulsão de populações. Um processo, que envolve a saída do local de origem e a procura por melhores condições de vida em um novo local de moradia, é tratado pelas diferentes ciências, as quais a partir de distintas perspectivas teóricas, buscam investigar mais detalhadamente os processos migratórios da população mundial.

Os deslocamentos são fenômenos sociais e encontram-se no cerne das sociedades e estão relacionados com as dinâmicas das civilizações. Ocorre que em sociedades mais dinâmicas a migração se torna mais intensa. As migrações representam uma possibilidade de circulação de pessoas independente de sua origem, que ao migrarem passam a ter acesso a direitos sociais e políticos dos territórios ou nações por eles escolhidos (Cogo, 2007; Requião, 2015).

O fenômeno das migrações internacionais tem sido mais frequente a partir do século XX e atualmente (século XXI) tem se intensificado. O resultado desse processo se deve, em parte, às situações que se formam nos países de origem e passam a ser motivações para migrar. As guerras já foram fenômenos relevantes no processo migratório no século XIX, porém, observa-se que em pleno século XXI ainda é presente o fluxo migratório em função de guerras.

O processo de globalização ocorrido a partir de 1980 e com maior intensidade na década de 1990, acentuou os deslocamentos populacionais, principalmente os internacionais, que passaram a ser mais visíveis tornando-se a representação da crise econômica e social e do impacto da reestruturação produtiva mundial. O processo de globalização e a evolução tecnológica tornou o processo migratório mais dinâmico, a mobilidade espacial passou a se intensificar e ocorrer de forma mais rápida, fato este que se deve em parte as mudanças do modo de produção e do modo de vida em um mundo globalizado (Santos e Cecchetti, 2016).

Conforme dados do relatório *“International Migration 2020 Highlights”*, em 2000 o número de migrantes no mundo era de 173 milhões, no ano de 2020 este número

passou para 281 milhões de migrantes. O número de migrantes representou 3,6% da população global em 2020, contra 2,8%, em 2000 (UN DESA - Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2020). No Brasil, em 2010, residiam 592.570 migrantes, principalmente portugueses e japoneses, reflexo das migrações históricas da segunda metade do século XIX e início do século XX. Em relação à distribuição espacial, 61,4% dos migrantes estavam concentrados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Cavalcanti, Oliveira e Macedo, 2020). Dada a localização no território brasileiro, São Paulo e Rio de Janeiro reduziram sua participação para 38,0%, sendo que Roraima respondeu por 21,9% e a Região Sul por 16,8% (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2021).

O volume de migrantes tem um impacto econômico e social no território de origem, no entanto, mais significativo, no destino, pois além da adaptação ao novo idioma, aos diferentes padrões culturais, as tradições e as relações familiares, estes migrantes também necessitavam de emprego e de acesso à habitação, educação, saúde e transporte que devem ser fornecidos pelos países de destino, criando uma demanda maior principalmente por serviços públicos.

As causas mais significativas do processo migratório têm diferentes origens: a econômica, a política, a étnico-cultural, entre outras. A causa mais comum que já vem sendo discutida é a econômica, que afeta os países mais pobres, menos desenvolvidos, as regiões deprimidas e as classes sociais desfavorecidas. Podem-se citar como exemplos de causas econômicas dos deslocamentos migratórios, a falta de emprego, a precária qualidade de vida e a escassez de recursos, entre outras (Rocha-Trindade, 1995).

As migrações também podem ocorrer por causas chamadas emergenciais, as quais se referem a grupos de indivíduos que migram por estarem em situação de privação de recursos que assegurem sua sobrevivência. Exemplos são grupos vítimas de grandes catástrofes (guerra, fome, terremotos, erupções vulcânicas).

A migração por motivação étnico-cultural, no aspecto étnico (ascendência comum), significa a inclusão de minorias de diferentes origens étnicas e culturais em sociedades majoritárias, por motivos de invasões, guerras ou tratados internacionais. Em relação aos aspectos culturais, pode-se considerar a língua, a religião, a organização social, os valores, como elementos importantes para a coesão do grupo.

Destaca-se que os migrantes ainda são vítimas de grande preconceito e, como afirma López Cifuentes (2008), não existem fronteiras para o capital, mas para os seres humanos, as barreiras são muitas, excluindo, marginalizando e privando os indivíduos de sobrevivência e acesso aos bens. Este fato conduz a um fluxo intenso de migrações forçadas, fugindo de situações adversas [perseguição política], mas principalmente da fome, da miséria e dos conflitos armados. Para esses grupos, as barreiras são quase que intransponíveis, pois nações desenvolvidas procuram excluí-los de um simples objetivo que é viver e trabalhar para atingir o mínimo necessário para o ser humano, dignidade.

A busca desenfreada por melhores condições de vida, por meio das migrações, tornou-se um fenômeno crescente e intenso no Séc. XXI, diferentemente dos deslocamentos observados nos séculos XIX e XX, que tinham como característica a ocupação dos territórios, realizada por migrantes originários do hemisfério norte (portugueses, alemães, italianos, libaneses, entre outros). Atualmente, este fluxo tem ocorrido a partir do hemisfério sul com a vinda de haitianos, bolivianos, senegaleses, congolese e mais recentemente, no caso do Brasil, os venezuelanos. No entanto, estes migrantes enfrentam algumas dificuldades, em primeiro lugar agravadas pelo idioma, na sequência a baixa qualificação profissional, a falta de documentação, o precário acesso à informação e ao mercado de trabalho formal.

Os países em geral são surpreendidos pelos intensos fluxos migratórios, o que na maioria das vezes traz algumas preocupações aos governos e à população. É comum que se associe a chegada de migrantes ao aumento da violência, à saturação do acesso aos serviços públicos e ao mercado de trabalho. Com isso, esta visão deturpada faz com que governos e a sociedade tornem-se menos tolerantes à entrada de estrangeiros e passam a estabelecer regras mais rígidas, criando leis que impedem o fluxo migratório. Os migrantes, também são considerados uma ameaça à segurança, por conta de vários ataques terroristas, que vem ocorrendo nos últimos anos em diferentes países da Europa e América do Norte, que passaram a controlar as fronteiras, tornar as políticas migratórias menos flexíveis, além de criarem barreiras às migrações (Bógus e Fabiano, 2015).

Mesmo diante de tantas dificuldades, situações de desconfiança e preconceito, os dados revelam que entre 2010 e 2014 houve um aumento na contratação de

estrangeiros no Brasil, em especial, representantes deste novo fluxo migratório sul-sul. Neste contexto, os nacionais do Haiti [haitianos] estão entre os primeiros estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro, já os senegaleses ocuparam o segundo lugar nos anos de 2014 e no primeiro semestre de 2015 (Cavalcanti, 2015).

As migrações com motivações econômicas e sociais predominam, porém, escondem a verdadeira causa do deslocamento populacional. Entre 2000 e 2010, o Brasil recebeu um número significativo de migrantes legais, ilegais e refugiados, como, por exemplo, os haitianos que chegaram ao Brasil por volta de 2010. Estes migrantes, por questões humanitárias, acabam recebendo visto de residência permanente (Uebel, 2015; ACNUR, 2014).

A maioria das migrações ocorre por causas econômicas e laborais, no entanto, a migração de haitianos acontece por diferentes motivos que não econômicos. O que tem motivado o deslocamento dos haitianos é a guerra civil que se estende desde o século passado e a ocorrência de um terremoto em janeiro de 2010, que deixou mais de um milhão de desabrigados sem meios de sobreviver. Estes desabrigados encontraram no Brasil a oportunidade de recomeçar suas vidas, tanto na questão econômica como na social. Com base em dados da pastoral do imigrante, consulados e órgãos da sociedade civil, em 2013 (1º semestre) haviam em torno de 25 mil haitianos residentes no Brasil. No entanto, grande parte estava ilegal e sem assistência do Estado. No ano de 2014, o número de haitianos chegados ao Brasil foi de 950 mil (Uebel, 2015).

Dados mais recentes sobre a migração revelam que, no Brasil, em 2017, os haitianos representavam a primeira nacionalidade de imigrantes e ocupavam o primeiro lugar no mercado de trabalho formal. Na sequência, os venezuelanos passaram a chegar ao Brasil, assumindo, em 2018, o segundo lugar no mercado de trabalho brasileiro (Cavalcanti, Oliveira e Macedo, 2018).

A crise de 2008, que afetou os EUA e o Japão, também foi responsável por um fluxo de migrantes americanos e japoneses em direção ao Brasil. Neste momento, o cenário macroeconômico era próspero e o país estava preservado das oscilações econômicas internacionais. Outro fato que justificou a migração foi o período de crescimento econômico em que se encontrava o Brasil, demandando mão de obra qualificada e especializada nos setores de petróleo, gás, mineração e de alta

tecnologia, atendida pelos migrantes provenientes dos EUA, Japão, Reino Unido e França.

Os movimentos migratórios internacionais ocorrem, em geral levando em consideração a etapa do ciclo econômico, se existe ou não estabilidade no país receptor. Solimano (2003) apresenta outros fatores responsáveis pelo fluxo migratório para o Brasil. O primeiro fator diz respeito à política migratória pouco restritiva, devido à desatualização do Estatuto do Estrangeiro [criado no período da Ditadura Militar] que hoje não legitima a entrada de estrangeiros, nem mesmo os seus direitos, quando migram para o Brasil.

As diferenças e semelhanças culturais entre o país de origem e o de destino, o idioma, as tradições e relações familiares representam fatores motivadores da migração, sendo as diferenças fatores limitantes do deslocamento. Encontram-se ainda os regimes políticos dos países de origem e destino, que entram no julgamento racional dos indivíduos no momento da migração (Solimano, 2003). Além disso, deve-se lembrar que os imigrantes vão para o país de destino ocupar postos de trabalho que os residentes naturais daquele país não desejam ocupar, seja porque a remuneração não é adequada ou porque são considerados trabalhos degradantes.

Isso significa que o homem foi o responsável pelo processo migratório e ao empreender o processo de ocupação de novos territórios, ocasionou sua dispersão por diferentes continentes do planeta. Para cada região ocupada pelo homem, existiu uma história particular e uma colonização. Atualmente, as migrações internacionais estão construindo um novo cenário mundial a partir da miscigenação de raças e conhecimentos. Os continentes passaram a ser polos de deslocamento, trânsito, acolhimento e, para muitos migrantes, proteção, rompendo com os tradicionais fluxos migratórios até hoje conhecidos (Almeida, 2011; Wenden, 2005).

Portanto, o fenômeno das migrações, que é um movimento muito antigo, tornou-se atualmente fonte de observação, pois sua intensidade vem aumentando gradativamente dada a situação de conflito em que vivem os países. As motivações são muitas, mas a necessidade de acolhimento de uma qualidade de vida é o principal fator que leva populações de diferentes países a saírem em busca de uma vida melhor. Mesmo sabendo das dificuldades que irão encontrar nos países de destino, ainda assim, com o pouco que é oferecido, a condição ainda é melhor que no país de

origem. Mas, sabe-se que para sobreviver em qualquer lugar há necessidade de buscar trabalho e este é o principal objetivo do migrante quando já está instalado no país de destino. O mercado de trabalho é a porta para a sobrevivência do migrante.

## **Migrações e trabalho**

Considerado como o fundamento da sociabilidade humana, o trabalho é oriundo de uma atividade que exige esforços, sejam eles cognitivos ou braçais. O reconhecimento de uma relação de dependência econômica, instrumentalizada por um contrato entre empregado e empregador, sinteticamente, caracteriza a relação do trabalho formal, fomentada no Brasil a partir da publicação no dia 1.<sup>o</sup> de maio de 1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), durante a Era Vargas.

Entretanto, o cenário socioeconômico atual encontra-se muito diferente da sociedade industrial de outrora. Isto porque existem novos valores e relações produtivas de trabalho que estão presentes no contexto da sociedade pós-industrial e que influenciam o modo de vida contemporâneo. Quem busca uma oportunidade no mercado está exposto às rápidas e constantes transformações que nele acontecem. Com o crescimento da população, à medida que as vagas de trabalho são oferecidas, empresas, em alguns casos, exigem pessoas que possuam pré-requisitos específicos para preenchê-los. Ao mesmo tempo, a busca pela melhoria da capacidade cognitiva do ser humano é cada vez mais valorizada em tempos de globalização.

Nessa linha, Harvey (1989) argumenta que, durante as décadas de 1970 e 1980, estas foram marcadas por diversas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, quando novos mercados surgiram, como o Setor de Serviços, por exemplo. Com tal cenário, rápidas mudanças aconteceram e, para tanto, exigia-se, então, a tarefa iminente de se qualificar para atender à demanda que aumentava.

Em outras palavras, é preciso estar preparado para o mercado de trabalho. Deste modo, segundo o MTE (2007) a qualificação consiste em uma “relação social construída pela interação dos agentes sociais do trabalho em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento construído no e pelo trabalho”.

O Brasil, caracterizado por possuir uma economia diversificada, também é detentor de uma mobilidade considerável de pessoas que buscam no país condições

para a garantia de sua dignidade. Contudo, por primeiro cabe destacar que ainda existem setores produtivos, os quais apresentam uma deficiência de uma mão-de-obra qualificada. Isto gera uma série de desafios que estão vigentes, sejam eles para o governo como para a sociedade que vive do trabalho. Frente a isso, é preciso destacar que, por mercado de trabalho, o mesmo pode ser definido pelas relações de troca que se processam entre os trabalhadores assalariados e os proprietários dos estabelecimentos produtivos ou de serviços. Com isso, troca-se a força de trabalho por um salário (Bava, 1990, p.35).

Ao mesmo tempo, durante a busca por um emprego, sabe-se que para trabalhar em uma organização, muitas vezes, são exigidas certas especificidades para uma efetiva contratação, como, por exemplo, um elevado grau de instrução, habilidades e conhecimentos técnicos, ou seja, o candidato deve estar preparado para que possa concorrer a uma vaga.

Em muitos casos, alguns postulantes não detém os pré-requisitos exigidos. Contudo, outros podem possuí-los e, não via de regra, podem ser brasileiros natos. De outro modo, o mercado de trabalho pode ter como integrante de seu complexo sistema de funcionamento, movimentos de pessoas que vêm de outros países, devido a um deslocamento forçado e buscam, por exemplo, no Brasil, uma oportunidade de trabalho. Tem-se com isso, o objetivo de garantir tanto sua dignidade como uma melhor condição de vida, pautada no direito de conseguir proventos por meio do preenchimento de vagas, dada sua qualificação, por vezes, em maior grau se comparada com aquela informada por trabalhadores brasileiros.

Pachioni (2019, p.46) ressalta que o chamado conhecimento de fora, o qual é trazido pelas pessoas refugiadas e migrantes, possibilita um maior desenvolvimento da economia de dentro, parte do tecido produtivo que por extensão, na sociedade de acolhida, acaba tornando-a mais dinâmica e diversificada, gerando resultados visíveis de maneira positiva.

Outrossim, a Lei de Migração – n.13.445/2017– dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante. Esta regulamentação, por sua vez, passou a regular sua entrada e sua permanência no País. Ao mesmo tempo, estabelece princípios que direcionam para a efetivação de políticas públicas, especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana, a não criminalização de imigrantes e à inclusão

de novos direitos. Isto converge com os tratados internacionais já existentes e com a Constituição Federal de 1988.

Como reforço, Silva, Mandalozzo Neto e Silva (2018) destacam que a legislação deste modo iguala o trabalhador nacional com o imigrante em situação de regularidade. Esta isonomia acaba indicando que o mercado de trabalho não deve ser fechado e então a migração deve ser analisada como um fator de desenvolvimento e não de segregação.

Ao se pensar a inserção de trabalhadores de outras nacionalidades no mercado de trabalho nacional, Pachioni (2019) pondera que dentro da necessidade de implementação políticas públicas, a autorização de trabalhar em terras distantes de sua pátria se instrumentaliza pela facilitação para o estabelecimento de pequenas empresas e atividades de trabalho autônomo a fim de que o recomeço de uma vida não parta do zero, pois o capital cultural destas pessoas não pode ser desconsiderado quando se parte de uma perspectiva de integração local.

Contudo, importante destacar que apesar de os imigrantes serem pessoas com uma qualificação específica e especializada, no olhar nacional, muitos entendem que estão nos municípios buscando "roubar" suas vagas, assim como pormenorizados, sob o argumento de serem "de fora" e por isso, considerados trabalhadores sem qualificação. O resultado é a negação de se considerar experiências anteriores, assim como formações técnicas e de diplomas, como elementos insignificantes, visto o entendimento de que se tornam ameaças aos desempregados locais. Suas qualificações serão consideradas válidas no território nacional somente após um criterioso processo de validação (Sayad, 2001), mesmo assim, não isentas de preconceitos e resignações.

Em outras palavras, pode-se afirmar que esta inserção formal dos imigrantes no mercado de trabalho gaúcho indica que a partir do momento em que possuem uma maior qualificação ante os residentes, também não se pode ignorar a possibilidade de os mesmos estarem dispostos a vender a sua força de trabalho, apesar de os salários oferecidos aqui serem menores do que aqueles que antes percebiam em sua terra natal.

A igualdade de direitos é necessária, independente da nacionalidade da pessoa que se candidata a uma vaga. Deste modo, o trabalho, elemento essencial tanto para

a efetivação de políticas públicas como para a garantia de melhores condições de vida deve ser considerado como fator-chave do desenvolvimento, evidenciando a possibilidade de construir um modelo global de acolhimento, isento de preconceitos e de predileções, ambos desnecessários tanto para quem contrata como para o processo de desenvolvimento em si.

### **Uma breve análise do portal da imigração**

Para compreender a dinâmica da movimentação de estrangeiros que entraram e fixaram residência no Rio Grande do Sul entre 2022 e 2024, esta análise utilizou dados do Portal da Imigração. Três categorias principais guiaram o estudo: 1) País de origem, 2) Status migratório, e 3) Setor econômico de atividades. Ao longo desse período, o estado identificou o ingresso de 43.288 pessoas provenientes de diferentes países, com destaque para Haiti, Venezuela, Argentina e Uruguai. Essas migrações refletem tanto crises econômicas como contextos políticos e sociais nesses países.

No período analisado, os venezuelanos lideraram as estatísticas de migração, seguidos por haitianos, argentinos e uruguaios. Em 2022, 6.924 venezuelanos representavam 55,26% do total, enquanto 2.033 uruguaios correspondiam a 16,23%. Em 2023, o volume de migrantes venezuelanos aumentou para 8.885 (56,23%), seguido por uruguaios (2.317), argentinos (1.374) e haitianos (885). Já em 2024, a dinâmica alterou-se ligeiramente, com argentinos (1.905) superando, uruguaios (1.853) e haitianos (779), mas mantendo os venezuelanos em destaque com 8.415 pessoas.

Essa mudança demográfica é significativa, indicando uma crescente participação de migrantes sul-americanos, o que desloca o histórico protagonismo de haitianos no mercado de trabalho formal desde 2013.

Os migrantes que ingressaram no estado apresentaram cinco diferentes situações migratórias: I) Sem informação: Representavam 33,90% (5.583 pessoas), o que destaca uma lacuna significativa na coleta de dados; II) Residência permanente: Declarada por 4.901 pessoas (29,76%), refletindo um compromisso de longa duração com o país; III) Refugiados ou solicitantes de refúgio: Corresponderam a 22,94%, com 3.779 indivíduos, reforçando o impacto de deslocamentos forçados; IV) Residência temporária: Registra uma menor participação, mas ainda significativa e V) Imigrantes

fronteiriços: Apenas 1,02% (168 pessoas), indicando uma participação limitada neste contexto.

Em termos de ocupação nos Setores Econômicos, os 43.288 migrantes estavam distribuídos em 22 áreas distintas, com cinco deles concentrando 88,64% dos trabalhadores: I) Indústrias de transformação; lideraram com 50,01% (8.236 pessoas), destacando-se pela produção de bens de consumo, equipamentos e insumos industriais; II) Comércio e reparação de veículos; empregaram 17,58% (2.896 pessoas), em atividades como vendas e manutenção; III) Construção civil; representou 8,21% (1.353 pessoas), com foco em obras de engenharia e reformas; IV) Alojamento e alimentação; contou com 6,47% (1.065 pessoas), destacando o trabalho em restaurantes e serviços de hospedagem; V) Atividades administrativas e serviços complementares; envolveram 6,37% (1.049 pessoas), incluindo trabalhos de apoio e transcrição e VI) Os setores remanescentes empregaram menos de 500 trabalhadores cada, incluindo áreas como agricultura, saúde, educação e transporte.

Apesar de enfrentarem preconceitos e dificuldades, como a validação de diplomas e barreiras linguísticas, os migrantes trazem contribuições significativas. Seu conhecimento e experiências diversificadas impulsionam o desenvolvimento econômico e social da região, tornando-a mais dinâmica e inclusiva.

Os dados também revelam a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão efetiva desses trabalhadores e combatam o nacionalismo exacerbado e a xenofobia, que muitas vezes os excluem do mercado formal. Essas ações podem potencializar o impacto positivo dos migrantes no desenvolvimento regional e nacional.

## **Considerações finais**

O estudo buscou analisar a dinâmica que envolve o processo migratório no Rio Grande do Sul, considerando a movimentação de estrangeiros que entraram e declararam seu destino como o Estado do RS. Neste estudo, foram definidas três categorias de análise que consideraram o país de origem, o *status* migratório e o setor econômico de atividades no qual o imigrante se inseriu a partir do momento de entrada no país.

O levantamento dos dados quantitativos disponíveis no Portal da Imigração

permitiu identificar e compreender a origem da maior parte dos imigrantes contemporâneos, que são oriundos principalmente do Haiti e da Venezuela, no entanto, os dados também revelaram uma participação crescente de migrantes Argentinos e Uruguaios, no período. Observou-se que a maior parcela dos imigrantes não apresenta *status* migratório, permitindo um aprofundamento maior sobre essa questão que se propõe a pensar os motivos e intenções que se fazem presentes por grande parte do grupo que migra para o Rio Grande do Sul.

Através dos dados disponíveis foi possível realizar uma análise quantitativa e também qualitativa, buscando relacionar os números encontrados com o contexto singular do Rio Grande do Sul, que permitiu explicar a heterogeneidade dos imigrantes quando se pensa nos postos de trabalho ocupados por eles. Verificou-se que a maioria se destina a desenvolver tarefas ligadas ao setor da indústria de transformação. A análise mostrou ainda que os imigrantes contemporâneos do Rio Grande do Sul constituem um grupo heterogêneo, que migrou com diferentes propósitos e com perfis bastante diversos, mas destinados a ocupar funções majoritariamente no setor industrial, que ainda oferece a maior parte dos postos de trabalho para os recém-chegados de outros países e que acabam tendo o Rio Grande do Sul como ponto de chegada.

## REFERÊNCIAS

ACNUR (2014). **Refúgio no Brasil**: uma análise estatística: janeiro de 2010 a outubro de 2014. Agência da ONU para Refugiados. Recuperado[[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio\\_no\\_Brasil\\_2010\\_2014](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014)]. Acesso em: agosto de 2024.

ALMEIDA, Tatiana Ferreira. de. **Análise da dispersão das populações nativas americanas**: uma abordagem genético-fisiográfica. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

**ATLAS SOCIOECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. – 6. Ed. – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

BAVA JR., Augusto Caccia. **Introdução à sociologia do trabalho**. São Paulo: Ática, 1990.

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto-e Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 18, p.126- 145, 2015. BRANDÃO, C. A. Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana – Complexo calçadista do Rio Grande do Sul. Texto para discussão n. 617. Brasília IPEA, janeiro, 1999.

BRASIL. **Lei n. 5.452, de 01 de Maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del5452.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de Maio de 2017**. Dispõe sobre Institui a Lei de Migração. Diário Oficial de Brasília. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. Cadernos OBMigra – **Revista Migrações Internacionais**. v.1 n 2, p. 1-13, 2015.

CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, Tadeu.; MACEDO, Marília. **Resumo Executivo**. Relatório Anual 2018. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu.; MACEDO, Marília., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF:

OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu.; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

COGO, Denise. Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência de cidadania dos migrantes. **Revista Fronteira - Estudos Midiáticos**. Vol. IX, nº 1, p. 64-73, 2007.

GEVEHR, Daniel Luciano; DE BORTOLI, Gabriel Osmar Wibert de. Contribuições para os estudos culturais no campo das migrações contemporâneas: uma revisão da literatura recente. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 6–28, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/108207>. Acesso em: 16 ago. 2023.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.).

LÓPEZ-CIFUENTES, J. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua relevância para migrantes e refugiados. **Caderno de Debates Refúgio, Migração e Cidadania**, v. 3, n. 3, p. 1984- 2014, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. ed. 14. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Políticas públicas de qualificação - da concepção à consertação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br> > arquivos > pdf > tema6> Acesso em: 11 dez. 2021.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Derecho internacional sobre migración**: Glosario sobre migración nº 7, 92 p., 2006

PACHIONI, Miguel Sgarbi. A empregabilidade de pessoas refugiadas e migrantes: o conhecimento de fora para o desenvolvimento de dentro. n. 25 (2019): 1º Semestre de 2019 - Dossiê "**Imigrantes e refugiados/as: olhares de dentro, olhares de fora**". **Dossiê Imigrantes e Refugiados/as**: Olhares de Dentro, Olhares de Fora. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/50790>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PORTAL DA IMIGRAÇÃO. Microdados. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados>. Acesso em: 21 dez. 2024.

REQUIÃO, Ricardo Bezerra. Mudanças no Saldo Migratório Internacional do Brasil: uma análise sobre as causas que intensificaram a migração de estrangeiros para o Brasil desde a década de 1990. **Fronteira**. V. 10, nº 20, p. 6 - 34, 2015.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

SANTOS, Sandra dos.; CECCHETTI, Elcio. Imigrantes haitianos no Brasil: entre processos de (des)(re)territorialização e exclusão social. **REB – Revista de Estudos Brasileños**. v. 3, n 4, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 2001. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=E1tPJOKBo9cC&printsec=copyright&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SILVA, Marcelo Alves da.; MANDALOZZO NETTO, Silvana Souza.; SILVA, Lenir Aparecida Mainardes da. Migrações e trabalho: uma análise a partir dos direitos sociais fundamentais. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 7, n. 68, p. 53-60, maio 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/142133> Acesso em: 15 dez. 2023.

SOLIMANO, Andrés. Globalización y migración internacional: la experiencia latinoamericana. **Revista de la CEPAL**, 2003.

UEBEL, R. R. G. **Perfil das migrações internacionais para o Estado do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XXI**. Disponível em: [abep.org.br/xxencontro/files/paper/120-254.pdf](http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/120-254.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

WENDEN, Catherine Wihtol. **Atlas de migrations dans le monde**. Paris: Éditions Autrement, 2005, 80 p.

## **Além das fronteiras e das governanças: a vulnerabilidade dos migrantes e refugiados em relação ao trabalho em condições análogas à de escravo**

*José Alberto Antunes de Miranda*

*Cristiane Feldmann Dutra*

*Cláudio Sullivan da Silva Ferreira*

### **Introdução**

Este artigo tem como tema central o trabalho em condições análogas à de escravo, focalizando no estudo da vulnerabilidade dos migrantes e refugiados no Brasil, buscando encontrar a resposta para o seguinte problema jurídico: como o proteger os direitos dos imigrantes e refugiados, em vista de sua vulnerabilidade, das práticas de trabalho em condições análogas à de escravo?

Tem-se assim como objetivo geral analisar os desafios enfrentados na busca pela efetiva concretização do direito ao trabalho digno, em um contexto marcado pela persistência do trabalho em condições análogas à de escravo.

Para compreender plenamente o problema, três objetivos específicos foram delimitados, sendo eles: entender a conceitualização de trabalho em condições análogas à de escravo; analisar os impactos da vulnerabilidade das pessoas migrantes e refugiadas frente ao trabalho em condições análogas à de escravo, por fim investigar os desafios enfrentados na erradicação do trabalho em condições análogas à de escravo.

Esta pesquisa seguirá uma abordagem dedutiva, permitindo uma abordagem sistemática e lógica na análise do tema, utilizando a revisão bibliográfica, regulamentações legais e o levantamento documental como métodos de investigação.

A discussão ao longo deste artigo busca evidenciar a conexão direta entre essa prática degradante e a violação do direito ao trabalho decente. Sendo assim, com este trabalho espera-se realizar uma análise aprofundada dessas vulnerabilidades com objetivo de proteger os direitos dos migrantes e refugiados, principalmente no que diz respeito ao direito do trabalho, e promover maior igualdade no mercado de trabalho de forma a combater práticas injustas e desumanas.

## **Conceito de trabalho em condição análoga à de escravo**

A escravidão representou a forma inicial de trabalho, na qual o escravo era tratado meramente como um objeto, desprovido de quaisquer direitos, inclusive trabalhistas. Ou seja, o escravo não era reconhecido como sujeito de direitos, visto ser considerado propriedade do *dominus* (Martins, 2023, p. 20).

O Código Penal Brasileiro, tipifica como crime qualquer tentativa de subjugar ou possuir outro indivíduo dessa forma (Sakamoto, 2020, p. 9).

Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho [...] (Código Penal, 1940).

No âmbito trabalhista, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) foi designada para desenvolver padrões globais que garantam condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade no trabalho, marcando o início de um sistema global de proteção dos direitos humanos nas relações de trabalho (Alecrim, 2021, p. 25).

Em 1930, a OIT, como parte de seu esforço, estabeleceu a Convenção n.º 29, que define o conceito de escravidão, relacionado ao trabalho forçado ou compulsório, sendo este exigido de um indivíduo sob ameaça de penalidade e ao qual ele não se ofereceu voluntariamente (OIT, 1930). Neste mesmo sentido, também estabeleceu a convenção n.º 105 de 1957 da OIT que versa sobre a abolição do trabalho forçado e estabelece em seu Art. 1º o seu comprometimento com as práticas de abolição do trabalho análogo ao de escravo (OIT, 1957).

Não o bastante, a CADH (Convenção Americana sobre Direitos Humanos) promulgada no Brasil em 06/11/1992 por meio do decreto n.º 678, proíbe expressamente a prática de escravidão conforme disposto no Art. 6º, inciso 1º (BRASIL, 1992).

Ainda, conforme acórdão da 1ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho), processo nº TST-ED-RR-450-57.2017.5.23.0041, em 02/05/2022, de relatoria do Ministro Hugo Carlos Scheuermann, para o enquadramento das condições análogas

à de escravo, não se exige apenas e/ou exclusivamente a presença da restrição à liberdade de locomoção para sua caracterização (TST, 2022).

Portanto, "condições análogas" referem-se à prática de exploração degradante que é agora desaprovada pelo sistema legal. Em outras palavras, o Estado não mais tolera essa exploração, que persiste de maneiras comparáveis, embora agora sem a legitimidade da propriedade (Cavalcanti, 2020, p. 72).

O trabalho humano possui importante relevância social, visto que, além de promover o sustento do trabalhador e de sua família, se traduz como forma de desenvolvimento de sua plenitude (Schiavi, 2022, p. 60). Contudo, saliente Jubilut (2018, p. 131),

a limitação disposta ao trabalho do estrangeiro pode ter o condão de violar a plena realização dos direitos humanos, em sua face indivisível, e adquire ainda maior significado de desproteção quando se refere a ser humano atingido com vulnerabilidade exacerbada, como os refugiados (Jubilut, 2018, p. 131).

A garantia da dignidade humana não deve mais estar limitada à preservação da liberdade e da integridade física e mental das pessoas. Na concepção de Sarlet, entende-se por dignidade da pessoa humana:

[...] a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida (Sarlet, 2011, p. 28).

Neste sentido, a dignidade humana também deve abranger a promoção e afirmação da individualidade no contexto econômico e social, o que, de modo geral, beneficia a sociedade em termos culturais. Isso é alcançado principalmente através do trabalho, especificamente do emprego, regulado pelo Direito do Trabalho e aplicado a um amplo e diversificado conjunto de indivíduos (Delgado, 2019, p. 95).

Superadas tais questões, no próximo tópico serão analisados os conceitos de migrantes e refugiados e suas vulnerabilidades.

## **Conceito de migrantes e refugiados e suas vulnerabilidades**

A migração em massa não é um fenômeno recente, muito embora ela tenha acompanhado a era moderna desde o seu início, tem frequentemente mudado e por vezes revertido sua direção, devido às mudanças econômicas e conflitos sociais e políticos (Bauman, 2017, p. 9). Para Mazzuoli (2024, p. 286),

o tema dos refugiados tem ganhado a atenção especial do direito internacional a partir da década de 1920, em decorrência dos acontecimentos do pós-Primeira Guerra, intensificando-se a partir da Segunda Guerra Mundial. De fato, o deslocamento de milhares de pessoas na Europa, especialmente durante o segundo período, tanto para fugir do regime nazista quanto para servir de mão de obra escrava para as potências em guerra, culminou na preocupação da sociedade internacional em estabelecer um sistema de proteção para os deslocados, inspirando toda uma normatização protetiva a partir de então (Mazzuoli, 2024, p. 286).

Sendo assim, se faz necessário a trazer o conceito e diferenciação entre migrantes e refugiados tendo em vista que confundir tais termos, pode trazer consequências para ambos os grupos, visto que “os países tratam os migrantes de acordo com sua própria legislação e procedimentos em matéria de imigração, enquanto tratam os refugiados aplicando normas sobre refúgio e a proteção dos refugiados – definidas tanto em leis nacionais como no direito internacional” (ACNUR, 2015).

Segundo Cançado Trindade (2017, p. 417), é comum que o desempenho da tarefa de proteção internacional dos refugiados enfrente desafios legais, especialmente ao lidar com a definição do termo “refugiado”. A Lei n.º 9.474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, estabelece no seu art. 1º, que refugiado é todo indivíduo que:

Art. 1 [...]. I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997).

Neste aspecto, segundo a ACNUR (2015),

os refugiados são pessoas que deixaram tudo para trás para escapar de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um 'refugiado' reconhecido internacionalmente [...]. Já os migrantes escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. Diferente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo (ACNUR, 2015).

No que tange ao imigrante, a Lei n.º 13.445/2017, conhecida como Lei de Migração, em seu Art. 1º, § 1º, inciso II, diz que imigrante é a “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (BRASIL, 2017).

A decisão de migrar não é uma simples escolha, uma vez que acaba decorrendo da necessidade fundamentada no contexto em que a pessoa migrante se encontra, ou seja, mudar de vida, mudar de país, pode refletir a necessidade de escapar de problemas sociais, culturais, religiosos e econômicos, de modo que tais fatores se torne a única decisão a ser tomada (Andrade; Dutra, 2018, p. 3).

O fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária abandona suas casa e propriedade considerados preciosas, de pessoas buscando abrigos dos campos de matança, acrescentou-se ao fluxo constante dos chamados “migrantes econômicos”, estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde: de terras empobrecidas, sem perspectiva alguma, para lugares de sonho, ricos em oportunidades (Bauman, 2017, p. 12).

Conforme dados apurados pela ACNUR<sup>13</sup>, até o final de 2022 foram registrados 108,4 milhões de pessoas que foram deslocadas de forma forçada em todo o mundo devido à perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos ou eventos que perturbaram gravemente a ordem pública. Além disso, 52% de todos os refugiados derivam de países como Síria (6.500.000 pessoas), Ucrânia (5.700.000 pessoas) e Afeganistão (5.700.000 pessoas) (ACNUR, 2023).

---

<sup>13</sup> Os dados mencionados foram atualizados até 14 de junho de 2023.

O processo migratório é muitas vezes visto como benéfica para alguns setores da sociedade, pois contribui para a submissão de indivíduos em postos de trabalho precários, limitada pela situação social em que estão inseridos e, assim, aumenta o lucro percebido da atividade (Rocha; Kehdi, 2017, p. 200).

O temor da deportação ou de outras sanções, a barreira do idioma e a ausência de laços sociais fazem o trabalhador migrante permanecer recluso e aceitar as condições de vida e de trabalho que lhe são impostas. Com o tempo, acabam criando uma relação perniciosa de dependência material e, muitas vezes, sentimental com aqueles que os exploraram (Susuki; Plassat, 2020, p. 100-101).

Apesar das facilidades modernas como transporte e comunicação, o principal impulsionador da imigração é o desequilíbrio econômico e do mercado de trabalho global. Países menos desenvolvidos oferecem mão-de-obra barata e pouco qualificada, enquanto países desenvolvidos demandam esse tipo de mão-de-obra para ocupações simples. Assim, o desequilíbrio econômico e de emprego entre países é o principal motivo por trás do movimento migratório em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho (Andrade; Dutra, 2018, p. 6). De acordo com Miranda; Mistura sobre esse contexto.

O estrangeiro, migrante voluntário ou deslocado, cumpriu historicamente duas grandes funções em solo brasileiro: recurso de mão de obra, de povoamento e de melhoramento étnico, e figura inimiga ou subversiva a ser vigiada. A Lei de Migração tem o desafio de colocá-lo como sujeito de dignidade humana, mesmo que tardiamente. O estranhamento e as fronteiras são constructos relacionais. No embate entre o Estado nacional, que perde em soberania, e a economia globalizada, que ganha em hegemonia, os migrantes têm se deparado com novas configurações de segmentação e separação. Instituições, inclusive jurídicas, e coletivos, sejam nativos ou estrangeiros, se debatem para visualizar as novas linhas que permitem a integração ou a repulsa do estranho ou do diferente (Miranda; Mistura, 2018, p.168).

Para Mazzuoli (2024, p. 291), tanto os refugiados quanto os migrantes têm enfrentado diversas dificuldades, devido à falta de garantias oferecidas pelos Estados para proteger seus direitos, incluindo acolhimento humanitário, inclusão social, oportunidades de emprego, reunificação familiar, entre outros. Os motivos para a migração estão geralmente relacionados a questões políticas, sociais, econômicas ou ambientais. Da mesma forma, as razões para as discriminações enfrentadas são

diversas, podendo incluir origem nacional, idade, gênero, orientação sexual, pertencimento étnico-racial e condições de extrema pobreza.

Outro aspecto importante diz respeito à falta de familiaridade com as leis trabalhistas e os direitos em um país estrangeiro, que deixa os imigrantes em desvantagem, os torna alvos fáceis para exploração (Jubilut, 2018, p. 146). Também há aqueles cujo status legal incerto ou irregular, os fazem viver com o medo constante de represálias ou deportação, o que limita sua capacidade de buscar ajuda ou denunciar abusos (Rocha; Kehdi, 2017, p. 202-203).

No que diz respeito a compreensão das leis trabalhistas, destaca Jubilut (2018, p. 147) que o idioma surge como um fator relevante, já que o desconhecimento do mesmo pela população refugiada tem sido utilizado como uma "vantagem" por diversos empregadores, os quais negam direitos trabalhistas aos refugiados. Assim, estes acabam por aceitar empregos informais e sem carteira de trabalho assinada, dada a necessidade de sobrevivência.

A ausência de compreensão da língua nem permite a expressão das necessidades - o que pode alcançar a inicial solicitação de refúgio e a indicação da indisponibilidade dos documentos necessários à devida inclusão -, nem admite a aquisição das informações necessárias ao exercício qualificado dos direitos disponíveis, cujo conteúdo também remanesce inacessível (Jubilut, 2018, p. 145).

Para além da urgência de deixarem seus locais de trabalho e romperem os vínculos laborais pelos quais são explorados, os trabalhadores provenientes de outros países apresentam demandas específicas que precisam ser atendidas. Eles também necessitam de assistência relacionada às questões migratórias, considerando que muitos estão no país em situação irregular, o que os torna mais vulneráveis à exploração, sendo que frequentemente, essa condição é explorada pelos empregadores para ameaçar os imigrantes com possíveis denúncias às autoridades (Susuki; Plassat, 2020, p. 99).

Para melhor compreensão do tema, no próximo capítulo será analisada a relação do trabalho análogo ao de escravo *versus* os migrantes e refugiados.

## **Do trabalho escravo x migrante e refugiados**

Segundo o relatório da Walk Free (2023), plataforma que mede o Índice Global da Escravidão (GSI),<sup>14</sup> apurou que até 2021 estimava-se que 50 milhões de pessoas viviam em escravidão moderna no mundo.

O Brasil desde 1995 reconheceu oficialmente a existência de práticas de trabalho análogo à de escravo, se comprometendo a adotar medidas de reparação, fiscalização e prevenção a tal prática. No Brasil, de 1995 a 2023, foram encontrados 63.516 trabalhadores em condições análogas à de escravo e resgatados 61.035 trabalhadores nestas mesmas condições (SMARTLAB, 2023).

No Rio Grande do Sul, no mês de abril de 2023, foram identificados na cidade de Nova Petrópolis, 4 (quatro) trabalhadores argentinos, que foram resgatados, sendo um menor de idade. Aponta-se que os trabalhadores foram “abandonados na mata pelos empregadores, em condições insalubres, sem alojamento, água potável, energia elétrica e acesso a instalações sanitárias, os salários seriam pagos apenas no fim do serviço” (CRE, 2023, p. 24).

Segundo reportagem publicada pelo site Agência Brasil em 29/08/2023, foram identificados em São Paulo “cerca de 150 oficinas de costura onde trabalhadores, sobretudo de outras nacionalidades, são vítimas de trabalho análogo à escravidão”. A reportagem destaca que os trabalhadores eram submetidos a uma jornada exaustiva, configurando uma exploração desumana. Ainda, a maioria desses trabalhadores é composta por imigrantes e refugiados provenientes da Bolívia, do Equador e da Venezuela, que ainda arcam com os custos de sua alimentação e higiene pessoal. Contudo, diante da necessidade de enviar dinheiro às suas famílias, esses trabalhadores consideram essas condições como aceitáveis. Muitos deles sentem-se obrigados a expressar gratidão aos brasileiros pela oportunidade de trabalho, sem perceber que estão sendo submetidos a condições de trabalho equivalentes à escravidão (Agência Brasil, 2023).

Destaca-se, contudo, que assim como o setor têxtil, outros setores como estabelecimentos de alimentação, bares, construção civil, restaurantes e manejo

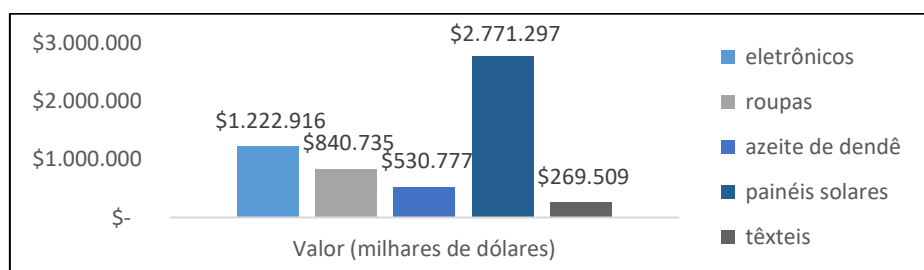
---

<sup>14</sup> A sigla GSI, que corresponde ao inglês Global Slavery Index, traduz-se para Índice Global da Escravidão.

florestal são grandes portas de entrada para a exploração da prática de trabalho análogo à de escravo (Susuki; Plassat, 2020, p. 99).

Ainda, segundo apurado pela WalkFree (2024), conforme demonstra o gráfico abaixo, o Brasil importa cerca de US\$ 5,6 bilhões em produtos em risco de escravidão moderna, dos quais se destacam os produtos eletrônicos, roupas, azeite de dendê, painéis solares e têxteis.

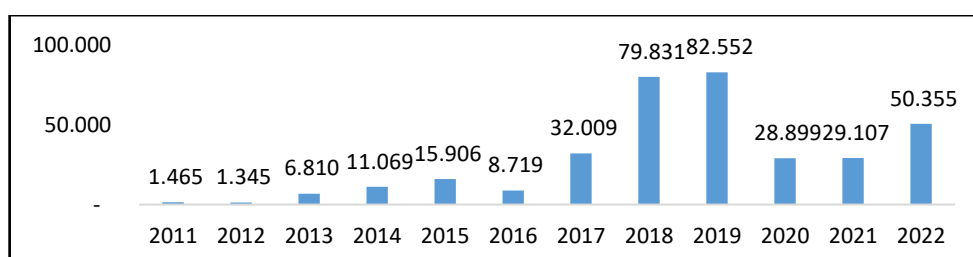
**Gráfico 1 - Produtos importados em risco**



Fonte: <https://www.walkfree.org/global-slavery-index/map/#mode=data:country=BRA:dimension=i>, 2024.

Conforme o gráfico abaixo, em 2022, aproximadamente 50.355 imigrantes, provenientes de 139 países, solicitaram refúgio para o Brasil, sendo que as principais nacionalidades solicitantes foram venezuelanas (67%), cubanas (10,9%) e angolanas (6,8%) (ACNUR, 2023).

**Gráfico 2 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil**



Fonte: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>, 8ª edição, 2022.

No que se refere ao trabalho em condições análogas às de escravo, a América do Sul representa o continente de origem com maior frequência da população identificada como nacional de outros países entre os resgatados do trabalho em

condições semelhantes à escravidão no Brasil (72,1%), seguido pela América Central ou Caribe (24%), Ásia (3%) e Europa (0,2%)<sup>15</sup> (SMARTLAB, 2023).

No mesmo sentido, entre os resgatados do trabalho em condições análogos à de escravo no Brasil, Bolívia (42,5%), Haiti (24%) e Venezuela (12,1%)<sup>16</sup> representam a maior parcela de países de origem na população identificada como imigrante de outra nacionalidade (SMARTLAB, 2023).

Importante ressaltar, segundo Susuki; Plassat (2020, p. 96), que nos casos das indústrias de costura, é possível traçar um perfil de migrantes internacionais, sendo a maioria vinda da Bolívia, além de outros países como Paraguai e Peru.

A Bolívia é um dos países com um dos piores IDH na América Latina, e muitos bolivianos que vivem em situação de penúria ou que simplesmente desejam uma vida melhor veem no território do país vizinho uma possibilidade de ascensão socioeconômica. Eles deixam suas províncias encantados por anúncios de ofertas de emprego - a maioria delas enganosa ou convidados por parentes ou conhecidos próximos (Susuki; Plassat 2020, p. 96).

Nestes termos, mesmo em território nacional, é resguardado, “em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, bem como, no que se refere ao direito do trabalho, a luz do Art. 4, inciso XI, da Lei 13.445/2017, em que lhe é assegurado a “garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017).

Dessa forma, se faz necessário pensar e entender mecanismos de prevenção e erradicação, que serão analisados no próximo capítulo.

### **Mecanismo de prevenção e erradicação**

A legislação trabalhista tem uma natureza protetiva, buscando dar maior proteção legal ao trabalhador para compensar as desigualdades econômicas, técnicas e sociais em relação ao empregador (Schiavi, 2022, p. 69). É importante ressaltar que

---

<sup>15</sup> No que compreendo os dados referente a trabalho análogo à de escravo e imigrantes e refugiados, os dados estão atualizados de 2003 a 2022.

<sup>16</sup> No que compreendo os dados referente a trabalho análogo à de escravo e imigrantes e refugiados, os dados estão atualizados de 2003 a 2022.

embora a Lei Áurea, de 1888, tenha abolido oficialmente a escravidão, ela não foi acompanhada por políticas eficazes de inclusão social e econômica para os ex-escravizados, o que deixou muitos deles em situações de extrema pobreza e vulnerabilidade (Cavalcanti, 2020, p. 77).

Segundo Martins (2008, p. 85) a utilização de trabalhadores em condições análogas à de escravo constitui uma violação dos direitos trabalhistas e resulta na anulação da forma de contratação, de modo que o trabalhador terá direito a todos os benefícios trabalhistas estipulados pela legislação trabalhista vigente.

Neste sentido, o Art. 3º da Lei n.º 13.445/2017, dentro dos princípios e diretrizes que regem as políticas migratórias no Brasil, estabelece o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (BRASIL, 2017).

Visando ainda mais a proteção do migrante e refugiado no âmbito trabalhista, em 05/01/2023 foi instituído, no âmbito da Justiça do Trabalho, Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, com o objetivo voltado ao enfrentamento ao trabalho em condições análogas à escravidão e ao tráfico de pessoas, bem como voltado à proteção ao trabalho das pessoas imigrantes (TST, 2023).

Neste sentido, a Agenda 2030 da ONU que aborda os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), traz no seu objetivo 8º o trabalho decente e crescimento econômico, destacando como ferramenta de combate ao trabalho análogo ao de escravo nos itens 8.7 e 8.8. Essas medidas estão alinhadas no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026, cujo objetivo é promover o trabalho decente e a sustentabilidade (CSJT, 2021, p. 12).

A erradicação do uso de mão-de-obra escrava requer a imposição de obrigações legais direcionadas à responsabilidade do governo em prevenir, investigar, punir e eliminar essa prática prejudicial que persiste no país, uma vez que é incompatível com os princípios de um estado democrático de direito a manutenção da escravidão impune (Reis, 2018, p. 26).

Nestes termos, por meio das fiscalizações, promove-se um aumento da vigilância nessas atividades, bem como o cumprimento voluntário das leis trabalhistas

a fim de desencorajar a exploração que reduz os trabalhadores a condições análogas à de escravo (MTE, 2011, p. 8).

Além disso, o país tem uma lista suja de empregadores flagrados utilizando trabalho escravo, o que é uma importante ferramenta de combate a essa prática. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2024), a "lista suja" é um registro público de empregadores que foram flagrados utilizando trabalho análogo à escravidão no Brasil.

Por fim, a reparação por dano moral coletivo tem como principal objetivo prevenir a ocorrência de danos morais individuais, promover o acesso facilitado à justiça e à ordem jurídica justa, assegurar a proteção da moral coletiva e, por extensão, beneficiar a sociedade na sua totalidade (Schiavi, 2022, p. 38).

De acordo com Nogueira (2021, p. 44), não há solução fácil para o persistente problema do trabalho em condição análoga à de escravo no Brasil. Além disso, destaca a importância de uma mudança de mentalidade entre os grandes produtores, cujo foco excessivo no lucro os leva a desrespeitar leis e privar os trabalhadores de seus direitos fundamentais.

Finalizado este capítulo, passa-se para as considerações finais.

## **Considerações finais**

O trabalho análogo ao de escravo é um desrespeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais do trabalhador. Além disso, gera um círculo vicioso de pobreza e vulnerabilidade, que afeta não apenas o indivíduo explorado, mas também sua família e comunidade.

A globalização, com seu potencial de abrir novos horizontes econômicos e oportunidades de emprego, também exacerbou as desigualdades, levando muitos indivíduos a deixarem seus países de origem em busca de uma vida melhor. No entanto, para uma parcela significativa de imigrantes e refugiados, a realidade revela um cenário de exploração, abusos e de vulnerabilidade extrema no ambiente de trabalho.

Essa exploração ocorre muitas vezes porque os imigrantes e refugiados não têm acesso aos mesmos direitos e proteções legais que os cidadãos regulares, e sua situação os força a aceitar empregos precários e condições de trabalho degradantes.

A vulnerabilidade socioeconômica dos imigrantes e refugiados os tornam presas fáceis desse tipo de exploração, pois a necessidade extrema de sobrevivência muitas vezes leva indivíduos a aceitarem condições desumanas de trabalho. Dentre outros desafios, incluem-se a fragilidade dos mecanismos de fiscalização, a impunidade, a falta de conscientização e a complexidade das cadeias de fornecimento.

Nestes termos, a conscientização e a educação desempenham um papel vital na transformação social. Ao disseminar informações sobre direitos trabalhistas e condições de trabalho dignas, não apenas capacitamos as pessoas a reconhecerem e denunciarem situações de exploração, mas também promovemos uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com o respeito aos direitos humanos.

Além disso, é vital fomentar uma cultura de respeito aos direitos humanos e à dignidade no ambiente de trabalho. Isso pode ser alcançado por meio da educação e conscientização pública sobre os direitos dos trabalhadores e das consequências nefastas do trabalho em condições desumanas, que são cruciais para combater a exploração de trabalho análogo ao de escravo.

A responsabilidade das empresas vai além de simplesmente obedecer às leis trabalhistas, implica um compromisso moral de garantir que toda a cadeia de trabalho esteja livre de práticas que desrespeitem a dignidade humana. Além disso, a constitucionalização efetiva dos direitos dos imigrantes e refugiados nos países receptores é crucial para garantir uma proteção adequada e devem refletir os princípios fundamentais de igualdade, não discriminação e dignidade humana, estendendo essas proteções a todos que vivem no território, independentemente de sua origem.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Dados sobre refugiados.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Refugiado ou Migrante?** O ACNUR incentiva a usar o termo correto. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **CNDH denuncia trabalho escravo em oficinas de costura em São Paulo:** Casos envolvem sobretudo pessoas de outras nacionalidades. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-08/cndh-denuncia-trabalho-escravo-em-oficinas-de-costura-em-sao-paulo>. Acesso em: 05

ALECRIM, Graziella Veloso Freitas. **O esvaziamento da personalidade da vítima de trabalho escravo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

ALRS. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Representação Externa. **Avaliação das condições de funcionamento do sistema estadual de combate à escravidão e às suas formas análogas a partir da operação na Serra Gaúcha.** Disponível em: [https://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/CombateEscravidao/Relatorio\\_Final\\_da\\_Comissao\\_Final.pdf](https://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/CombateEscravidao/Relatorio_Final_da_Comissao_Final.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

ANDRADE, Roberta Gabriela Sucolotti de; DUTRA, Cristiane Feldmann. A imigração como única opção para melhoria da qualidade de vida. **Revista Jurídica da FADISMA.** Santa Maria – RS, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.fadismaweb.com.br/index.php/revista-juridica/article/view/63>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos a nossa porta.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL, Lei nº 13.445, 2017. **Lei de Migração.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.474 / 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm#:~:text=A%20expuls%C3%A3o%20de%20refugiado%20do,n%C3%A3o%20haja%20riscos%20de%20persegui%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.,-38](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm#:~:text=A%20expuls%C3%A3o%20de%20refugiado%20do,n%C3%A3o%20haja%20riscos%20de%20persegui%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.,-38). Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. **Código Penal,** 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dcreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dcreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 678**, 1992. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 21 out. 2023.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Como o Brasil enfrenta o trabalho escravo contemporâneo**. In: SAKAMOTO, Leonardo (org.). *Escravidão contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2020.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Princípios do direito internacional contemporâneo**. – 2. ed. rev. atual. – Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/principios-do-direito-internacional-2017.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

CSJT. Conselho Superior Da Justiça Do Trabalho. **Resolução Nº 290/2021**. Disponível em: [https://www.trt4.jus.br/portais/media/772108/2021\\_res0290\\_csjt.pdf](https://www.trt4.jus.br/portais/media/772108/2021_res0290_csjt.pdf). Acesso em: 03 abr. 2024.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho** - 18. ed. - São Paulo: LTr, 2019. Ebook. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7928008/mod\\_resource/content/1/Curso%20de%20Direito%20do%20Trabalho%20%20Mauri%CC%81cio%20Godinho%20Delgado%20%202019.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7928008/mod_resource/content/1/Curso%20de%20Direito%20do%20Trabalho%20%20Mauri%CC%81cio%20Godinho%20Delgado%20%202019.pdf). Acesso em: 07 set. 2023.

JUBILUT, Liliana Lyra; LOPES, Rachel de Oliveira; SILVA, Joanna de Angelis Galdino. **O acesso ao direito ao trabalho para refugiados no Brasil**. In: ANNONI, Danielle (coord.). *Direito internacional dos refugiados e o Brasil*. Curitiba: Gedai.UFPR, 2018. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/livroDireitoInternacionadosRefugiadosoBrasil.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direitos fundamentais trabalhistas**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627475/>. Acesso em: 08 out. 2023.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. - 10 ed. - Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994358/>. Acesso em: 04 abr. 2024.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; MISTURA, Adilar. **Globalização e a nova lei de migração**: uma análise da evolução da lida com o imigrante no Brasil. *Revista Direito e Liberdade*, Natal, v. 20, n. 3, p. 149-173, set./dez. 2018.

MJ. Ministério da Justiça. **Refugiados em números**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de combate ao trabalho em condições análogas às de escravo**. Brasília: MTE, 2011. Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/manuais-e-publicacoes/manual\\_de\\_combate\\_ao\\_trabalho\\_em\\_condicoes\\_analogas\\_de\\_escrav](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/manuais-e-publicacoes/manual_de_combate_ao_trabalho_em_condicoes_analogas_de_escrav)o.pdf/view. Acesso em: 15 ago. 2023.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **MTE atualiza o Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/mte-atualiza-o-cadastro-de-empregadores-que-submeteram-trabalhadores-a-condicoes-analogas-a-escravidao>. Acesso em: 05 abr. 2024.

NOGUEIRA, Barbara da Silva Rocha. **O trabalho escravo contemporâneo: uma problemática atual**. Monografia. 2021. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5842>. Acesso em: 20 set. 2023.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 29, 1930**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS\\_235021/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235021/lang--pt/index.htm). Acesso em: 30 ago. 2023.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 105, 1957**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS\\_235195/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235195/lang--pt/index.htm). Acesso em: 30 ago. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ODS - Objetivo de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>. Acesso em: 20 set. 2023.

REIS, Ana Laura. **O trabalho análogo à escravidão e a concepção de dignidade do trabalhador**. Monografia. 2018. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/items/05a6204c-ee44-43be-894e-427576758f6e>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ROCHA, Thiago Gonçalves Paluma; KEHDI, Letícia Arantes. As dinâmicas globais do trabalho forçado: a vulnerabilidade trabalhista do migrante frente às políticas migratórias. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, ano 21, n. 34, p. 191-211. jan/jun. 2017. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive>. Acesso: 15 ago. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. – 9. ed. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. Disponível em: [https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Ingo\\_W.\\_Sarlet\\_Dignidade\\_da\\_Pessoa\\_Humana\\_e\\_Direitos\\_Fundamentais.pdf](https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Ingo_W._Sarlet_Dignidade_da_Pessoa_Humana_e_Direitos_Fundamentais.pdf). Acesso em: 15 ago. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo (org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

SCHIAVI, Mauro. **Manual didático de direito do trabalho**. – 3. ed. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

SMARTLAB. **Plataforma SmartLab - prevalência**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=prevalencia>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SMARTLAB. **Plataforma SmartLab – fluxos internacionais**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=fluxosinternacionais>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SUSUKI, Natália; PLASSAT, Xavier. **O perfil dos sobreviventes**. In: SAKAMOTO, Leonardo (org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

TST. Tribunal Superior do Trabalho. **Acórdão processo nº TST-ED-RR-450-57.2017.5.23.0041**. Disponível em: <https://consultaprocessual.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=450&digitoTst=57&anoTst=2017&orgaoTst=5&tribunalTst=23&varaTst=0041&submit=Consultarhttps://consultaprocessual.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=10373&digitoTst=96&anoTst=2016&orgaoTst=5&tribunalTst=03&varaTst=0139&submit=Consultar>. Acesso em: 18 out. 2023.

TST. Tribunal Superior do Trabalho. **CSJT-AN - 3452-85.2023.5.90.0000**. Disponível em: <https://jurisprudencia.tst.jus.br/#4a5a813aec483228dc2118d76c7a1c1>. Acesso em: 27 mar. 2024.

WALKFREE. **Índice Global da Escravidão – índice geral**. Disponível em: <https://www.walkfree.org/global-slavery-index/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

WALKFREE. **Índice Global da Escravidão – produtos importados em risco**. Disponível em: <https://www.walkfree.org/global-slavery-index/map/#mode=data:country=BRA:dimension=i>. Acesso em: 03 abr. 2024.

## **O reconhecimento dos imigrantes atendidos pela prefeitura municipal de Canoas: os saberes do trabalho e atuação nas corporações onde estão trabalhando**

*Priscila Kieling Pontin  
Moisés Waismann*

### **Introdução**

Imigração é um movimento que ocorre desde que o mundo é mundo, mas que vem crescendo e sendo tomado conhecimento ao longo dos últimos séculos. No Brasil, vemos por meio da História a movimentação de imigrantes desde 1500, pelos portugueses. A seguir, temos conhecimento de alemães e italianos, principalmente na região Sul do país. Nos últimos séculos, brasileiros também saem em busca de uma condição de vida melhor ou por sonho a realizar para Norte da América e Europa, principalmente. E aqui, no Brasil recebemos também imigrantes em busca de condições de vida mais dignas, ou por proteção, ou em alguns casos também por sonho de vida, entre outros motivos.

O projeto Lasalle Inclui surge como uma oportunidade para acolhida dos imigrantes atendidos pela prefeitura municipal de Canoas, além de ser uma porta para a inserção social deles por meio do trabalho. Considera-se importante conhecer e dar reconhecimento aos seus talentos profissionais e o potencial de como podem contribuir para o mercado da região. Também pesquisar sobre este tema aparece como uma oportunidade para início da jornada que se inicia em 2023/2024 no programa de doutorado do qual participo. Como pesquisadora, entendo a importância de trazer para meu meio profissional, social e intelectual, uma contribuição relevante que faça diferença na vida das pessoas, bem como, para a minha vida como ser humano e pesquisadora. Sempre tive afinidade em estudar o mercado de trabalho, desde que comecei a atuar profissionalmente. Considero importante questionar e estudar para propor novas ideias e possíveis melhorias e, conforme apresento a seguir, no memorial. Desta forma, a pesquisa que proponho para a tese tem como objetivo principal estudar e registrar as memórias do trabalho e do trabalhador deste grupo de imigrantes, a fim de reconhecer seus talentos e poder expor a potencialidade de contribuição desse público para o mercado de

trabalho local.

Dentro dessa relação entre imigrante e mercado de trabalho, já existem alguns estudos e pautas em andamento no que tange à falta de valorização e oportunidades para o imigrante pobre, além da precarização do trabalho, entre outras temáticas que refletem sobre o preconceito. Aqui, pretendemos considerar estes estudos como base para nossa jornada, mas não iremos abordar este foco, pois a intenção é valorizar o público de estudo por meio das suas habilidades e conhecimentos. Também nesta pesquisa, que está em estágio inicial (2024), surgem alguns questionamentos e hipóteses sobre este processo de acolhida e estabelecimento do imigrante em nossa região. Ora, se o grupo estudado está se preparando e com a motivação de se inserir propriamente neste novo espaço no mundo, o que a sociedade, por meio do mercado de trabalho, está fazendo para promover um ambiente acolhedor e aberto para este público? Isto é, será que o mercado de trabalho local está também preparado para poder acolher todo o universo que é uma pessoa com cultura e saberes diferentes dos conhecidos? A hipótese, que também norteará a pesquisa e as proposições que surgirão, é que há muitos pontos de melhoria no acolhimento ao mercado de trabalho, o qual se considera que é uma base para o sentimento de dignidade de uma pessoa. Mais adiante, nos próximos itens deste projeto, detalharemos mais sobre esses objetivos e questionamentos.

## **Contexto**

Para entender melhor a temática a ser trabalhada, dos saberes e memórias do trabalhador e do trabalho, foi necessário adentrar aos pontos principais deste estudo: imigrantes, saberes e mercado de trabalho. Mesmo com a mudança de perspectiva desta pesquisa, já mencionada anteriormente, foi optado por manter a linha de estudos e seguir dentro do mesmo universo de temas, pois acreditamos que traz um embasamento adequado ao campo estudado. Por isso, foi buscado nas bases de periódicos, teses e dissertações seguintes: Scielo, Banco de teses CAPES, Google acadêmico, Google "livre". Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: imigrantes, mercado de trabalho, e obtivemos os resultados abaixo:

**Quadro 1 – Resultados das bases de periódicos**

|                  |                         |
|------------------|-------------------------|
| Scielo           | 27 resultados           |
| CAPES            | 25 resultados, 41 teses |
| Google acadêmico | 175.000 resultados      |

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Dentre a observação dos materiais apresentados nesta primeira busca, bem como a seleção de textos, percebeu-se que a maioria dos títulos afins ao tema pesquisado eram artigos e/ou dissertações. Desta forma, após o processo, foram verificados alguns links<sup>17</sup> sugeridos pelas orientadoras da disciplina de Seminário de projeto de pesquisa, os quais estão relacionados abaixo:

**Quadro 2 – Links sugeridos para busca**

|                                                                |                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PPG em Memória Social (UNIRIO)                                 | Busca entre as teses imigrantes, mercado de trabalho e memória do trabalho.                                                                                                                       |
| PPG em Memória Social e Bens Culturais (Universidade La Salle) | No repositório, foi feita a busca pelas palavras-chave do início do processo de análise.                                                                                                          |
| PPG História, Política e Bens Culturais (FGV)                  | Dentre os 107 resultados apresentados, foi selecionado o único título que poderia se relacionar com o universo de pesquisa.                                                                       |
| Tese premiada em 2013 (PPGICH-UFSC)                            | De acordo com a orientação “A tese traz trabalho com conceitos do campo de estudos em memória social.”, no entanto, foi analisado que não havia relação com o universo de pesquisa aqui proposto. |

---

<sup>17</sup> Links pesquisados, em ordem dos elementos do quadro:

<http://www.memoriasocial.pro.br/dissertacoes-teses.php>;

<https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1700>;

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8686>;

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107617/319119.pdf?sequence=1&isAllowed=y>;  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193395>.

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tese premiada em 2018 (PPGH/UFRGS) | Esta tese veio ao encontro da pesquisa no que tange o estudo de povos imigrantes (neste caso forçados a deixar seu local na época da escravidão) e suas descendências, além do saber relacionado a agricultura que se relaciona ao tema de imigração desta pesquisa. |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Também foram também elencados alguns critérios de escolha para artigos e materiais sobre o tema cultura organizacional:

1. mercado brasileiro;
2. mercado mais próximo RS;
3. imigrantes no Brasil.

Esses materiais serão melhor apurados futuramente, no andamento da pesquisa, tanto em função da mudança de ótica do estudo, como também devido ao campo que será pesquisado na prática. Acredita-se que, com a evolução da pesquisa, seja mais assertivo selecionar os materiais que melhor vão conversar com as bases da tese.

Foram selecionadas três teses para inspirar e contextualizar a pesquisa, e apresentadas em projeto. Contudo, neste artigo, me detenho a apresentar a que mais se aproxima com o foco do saber do trabalho e do trabalhador, além disso, a que julgamos mais pertinente ao olhar que me proponho nesta pesquisa, isto é, as pessoas mais vulneráveis no mercado de trabalho (onde se incluem, imigrantes, gêneros diversos, mulheres mães, entre outros). As teses foram escolhidas não pela total similaridade aos temas propostos para este estudo, mas por estarem ‘caminhando ao lado’ da temática. São elas:

- **TESE 1** - DIVIDIR SILÊNCIOS E MULTIPLICAR LEMBRANÇAS: ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA INSTITUCIONAL E IDENTIDADES EM UMA UNIDADE UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA SUL-RIO-GRANDENSE - autora: Ana Lérica Pacheco Gutierrez. **Referência:** GUTIERREZ, Ana Lérica

Pacheco. Dividir silêncios e multiplicar lembranças [manuscrito]: estudo sobre as relações entre memória institucional e identidades em uma unidade universitária na área de ciências exatas de uma universidade pública sul rio-grandense / Ana Lérica Pacheco Gutierrez – 2022.

- **TESE 2** - PARENTESCOS, SOLIDARIEDADES E PRÁTICAS CULTURAIS: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DE UM CAMPESINATO NEGRO NO LITORAL NEGRO DO RIO GRANDE DO SUL (do século XIX ao tempo presente) - autora: Claudia Daiane Garcia Molet. **Referência:** MOLET, Claudia Daiane Garcia. PARENTESCOS, SOLIDARIEDADES E PRÁTICAS CULTURAIS: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DE UM CAMPESINATO NEGRO NO LITORAL NEGRO DO RIO GRANDE DO SUL (do século XIX ao tempo presente). Tese de Doutorado.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. Porto Alegre, 2018. Em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193395>. Acesso em 24/05/2024.
- **TESE 3** - “Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso”: representações, identidades e trajetórias de mulheres executivas no Brasil. - autora: Silvana Rodrigues de Andrade. **Referência:** ANDRADE, Silvana Rodrigues de. “Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso”: representações, identidades e trajetórias de mulheres executivas no Brasil / Silvana Rodrigues de Andrade. - 2012. 238 f.

A tese em questão seria a chamada TESE 3, neste texto. Andrade traz uma visão mais aproximada ao campo organizacional - empresarial. Embora a autora não apresente um capítulo específico com os objetivos, traz na introdução seu memorial, a problemática, as hipóteses, além de situar o leitor no "caminho" dos capítulos a seguir, bem como a apresentação do contexto da pesquisa. Em suma, seria uma forma interessante de apresentar e otimizar o texto, em se tratando do estilo de escrita, também fluida, como analisado na tese anterior. Destaco como um possível objetivo geral: refletir sobre as representações e as trajetórias de mulheres executivas, o que despertou o interesse em ler mais a fundo com o intuito de se inspirar na relação com os temas a serem estudados nesta pesquisa. Interessante

que, dentro de seu texto, Andrade traz alguns questionamentos que parecem se aproximar aos objetivos específicos, além de mostrar suas hipóteses para o estudo.

São elas:

“Diante deste contexto, além da análise da revista Vida Executiva/Mulher Executiva, também identifiquei como uma importante fonte de investigação, as entrevistas - baseadas na metodologia de História Oral - com mulheres que ocupam posições executivas” (p.16).

“[...] indagações mais específicas: Quais são as representações que circulam no Brasil sobre o “ideal” de uma mulher executiva? Como as imagens e os textos veiculados no periódico atuavam na construção desse “modelo”? Quais são os atributos associados à representação de uma mulher bem-sucedida? O que é considerado sucesso para esse grupo? O que é ser uma executiva no Brasil do século XXI? Quais são os valores e os comportamentos acionados na construção desse “novo” papel de mulher trabalhadora? Como e quando surge o desejo de ser uma executiva?” (p.19).

“[...] hipótese importante a ser considerada é que seu discurso não era direcionado para mulheres que já tinham conquistado posições executivas, mas sim para aspirantes, que viam na revista um importante aliada na busca de construção de um comportamento próprio para se inserir no campo [...]” (p.19).

“Considerarei também como hipótese a importância do acúmulo prévio de capital financeiro e social para uma melhor inserção no campo executivo, considerando que um nível maior de escolaridade no Brasil está associado ao acesso anterior a boas escolas particulares no período de ensino secundário, e que grande parte dessas trabalhadoras provavelmente é oriunda das camadas médias urbanas” (p.19).

Acredita-se que, neste estilo de texto apresentado pela autora, faz sentido a utilização de algumas hipóteses não especificadas como objetivos, porém, a delimitação de objetivos auxilia no processo de condução da pesquisa. Mesmo que, no caso da autora, tenha utilizado os métodos de coleta de dados, análise documental midiática e entrevistas, os objetivos organizam a pesquisa.

Também a TESE 3 foi curiosa por trabalhar com Memória, sendo uma tese da FGV que é uma instituição mais conhecida como técnica. A construção do texto é fluida, os capítulos contam e relacionam quase que uma história sobre o tema. O estilo de escrita torna o entendimento também assertivo e eficaz. A metodologia utilizada foi a mesma que utilizei em minha pesquisa de mestrado. Um ponto interessante, logo na introdução (p.14), é que a autora inicia o texto com parágrafo que dá sentido ao contexto do seu tema de estudo. Também traz uma explicação sobre o termo utilizado desde o resumo “teto de vidro”: Portanto, o “teto de vidro” não existe apenas para as mulheres nas empresas, mas também para outros grupos, como os negros, por

exemplo.” Esta contextualização traz similaridade ao tema que proponho em pesquisa, no que tange o campo ‘mercado de trabalho’ e por contextualizar a memória de uma comunidade não visibilizada no mercado. Em sua conclusão, a autora trouxe o fechamento das suas análises de mídia. Destaco alguns pontos que chamaram a atenção como, a percepção da autora sobre a visão da maternidade e possibilidade de ascensão profissional; a prática das mulheres estudadas (a partir de entrevistas), que precisa de um planejamento diferente do público masculino; análise sobre promoção (efetiva) de igualdade de gênero; universidades norte-americanas apoiando jovens com perfil de liderança para um plano de carreira. Também a reflexão da autora de como a pesquisa mostrou que a construção da identidade de uma “executiva de sucesso” permeia um perfil e um estilo de vida e *modus operandi* quase que padronizado, o que não acontece com o sexo oposto. Assim, fica o questionamento: quem moldou esse perfil inicialmente? Esta pergunta, também, surge na temática de pesquisa com os imigrantes, que também se mostram pouco valorizados no mercado.

Enfim, é possível refletir, a partir desse estudo da arte, ou como também chamo, ‘pesquisa da pesquisa’ que há muitos outros textos como artigos, documentos, além de estudos já em andamento por colegas do PPG que podem auxiliar ao longo do processo, além desses mais profundamente estudados. No decorrer da jornada do doutorado, acredita-se que ainda serão feitas outras buscas e análises para compor nosso campo de estudos.

### **Questão de Pesquisa e ou Hipótese**

O trabalho realizado com a integração de imigrantes na sociedade, tendo em vista o apoio prestado na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul, por meio da Universidade La Salle e administração pública municipal, é uma porta de acesso aos recém-chegados a diversas oportunidades civis. A preparação em relação à linguagem, conhecimento sobre carreira e mercado de trabalho, bem como a elaboração de currículo, pretende dar o suporte necessário para que essas pessoas possam dar o primeiro passo em relação ao seu restabelecimento num novo local para viver. Sabendo disso, vem o questionamento: os imigrantes estão se preparando

para acessar o ambiente organizacional e refazer suas vidas, como podem usar seus saberes e talentos para contribuir para as organizações, em que irão atuar?

De acordo com Leonardo Cavalcanti, coordenador científico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB), em entrevista para o site do Tribunal Superior do Trabalho (TST), uma das dificuldades para o acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho é o idioma. “Depois, as homologações dos estudos. Muitos desenvolvem uma função aquém da sua formação. Encontramos médicos na cozinha, engenheiros ajudantes de obras, médicos fazendo obra, atuando como cabeleireiros”. Cavalcanti ainda reforça que “são necessárias políticas e ações que possibilitem a integração dessas pessoas no mercado de trabalho”.

É possível, ainda, aferir que algumas perguntas surgem para o caminho desta pesquisa, tais como: qual era a relação que tinham com as empresas ou com o trabalho que desenvolviam no seu país de origem? Quais foram os saberes adquiridos? Quais saberes já trouxe do país de origem? Desta forma também podemos usar modelos de organizações locais que já possuem um processo de acolhida aos imigrantes para verificar pontos tais como tipos diferentes de acolhida, o imigrante que está empregado, os que não estão, entre outros pontos que poderão surgir ao decorrer da pesquisa. Com isso, entendemos que é possível construir a memória da acolhida das empresas, como parte do processo de reconhecimento dos imigrantes e identificar boas práticas de acolhida.

A pesquisadora Beatriz Kühl (2021) em seu texto para a coletânea de textos sobre patrimônio industrial, pontua “patrimônio” como forma de preservar a memória. Entendemos, assim, que escrever a memória empresarial, com intenção de estabelecer um patrimônio empresarial é importante para assegurar que os feitos, os aprendizados e produtos deixados para a sociedade por meio de uma organização, não sejam esquecidos. Citando Riegl, Kühl<sup>18</sup> pontua que:

“[...] monumentos devem ser entendidos como elementos de rememoração, artefatos-instrumentos da memória, feitos para celebrar fatos, datas, ritos,

---

<sup>18</sup> Em: <https://www.tst.jus.br/-/brasil-tem-mais-de-180-mil-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-formal>, acesso em 19/09/2023.

crenças, pessoas e são uma constante cultural, aparecendo nos mais diversos grupos humanos ao longo da história” (2021, p.16).

Neste sentido, entende-se que a autora relaciona o conceito de ‘monumento’ em seu texto ao conceito de patrimônio empresarial demonstrando que esse assegura a memória de determinada organização. Kühl, ainda traz como a explicação sobre todas as questões que envolvem o patrimônio industrial:

[...] estão associadas diversas questões como modos de organização da produção no espaço, transmissão dos saberes, condições de trabalho, manifestações culturais e também lutas e conquistas, como greves para reivindicar melhores condições de trabalho e de remuneração [...]” (2021, p.20).

A pesquisadora ainda traz uma conclusão que o patrimônio industrial, estando dentro de “ações estruturadas em torno dos bens culturais”, como ela cita, “podem contribuir para a melhoria da qualidade geral do ambiente e isso está associado à promoção de condições de vida mais dignas.” (2021, p.25). Desta forma, ficamos com patrimônio industrial e saberes do trabalho e do trabalhador. Nosso campo de pesquisa será as organizações que empregam os imigrantes atendidos pelo município de Canoas.

Sendo assim, fica o questionamento de que forma esses imigrantes podem contribuir, tendo em vista a sua identidade, cultura e saber personalizado, para um ambiente de trabalho noutro país? Será que as organizações só entendem essas pessoas como mão de obra, ou conseguem ver oportunidade de aprendizado e enriquecimento intercultural entre elas?

### **Problema de pesquisa**

Quais os saberes e talentos dos imigrantes atendidos pela prefeitura municipal de Canoas e como esses podem ser reconhecidos e aproveitados nas corporações onde eles estão trabalhando?

Neste contexto, entendemos que a hipótese acerca desse estudo é que as empresas, em sua maioria, não possuem programas específicos para receber os imigrantes. Desta forma, não há um reconhecimento apropriado desses talentos e

saberes. Julgamos necessário trabalhar e relatar a memória dos trabalhadores para promover esse reconhecimento e poder aproximar as culturas locais da cultura dessas pessoas e um melhor acolhimento a eles.

## **Objetivos**

Para dar segmento e nortear a pesquisa, foram elencados os seguintes objetivos gerais e específicos.

### **Objetivo Geral**

Analisar, a partir das memórias do grupo de imigrantes estudados, os talentos que possuem, a fim de gerar reconhecimento e demonstração da sua potencial contribuição para o mercado local.

### **Objetivos Específicos**

- Articular o campo da memória social na área de memória do trabalho, por meio dos saberes do trabalho e do trabalhador.
- Construir a memória profissional do público estudado para contribuir com as organizações onde eles estão trabalhando.
- Analisar a memória do acolhimento nas organizações à luz dos saberes do trabalho e do trabalhador.

Concluo que, esses objetivos ainda podem sofrer alguma alteração ao longo da jornada a fim de ajudar na construção de um objeto de pesquisa mais preciso.

## **Justificativa**

A cultura organizacional nos faz olhar de forma analítica para uma empresa e entender sua razão de ser e fazer. Todo o público envolvido com aquela organização está sobre o ‘guarda-chuva’ desta cultura. Por meio do “porque fazemos o que fazemos” se tem algumas pistas sobre o ambiente empresarial, tais como a memória

empresarial, que nos dá a direção do que a comunidade que envolve a organização opera de tal maneira e não de outra. Acreditamos que isso se deve ao histórico da razão de existir daquele negócio, que, por sua vez, é feito por pessoas. Neste aspecto, entende-se que os imigrantes que vão adentrar ao mercado de trabalho também construirão memória dentro da organização que estão sendo inseridos e, mais do que fazer parte, é necessário sentir-se parte daquele ambiente.

Sendo assim, também fica o questionamento de que forma esses imigrantes podem contribuir, tendo em vista a sua identidade, cultura e saber personalizado, para um ambiente de trabalho noutro país? Será que as organizações só entendem essas pessoas como mão de obra, ou conseguem ver oportunidade de aprendizado e enriquecimento intercultural entre elas? Então, se torna viável a pesquisa, para poder registrar a memória desses imigrantes e propor uma apresentação apropriada desse público para as organizações que os recebem e, caso não houver processo de acolhida, reconhecendo e os recebendo da forma que são, ser possível sugerir algum projeto de acolhida mais adequado aos trabalhadores.

### **Bases conceituais**

Para aprofundar mais sobre o tema, é interessante se debruçar nos conceitos de memória social como formador de cultura, para isso o embasamento em Halbwachs e outros pesquisadores que trabalham nesta linha como Gondar. Neste aspecto também temos o olhar ao público o qual seria interessante trabalhar com Maffesoli, autor que não é ainda familiar dentro do meu campo de pesquisa e pode auxiliar a tomar mais conhecimento sobre identidade cultural e tribos. Dentro do campo da cultura organizacional, buscarei um olhar das relações públicas, berço da minha formação intelectual e profissional, com Kunsh e Peruzzo, professoras e pesquisadoras neste tema de gestão de pessoas. Acreditamos que os autores a seguir apresentados, além dos que pretendemos trabalhar, também apontados nos tópicos adiante, darão sustentação à discussão teórica:

**Quadro 3 – Autores considerados para a pesquisa**

| <b>Tendo como base Halbwachs, trazemos para o estudo da Memória:</b>                                                                                                                                                            | <b>Para estudo técnico, organizações, talentos e mercado de trabalho:</b>                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pollak : apagamento e silenciamento de memória (tendo em vista estudo com imigrantes)</li> <li>- Candau: identidade</li> <li>- Pesquisadores mais atuais, Gondar e Tedesco.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Peruzo e Kunsh (org.) - cultura organizacional</li> <li>- Kunsh - relações públicas</li> </ul> |

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Acerca do trabalho com a memória de imigrantes, trazemos um pensamento de Pollak (1989), que faz muito sentido nesta relação. Nos diz que a “vivacidade das lembranças individuais” se tornam coletivas a partir da troca e da passagem, essas memórias de geração, para geração, de acordo com o autor “[...] essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.” (Pollak, 1989, p.3). Logo, entende-se a importância de validar, registrar e trazer para conhecimento público, as memórias (por meio dos saberes) desse público. Inclusive, considerando os desafios para inserção social deles, como discriminação e preconceito, dificuldade das mulheres mães solo para trabalhos e administrar a família e o cuidado com os filhos, entre outros. Sendo assim, trazendo à luz este grupo minimizando e/ou evitando o apagamento de suas memórias, cultura, origem e validando sua identidade.

À luz de Maurice Halbwachs, precursor dos estudos da memória social e coletiva, outros autores construíram suas reflexões como a autora Jô Gondar em seu texto Cinco Proposições Sobre Memória Social, publicado pela revista Morpheus, em 2016. Gondar apresentou essas cinco proposições, pois, de acordo com ela, a memória é um tema complexo e, como primeira proposição, afirma que a memória social é transdisciplinar, isto é, ela liga e consegue conversar com diversas áreas do saber como Sociologia, Antropologia e História. A autora, sinaliza que a memória “não é possível de ser explicada” (Gondar, 2016, p.19) isso devido a sua multiplicidade e movimento, pontuando que: “[...] ela é simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembranças e esquecimento.” (Gondar, 2016, p.19). Essa simultaneidade do tema é possível de ser relacionada à afirmação da pesquisadora

quando comenta que o conceito de memória social é polissêmico, isto é, possui mais de um significado. As demais proposições feitas por Gondar, são “o conceito de memória social é ético e político” (2016, p.23); “a memória implica o esquecimento” (2016, p.25) e, ainda, que “a memória não se reduz à identidade” (2016, p.31), pois identidade é um dos pontos constituintes da memória, e diz respeito aos indivíduos e como se veem, logo, numa anamnese, por exemplo, é sempre preciso ver todos os lados de uma narrativa, Gondar exemplifica com a comparação de vencedores e perdedores de uma guerra, cada parte tem uma experiência diferente e, assim, uma identidade, uma visão diferente do fato. Por esse motivo é que a memória não se reduz apenas à identidade. Enfim, outra proposição é que “a memória não se reduz à representação” (Gondar, 2016, p.35), a pesquisadora ainda relata, na sequência, que “Se pensamos que a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento.”, assim como a identidade a representação é uma fração do todo que constitui a memória, neste caso é sempre preciso analisar o todo para entender o contexto. Já Tedesco, em *Nas cercanias da memória*, diz que a identidade “se faz pouco a pouco, com base na experiência vivida, rememorada, retida, anteriormente” e reflete que esse fato é a chave para a integração social do indivíduo (Tedesco, 2014, p.104). Retornando aos apontamentos de Pollak (1989), destaca-se que:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (Pollak, 1989, p.12).

Entende-se, então, que o processo de rememorar sobre suas experiências, histórias e vivências, contribui para a construção deste meio social em que se vive. Tendo em vista estes conceitos, é importante considerar a identidade e construir a memória destes imigrantes no processo de recolocação no mercado de trabalho e vida social, de forma que não ocorra o processo de apagamento. Alguns autores, ainda precisaremos nos debruçar devido a mudança do olhar da pesquisa (das organizações para o público) a partir de maio de 2024, isto é, necessário também aproximar dos autores que darão um entendimento melhor sobre o processo de

imigração, bem como autores que nortearão o conteúdo de saberes e memória dos trabalhadores e do trabalho.

## **Metodologia da Pesquisa**

Para dar continuidade à pesquisa, pretende-se entender sobre os imigrantes, a partir do conhecimento de suas histórias de vida, de suas habilidades e conhecimentos prévios. Este estudo se dará por meio de pesquisa de cunho qualitativo, aplicada, exploratória, documental, produzida por meio de entrevistas, que usa da investigação de conteúdo para a análise dos dados. Os meios de coleta também poderão ser a aplicação de questionário para algumas empresas selecionadas e interessadas em participar do projeto, visitas a algumas dessas organizações para entender de forma mais aprofundada os processos e cultura da empresa. A partir dessas coletas de dados será possível ter uma visão de como as organizações estão preparadas para receber estas populações. Duarte (2008), propõe um método de construção do chamado “roteiro semi-estruturado para a entrevista”, um questionário semi-aberto, ou seja, a partir de uma base de perguntas, previamente pensadas de acordo com o interesse da pesquisa, é possível ir aprofundando cada item a medida das respostas dadas pelo entrevistado. Desta forma, este estilo de ferramenta de pesquisa, a qual utilizo desde o trabalho de conclusão de faculdade e no mestrado, ou seja, já é familiar ao meu estilo de coleta, portanto adequada para acolher por meio de uma conversa, individual ou roda de conversa, as memórias do público pesquisado. Também, da mesma época da faculdade trago um estilo de pesquisa que faz sentido até hoje, que é chamada por Bonin (2008) como pesquisa exploratória que consiste em observar o, denominado pela professora e pesquisadora, “concreto empírico”, ou seja, o objeto de observação da pesquisa, assim permitindo relacionar e/ou debater este objeto com o problema de pesquisa ou, neste caso, os questionamentos iniciais que conduzem nosso estudo. Bonin explica: “Os procedimentos de pesquisa exploratória podem ser diversos, desde o recurso a dados secundários até a observação direta de fenômenos empíricos concernentes à problemática investigada.” (p.125). Além disso, considera que este método contribui para a chamada “construção investigativa”:

Suscitam o aprofundamento de dimensões teóricas que se revelam importantes na configuração do concreto. A pesquisa exploratória oportuniza experimentar, vivenciar e testar métodos e procedimentos para compor e construir arranjos metodológicos sensíveis às demandas da problemática e das lógicas dos objetos empíricos. Auxilia na construção das amostras e, ou corpus a serem focalizados na investigação sistemática (p.125).

Com essa base inicial, é possível seguir para demais autores em metodologia que auxiliam no estilo de coleta de dados buscado neste atual estudo. Para construção deste texto prévio, foram realizadas pesquisas bibliográficas que compuseram o estado da arte ou aqui denominado, contexto. Além disso, também foi realizado estudo teórico para composição das bases de saberes em memória e pesquisa sobre imigração e mercado de trabalho.

### **Considerações finais**

Tendo em vista que, por vezes, imigrar não é escolha, entende-se que acolher adequadamente o/a imigrante é fundamental. O trabalho junto a universidade traz uma importância e destaque ao alerta social que é acolher este público. Muito é feito pela Universidade La Salle, via Pastoral Universitária, como mutirões de assistência e eventos de aproximação. Entendo que o resultado desta pesquisa gere materiais que ajudem na melhoria e possível mudança social local (Canoas) ou, até mesmo, inspire outros lugares além da região.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Antonio; Duarte, Jorge (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. Ed. – 2. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

BAUER, Martin W.; Gaskell, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. – 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 37, p. 121-127, 2008.

BORGES, Maria de Lourdes; Telles, Tamára Cecilia Karawejczyk (org.). **Memória e gestão cultural: aspectos conceituais, competências e casos práticos**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2017.

BERND, Zilá; KAYSER, Patrícia (orgs.). **Dicionário de expressões da Memória social e dos Bens culturais e da Cibercultura**. 2. ed. Revista e aumentada. Canoas: editora UnilaSalle, 2017.

BERND, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (org.). **Memória social: revisitando autores e conceitos**. Canoas - RS: Ed. Unilasalle, 2018.

CARVALHO, Cíntia; HAUBRICH, Gislene Feiten. **Da Identidade à Reputação: Um Estudo sobre a Marca Coca-Cola**. Trabalho apresentado no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS. 2 a 6 de setembro de 2010.

GEIGER, Amir... [et al.]; Dodebei, Vera; Farias, Francisco R. de Gondar, Jô (Org.). Por que memória social? 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. 379 p.: il.; 23 cm. — **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial**; v. 9, n. 15. p. 19-40.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2 ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1990.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

KÜHL, Beatriz Mugayar; in Meneguello, Cristina; Romero, Eduardo; Oksman, Silvio (org.). **Patrimônio industrial na atualidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, v.4., 2021, 254 p.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. CPDOC/FGV, vol. 2, n.3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 18/09/2023.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória:** temporalidade, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2014.

## **A escola como instituição organizadora de memórias e os imperativos da memória organizacional**

*Luzia Crepaldi  
Maria de Lourdes Borges*

### **A Escola de educação básica de Meleiro**

A Escola de Educação Básica de Meleiro é um espaço de memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 1990), pois é neste espaço que os grupos se encontram, se formam, e depois se vão deixando suas impressões e suas vivências e as levando consigo também.

A escola é uma instituição pública mantida pelo governo do estado de Santa Catarina localizada na cidade de Meleiro. Sua estrutura organizacional e institucional passou por diversas modificações na sua estrutura física e institucional. Criada no ano de 1920 onde as aulas eram ministradas dentro da igreja católica permanecendo ali por alguns anos, já em 1925 uma sala de madeira foi construída para atividades específicas da educação, no centro da então vila de Meleiro.

No ano de 1931 a escola passa a existir de forma institucional sob o decreto nº 2142 de 16/02/1931. A vila de Meleiro foi crescendo e a quantidade de crianças em idade escolar cresciam de forma que a comunidade e lideranças locais se unem para a construção de uma nova escola com mais salas de aula. Foram construídas três salas de aula em alvenaria que continuam sendo utilizadas até os dias de hoje. E foi neste espaço que através dos estudos do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais sentiu-se a necessidade de criar este espaço onde serve de repositório e estudos para a escola e outras instituições. É considerado um estudo pioneiro para o contexto escolar da região de Meleiro, por oportunizar a busca de informações sobre um determinado problema, com vistas a torná-lo mais visível.

Para complementar as estratégias orientadas pelos métodos de pesquisa pode-se utilizar a análise documental, que consiste na análise de documentos relacionados ao fenômeno investigativo (Minayo, 2001). Para esta pesquisa foram utilizados dados primários, como entrevistas semiestruturadas e, também, dados

secundários, como relatórios, projetos, imagens e documentos que contêm informações da escola desde sua fundação.

O presente trabalho aborda as memórias da EEB de Meleiro por meio de uma exposição permanente dos artefatos, objetos, documentos e fotografias da trajetória da escola.

O objetivo deste artigo é apresentar o processo de construção do produto técnico realizado no Memorial da EEB de Meleiro “Minha Escola tem Memória”.

O estudo resultou dos aprendizados no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade Unilasalle, Canoas. 2023.

A seguir o referencial teórico é apresentado.

## **Referencial Teórico**

O referencial teórico que embasou o desenvolvimento do memorial centrou-se em memória social e memória organizacional.

A memória social, de acordo com Halbwachs (1990), é adquirida em sociedade; sendo assim, é por meio dela que as pessoas se recordam, relatam e identificam suas memórias. Para Halbwachs (1990), a memória social é construída coletivamente, não sendo entendida como um fenômeno individual ou solitário.

Os costumes e rotinas diárias ganham significado através dos momentos vividos ao longo da vida, que são armazenados na memória. Segundo Graebin (2013, p.4), “é a memória que nos permite estabelecer relação entre as vivências presentes e as anteriores, religar dois instantes um ao outro”; por isso, a relação que cada um tem com os diferentes grupos sociais vai enriquecendo a memória coletiva.

A memória social é sempre coletiva (HALBWACHS, 1990) além disso, também se dá nas esferas de uma organização quando os grupos interagem. Isso ocorre porque, segundo Halbwachs (1990, p.26), nunca estamos sós, estamos sempre acompanhados pelas nossas lembranças, são companhias onde quer que estejamos. Schmidt e Mahfoud (1993) entendem que, quando as pessoas lembram, elas sempre se referem a grupos do qual elas fizeram parte no passado, visto que a construção da memória ocorre por meio dele.

A memória organizacional por sua vez, pode fornecer uma ordenação e melhoria do entendimento das informações e das lições assimiladas na execução das

funções da ordem e das informações guardadas, seja na memória individual ou coletiva da equipe. De acordo com Miranda (2008, p. 23): o conhecimento, como ativo principal de uma organização, deve ser motivo de preocupação, razão pela qual deve existir uma facilidade de armazenamento do conhecimento organizacional consensual e integrado.

Segundo Tavares e Castilho Jr. (2018), o acervo de conhecimentos e de informações constituem elementos importantes para a memória organizacional, pois embasam e suportam suas atividades e seus processos decisórios.

Para Walsh e Ungson (1991), a existência de uma organização não está ligada a características distintas, mas é fundamental destacar que a criação de informações se dá durante o processo de solução de problemas e na tomada de decisões. Para que uma instituição possa tomar decisões assertivas, é necessário que ela tenha uma memória organizacional forte, construída a partir da história que é transmitida de pessoa para pessoa, contendo elementos que formam os conceitos da MO que são os elementos e as estruturas de retenção da informação e sua recuperação.

Para Walsh e Ungson (1991), esse conceito implica em três imperativos para consideração da MO:

- 1) aquisição da informação: conhecer os processos nos quais a informação é adquirida, armazenada e recuperada;
- 2) retenção da informação: especificar completamente a estrutura de retenção, ou seja, o local da memória organizacional;
- 3) recuperação da informação: avaliar quais são as vias que fazem uso da memória e que impactam nos resultados de desempenho da organização, para, posteriormente, recuperá-la.

A seguir a metodologia utilizada é apresentada.

## **Metodologia**

Esta pesquisa é classificada como um estudo qualitativo. Justifica-se a escolha desse método com base na análise qualitativa, fundamentada nos estudos de Minayo (2001). Os métodos qualitativos são apropriados para gêneros de pesquisas que estão sujeitos ao seu ambiente natural e passíveis de verificação de dados. Como

afirma Denzin e Lincoln (1994, p.4), “a palavra qualitativo implica em uma ênfase nos processos e significados que não são rigorosamente examinados ou mensurados em termos de quantidade, montante, intensidade ou frequência”. Dessa forma, a questão de pesquisa e os objetivos sugeridos são mais adequados utilizando-se desse método.

Pode-se, também, relacionar os meios orientadores desta pesquisa como um estudo pioneiro para o contexto escolar da região de Meleiro, por oportunizar uma busca de informações sobre um determinado problema, com vistas a torná-lo mais visível.

Para complementar as estratégias orientadas pelos métodos de pesquisa, pode-se utilizar a análise documental (dados secundários), que consiste na análise de documentos relacionados ao fenômeno investigado (Minayo, 2001). Para esta pesquisa, serão utilizados dados primários, como entrevistas semiestruturadas (Quadro 1) e, também, dados secundários, como relatórios, projetos, imagens, enfim, documentos que contêm informações da escola desde sua fundação.

A seguir, são apresentadas as potenciais entrevistadas para a pesquisa. Em geral, as entrevistadas são professoras aposentadas e professoras que estão em atividades, que trabalharam nos primeiros anos da escola, e outras que ainda estão em atividade. A seleção das entrevistadas foi realizada seguindo os seguintes critérios: ter experiência como professora ou funcionária da EEB de Meleiro e aquelas que foram professoras há mais tempo na escola, bem como a acessibilidade desta pesquisadora. Chama a atenção que não havia nenhum professor que se adequasse aos critérios.

Cada entrevistada aceitou participar da pesquisa concordando formalmente por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), inclusive com a concordância na divulgação dos seus nomes neste relatório e em pesquisas derivadas.

A seguir é apresentada as características dos entrevistados:

**Quadro 1 - Características dos entrevistados**

| Ligação com a escola       | Quanto tempo ficou na escola | Observações  |
|----------------------------|------------------------------|--------------|
| Ex-Professor 1             | 15 anos (diretora)           | Aposentada   |
| Ex-Professor 2             | 28 anos (Professora)         | Aposentada   |
| Ex-professora/secretária 3 | 25 anos (Secretária))        | Aposentada   |
| Ex-professora 4            | 14 anos (professora)         | Aposentado   |
| Professor 1                | 15 anos (professora)         | Em atividade |
| Professor 2                | 11 anos (Professora)         | Em atividade |
| Professor 3                | 10 anos(professora)          | Em atividade |
| Aluna 1                    | 11 anos (estudante)          | Em atividade |

Fonte: As autoras, 2023.

Para a análise dos dados, a abordagem da análise do conteúdo foi utilizada, a qual é entendida como um conjunto de técnicas que se fundamenta na comunicação como ponto de origem (Bardin, 2011). Nessa análise, é realizada uma interpretação de diferentes excertos das entrevistas, bem como de observações não participantes, interpretadas a partir de abordagens teóricas constantes no referencial teórico desta pesquisa. Para isso, a análise de conteúdo seguiu algumas etapas, como pré-análise, análise do material e categorização, as quais são explicadas no quadro 2.

**Quadro 2 – Etapas da análise de conteúdo**

| Etapa |                    | Características                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Para esta pesquisa                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1     | <b>Pré-análise</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, indicando o plano de análise.</li><li>- É o primeiro contato com os documentos. O pesquisador explora os textos a partir de impressões iniciais.</li><li>- Procede-se à escolha dos documentos a serem submetidos à análise, que fundamentam a interpretação final.</li></ul> | A partir de todas as entrevistas transcritas e revisadas pelas entrevistadas, procedeu-se à organização dos dados, agrupando entrevistas às transcrições por função, época em que os entrevistados tiveram envolvimento com a escola, além dos outros dados como observações e documentos. |

|   |                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 | <b>Análise do material</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- É uma fase longa e trabalhosa, que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise.</li> <li>- É a organização e a escolha das categorias de análise que envolvem as regras de classificação.</li> <li>- A transformação dos dados brutos se dá por recorte, agregação e enumeração, permitindo atingir uma representação do conteúdo, que pode servir de índice.</li> </ul> | Nesta fase, procedeu-se inicialmente à leitura flutuante das transcrições, seguida pela identificação dos excertos das entrevistas e dos documentos em categorias. Para esta pesquisa, as categorias foram eleitas à priori, ou seja, seguiram as fases da abordagem teórica sobre memória organizacional. |
| 3 | <b>Categorização</b>        | - As categorias são um conjunto de classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das semelhanças entre os elementos.                                                                                                                                                                                                                                                       | Nesta fase, foram identificadas e segregadas as partes dos excertos e dos documentos em termos das seguintes categorias:<br>-acervo de conhecimentos;<br>-aquisição de informações;<br>-retenção de informações;<br>- recuperação de informações.                                                          |
| 4 | <b>Tratamento dos dados</b> | - Tem por meta tratar os resultados brutos de maneira a torná-los dados válidos e significativos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Depois de estruturadas as categorias e as evidências empíricas, procedeu-se à interpretação dos dados, cotejando-as com elementos teóricos, a fim de dar conta dos objetivos desta pesquisa.                                                                                                               |

Fonte: Adaptado de Bardin, 2011.

## **Apresentação e análise dos dados**

Ao investigar os artefatos e documentos, evidenciou-se inicialmente que a escola não dispunha de local adequado para a guarda dos documentos e artefatos antigos, onde se pudesse realizar alguma pesquisa, os quais estavam guardados em diversos locais da escola em meio a umidade, sujeiras, poeira, insetos etc.

Durante o curso do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, com o propósito de organização e curadoria de um memorial da Escola, procedeu-se a diversas ações sistematizadas com o propósito de criação do Memorial Minha Escola Tem Memória, como produto final técnico do Mestrado em questão, o qual era requisito para a aprovação. Durante o desenvolvimento do

memorial, os professores, alunos, ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários colaboram com os estudos trazendo mais informações e artefatos para expor no memorial.

A Escola de Educação Básica de Meleiro, segundo estudos em documentos arquivados, passou por uma série de mudanças em sua nomenclatura, conforme apresentado no Quadro 3.

**Quadro 3 – Cronologia da EEB de Meleiro**

| <b>Data</b> | <b>Escola</b>                                                                                                                   | <b>Decreto/Lei</b>                                                    | <b>Professoras</b>                                                                                                                                     |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1920        | A primeira escola funcionava na igreja católica da comunidade Construída em madeira. Mantida pela prefeitura.                   |                                                                       | 1ª professora: Maria Inês Nápole.                                                                                                                      |
| 1925        | A segunda escola foi construída em madeira pelos moradores, especificamente para atividades escolares. Mantida pela prefeitura. | Escola Pública de Meleiro.                                            | 2ª professora: Leobertina Fernandes Souza.                                                                                                             |
| 1931        | Inauguração da escola.                                                                                                          | Portaria/decreto nº 2142 de 16/02/1931.                               |                                                                                                                                                        |
| 1942        | Construída a terceira escola, em alvenaria, com 3 salas de aula.                                                                | Denominada E.E.R.R Escolas Reunidas Professora Virgínia Borges Coral. | A primeira professora da Rede Estadual foi Virgínia Borges Coral e, depois, Tereza Manfredini Acordi.                                                  |
| 1950        | Criação da escola na esfera estadual, instituindo o Ensino Fundamental Anos Iniciais.                                           | Decreto nº 809 de 17/09/1950 Diário Oficial de 05/10/1950.            | A denominação da escola passa a ser: "Professora Virgínia Borges Coral".                                                                               |
| 1953        | Grupo Escolar Sérgio Lopes Falcão.                                                                                              | 1º/05/1953.                                                           |                                                                                                                                                        |
| 1960        | Criação do Curso Normal Papa João XXIII.                                                                                        | Decreto nº 1.066 de 01/06/1960.                                       | Foi criado, na vila de Meleiro, município de Turvo, um Curso Normal Regional, com a denominação de Papa João XXIII. Decreto nº 2573.282 de 21/10/1946. |
| 1965        | Mudança na nomenclatura: passou a ser Ginásio Normal.                                                                           | Decreto nº 3.282 de 14/10/1965.                                       | Ato de autorização para funcionamento do Ginásio Normal.                                                                                               |
| 1966        | Reforma geral e ampliação                                                                                                       | Construção de duas novas                                              |                                                                                                                                                        |

|      |                                                                                                                                                                                                |                                                                                                     |  |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
|      | de salas de aula.                                                                                                                                                                              | salas de aula.                                                                                      |  |
| 1970 | Ampliação de salas de aula.                                                                                                                                                                    | A escola foi ampliada com mais duas novas salas de aula.                                            |  |
| 1971 | Mudança na nomenclatura para Escola Básica Sérgio Lopes Falcão.                                                                                                                                | Decreto SE 10.457, de 17/02/1971.                                                                   |  |
| 1974 | Reforma geral e ampliação.                                                                                                                                                                     | Foram construídas a ala administrativa, biblioteca, pátio coberto e três novas salas de aula.       |  |
| 1982 | Portaria E/100/83, em 28/03/83.                                                                                                                                                                | As atividades do Pré-Escolar se deram início em 11/03/1982, um ano antes de sair o decreto oficial. |  |
| 1983 | Criação legal do Pré-Escolar.                                                                                                                                                                  | Decreto nº 2.288 de 26/04/1983.                                                                     |  |
| 1983 | Ampliação.                                                                                                                                                                                     | Construção de mais três novas salas de aula e sala para o Pré- Escolar.                             |  |
| 1986 | Autorização para o funcionamento do ensino de 2º grau na Escola Básica Sérgio Lopes Falcão, no município de Meleiro, nos termos da Lei nº 7.044 de 1982, sem ensejar habilitação profissional. | Portaria E/236 de 09/04/86 - Artigo Iº. Parecer 210/86 em 17/03/86.                                 |  |
| 1986 | Mudança na nomenclatura com a denominação de: Colégio Estadual de Meleiro.                                                                                                                     | Portaria E/236 de 09/04/86, Artigo IIº.                                                             |  |
| 1986 | Ampliação.                                                                                                                                                                                     | Construção de mais três novas salas de aula.                                                        |  |
| 1989 | Foi criada a sala de Recursos Multifuncionais.                                                                                                                                                 | Portaria 03/03/1989.                                                                                |  |
| 1989 | Ampliação.                                                                                                                                                                                     | Construção de duas novas salas de aula e um bicicletário.                                           |  |
| 1995 | Ampliação.                                                                                                                                                                                     | Construção da cantina da escola com recursos da APP.                                                |  |

|      |                                                                                                                        |                                                                                                                                                                |                                                                      |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| 2000 | Mudança na nomenclatura para: Escola de Educação Básica de Meleiro.                                                    | Portaria P/0017 SED de 28/03/2000.<br>Parecer nº 1.099 de 30/06/2000.                                                                                          |                                                                      |
| 2001 | Ampliação.                                                                                                             | Foi construída uma sala para Orientação Educacional, Varandas, sala para os professores e passarelas interligando o bloco administrativo com as salas de aula. |                                                                      |
| 2005 | Ampliação da estrutura física.                                                                                         | Construção de um ginásio de esporte, auditório, refeitório, três salas de aula, três salas para laboratórios.                                                  |                                                                      |
| 2005 | Reforma geral da escola.                                                                                               | Aumento da biblioteca de 48 para 96 metros quadrados.                                                                                                          |                                                                      |
| 2011 | Ampliação.                                                                                                             | Foi construído um bicicletário coberto.                                                                                                                        |                                                                      |
| 2013 | Ampliação.                                                                                                             | Foi construído um banheiro com acessibilidade.                                                                                                                 |                                                                      |
| 2016 | Criação do AEE.                                                                                                        | Resolução CEE/SC nº 100 de 13/12/ 2016.                                                                                                                        |                                                                      |
| 2016 | Criação de Ensino Médio Inovador.                                                                                      | Portaria nº 971 de 09/10/2009.                                                                                                                                 | O Ensino Médio Inovador começou no ano de 2016 com a primeira turma. |
| 2022 | Institui o novo programa de apoio ao Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a participação. | Portaria nº 649, de 10/07/2018.                                                                                                                                | Na escola deu-se início ao Novo ensino Médio em 2022.                |

Fonte: Dados organizados pela autora, 2023.

A seguir, apresenta-se o quadro de diretores da escola a partir da inclusão na esfera estadual, com datas, períodos e como foram indicados.

**Quadro 4 – Diretores da Escola**

| Nome                               | Período     | Tempo   | Função                                             | Indicação/<br>Eleição |
|------------------------------------|-------------|---------|----------------------------------------------------|-----------------------|
| Adi Emilia Acordi.                 | 1965 - 1973 | 8 anos  | 1ª diretora                                        | Indicação             |
| Maria Terezinha Cardiga Pelegrini. | 1973 -1988  | 15 anos | 2ª diretora                                        | Indicação             |
| Fanir Alexandre Ronchi.            | 1988        | 1 ano   | Foi diretora adjunta e 1ª diretora do Ensino Médio | Indicação             |
| Maria Arlete da Rocha Piazza.      | 1989 - 1990 | 2 anos  | 3ª diretora                                        | Indicação             |
| Rosângela Maria Piazza Meller.     | 1991 – 1992 | 2 anos  | 4ª diretora                                        | Eleição               |
| Ruth de Farias Coral.              | 1993 – 1994 | 2 anos  | 5ª diretora                                        | Indicação             |
| Rosângela Maria Piazza Meller.     | 1995 – 1998 | 4 anos  | 6ª diretora                                        | Indicação             |
| Pedro Paulo Mezzari.               | 1999 – 2000 | 2 anos  | 7º diretor                                         | Indicação             |
| Alaíde Terezinha Preis Gabriel.    | 2001 – 2002 | 2 anos  | 8ª diretora                                        | Indicação             |
| Rosane Zanette Trevisol.           | 2003        | 1 ano   | 9ª diretora                                        | Indicação             |
| Goreti Felisberto Dordete.         | 2004 – 2005 | 2 anos  | 10ª diretora                                       | Indicação             |
| Gisele Olivo Fermo.                | 2006 – 2008 | 3 anos  | 11ª diretora                                       | Indicação             |
| Maria Bernardete Piazza Maccarini. | 2009 – 2015 | 7 anos  | 12ª diretora                                       | Indicação             |
| Rosemeri Ostetto.                  | 2016 – 2018 | 2 anos  | 13ª diretora                                       | Eleição               |
| Luzia Crepaldi.                    | 2018 – 2023 | 5 anos  | 14ª diretora                                       | Eleição               |

Fonte: Dados organizados pela autora, 2023.

A Escola de Educação Básica de Meleiro passou por diversas modificações, tanto na estrutura física como na estrutura educacional. A cada ano, vem desenvolvendo educação de qualidade pautada nas diretrizes do Estado de Santa Catarina, nas leis educacionais e na Base Comum Curricular. Atualmente, a escola atende a mais de 300 estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, nos períodos matutino, vespertino e noturno. A seguir, apresentamos dados dos alunos e de suas famílias no ano de 2022.

O quadro 5 apresenta a análise dos dados a partir dos imperativos da memória

organizacional.

**Quadro 5 – Análise da relação entre conceito dos imperativos da memória organizacional e aplicação no contexto escolar**

| <b>Imperativo da MO</b> | <b>Conceito</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <b>Aplicação no Contexto Escolar</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aquisição               | Refere-se à aquisição de conhecimento, em que novos significados das informações são absorvidos e incorporados pela memória organizacional, o que envolve a identificação das fontes mais expressivas e a seleção dos registros mais significativos.                                                                                                           | Segundo os autores Walsh e Ungson (1991), para que uma organização, no caso em tela, a escola, obtenha informações e realize tomadas de decisão adequadas, é necessário que a escola seja estruturada, capaz de oferecer informações para as tomadas de decisões e atitudes assertivas para o processo de ensino e aprendizagens. Para que isso aconteça, será necessário que a instituição educacional tenha, em seu acervo, dados capazes de dar suporte à pesquisa e ao aprendizado. É comum recorrer aos relatos das pessoas mais velhas e experientes que já passaram pela escola e deixaram seu legado a fim de preencher as lacunas falhas. |
| Retenção                | O processo de armazenar e manter as informações adquiridas refere-se à retenção dos processos da mente organizacional ao longo do tempo. Isso envolve o processo de organização, classificação e catalogação das informações obtidas de forma disponível e duradoura.                                                                                          | Para a adoção de decisões assertivas, é fundamental que a instituição tenha uma memória organizacional forte (WALSH; UNGSON, 1991) construída a partir da história que é transmitida de pessoa para pessoa. Abrangendo elementos, documentos de experimentos, de atividades de alunos e professores, pesquisas, projetos bem como avaliações de desempenho que formam os conceitos da MO que são os elementos e as estruturas de retenção da informação e sua recuperação. Isso permite que a escola guarde o conhecimento adquirido ao longo dos anos e possa consultá-lo quando necessário.                                                      |
| Recuperação             | A habilidade de acessar e recuperar as informações armazenadas na memória organizacional refere-se à recuperação dessas informações na busca quando necessário. Para que uma informação seja eficaz e eficiente, é necessário que a instituição tenha um método eficiente de busca que seja veloz e relevante a ponto de serem buscadas sempre que necessário. | A busca mais específica pode ser facilitada através do desenvolvimento de um método de busca rápida. É possível recuperar a memória organizacional utilizando informações presentes nos bancos de dados digitais, catálogos, materiais didáticos e arquivos organizados por tópicos. Com isso, os professores, administradores e equipes pedagógicas encontram as informações e referências necessárias para planejar seus projetos e suas aulas a fim de promover uma educação de qualidade baseados nos acontecimentos pretéritos e nos arquivos guardados.                                                                                      |

Fonte: Desenvolvido pelas autoras, 2023.

Para Walsh e Ungson (1991), a MO assume três papéis importantes na organização: o papel informacional, o papel de controle e o papel político. Conhecendo esses papéis desempenhados pelos indivíduos enquanto gestores e tomadores de decisão nas organizações, os autores postularam proposições de como acontece o uso inapropriado e o abuso da MO na vida organizacional (Telles, 2013, p. 38).

A investigação por informações e saberes guardados no memorial e nas pessoas é essencial para a transmissão de lembranças individuais ou coletivas. Desse modo, as lembranças anteriores da escola se tornam indispensáveis para a construção do conhecimento e para futuras ações (Walsh; Ungson, 1991).

O sistema de guarda de documentos e informações da escola, na época em que a Entrevistada 3 exerceu suas funções de secretária da escola, era feito em pastas individuais guardadas nos armários da secretaria. Quando precisava de alguma informação ou documentos, era ali nas pastas que se encontrava, mas tudo só era permitido pela diretora. Era ela quem cuidava e armazenava os documentos. Outras informações eram obtidas com os órgãos superiores e que se buscava em outras cidades maiores. Muitas coisas eram resolvidas através do correio.

Bem, no início não tinha telefone. As informações vinham pelo correio. Os documentos da escola como notas, orientações, as decisões tomadas, atas, eram guardadas na secretária, ali na secretaria que tinha a guarda de documentos em pastas, tudo era guardado ali. Havia também a despensa, onde eram armazenados os alimentos para a merenda escolar. Quando precisava de alguma informação, eu buscava com a diretora, era ela a responsável por tudo na escola. Nada saía dali sem a permissão dela. Muitas vezes, a gente ia a Criciúma, que era a nossa regional, a gente se deslocava para lá quando precisava de qualquer coisa. No início, eu ia de ônibus, depois eu ia de carro, pois eu já tinha um carro (Entrevistada 3, 2023).

A quantidade de arquivos gerados na sociedade atual é elevada, o que inviabiliza o armazenamento físico de todos eles, surgindo novas formas de conservação (Assmann, 2011 p. 5). A autora salienta que o arquivo pode ser considerado como o depósito do passado, assim como objetos em uma mostra. Esses registros, mesmo que não tenham uma intenção explícita, representam a sua época.

Levando em consideração os preceitos e conhecimentos da memória organizacional, social e outros conhecimentos adquiridos no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, depois de um ano de trabalho, em

18 de novembro de 2023 o Memorial Minha Escola tem Memória foi inaugurado. A figura 1 apresenta as imagens do dia da inauguração.

**Conjunto de figuras 1 - Imagens do Memorial Minha Escola tem Memória**

Placa do memorial



Interior do memorial



Sala do memorial



Interior do memorial



Interior do memorial



Sala temática do memorial no dia da inauguração.



Sala temática do memorial no dia da inauguração.



Professores e ex-alunos no dia da inauguração.



Fonte: Acervo fotográfico de Luzia Crepaldi, 2024.

Ao final do processo de organização do memorial, os artefatos foram recuperados e alocados num espaço específico e seguro para sua conservação, os quais foram organizados a fim de permitir a visitação e estudos. Os resultados das análises realizadas serviram de embasamento para a reestruturação do memorial como exposição permanente.

Nesse espaço, estão expostos, de maneira a fazer sentido para a memória organizacional, objetos da pesquisa que buscam promover visibilidade e se tornar um ambiente de estudos, de vivências e rememorações e da memória coletiva da instituição de ensino, a fim de que ele se torne um lugar de participação, colaboração, estudos e pesquisa pelos atuais e futuros estudantes, professores e comunidade de Meleiro.

### **Considerações finais**

Os resultados das análises indicaram que o Memorial “Minha Escola Tem Memória” é um espaço de aprendizagens, de convívio de pessoas, lugar de memórias individuais, coletivas e sociais.

Para que os objetivos deste estudo se consolidassem foi necessário um estudo e revitalização de móveis e organização de um espaço físico próprio para o memorial.

Por meio da repercussão positiva do Memorial na comunidade interna e externa, a temática da memória escolar emergiu como uma evidência de que a escola pode servir como uma instituição organizadora de memórias.

A investigação dos elementos e a organização sistemática do memorial como produto final oferecem à escola subsídios para a pesquisa e estudos de alunos e professores que podem utilizar o local como espaço de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Vera. **Aprendendo a aprender: Atividades e experiências**. Curitiba: Editora Positivo, ano 9, n. 2, maio 2008.

SCHMIDT, Maria Luiza Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, 4(1/2), p. 285-298, 1993. Disponível em: [pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a13v4n12.pdf](https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a13v4n12.pdf). Acesso em: 9 de maio de 2023.

TAVARES, Jessica; DE CASTILHO JUNIOR, Newton. Memória organizacional em apoio às decisões em uma empresa do setor tecnológico. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, p. 50–59, 20 jun. 2018.

WALSH, James. P.; UNGSON, Gerardo Rivera. Organizational memory. **The Academy of Management Review**, v.16, n.1, p.57-91, 1991.

## **Herbário do Irmão Alberto Knob: um espaço de memória**

*Éverton Fabiano Tartas*

*Moisés Waismann*

### **Apresentação**

Um herbário é um arquivo de botânica que guarda um acervo de espécies de plantas. Que é necessário para que se possa estudar e pesquisar a taxonomia das plantas para produção de memória ambiental, como um indicador de saúde do meio ambiente e para a produção de remédios e medicamentos entre outros. O Herbário do Irmão Lassalista Alberto Knob tem em torno de 3.100 espécies catalogadas, encontra-se localizado na Universidade La Salle, no município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil.

Este capítulo tem como objetivo articular o campo da memória social, a gestão de bens culturais por meio deste herbário. Para isso assume-se que o herbário é um bem cultural equipamento que transcende sua função científica e assume um papel educativo e inclusivo (Soto, 2014), desta forma é necessário integrar a gestão cultural com práticas sociais e educacionais, no sentido de preservar e dinamizar o uso do equipamento (Santos e Davel, 2018), assim incorporar herbário como parte do patrimônio cultural, além sua preservação e valorização auxilia a discutir as políticas e práticas de gestão para a sua execução (Botrel, Araújo e Pereira, 2011).

Para dar conta do proposto recorreu-se a uma pesquisa de cunho qualitativo, aplicada, documental e bibliográfica (Prodanov, 2012). Os dados da pesquisa são os registros do acervo e o livro “Vidas Lassalistas” (Nery, 2022), que serão tratados elementos da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Espera-se com este estudo valorizar o acervo do herbário como um espaço de memória, pesquisa, estudo e referência para o desenvolvimento ambiental.

### **Considerações teóricas conceituais**

O estudo assume que o “Herbário do Ir. Alberto Knob” é um espaço de memória que permite uma articulação entre a botânica, a memória social e a gestão dos bens

culturais. Para compreender essa ligação, recorre-se às teorias sobre museologia, patrimônio cultural e gestão social, que ajudam a mesclar a preservação ao integrar práticas educativas, sociais e científicas.

De acordo com Soto (2014), a evolução da museologia passa pela transformação dos museus de espaços meramente expositivos para locais de diálogo, participação comunitária e construção coletiva do conhecimento. A *Nova Museologia* amplia a função dos equipamentos culturais, permitindo que espaços como herbários transcendam seu valor científico e assumam um papel social, cultural e educativo. Nesta perspectiva, o Herbário não apenas preserva espécies botânicas, mas também atua como mediador de memórias, conectando a história de seu fundador, o religioso Lassalista Ir. Alberto Knob, com a trajetória ambiental e cultural do Rio Grande do Sul, do Brasil e de seus ecossistemas.

A Nova Museologia propõe que os espaços museais e de preservação, como os herbários, sejam compreendidos como equipamentos vivos, tendo como função dinamizar a relação entre o patrimônio e a sociedade. Soto (2014) argumenta que a participação da comunidade é essencial para que os bens culturais cumpram seu papel de agentes transformadores da realidade social. Portanto, o herbário não deve ser visto apenas como um arquivo científico, mas como um espaço de reflexão, aprendizado e construção de identidade cultural, desempenhando uma função inclusiva e educativa.

Seguindo esta linha, Botrel, Araújo e Pereira (2011) discutem a importância da gestão social dos bens culturais, enfatizando que a democratização do acesso ao patrimônio e sua valorização dependem da implementação de políticas públicas participativas. Os autores ressaltam que a gestão social está baseada em três pilares: a mobilização comunitária, a construção de políticas culturais inclusivas e a transparência no processo de preservação e uso dos bens culturais. Quando aplicada ao contexto do Herbário, essa abordagem reforça a necessidade de aproximar o equipamento cultural das práticas educacionais e científicas, ao mesmo tempo que valoriza o engajamento da comunidade acadêmica e externa.

A trajetória do religioso, conforme detalhada por Nery (2022), exemplifica o papel do herbário como um equipamento cultural dinâmico e integrador. A dedicação à coleta e catalogação da flora rio-grandense evidencia o valor do acervo além da sua

importância como patrimônio científico, mas também como memória de um trabalho acadêmico e comunitário comprometido com a conservação ambiental e o ensino. O processo de herborização, mencionado por Bordignon em *Vidas Lassalistas* (Nery, 2022), resgata a importância histórica das práticas botânicas, que são milenares adotadas pelos antigos egípcios; chineses; povos originários, e reforça o papel do herbário na proteção da biodiversidade regional.

Além disso, Botrel, Araújo e Pereira (2011) destacam que a inclusão do patrimônio cultural na esfera pública requer ações de preservação que integrem as comunidades locais. No caso do Herbário da Universidade La Salle, a sua valorização enquanto bem cultural depende da implementação de práticas de gestão que ampliem o seu uso social e educativo. A conexão do herbário com a Universidade La Salle fortalece essa perspectiva, pois a instituição atua como mediadora entre o acervo e a sociedade, promovendo o uso do herbário em projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Dessa forma, o herbário transcende sua função original como arquivo botânico, tornando-se um espaço de memória social e educação ambiental. Como argumenta Soto (2014), a preservação do patrimônio cultural deve ser acompanhada por ações dinâmicas que integrem práticas sociais e educativas, promovendo a inclusão e o desenvolvimento cultural. Neste sentido, o Herbário assume um papel estratégico na articulação entre ciência, memória e cultura, consolidando-se como um espaço de referência para o estudo da biodiversidade, a preservação ambiental e a valorização da história regional.

Conforme apontado por Santos e Davel (2018), a gestão de equipamentos culturais enfrenta desafios relacionados ao contexto local e à identidade territorial. No caso do Herbário, esses desafios também se manifestam, principalmente no que tange à integração do herbário com a comunidade externa à universidade. Embora sua função original esteja voltada à pesquisa e à preservação científica, há um enorme potencial educativo e cultural a ser explorado, com iniciativas que valorizem o patrimônio botânico regional e promovam maior diálogo com a sociedade.

A proposta de uma “gestão territorializada” é fundamental para fortalecer esse papel. Santos e Davel (2018) destacam a necessidade de valorizar os potenciais identitários do território, promovendo ações que integrem a cultura organizacional e a

visão estratégica das instituições ao contexto local. No caso do Herbário Irmão Alberto Knob, isso pode ser alcançado por meio de práticas que articulem educação ambiental, memória social e inclusão cultural, contribuindo para a valorização das espécies nativas e da história regional como parte da identidade territorial.

Um dos principais desafios discutidos por Santos e Davel (2018) refere-se ao equilíbrio entre democratização cultural e democracia cultural. Enquanto a democratização busca ampliar o acesso aos bens culturais, a democracia cultural vai além, promovendo a participação ativa das comunidades na construção de práticas e políticas culturais. Para o Herbário Irmão Alberto Knob, essa perspectiva implica na necessidade de integrar a comunidade local em suas atividades, incentivando visitas guiadas, exposições interativas e projetos de educação ambiental que permitam à sociedade compreender e valorizar a biodiversidade como parte integrante de sua memória social e cultural.

Além disso, a gestão do herbário deve considerar o risco de uma atuação desconectada do contexto local, conforme destacado pelos autores. O isolamento do herbário enquanto um “espaço restrito” à pesquisa acadêmica limita seu impacto cultural e social. Assim, torna-se necessário adotar uma postura dialógica e participativa, conforme defendem Santos e Davel (2018), para que o herbário se torne um espaço inclusivo e dinâmico. Isso pode ser concretizado por meio de ações como parcerias com escolas públicas, desenvolvimento de materiais educativos acessíveis e integração de práticas culturais que envolvam a comunidade na preservação do patrimônio botânico.

## **Percurso Metodológico e discussão**

Os rumos seguidos pelo percurso metodológico foi o da abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, com o objetivo de analisar o Herbário do Irmão Alberto Knob como um espaço de memória social e patrimônio cultural. Para isso, foram utilizados livros e artigos que tratam da relação entre herbários, memória e gestão cultural, fundamentando a análise teórica e histórica do acervo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de obras que discutem a importância dos herbários na conservação ambiental, na educação científica e na preservação do patrimônio cultural. Dentre os principais referenciais, destacam-se os

trabalhos de Nery (2022), que detalham a trajetória do Irmão Alberto Knob e a criação do herbário, além das contribuições de Soto (2014) sobre museologia e a transformação dos espaços de preservação em locais dinâmicos de interação social e cultural.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa documental utilizou registros do próprio acervo do herbário, como catalogação das espécies, histórico de coletas e documentos institucionais. Esses materiais possibilitaram compreender a trajetória do herbário, suas funções e sua relevância acadêmica e social. Para a interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), permitindo identificar categorias que evidenciam a articulação entre ciência, memória e patrimônio.

O uso dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender o herbário não apenas como um espaço de arquivamento botânico, mas como um elemento cultural vivo, cuja gestão e valorização impactam a identidade e a história da Universidade La Salle e da comunidade científica. A pesquisa bibliográfica e documental proporcionou uma visão ampla e fundamentada sobre o tema, contribuindo para a construção de um estudo que reconhecesse a importância do Herbário do Irmão Alberto Knob enquanto patrimônio científico e cultural.

O Herbário do Irmão Alberto Knob representa um acervo vivo da diversidade vegetal do Rio Grande do Sul e do Brasil. Importante ferramenta de pesquisa, ensino e memória científica. Sua origem remonta ao trabalho visionário do Irmão Alberto Knob, que, com dedicação e competência, estruturou um espaço de grande relevância acadêmica e cultural.

O religioso formou-se em História Natural pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no ano de 1958. Sua transferência para Manaus marcou uma fase de atuação como professor no Instituto de Biociências (CIBC) da Universidade Federal de Manaus, onde lecionou para alunos de diversas áreas, como Biologia, Medicina, Farmácia e Geologia. Essa experiência ampliou sua visão integradora da natureza e reforçou seu compromisso com a ecologia integral, dando assim os primeiros passos como botânico no cenário acadêmico brasileiro.

Quando retornou ao estado dedicou-se à coleta e preservação da flora rio-grandense. Equipado com recursos obtidos durante sua passagem pela Universidade

Federal do Amazonas, adquiriu materiais essenciais à herborização, incluindo um automóvel, que facilitava suas expedições em busca de novas espécies vegetais.

Na figura 1 é possível ver a fotografia do Irmão Alberto Knob, um importante educador e botânico que dedicou sua vida ao estudo e preservação da flora local. Irmão Alberto foi responsável pela fundação e desenvolvimento de um herbário que hoje serve como fonte de conhecimento científico e cultural. Sua atuação não apenas contribuiu para a catalogação de espécies vegetais, mas também para a valorização da memória ambiental e da educação científica. A imagem busca homenagear seu legado e ressaltar sua relevância no contexto histórico e acadêmico.

**Figura 1 - Irmão Alberto Knob**



Fonte: <https://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/noticia-detalle/22273>.

A origem do herbário está intrinsecamente ligada à trajetória acadêmica e ao espírito de pesquisa do Irmão Alberto Knob. Em 1998, durante uma de suas primeiras incursões de coleta, o Irmão Alberto contou com a colaboração do Professor Sérgio Augusto de Loreto Bordignon, professor e botânico que acompanhava o Irmão Alberto em viagens por diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, priorizando a coleta de espécies nativas ainda não representadas no acervo.

Conforme descrito por Bordignon no livro “Vidas Lassalistas” (Nery, 2022), as

atividades de campo consistiam na coleta de exemplares de plantas inteiras, como pequenas ervas, ou de partes de arbustos e árvores. As amostras eram acondicionadas em folhas de jornal e prensadas em prensas de madeira para posterior desidratação em estufa no laboratório. Esse processo, conhecido como herborização, incluía ainda a identificação taxonômica detalhada das espécies coletadas.

O herbário atendia principalmente o curso de Ciências Biológicas da Universidade La Salle, além de servir às atividades de pesquisadores e alunos de outras instituições, que utilizam seu acervo para a elaboração de monografias, dissertações e teses (Nery, 2022).

Também é verdade que o Herbário do Irmão Alberto Knob é marco para a Universidade La Salle, funcionando como um espaço de produção e disseminação de conhecimento científico. Além disso, ele é um símbolo de valorização da biodiversidade e do trabalho acadêmico comprometido com a conservação ambiental.

Dois momentos de grande significado reforçam essa contribuição: a descoberta de três espécies botânicas que foram nomeadas em homenagem ao Irmão Alberto Knob e ao Professor Sérgio Bordignon. A *Viguiera knobiana* Modin & Magenta, pertencente à família Asteraceae, foi documentada como uma planta da flora rio-grandense até então desconhecida, sendo batizada em honra ao Irmão Alberto. Outra espécie, a *Hypericum bordignonii* Vogel.Ely & Bordignon, foi descoberta em Porto Alegre e leva o nome do Professor Bordignon. Esses achados simbolizam o impacto acadêmico e cultural do herbário, destacando-o como um centro de referência para a botânica regional.

Por meio desse acervo, a Universidade La Salle fortalece sua identidade como uma instituição que promove a integração entre a ciência e a memória social, reafirmando seu compromisso com a educação, a pesquisa e a sustentabilidade. Como afirmado em *Vidas Lassalistas* (Nery, 2022), o Herbário do Irmão Alberto Knob é muito mais do que um arquivo de plantas; é um espaço de conexão entre a história, a ciência e a cultura.

A figura 2 retrata as estantes utilizadas para armazenar coleções botânicas. O objetivo dessa ilustração é fornecer uma representação visual que facilite a análise da organização e categorização dos espécimes botânicos. Ela destaca como essas

coleções são preservadas, gerenciadas e organizadas sistematicamente para fins de pesquisa e educação.

Além disso, a intenção de incluir essa ilustração é chamar a atenção para as tendências e padrões observados no emprego e na aplicação dos recursos botânicos.

**Figura 2 - Estandes onde se guardam os acervos botânico na Universidade La Salle**



Fonte: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/infraestrutura/herbario>.

Na figura 3 é possível ver uma exsiccata apresentada. É uma amostra vegetal desidratada, prensada e fixada em uma folha de papel apropriada, geralmente acompanhada de informações detalhadas sobre o espécime. Esses dados incluem o nome científico, local e data da coleta, habitat, nome do coletor e outras observações relevantes.

As exsicatas são amplamente utilizadas em herbários como registros permanentes de plantas, fungos ou algas. Elas desempenham um papel crucial na botânica, servindo como referência para estudos taxonômicos, ecológicos e de conservação, além de documentar a biodiversidade de uma região em determinado período de tempo. Essa prática permite preservar a memória biológica e cultural associada às espécies catalogadas.

**Figura 3 - Exsicata**



Fonte: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/infraestrutura/herbario>.

### **Considerações Finais**

A valorização do Herbário como patrimônio cultural reforça o argumento de que os bens culturais possuem um papel central no desenvolvimento social e educacional. Conforme enfatizam Botrel, Araújo e Pereira (2011), a gestão social do patrimônio deve considerar as especificidades culturais e históricas de cada bem, promovendo o seu uso democrático e participativo. O Herbário do Irmão Alberto Knob, ao unir ciência, memória e educação, torna-se um exemplo significativo de como os espaços de preservação podem contribuir para a construção de identidades coletivas e para a promoção de práticas sustentáveis e inclusivas.

O Herbário da Universidade La Salle transcende sua função científica ao se constituir como um espaço de memória social e de valorização cultural. Ao dialogar com os conceitos apresentados por Santos e Davel (2018) sobre a gestão territorializada de equipamentos culturais, percebe-se a relevância desse herbário não apenas como um arquivo botânico, mas também como um bem cultural que fortalece os vínculos identitários do território onde está inserido. Situado na Universidade La Salle, em Canoas, Região Metropolitana de Porto Alegre, o herbário representa a conexão entre a biodiversidade local e a história regional, desempenhando um papel significativo na dinamização do território, nos âmbitos acadêmico, social e cultural.

Nesse sentido, o Herbário do Irmão Alberto Knob pode assumir um papel

estratégico no fortalecimento da identidade territorial, promovendo o pertencimento e a valorização da história local. Como apontado no estudo, práticas de gestão cultural bem-sucedidas resultam em benefícios organizacionais e interorganizacionais, além de impactos positivos no território. O reconhecimento de espécies botânicas descobertas em homenagem ao Irmão Alberto Knob e ao Professor Bordignon já representa um marco nesse sentido, evidenciando o herbário como um centro de referência acadêmico e cultural.

Por fim, a aplicação dos princípios de gestão cultural e identidade territorial ao Herbário do Irmão Alberto Knob pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da região. Ao promover práticas que integram educação, pesquisa e cultura, o herbário reforça o compromisso da Universidade La Salle com a preservação ambiental e com a memória social. Santos e Davel (2018) ressaltam que a gestão cultural participativa fortalece a inovação e gera impactos sociais positivos, aspectos que dialogam diretamente com os objetivos deste estudo.

A partir dessa perspectiva, o Herbário consolida-se como um espaço de memória, ao mesmo tempo em que amplia seu potencial como ferramenta de inclusão cultural e de conscientização ambiental. Sua gestão deve, portanto, articular estratégias que fortaleçam os vínculos identitários com a comunidade e que promovam ações sustentáveis, alinhadas às demandas sociais e culturais do território onde está inserido.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOTREL, M. de O.; ARAÚJO, P. G. de; PEREIRA, J. R. **Gestão social de bens culturais no Brasil**: desafios e perspectivas. Lavras: Universidade Federal, 2011.

NERY, Irmão. **Irmão Alberto Knob**: Ir. Pedro Boaventura: 11/04/1928 - 01/08/2020. Porto Alegre: Província La Salle Brasil-Chile, 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2012.

SANTOS, F. P.; DAVEL, E. P. B. **Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial**: potencialidades e desafios. Salvador: Universidade Federal, 2018.

SOTO, M. C. **Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários**: a construção de uma concepção museal ao serviço da transformação social. Lisboa: Universidade Lusófona, 2014.

## **A criação do Centro de Documentação e Memória e as reflexões sobre o aniversário de 70 anos da Assufrgs Sindicato (2018-2021)**

*Sibila Francine Tengaten Binotto  
Frederico Duarte Bartz*

### **Introdução**

O ano de 2021 marcou o aniversário de 70 anos da Assufrgs, que considera sua data de fundação o dia 20 de setembro de 1951, quando foi formado o Centro de Funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul. O que é a Assufrgs?

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e em diversos campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), o órgão de classe que atua como único representante sindical dos Técnico-Administrativos em Educação é a Assufrgs – Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada. Este desempenha um papel importante na defesa dos interesses dos trabalhadores da educação superior, na promoção de políticas públicas voltadas à expansão e melhoria da educação superior no país.

Em 2021 era ano da Pandemia da COVID-19, e durante aquele ano, a Assufrgs através de seu Centro de Documentação e Memória (CEDEM), promoveu uma série de iniciativas como, por exemplo, a publicação de painéis de fotos históricas nas redes sociais, a publicação de vídeos de associados da instituição falando sobre a importância do sindicato em suas vidas, o lançamento de uma revista ilustrada para difusão dessa memória e uma placa comemorativa no prédio da Faculdade de Engenharia, entre outros, que vamos aprofundar mais a diante.

Neste capítulo, vamos analisar a criação do Centro e como esta iniciativa foi importante para a elaboração de uma narrativa sobre a memória da entidade, o que se consubstanciou com as ações realizadas durante seu septuagésimo aniversário.

## **Breve resumo da história da organização da categoria e do surgimento da Assufrgs**

O ensino superior teve um início tardio no Rio Grande do Sul, com a criação da Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática em 1883. Em Porto Alegre, as primeiras instituições foram fundadas depois da Proclamação da República, sob o governo do Partido Republicano Rio-grandense. Entre 1895 e 1908, surgiram as Escolas de Farmácia e Engenharia, a Faculdade de Medicina e o Instituto de Belas Artes. Foi também durante a Primeira República (1889-1930) que surgiu a primeira iniciativa de organização dos trabalhadores do ensino superior na cidade, que foi a criação da Cooperativa dos Empregados da Escola de Engenharia, criada em 1921, que teve Julio da Silveira como grande incentivador. A iniciativa durou até o ano de 1929, pois não encontrou força de continuidade depois da morte do seu idealizador.

Em 1934, as várias faculdades da cidade foram reunidas na Universidade de Porto Alegre, o que deu novo impulso à organização interna da instituição. Em 1950, a Universidade foi federalizada, passando da administração do Governo Estadual para o Federal; A problemática se dá quando os docentes se tornaram servidores federais, enquanto os técnico-administrativos permaneceram vinculados ao poder estadual. Essa discrepância levou os funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul (como se chamava na época) a criar um instrumento de organização e luta para alcançar esta reivindicação coletiva. Desta forma, o Centro dos Funcionários da UFRGS foi criado em 20 de setembro de 1951, data que ficou marcada como de fundação da Assufrgs Sindicato.

Os trabalhadores da Universidade conseguiram conquistar sua federalização somente no início dos anos 1960, aparecendo vinculados a iniciativas coletivas, como a defesa da Legalidade no processo de posse do Presidente João Goulart. Em 1962, por iniciativa do Professor Japyr do Carmo, foi criada a Associação Beneficente dos Servidores da UFRGS (Absufrgs). Essa associação tinha o caráter mutual, ou seja, era uma sociedade de auxílios mútuos que prestava diversos serviços de assistência médica, financeira, recreativa etc. Esta entidade beneficente reunia tanto os funcionários, quanto os professores, não permitindo que em seu interior se debatessem temas políticos. Depois do Golpe Militar de 1964, a Absufrgs se consolida como uma entidade representativa dos servidores da UFRGS, com estreita

colaboração da Reitoria: são desse período as famosas festas de fins de ano e a aquisição da Colônia de Férias de Garopaba (SC).

No início dos anos 1980, quando uma nova geração de servidores passa a ser influenciada pela abertura política, sob o influxo das lutas do Novo Sindicalismo, o papel da Absufrgs passa a ser cada mais questionado. Em 1984, a categoria dos servidores técnicos realizou uma das maiores greves de sua história, paralisando a UFRGS. Desta mobilização surgiu um novo grupo que se organizou e venceu as eleições da Absufrgs, transformando a antiga sociedade beneficente em uma nova entidade de caráter sindical, que recebeu o nome de Associação dos Servidores da UFRGS (Assufrgs). Em 1990, vai aderir ao Sintest RS (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau no Estado do Rio Grande do Sul), para conjugar suas forças com as bases de outras entidades sindicais do estado. Em 1994, ocorreu um dos incidentes mais traumáticos da história da entidade: um acidente de ônibus matou 13 servidores técnicos, que eram também militantes que estavam diretamente envolvidos na vida associativa do sindicato.

Durante os anos 1990, a Assufrgs passou por um período de reconstrução, em que se envolveu na luta contra as políticas neoliberais do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante os anos 2000, a Assufrgs se consolidou nas lutas contra a reforma da previdência e na conquista de melhorias na carreira; ao mesmo tempo, se iniciou um período de expansão da sua base, incorporando os colegas da Universidade Federal das Ciências da Saúde (UFCSPA) em 2008 e de diversos campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) em 2015. Em abril 2016, em meio às lutas contra o Golpe que resultou no Impeachment de Dilma Rousseff, a entidade decide deixar de ser uma seção sindical do Sintest RS, para tornar-se um sindicato autônomo, mudando seu nome para Assufrgs Sindicato. Foi neste período que se iniciou o debate de uma política mais efetiva de memória, que resultaria na fundação do Centro de Documentação e Memória (CEDEM Assufrgs).

### **Projeto Memória ao CEDEM**

Antes da criação do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs, em outubro de 2018, emergiu o Projeto Memória, que era uma tentativa de organizar e sistematizar a antiga documentação do Sindicato, para divulgar sua história. Este

projeto desenvolveu-se entre o final dos anos 2000 e início dos anos 2010, sendo capitaneado pelo historiador Mário San Segundo que trabalhou como bolsista do projeto<sup>19</sup>. Ao longo de algum tempo, San Segundo recolheu documentos e organizou dados da entidade, mas seu trabalho acabou se limitando ao acondicionamento dos papéis e à sua classificação. Por conta de problemas internos ao sindicato, como disputas entre diferentes correntes do movimento sindical e falta de entendimento entre coordenadores, o trabalho não teve continuidade. A classificação dos arquivos de computador foi perdida, o que resultou na suspensão do projeto Memória. No entanto, o projeto foi retomado posteriormente com base em parte da documentação que havia sido previamente organizada.

Nos anos que se seguiram à desativação do Projeto Memória, ainda se manteve um desejo (pelo menos entre os dirigentes sindicais) de voltar a trabalhar com a história do sindicato, o que era percebido como um projeto de grande potencial. Um elemento importante desta conjuntura era a mudança que a Assufrgs vinha sofrendo em sua composição associativa, pois até 2008 a entidade abarcava apenas os trabalhadores e trabalhadoras do ensino superior da UFRGS; a partir de 2008, foram incorporados os colegas da UFCSPA e a partir de 2015, alguns dos Campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Também havia muitos novos colegas chegando às universidades, que prontamente se incorporaram ao movimento sindical. Tudo isto demandava um esforço de memória identitária, um conhecimento de um passado comum, que nos caracterizava como entidade.

Em abril de 2008 o Projeto Memória foi retomado, com a criação de um site<sup>20</sup> e a publicação de algumas fotos antigas. No mês seguinte se iniciou a publicação de um conjunto de entrevistas com antigos dirigentes sindicais, que contavam histórias relacionadas à sua experiência no cotidiano de trabalho e nas lutas sindicais. Foram entrevistadas e entrevistados: Maria Antonieta Cossio Xavier, Yara Carbonell, Luís Francisco Martins Alves, Gilberto Santos, Adalberto Halmenschlager, e Edson Theodoro.

---

<sup>19</sup>As referências ao Projeto Memória e suas variabilidades estão aqui reunidas a partir de relatos orais, ouvidos pelos autores quando estes eram dirigentes sindicais na entidade e estavam trabalhando no Cedem.

<sup>20</sup><http://memoria.assufrgs.org.br/>

Diante da preocupação de que o projeto não tivesse sucesso e fosse abandonado, como ocorreu em iniciativas anteriores, a coordenação do sindicato se empenhou em apresentar uma proposta mais estruturada. Assim, foi criado o Centro de Documentação e Memória da Assufrgs, cujo Regimento, aprovado em Assembléia da categoria em 9 de agosto de 2018, estabeleceu como seus objetivos:

- I – recolher, salvaguardar e custodiar a documentação proveniente da Assufrgs Sindicato por meio das atividades do sindicato e de doações de materiais relacionados com a história e a memória dos técnicos-administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS;
- II – prover o acesso e a consulta à documentação integrante do acervo;
- III – estimular e promover atividades voltadas à produção, preservação e discussão em torno da memória sindical e da história da Assufrgs Sindicato;
- IV – elaborar e manter atualizados procedimentos e instrumentos técnicos de identificação, cadastro, descrição, catalogação e consulta ao acervo;
- V - apoiar as atividades administrativas que competem à Assufrgs Sindicato por meio da consulta aos documentos de acervo.

O lançamento oficial do CEDEM se deu no dia 2 de outubro de 2018, com uma exposição de fotografias e objetos na sede da Assufrgs, que contavam um pouco da história da categoria. A primeira Diretoria do Cedem era composta pelos seguintes nomes: Frederico Bartz, Jerônimo Menezes, Charles Florczak, Andreia Duprat e Celso Allegransi.

### **O legado dos 70 anos da Assufrgs Sindicato**

A memória é um processo um pouco diferente da história, porque trabalha de forma orgânica, com o conhecimento vivo, da recordação e do reconhecimento. Já a história é a memória da memória, mas que perde relação vital com o presente. É um produto de um processo cultural de diferenciação, onde não há verdade histórica e nem memória espontânea; desenvolveu-se por meio da emancipação da “memória”. Dentro da memória temos a recordação e o esquecimento, onde os modos de recordação são definidos culturalmente e o esquecimento é o apagamento dos rastros da memória, mesmo que por um lapso de tempo. (Halbwachs, 2006; Assmann, 2011; Ricoeur, 2020).

O Sindicato possui uma longa trajetória de lutas e conquistas e, para que essa memória não fosse apagada, foi criado um projeto chamado “Projeto Memória” que inicialmente contou com um acervo com depoimentos de associados que foram gravados em vídeos e encontram-se disponibilizados no Memória Assufrgs. Como o material da memória sindical é vasto, foi necessário ampliar o projeto. Dessa forma, em 2018 surgiu a iniciativa do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs Sindicato (CEDEM). Um dos principais objetivos é preservar e disseminar a memória sindical dos técnico-administrativos. Esse Centro de Documentação possui um Comitê Gestor que gerencia, organiza e disponibiliza documentos referentes às lutas sindicais. Dispõe de um catálogo para consulta, não sendo possível acessar os documentos virtuais, mas no formato físico. O CEDEM além de organizar a informação sindical, promove ações culturais como exposições fotográficas de personagens de destaque na luta sindical, instalações culturais de datas comemorativas do calendário anual e cursos de formação sindical. A seguir iremos apresentar as ações e projetos dos últimos anos.

## **Entrevistas**

A Assufrgs realizou uma série de entrevistas com servidores técnico-administrativos em educação para compartilhar suas histórias na Universidade e na luta sindical. Ao divulgar essas entrevistas no site da instituição, foi feito um convite aos trabalhadores associados para que contribuíssem com a construção da memória do sindicato, doando documentos ou fotos. Dessa forma, o sindicato começou a receber materiais de diversas origens e tipologias, como camisetas, *bótons*, troféus, apostilas de cursos, fotografias, entre outros. A seguir o vídeo da associada Antonieta Xavier, disponível no site da instituição.

**Figura 1 - Vídeo Maria Antonieta Xavier**



Fonte: Assufrgs Sindicato.

## Exposições

Nos últimos anos, o Centro de Documentação e Memória organizou várias exposições, uma delas foi a exposição de fotografias “Negros e Negras na Universidade” (figuras 2 e 3): uma exposição itinerante que aconteceu no ano de 2019 na UFRGS, UFCSPA E IFRS, A mostra tem como objetivo a valorização dos Servidores Negros e Negras da base da Assufrgs Sindicato. A proposta original da exposição era fotografar os Técnico-Administrativos em Educação, porém durante a sessão de fotos, professores, terceirizados e estudantes também foram fotografados.

**Figuras 2 e 3 - Exposição Negros e Negras**



Fonte: Assufrgs Sindicato.

Os retratos colocados na exposição compõem uma pequena amostra da comunidade Negra das três instituições. As imagens têm como foco os traços físicos, sorrisos e olhares dos trabalhadores, dando maior evidência a estes sujeitos. Ao serem expostas em conjunto, as imagens se transformam em um grande mosaico que retrata as universidades e o Instituto Federal como espaços representativos e inclusivos.

Mais uma exposição promovida pelo projeto Memória Assufrgs, a convite da PROGESP da UFCSPA, foi a exposição de fotos “Memórias de luta e solidariedade: registros fotográficos de Mário Pereira e dos técnico-administrativos da UFCSPA na luta pelos direitos dos servidores” (figura 4). A iniciativa foi fazer uma homenagem ao colega Mário Pereira que também fosse extensiva a todos os trabalhadores da UFCSPA”. Mário Serapião Pereira (1965-2015) foi servidor técnico-administrativo da FFFCMPA e da UFCSPA, atuando na organização sindical de seus colegas através da Afecimpa e da Assufrgs.

**Figura 4 - Exposição Memórias de Luta e Solidariedade**



Fonte: Assufrgs Sindicato.

O CEDEM ainda ofereceu a Exposição Júlio da Silveira (figura 5), e foi no formato físico e virtual<sup>21</sup>. Um esforço para destacar e preservar a memória de Júlio da Silveira, que foi responsável pela formação da Cooperativa da Escola de Engenharia,

<sup>21</sup><https://memoria.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Julio-da-Silveira-banner-exposi%C3%A7%C3%A3o.pdf>



tem como objetivo colocar em destaque as regiões da cidade que se constituíram, ao longo da história, em espaços de referência cultural da população afro-brasileira.

**Figura 6 - Banner Territórios Negros**



Fonte Assufrgs Sindicato.

## **Placa de Homenagem**

A Assufrgs e a Escola de Engenharia (EE) realizaram uma cerimônia comemoraram no dia 7 de fevereiro de 2022, os “Cento e Um” anos da fundação da Cooperativa da Escola de Engenharia, que, como já mencionado, foi a primeira organização dos trabalhadores e trabalhadoras do ensino superior em Porto Alegre. Para celebrar a data, inauguraram uma placa comemorativa no prédio Centenário da EE, em homenagem ao aniversário da Cooperativa e à Julio da Silveira, que contou com a presença de alguns parentes para receber a homenagem (figura 7). O pioneirismo da entidade na organização dos trabalhadores reverberou ao longo das décadas. Como sua história é pouco conhecida pela comunidade da capital gaúcha, o Centro de Documentação e Memória (CEDEM), por meio de seu Projeto de construção da memória sindical da Assufrgs, resgata mais de um século de luta em um podcast, disponível no site da instituição e em plataformas de áudio intitulado – Os 101 anos da Cooperativa da Escola de Engenharia e a política de memória da Assufrgs Sindicato com Sibila Binotto e Frederico Bartz.

**Figura 7 - Homenagem 101 anos Escola de Engenharia UFRGS**



Fonte: Assufrgs Sindicato.

## **Memória Sindical**

O CEDEM recebeu desde o início do Projeto Memória diferentes materialidades que chamaram a atenção para pesquisas. Logo pensou-se como estes documentos salvaguardados poderiam ser disponibilizados para consulta pelos trabalhadores. Um destes interesses originou um produto final do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle de Sibila Binotto intitulado “A Construção da Memória Sindical a partir dos Boletins Informativos do período de 1987 a 1998 produzidos pelo sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação da UFRGS (Assufrgs)”. A coleção de referência sobre a memória sindical dos trabalhadores da base da Assufrgs (figura 8) é um Espaço *on-line*, e tem como objetivo disponibilizar, virtualmente, Boletins Informativos produzidos pela imprensa da Assufrgs Sindicato. Para ilustrar os períodos históricos, também foi disponibilizado, no site, fotografias que trazem recordações de memórias de luta dos servidores técnico-administrativos em educação da UFRGS.

**Figura 8 - Coleção de Referência**

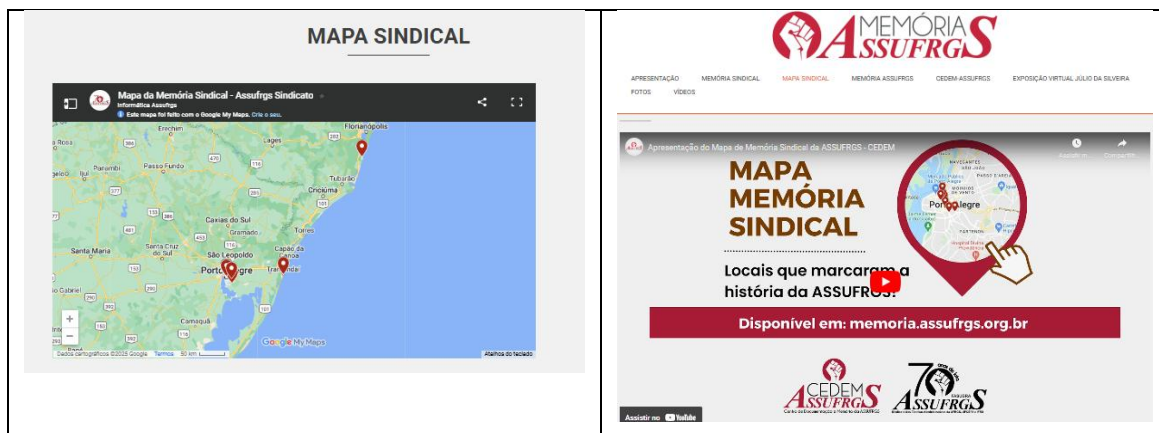


Fonte: Assufrgs Sindicato.

## Mapa da Memória Sindical

O mapa da Memória Sindical da Assufrgs (figuras 9 e 10) foi lançado em março de 2022, como instrumento interativo para divulgação da história da entidade. O mapa foi elaborado a partir do Google MyMaps e publicado no site da entidade. O mapa é composto de pontos, inseridos em determinados endereços, que quando são abertos revelam informações sobre o local determinado. Os “pontos de memória” são locais significativos para a história do sindicato e da própria categoria, como o antigo prédio da Cooperativa da Escola de Engenharia, a Colônia de Garopaba, as antigas sedes da Absufrgs, além de espaços dentro da universidade em que se deram fatos significativos para as lutas sindicais.

**Figuras 9 e 10 - Mapa Sindical**



Fonte: Assufrgs Sindicato.

## Memórias no Facebook

No ano de 2021 a Assufrgs lançou uma série sobre a Memória Associativa em fotografias na rede social - Facebook - do sindicato. Foram postagens relacionadas com a memória associativa da instituição: Memória Associativa - Cultura, Memória Associativa - Sedes, Memória Associativa - Festas, Memória Associativa - Esportes (figura 11).

As coleções de fotografias foram selecionadas no acervo do CEDEM em momentos em que os associados estivessem participando de atividades coletivas, como por exemplo, assistindo teatro ou shows; ou atividades festivas como as confraternizações de Dia das Crianças, festas de final de ano etc.; ou em atividades esportivas como futebol, bocha, entre outras; ou ainda destacando as atividades nas diversas sedes.

**Figura 11 - Memória Associativa – cards de divulgação**

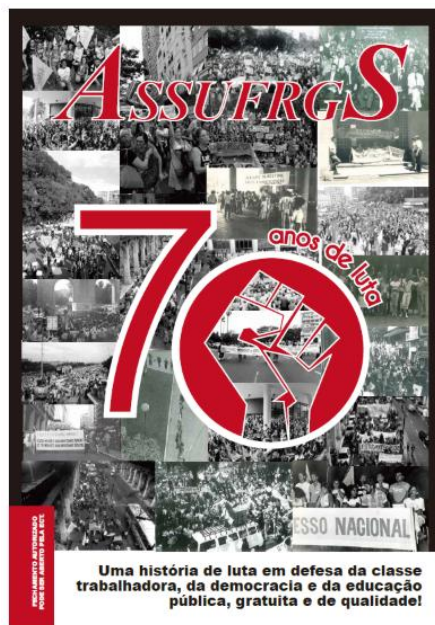


Fonte: Assufrgs Sindicato.

## Revista 70 anos

No final de setembro de 2021, a instituição lançou uma Revista Comemorativa em celebração aos 70 anos do sindicato (figura 12). Este projeto foi uma iniciativa do CEDEM – Centro de Documentação e Memória da Assufrgs, em colaboração com a Coordenação de Divulgação e Imprensa e a Coordenação de Educação Política e Sindical. A publicação apresenta uma seleção de fotos históricas de assembléias, mobilizações e atos do sindicato, prestando homenagem a todos os trabalhadores que, ao longo das décadas, contribuíram para a trajetória da Assufrgs. Além disso, serve como um importante registro histórico da entidade. Foram impressos cerca de 3 mil exemplares para distribuição entre os sócios. Essa revista culminou com a festa dos 70 anos da instituição que no corrente ano teve que ser *on-line* devido à pandemia da COVID-19. Para a festa foi constituída uma comissão de gala que fez os preparativos cerimoniais do dia e o lançamento da revista.

Figura 12 - Capa Revista Assufrgs 70 anos



Fonte: Assufrgs Sindicato.

## **Considerações Finais**

A Assufrgs Sindicato passou por muitas adversidades durante estes mais de 70 anos de história. São memórias que perduraram e foram eternizadas em bens e artefatos culturais como já descritos anteriormente: mapa sindical, coleção de referencial da memória sindical, revista 70 anos da Assufrgs, exposições fotográficas, entre outros legados de memória.

Essas marcas do tempo são evidenciadas e preservadas, um patrimônio documental, relevante para a classe trabalhadora das Instituições Federais de Ensino Superior. A memória coletiva desses trabalhadores irá legitimar a identidade do grupo, e para tal elaboração torna o arquivo sindical do CEDEM como instrumento de validação da cultura sindical. Nesse sentido conclui-se que, o Centro de Documentação e Memória não apenas salvaguarda documentos, mas nos faz recordar o passado, e prova sua relação íntima com a memória sindical, sendo esta responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos historiográficos.

Os festejos dos 70 anos da Assufrgs emergiram momentos, afloraram emoções, sentimentos guardados em um período traumático que foi a Pandemia da Covid-19. Como era impossível reencontrar pessoas presencialmente, as mídias permitiram um reencontro virtual.

São marcas digitais que permanecessem eternas, ou por mais 70 anos. Este capítulo é sobre memória, é sobre patrimônio, mas também sobre pessoas que passaram um período mais do que histórico em suas vidas.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe (coord.). 3. Reimpressão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

ASSUFRGS. **Revista comemorativa dos 70 anos da ASSUFRGS sindicato**. Porto Alegre, set. 2021. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2021/10/REVISTA-70-ANOS-B.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2022.

CANDAU, JOEL. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **Memória individual e memória coletiva**. In: \_\_\_\_\_. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 29-70. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: 07 mar. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

## Sobre Organizadores e Autores

### ***Agostinho Valente Macane***

Doutor em Economia pela Universidade Católica de Moçambique (UCM) em parceria com Porto Business School (2022). Mestre em Administração Pública com ênfase em políticas públicas e Possui graduação em Economia e Gestão pela Universidade Católica de Moçambique (UCM) (2010). Tem experiência na área de docência no ensino superior, Gestão administrativa (Finanças, Contabilidade, Patrimônio e Recursos Humanos), Elaboração e Monitoria de Projectos, consultor nas áreas Económica e de Gestão. Foi Coordenador de Departamento de Ensino, Ponto Focal de Qualidade de Ensino e Gestão Educacional. Administrador e Director de Faculdade.

 amacane@ucm.ac.mz

 <https://orcid.org/0000-0002-9043-6160>

 <http://lattes.cnpq.br/4714660628303422>

### ***Ana Lígia Trindade***

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação (CRB 10/1235) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando, no momento, na biblioteca da Faculdades EST (São Leopoldo/RS). Tem pós-graduação no curso de Especialização em Dança pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É mestre e doutora em Memória Social e Bens Culturais no Centro Universitário La Salle/Canoas. Bailarina, professora e coreógrafa com formação de dança clássica e moderna (SATED 6044/88 DRT/RS 2205). Sua formação foi junto á professores de ballet como: Alexander Sidoroff, Salma Chemale, Mabel Silveira, José Brum, Hugo Delavalle, Rafael Alejo, Nestor Roygt, Oscar Recaldeé, Gerson Berr, Victória Milanez, Walter Arias, Sílvio Falkenbach, Jane Blaut, Alexandre Rittmann, Thais Vielmond, Tony S. Petzhold e Gisele Meinhardt. Na dança moderna teve professores como: Cecy Frank, Wilson Coca, Eneida Dreher, Eva Schull, Rubens Barbot, Malucha Solari e Orfilia Roman (Neoclássico). Atuou nos grupos: Unicâmara Ballet, Grupo Sêmea, Grupo Choreo, Palco Cia. Dance Works e Companhia Clarissa Pesce. Trabalhou junto à Escola Alegretto, UPC Dance, Espaço Cultural ArtMobile, ArtMobile Dance Cia., Balaio das Artes, Ballet Vera Bublitz. Em 2010 foi aprovada como Membro do Conselho Internacional de Dança (CID-UNESCO 12799) e sócia da Associação Nacional de Pesquisadores em Dança - UFBa. Atualmente está desenvolvendo trabalho junto ao Espaço Cultural ArtMobile com estudos/montagens coreográficas nos estilos Ballet Clássico, Ballet Moderno e Dança Contemporânea; Metodologia do Ensino do Ballet Clássico, Introdução a Notação do Movimento; pesquisa CNPQ/UnilaSalle em Memória Cultural e Identidade.

 trindadelig@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9783-0227>

 <http://lattes.cnpq.br/3501979910930460>

### **Ana Paula Santos de Almeida**

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Historiadora graduada pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pós-graduada em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Diretora da empresa Arquivos Acervos desde 2009, é responsável pela gestão e manutenção dos espaços: Espaço Memória Marcopolo, Memorial Randon e Centro Histórico Soprano. Diretora de Patrimônio e Memória do Instituto Bruno Segalla. Idealizadora do *Mapa Interativo - Na Trilha do Patrimônio Industrial de Caxias do Sul-RS*.

 [apsalmeida@ucs.br](mailto:apsalmeida@ucs.br)

 <http://lattes.cnpq.br/6845442194790898>

### **Ana Paula Vieira Malanovicz**

Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais (UniLaSalle), bolsista CAPES/PROSUC, grupo de pesquisa TESSIDO. Mestra em Educação (PUCRS, 2023), grupo de pesquisa PROMOT, bolsista CAPES, modalidade II. Profissional de Educação Física. Possui pós-graduação em Juventudes, Psicomotricidade e em Metodologia do Ensino dos Esportes, e graduação em Educação Física - Licenciatura Plena (ULBRA, 2003). Atua como professora de Educação Física no Colégio Salesiano Dom Bosco no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Arlindo Stringhini, no município de Guaíba. Com experiência de mais de 20 anos com Educação Física na Educação Básica, e com alunos com Deficiência Intelectual e Transtorno Global do Desenvolvimento. Tem habilitação de nível 2 como técnica de Para atletismo pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Tem interesse em temáticas como juventudes, pessoa com deficiência, educação física, memória social, educação básica e educação física adaptada. Foi agraciada com trofeus enquanto profissional do Paradesporto, incluindo o Troféu Profissional Destaque da Educação Física 2023 - Profissional do Paradesporto, da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventudes do município de Porto Alegre/RS.

 [ana.202413442@unilasalle.edu.br](mailto:ana.202413442@unilasalle.edu.br)

 <http://lattes.cnpq.br/3110328734332707>

### **Camila Paviani**

Mestra em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT (2024). Pós-graduada (MBA) em Controladoria e Finanças pela FACCAT (2014) e Bacharela em Administração com ênfase em Administração Geral pela mesma instituição (2012). Atualmente, cursa Ciências Contábeis na FACCAT (desde 2015). Possui experiência como Orientadora Profissional no Senac, atuando com alunos dos programas Pronatec, Aprendizagem e Cursos Técnicos em Gestão. Atuou como Agente Empresarial no Sebrae, prestando consultoria para empresários da região. Atualmente, é Assistente Administrativa na

coordenação dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Gestão Comercial na FACCAT.

 camilapaviani@faccat.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7921-1537>

 <http://lattes.cnpq.br/1513527672645507>

### ***Caroline Guterres de Souza***

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle na linha de Pesquisa Memória e Linguagens Culturais (Bolsista CAPES). Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade La Salle (2020). Pós-Graduada em Engenharia da Qualidade (2014). Mestre em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Graduada em Química Industrial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006).

 caroline.guterres.souza@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1574-3072>

 <http://lattes.cnpq.br/3722541054088461>

### ***Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves***

Doutoranda (PROSUC/CAPES) e Mestra em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle, linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural, onde estudou temas relacionados a Memória Social, Memória Empresarial, Patrimônio Industrial, Logística e Economia Gaúcha. Possui Especialização em Docência para o Ensino Superior, Pós-MBA em Inteligência Emocional nas Organizações, MBA em Gerenciamento de Projetos e Graduação em Administração com ênfase em Comércio Exterior. Possui experiências profissionais nos segmentos do comércio, serviço e indústria, principalmente nas áreas de Negócios Internacionais e Logística Nacional. Faz parte de projetos estruturais para desenvolvimento de novos departamentos logísticos em empresa privada. Também foi professora particular de Inglês para níveis básico e intermediário. É pesquisadora acadêmica, realizou Estágio em Docência nas Disciplinas de Economia, Fundamentos de Microeconomia e Gestão Financeira nos cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis. Foi Tutora nos cursos Superior de Tecnologia e Graduação nas seguintes disciplinas: Gestão de Pessoas, Responsabilidade Social e Ambiental, Raciocínio Lógico Matemático, Contabilidade, Matemática Financeira e Capital de Giro e Análise Financeira. Atualmente leciona nos cursos Técnicos em Administração, Contabilidade e Estética da SEG - Sistema de Ensino Gaúcho, nos campos da gestão e negócios.

 claudiani.vargas@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7228-4781>

 <http://lattes.cnpq.br/9198368614346196>

### ***Cláudio Sullivan da Silva Ferreira***

Possuo graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade LaSalle - Canoas e em Direito pelo Centro Universitário Cesuca, sendo aluno laureado em

ambas. Fui aprovado no 41 Exame da OAB em 2024, obtendo as credenciais como advogado em janeiro de 2025. Atualmente, curso pós-graduação em Compliance. Atuo no Departamento Jurídico da Planalto Transportes, em Porto Alegre, sendo responsável pela gestão de passivos trabalhistas, bem como pela análise, prevenção e mitigação de riscos legais na área trabalhista. Desde 2022, participo ativamente de projetos de pesquisa e eventos científicos, tendo sido bolsista voluntário durante a graduação. Em 2024, tive um artigo publicado no VII Conpedi, intitulado "Além das Fronteiras e das Governanças: A vulnerabilidade dos migrantes e refugiados em relação ao trabalho em condições análogas à de escravo". Minha experiência profissional e acadêmica está voltada para o Direito do Trabalho, com ênfase em vulnerabilidade social, direitos humanos, migração e combate ao trabalho análogo à escravidão. Busco integrar a prática jurídica à produção acadêmica, contribuindo para a proteção de grupos vulneráveis e para o fortalecimento da governança corporativa.

 claudiosulivan@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3685196738427021>

### ***Cristiane Feldmann Dutra***

Doutoranda em Direito, bolsista CAPES-PROSUC, linha de pesquisa Efetividade do Direito na Sociedade (Universidade La Salle). Pós-Doutora em Direito (Uniritter). Doutora em Educação, linha de pesquisa Educação, Gestão e Políticas Públicas (Universidade La Salle). Mestre em Direito, com ênfase em Direitos Humanos (Uniritter). Especialista em Direito e Processo Civil no complexo Superior Meridional S.A. (IMED). Especialista em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho na Faculdade do Instituto de Desenvolvimento (IDC). Possui Graduação em Direito na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Revisora de revistas jurídicas: Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), Diálogo na Universidade La Salle, em Canoas-RS e da Revista do curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha. Pesquisadora do grupo Migrações Internacionais e Pesquisa no Sul (MIPESUL) desde 2016. Pesquisadora do grupo Diálogos culturais transfronteiriços: pluralismo e direitos humanos na Universidade La Salle, desde 2017. Integrante da gestão (2018-2020) do SoLEI (Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales, representando o Brasil). Docente universitária do curso de graduação em Direito do Centro Universitário CESUCA desde 2017. Experiência em docência no ensino Superior nas disciplinas de: Direito do Trabalho, Direito material e Processual do Trabalho, Estágio Supervisionado em Trabalho IV, Direito Ambiental, Bioética, Psicologia Jurídica. Direito Civil e Processual Civil (Falência e concordata, Contratos, Processo Civil I, Ações Constitucionais e Procedimentos Especiais, Direito Civil parte geral, Iniciação à Prática Civil, Direito Civil Execuções, Teoria Geral do Processo, Direito empresarial: Teoria da Empresa, Direito empresarial: Títulos de Crédito e Recuperação Judicial). Projeto extensionista II - Direitos Humanos, Educação e trabalho. Professora convidada de Pós-Graduação na Instituição Uniritter e IMED-POA. Autora do livro Jurídico "ALÉM DO HAITI: Uma análise da imigração Haitiana no Brasil, 2016. Organizadora de coletâneas de livros com artigos jurídicos

 cristiane.feldmann@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9832-8850>  
 <http://lattes.cnpq.br/2723657666351533>

### ***Dani Rudnicki***

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e em Comunicação Social, jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991). Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999) e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Professor permanente do PPG Direito da Universidade La Salle/Canoas e professor convidado do PPG Segurança Cidadã/UFRGS. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Sociologia da Violência (pesquisa sobre polícia e presídios). Além da vivência acadêmica, dedica-se à advocacia e milita junto ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.

 [dani.rudnicki@unilasalle.edu.br](mailto:dani.rudnicki@unilasalle.edu.br)  
 <https://orcid.org/0000-0002-4984-3127>  
 <http://lattes.cnpq.br/0752934528471591>

### ***Daniel Luciano Gevehr***

Possui pós-doutorado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou um segundo pós-doutoramento em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É doutor e mestre em história pela UNISINOS. Possui graduação em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e graduação em geografia pelo Centro Universitário Uninter (UNINTER). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR - FACCAT), onde também atua como Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional. Participa como pesquisador dos grupos Estratégias Regionais (Universidade UNILASALLE), Núcleo de Estudos de História da Imigração (Universidade de Passo Fundo - UPF), História das mulheres e estudos de gênero (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS). É coordenador do NIEMI - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e Identidades, em parceria com universidades do Brasil e do exterior. Coordena os projetos da área de patrimônio cultural, educação patrimonial e gestão do do museu municipal junto à Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Sapiranga (RS). Seu campo de investigação privilegia, atualmente, as questões que envolvem as migrações históricas e contemporâneas, a problemática do patrimônio cultural, da educação patrimonial, da memória, das sensibilidades e da produção dos espaços urbanos. Pesquisa, ainda sobre as representações de raça, etnia e gênero. Tem experiência na área de história e geografia, ensino de história e geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: história do Brasil e do Rio Grande do Sul, movimentos migratórios históricos e contemporâneos, movimento Mucker, patrimônio cultural,

ensino de história e formação de professores, memória, representações e relações de gênero, raça e etnia e processos identitários em contextos migratórios.

 danielgevehr@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1815-4457>

 <http://lattes.cnpq.br/0120499154280445>

### ***Denise Christo de Souza***

Doutoranda do PPG em Memória Social e Bens Culturais na Universidade LaSalle. Mestre em Engenharia de Produção pela UNISINOS (2009) com pesquisa sobre Ferramentas da Ecoeficiência aplicáveis em pequenas empresas. Capacitação para ENSINO A DISTÂNCIA NO AMBIENTE MOODLE - UNILASALLE (2010/2). Capacitação em Metodologia de Ensino Superior - UNISINOS (2008/2). Leciono na área de Gestão e Negócios.

 denise.porn@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2322-2701>

 <http://lattes.cnpq.br/1291331290454820>

### ***Dilani Silveira Bassan***

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2000), Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2003) e Doutorado em Desenvolvimento Regional pela UNISC (2017). Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. Tem experiência na área de Economia, trabalhando nas disciplinas de Economia (microeconomia e macroeconomia); economia aplicada ao Turismo, Realidade Regional das Organizações, Agronegócios, Economia Agrícola, Economia de Empresas e Economia do Meio Ambiente. Participa como avaliadora dos projetos de pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa da FACCAT. Ministra a disciplina de Indicadores Econômicos e desigualdades Regionais e Teorias do Desenvolvimento Regional no Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT. Editora da Revista COLÓQUIO- Revista do Desenvolvimento Regional. Participa dos grupos de pesquisa da UNISC, da UERGS e da UNILASALLE. Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cooperativismo (NEPCoop) da FACCAT. Orientou dissertações na área da gestão em saúde, mercado de produtos artesanais, produção de sentidos e território, parcerias públicas privadas, empreendedorismo, cidades criativas, vulnerabilidade social. Atualmente orienta dissertações com temáticas relacionadas ao turismo, envelhecimento e migrações. Os principais temas de pesquisa são: desenvolvimento econômico e regional, crescimento econômico, indicadores econômicos e sociais, sustentabilidade ambiental, vulnerabilidade social, cooperativismo e migrações.

 dilanib@faccat.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2223-9827>

 <http://lattes.cnpq.br/9415309606198625>

### ***Eliana Rela***

Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul(UCS). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UCS, na quadrienal 2017-2020, quando obteve aprovação do APCN para implantação do Doutorado Profissional. É docente e pesquisadora na Universidade de Caxias do Sul nos Programas de Pós-Graduação Profissional em História e Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena projetos de pesquisa nas áreas de Ensino de História; História da Educação; Patrimônio. Tem experiência na Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de Professores, Estágio Curricular, Cultura Digital, Processos de mediação no Ensino de História. Ministra disciplinas de Historiografia e Ensino de História, Metodologia do Ensino de História, Estágio Curricular, História da Fotografia. Atuou na UFRGS junto a Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura como assessora para os estágios curriculares na modalidade a distância. No âmbito da cooperação internacional, é coordenadora local do projeto AmAs, projeto de pesquisa com a Scuola Universitaria Professionale della Svizzera Italiana (SUPSI), Suíça, coordenado pela profa. Dr<sup>a</sup>. Lorena Rocca, subsidiada pela agência suíça Movetia. Integra o projeto InForma - In-Formazione@Inclusione, projeto de pesquisa com a Scuola Universitaria Professionale della Svizzera Italiana (SUPSI), Suíça, coordenado pelo prof. Dr. Michele Mainardi, subsidiado pela agência suíça Movetia. Está em constante interação com grupos de pesquisa da Universidade de Padova, Itália e, Scuola Universitaria Professionale della Svizzera Italiana (SUPSI) onde integra também o projeto de pesquisa Soundscape.

 erela@ucs.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9670-1634>

 <http://lattes.cnpq.br/3274042846549354>

### ***Éverton Fabiano Tartas***

Possuo graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura) e Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais pela Universidade La Salle. Durante o mestrado, desenvolvi a pesquisa intitulada "Investigação da ecotoxicidade e da genotoxicidade do herbicida 2,4-D e dos seus adjuvantes em *Eisenia fetida* (Savigny, 1826) (Oligochaeta, Lumbricidae)", focada nos efeitos ecogenotóxicos em organismos terrestres expostos a contaminantes agrícolas. Atuei como pesquisador em um grupo de avaliação de impactos ambientais, com destaque para estudos sobre a ecogenotoxicidade em aves de rapina em áreas próximas a aeroportos. Atualmente, sou professor de Ciências e também atuo na pastoral escolar. Tenho experiência em projetos interdisciplinares voltados para a educação, incluindo iniciativas como o PIBID.

 everton.tartas0247@unilasalle.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/4101702666366549>

### ***Frederico Duarte Bartz***

Possui graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), graduação em História da Arte Bacharelado (2016) mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente é técnico em assuntos educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em história do movimento operário gaúcho e brasileiro. Também são temas de pesquisa o jornalismo operário e a produção de ilustrações por esta imprensa, assim como o estudo dos locais de atuação, da memória e do patrimônio das organizações da classe trabalhadora no espaço urbano.

 [fredericoduartebarz@gmail.com](mailto:fredericoduartebarz@gmail.com)

 <http://lattes.cnpq.br/1656261065493866>

### ***Ingridi Vargas Bortolaso***

Pós-Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas pela UNISINOS e Pós-Doutora em Responsabilidade Social universitária pela PUC/V - Chile. Doutora em Administração pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Especialista em Gerência de Produção pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC e Graduada em Ciências Contábeis pelo Universidade Franciscana - UFN. Atualmente é professora na Universidade La Salle atuando como Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais e também no Programa de Pós-Graduação em Educação. A pesquisadora tem experiência como consultora, gestora e no desenvolvimento de artefatos por meio da Metodologia Design Science Research. A pesquisadora é Líder do Grupos de Pesquisa: Catalisa - Grupo de Pesquisa em Cultura de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia na Educação e Memória Social UNILASALLE/CNPq. Seus interesses de pesquisa são: inovação, tecnologias digitais, inteligência artificial, memória organizacional, gestão educacional e responsabilidade social universitária.

 [ingridi.bortolaso@unilasalle.edu.br](mailto:ingridi.bortolaso@unilasalle.edu.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-4881-1091>

 <http://lattes.cnpq.br/1382249115341464>

### ***José Alberto Antunes de Miranda***

Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996), Especialização em Integração e Mercosul pela UFRGS (1999), Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS (2012). Atualmente é Assessor de Assuntos Interinstitucionais e Internacionais, Coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em Direito além de integrar o corpo docente do Curso de Relações

Internacionais da Universidade La Salle. Também é professor visitante ilustre da Universidade Católica de Trujillo no Peru. Tem experiência na área de Relações Internacionais e Direito Internacional, com ênfase nas áreas de Sociedade Internacional, Cooperação Internacional, Governança Global, Integração Regional, Política Externa, além de Educação Internacional. Coordena também o projeto de Extensão Universidade La Salle inclui: apoio aos imigrantes.

 jose.miranda@unilasalle.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5338-4728>

 <http://lattes.cnpq.br/1930837085912886>

### ***Luciana Sperb***

Mestranda em Memória Social e Bens Culturais, na Universidade LaSalle. Especialista em Supervisão e Orientação (2023) e Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Professora da Rede Municipal de Esteio desde 2009, atualmente exercendo o cargo de Diretora Escolar na EMEB Dulce Moraes. Interesses de pesquisa: Memória Social, Dança e Educação.

 luciana.202421683@unilasalle.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0000-8333-1144>

 <http://lattes.cnpq.br/3852468435263616>

### ***Luzia Crepaldi***

Possui graduação em Artes Visuais pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (1995). Especialização em Ensino da Arte pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, Mestrado em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle com sede em Canoas - Rio Grande do Sul no modo presencial. Foi diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dario Crepaldi da comunidade de Nova Roma município de Morro Grande pelo período de 4 anos. Diretora da Escola de Educação Básica Ana Machado Dal Toé de Morro Grande pelo período de 2005 a 2014. Diretora da Escola de Educação Básica de Meleiro pelo período de 2018 a 2023. Professora da disciplina de arte. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Pintura e escultura.

 lzcrepaldi3@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3220997429038741>

### ***Marco Antônio Andrade Ribeiro***

Doutorando em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle como foco em etnicidade, classe social, desenvolvimento urbano e educação. Mestrado em Ciências Sociais com ênfase em Organizações, Cultura e Democracia (2020). Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2016). Tem experiência nas áreas de antropologia urbana, antropologia econômica e pesquisas etnográficas. Realizou diversas pesquisas e trabalhos de

campo no Morro da Cruz, bairro São José em Porto Alegre-RS, entre 2013 e 2017, explorando atividades na área de empreendedorismo local, negócios étnicos, práticas econômicas, redes sociais, etnicidade e associativismo. Participou do GEEU (Grupo de Estudos de Empresas e Organizações), coordenado pela professora Dra Lúcia Muller, durante o período de 2014 à 2018). A partir de 2022 desenvolve atividades relacionadas às áreas urbanismo, memória, patrimônio social, etnicidade e vínculos sociais, atuando, por exemplo, no projeto "Caminhos de Imigrantes" (Porto Alegre/RS) e no Museu de Percurso do 3 e 4 Distritos (Porto Alegre-RS). Bolsista (CAPES) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

 marco.202413452@unilasalle.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/6061341186134688>

### **Marcos Paulo Dhein Griebeler**

Doutor (2013) e Mestre (2008) em Desenvolvimento Regional - PPGDR, pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. É graduado em Administração de Empresas - Serviços (2004) e possui ainda especialização em Pedagogia Empresarial (2006), ambos pelo Centro Universitário La Salle - Canoas/RS. Atua como Coordenador dos Cursos de Graduação na Área de Negócios e docente no Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - Faccat, com a disciplina de Estado e Políticas Públicas. Temas de Pesquisa: Mercado de Trabalho, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, Matrizes de Planejamento (ESG, Materialidade, Sustentabilidade e outras afins), Cooperativismo, Inovação, Desenvolvimento Regional e Emprego/Desemprego. Experiência com projetos de extensão, tais como Projeto Negócio a Negócio (2010-2012) e Projeto Extensão Produtiva e Inovação - PEPI (2012-2015).

 marcosdhein@faccat.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7193-2620>

 <http://lattes.cnpq.br/3330162813104593>

### **Maria de Lourdes Borges**

Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS) (2012) Pós-doutora em Responsabilidade Social Universitária na Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso (Chile) (2023). Mestra em Administração (2008), Especialista em Gestão de Pessoas e graduada em Psicologia (1997) pela UNISINOS. Atualmente, é corpo docente permanente do programa Stricto Sensu PPG Memória Social e Bens Culturais da UNIVERSIDADE LA SALLE (UNILASALLE). Orientou 6 teses e 26 dissertações. Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento (GP Tessido) desde 2013. Coordenadora do Tecnosocial Unilasalle. Coliderança da Linha de Pesquisa Memória, Cultura e Gestão. Recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes de Tese 2013. Certificação de Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil (2021). Tem experiência na área de Psicologia Organizacional e na assessoria de cooperativas. Trabalha com Cooperativas, Gestão

Social, Gestão de resíduos, Gestão de Pessoas, Gestão Cultural, Memória Social, Memória Organizacional, Memória Institucional, Etnometodologia, Metodologias qualitativas, Gestão educacional, Responsabilidade social universitária entre outros.

 maria.borges@unilasalle.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1277-5773>

 <http://lattes.cnpq.br/6648365044430661>

### ***Moisés Waismann***

Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013). Mestre em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Graduado em Ciências Econômicas pela UFRGS (1990). Professor pesquisador e Coordenador da Linha de Pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa de Estratégias Regionais. Membro do Conselho Municipal de Cultura de Canoas e do Comitê Municipal de Economia Criativa de Porto Alegre. Coordenador do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. Investiga assuntos relacionados ao trabalho e educação, ao mercado de trabalho, à economia da educação, ao ensino superior, às políticas públicas, às políticas públicas para educação, à economia da cultura, à cultura, à economia criativa e à moda.

 moises.waismann@unilasalle.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3164-790X>

 <http://lattes.cnpq.br/3415248838045599>

### ***Patrícia Kayser Vargas Mangan***

Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistemas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - 2006) e Mestre (1998) e Bacharel (1995) em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade La Salle (UNILASALLE) de 2000-2024, atuando na graduação e pós-graduação stricto sensu, teve experiências na gestão dos cursos de graduação em Ciência da Computação e Computação Licenciatura (02/2009 a 06/2012) e na gestão da Pesquisa e Pós-graduação Stricto Sensu (07/2012 a 09/2022). Foi coordenadora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais (10/2022 a 12/2024). Foi professora permanente do PPG em Memória Social e Bens Culturais (Mestrado e Doutorado), vinculada à linha de Memória e Linguagens Culturais, tendo sido orientadora de Mestrado, Doutorado e Pós-doc. Pela formação em Ciência da Computação, atua principalmente nos temas de sistemas distribuídos, escalonamento, inteligência artificial e educação a distância, assim como, pela inserção nos estudos em Memória Social, pesquisa nas temáticas de Inclusão Digital, Acessibilidade Web, Museus Virtuais, Cidades Inteligentes, Formação Profissional e Cultura na Era Digital.

 patricia.kayser@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9929-8887>  
 <http://lattes.cnpq.br/4892345821929149>

### ***Priscila Kieling Pontin***

Graduada em Relações Públicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014). Atua na área de gestão de comunicação, como consultora e mentora e é empresária trabalhando em uma pequena empresa do setor de moda. Tem experiência na área de Comunicação há mais de dez anos, com ênfase em Relações Públicas, eventos, consultoria de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: indústria criativa, comunicação e eventos. Mestre em Memória Social e Bens Culturais (linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural) pela Universidade LaSalle. Nos últimos anos como pesquisadora, dedicou-se a pesquisar pequenos negócios, negócios locais, brechós e negócios relacionados à moda, além de conciliar seus estudos em Memória Social e Bens Culturais com os de Relações Públicas no tema gestão da comunicação, cultura e memória empresarial. Atualmente é doutoranda, bolsista CAPES Prosuc, também na Universidade La Salle, programa Memória Social e Bens Culturais.

 [priscila.201820504@unilasalle.edu.br](mailto:priscila.201820504@unilasalle.edu.br)  
 <https://orcid.org/0000-0002-9839-4057>  
 <http://lattes.cnpq.br/2247413456380290>

### ***Sibila Francine Tengaten Binotto***

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Especialização pela Universidade da Região da Campanha (2010). Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle - Canoas (2023). Atualmente é Bibliotecária-Documentalista do Centro de Memórias da Educação - Faculdade de Educação - UFRGS. Conselheira do Conselho Universitário da UFRGS - CONSUN como titular 2022-2024 e suplente 2024-2026. Conselheira do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão na gestão 2016-2020 e 2024-2026. Secretária da Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho - COSATFACED- UFRGS. Ex-coordenadora da Assufrgs sindicato por duas gestões nas pastas do Jurídico e Relações de Trabalho (2018-2022) e na Pasta de Educação Política e Sindical (2022-2023). Fez parte do Comitê Gestor do Centro de Documentação e Memória da ASSUFRGS (CEDEM) 2021-2023. Bibliotecária Documentalista da UFRGS na Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística (2009-2014), na Biblioteca do Instituto de Geociências (2014-2018), na Biblioteca da Faculdade de Educação (2018-2023). Foi componente da Comissão de Flexibilização representando a Assufrgs Sindicato (2018/2019). Participação de bancas de heteroidentificação em concursos públicos. Membro da comissão recursal para aferição de pretos, pardos e indígenas (PPI) para a pós-graduação da UFRGS.

 [sibilaftb@gmail.com](mailto:sibilaftb@gmail.com)  
 <https://orcid.org/0000-0003-4915-3465>

 <http://lattes.cnpq.br/1500964427316613>

***Tatiane Lemos Nascente***

Doutoranda em Direito, Mestra em Direito e Sociedade pela Universidade La Salle (bolsista CAPES/PROSUC). Graduada em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (2017). Especialista em Direito Penal e Processual Penal com Ênfase na Segurança Pública pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (2020), faz Pós-Graduação em Direito Digital na Faculdade Legale, é Professora na cadeira de Direitos Humanos e Fundamentais na Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN). Advogada no escritório Tatiane Lemos - Sociedade Individual de Advocacia. Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal.

 [tatianelemos.advocacia@gmail.com](mailto:tatianelemos.advocacia@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0007-8383-0374>

 <http://lattes.cnpq.br/0643725872841559>